



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS V
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA REGIONAL E LOCAL**

Eliana Evangelista Batista

**A NORMALISTA COMO INTERSEÇÃO: ESCOLA, LITERATURA,
IMPrensa E ESTRATÉGIAS POLÍTICAS NO ESTADO NOVO
(ALAGOINHAS / 1937-1945)**

SANTO ANTONIO DE JESUS

2012

ELIANA EVANGELISTA BATISTA

**A NORMALISTA COMO INTERSEÇÃO: ESCOLA, LITERATURA, IMPRENSA E
ESTRATÉGIAS POLÍTICAS NO ESTADO NOVO
(ALAGOINHAS / 1937-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas – Campus V – Santo Antonio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia para obtenção do grau de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Santos Silva.

SANTO ANTONIO DE JESUS

2012

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

Batista, Eliana Evangelista

A normalista como interseção: escola, literatura, imprensa e estratégias políticas no Estado Novo (Alagoinhas/ 1937-1945) . / Eliana Evangelista Batista
. – Santo Antonio de Jesus, 2012.
164f.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Santos Silva

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas - Campus V. Programa de Pós Graduação em História Regional e Local, 2012.

Contém referências.

1. Educação. 2. Formação de Professor. 3. Alagoinhas (BA). 4. Estado - escola – Imprensa. I. Batista, Eliana Evangelista. II. Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Humanas.

ELIANA EVANGELISTA BATISTA

**A NORMALISTA COMO INTERSEÇÃO: ESCOLA, LITERATURA, IMPRENSA E
ESTRATÉGIAS POLÍTICAS NO ESTADO NOVO
(ALAGOINHAS / 1937-1945)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local do Departamento de Ciências Humanas – Campus V – Santo Antonio de Jesus, da Universidade do Estado da Bahia para obtenção do grau de Mestra.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Santos Silva.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Paulo Santos Silva (Orientador)
Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr^a Maria Elisa Lemos Nunes da Silva (Examinadora)
Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antônio Maurício Freitas Brito (Examinador)
Universidade Federal do Recôncavo Baiano

Santo Antônio de Jesus, 23 de abril de 2012

Aos meus filhos, Débora, Lucas, Cassiano e Felipe, para que eles aprendam que estudar, antes de ser um compromisso, é um prazer.

AGRADECIMENTOS

São muitas as motivações que nos levam a fazer um trabalho como esse: compromisso assumido junto à Universidade, desejo pessoal, exigência para quem deseja adentrar a docência superior. Esse trabalho é uma resposta a esses estímulos, mas é também, em alguma medida, uma resposta para aqueles que sempre acreditaram que ele seria possível e por isso mesmo estiveram ao meu lado, incentivando-me e apoiando-me, sucessivamente. Agradeço muito pelo incentivo e apoio do meu pai, Donato, da minha mãe, Edinalva, da minha filha, Débora, e do meu companheiro, Ede Ricardo, que acreditam muito nos meus projetos.

Agradeço ao professor Paulo Santos Silva, meu orientador, que com muita competência conduziu as nossas orientações dosando, adequadamente, exigência e compreensão.

Às professoras Lucileide Costa Cardoso e Maria Elisa Lemos Nunes da Silva, que acataram o convite para constituir a banca examinadora. Muito obrigada pelas sugestões realizadas no processo de qualificação, espero ter incorporado parte delas.

Ao professor Raimundo Nonato que leu o texto da qualificação. Como sempre, dando valiosas sugestões e indicando fontes.

À minha irmã Lindiara e ao meu cunhado Luís Balbino que, em diferentes circunstâncias, contribuíram para a existência deste trabalho.

A Moisés Moraes, pela gentileza em ceder o seu arquivo de algumas edições do jornal *Correio de Alagoinhas* e todas as edições de *O Nordeste*.

Agradeço também à professora Iraci Gama pela gentileza em disponibilizar parte do material empírico analisado nesta dissertação.

Aos colegas de curso Álvaro, Napoliana, Luiz Argolo, Adriana Sacramento, Marcos, Jairo e Cosme pelas contribuições ao projeto ainda no primeiro semestre, e pelos bons momentos vividos em Santo Antônio de Jesus.

Aos funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local, especialmente Ane Nunes, sempre disposta a ajudar, e também a Consuelo, ex-funcionária do Programa.

Aos alunos de graduação em História da Universidade do Estado da Bahia (turma 2011.1), na qual realizei o tirocínio docente.

A todos os amigos e familiares que na minha ausência cuidaram dos meus filhos Lucas, Cassiano e Felipe, especialmente as avós Edinalva e D. Vânia.

E à FAPESB, pela concessão de Bolsa, sem a qual a finalização desse trabalho demandaria um esforço muito maior.

Meu Deus, meu Senhor do Bonfim, dai-me resistência bastante, entusiasmo e inspiração para eu transpor a segunda etapa, a decisiva, de minha vida de Professora. Ainda nem sou mesmo. Apenas, trago nas mãos o diploma: cartão de apresentação ao Sr. Magistério. (Ilustríssimo Senhor...) e o tal concurso, sem o que nada sou e nem posso ensinar? Ponte para a difícil e perigosa travessia. Salvo-conduto para se entrar no país estranho do ensino. Hei de obtê-lo de maneira nobre e decente. Sim, sou obrigada a fazer este concurso, passar e passar bem, para vencer na vida...

(Fala da personagem Maria Luísa sobre o concurso de 1938 no romance *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária*. SOUZA, Maria Feijó de. 1978 p.205)

A cooperação da mulher brasileira é o mágico farol em que depomos a esperança da grandeza de nossa pátria e do nosso povo. A virtude lolida, a cultura esclarecida, o entusiasmo vibrante e o zelo apostolar que lhe marcam a individualidade – ao serviço da causa da educação – promoverão a ascensão do povo brasileiro às culminâncias a que aspiram as civilizações mais adiantadas.

(Comissão da Lei Básica do Ensino Primário – 1940 – FGV/CPDOC)

RESUMO

Esta dissertação analisa o processo de formação da professora primária durante o Estado Novo, em particular na cidade de Alagoinhas (Ba), à luz de diferentes fontes, especialmente do romance *Pelos Caminhos da vida de uma Professora Primária* (1978), da alagoinhense Maria Feijó de Souza (1918-2001). Com base no cruzamento entre história e literatura na abordagem da temática proposta, investigam-se as representações literárias que foram produzidas acerca das normalistas nos anos finais do século XIX e início do século XX e reconstituem-se as estratégias adotadas para a formação e incorporação dessa profissional ao sistema educacional, particularmente, durante o Estado Novo. Discutem-se também as articulações que se processaram entre o Estado, a Escola e a Imprensa, instâncias no interior das quais, durante o governo Vargas, operou-se o jogo de interesses em torno da educação de um modo geral e, em particular, a institucional, concebida como instrumento para construir a nacionalidade.

Palavras-chave: Educação. Escola Normal. Literatura. Imprensa. Estado Novo.

ABSTRACT

This dissertation analysis the primary teachers formation during the *Estado Novo*, particularly in the city of Alagoinhas, (Ba), making use of different kind of historical fountains, especially the novel *Pelos Caminhos da vida de uma Professora Primária* (1978), wrote by Maria Feijó de Souza (1918-2001). Crossing history and literature, having the proposed theme at the focus, we search the representation at the literature produced about the normalistas at the end of nineteen century and begining of the twentieth century, we rebuild the strategies adopted to the formation and engagement of the teachers at the educational system, particulary, during the Estado Novo. At the same time, we discuss about the dealing between the State, the School and the Press, instances where, during the Vargas Government, occurred the fighting between interests about education, particullary in the institutional way, conceived to construct the nationality.

Keywords: Education. Escola Normal. Literature. Press. Estado Novo.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	09
2	CAMINHOS DE UMA PROFESSORA PRIMÁRIA.....	17
2.1	Aspectos biográficos de Maria Feijó.....	17
2.2	A produção intelectual.....	23
2.3	A projeção literária de uma experiência.....	26
3	LEITURAS E LITERATURA SOBRE O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO.....	34
3.1	Tramas e dramas das Marias nos romances brasileiros.....	34
3.1.1	Maria do Carmo: Imagens literárias da professora primária no Império.....	35
3.1.2	Imagens literárias da professora primária na Primeira República.....	42
3.1.2.1	<i>As três Marias</i>	48
3.1.3	Maria Luísa: Imagens literárias da professora primária no Estado Novo.....	52
4	O SISTEMA EDUCACIONAL NO TEMPO DA NARRATIVA DE MARIA FEIJÓ.....	63
4.1	1920-1930: contexto da escolarização da personagem Maria Luísa.....	64
4.2	1930-1940: contexto do exercício no magistério primário da personagem Maria Luísa.....	72
5	ESCOLA E IMPRENSA: A EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL NO GOVERNO VARGAS.....	82
5.1	A imprensa como agência educativa.....	82
5.1.1	A Imprensa alagoinhense durante o Estado Novo.....	83
5.1.2	O <i>Correio de Alagoinhas</i> e a propaganda ideológica estadonovista.....	97
5.2	Educação, imprensa e política: os palcos de atuação de homens e mulheres de letras em Alagoinhas.....	107
5.3	A cultura cívica nas escolas e nas ruas: educação e nacionalismo	113
6	O ESTADO NOVO E A LEGISLAÇÃO DO ENSINO NORMAL.....	124
6.1	A Escola Normal: escolarização e sociabilidade x estratégias de controle.....	124
6.2	Perspectivas de independência da professora primária sob um governo autoritário.....	138
6.2.1	O declínio do Estado Novo e as novas perspectivas para as professoras primárias.....	149
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	154
	FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	157

1 INTRODUÇÃO

A edição do dia 03 de outubro de 1929, do jornal *Correio de Alagoinhas* traz, na primeira página, a matéria “Cuidemos de um Gymnásio equiparado”:

Os inestimáveis benefícios que um Gymnásio equiparado traria a Alagoinhas, só depois dos seus frutos podemos avaliar. Portanto, está a merecer o cuidado e carinho dos homens de responsabilidade de nossa terra, a criação de um instituto de ensino que possa diplomar os nossos filhos e os dos nossos vizinhos sem esse sacrifício cruel que dispendemos para os manter na capital. Cidades outras já têm a sua escola normal e nós, que ainda não nos abalancamos a possuir uma, estamos, todavia, em condições de criar um Gymnásio equiparado. [...] para frente alagoinhenses! Cuidando das nossas maiores necessidades para a grandeza da pátria querida e proveito de nós mesmos.¹

De acordo com os relatos memorialísticos de Salomão de Barros (1899-1986), nessa época redator do jornal *O Popular*, em 11 de agosto de 1930, aconteceu a primeira reunião de caráter oficial com o objetivo de fundar esse estabelecimento. Contando com “figuras de representação da sociedade local”, constituiu-se, nessa data, a Sociedade Anonyma e Gymnásio de Alagoinhas (SAGA), com duzentas ações nominativas no valor de cem mil réis, e um capital social de vinte contos de réis.² A elaboração e aprovação do estatuto publicado no Diário Oficial do Estado, em 29 de agosto de 1930, firmava a constituição da Associação.

No dia 07 de setembro de 1930, data de comemoração cívica da Independência do Brasil, instalava-se, oficialmente, a “Associação Anônima e Gymnásio de Alagoinhas”, primeiro estabelecimento de ensino secundário da cidade. Na festa de inauguração reuniram-se autoridades locais sócias desse estabelecimento, o professorado e homens públicos de cidades vizinhas.³ Sobre esse evento, o jornal *Correio de Alagoinhas*, maior veículo de comunicação local, na época, publicou a seguinte matéria:

1

FIGAM - “Cuidemos de um Gymnásio equiparado”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 03 de outubro de 1929. Ano XXIV, n. 1157, p.1.

²BARROS, Salomão de. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador. 1979.

³ FIGAM - “Nosso Gymnásio”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 13 de setembro de 1930. Ano XXV, n. 1200, p. 1.

A notícia quase não surpreende. É que guardamos ainda, da cidade de Alagoinhas, que Ruy Barbosa chamou de “porta dos sertões”, a impressão daquela magnífica parada de colegiais verificada no dia seguinte da instalação da luz elétrica. Ali, ficamos sabendo ser uma verdade o ensino primário nessa cidade, e, de logo, notamos a necessidade de um estabelecimento ginásial para o aprimoramento de sua juventude estudiosa.⁴

Essa matéria remete a algumas questões abordadas ao longo desta dissertação. Alude ao sistema educacional de Alagoinhas no início da década de 1930 e menciona o desejo dos moradores da cidade de fundar um estabelecimento de ensino secundário. Mostra também quais indivíduos estavam subsidiando a inauguração desse estabelecimento escolar, em sua maioria, pessoas envolvidas com o comércio e o jogo político local.

A matéria “Nosso Gymnásio” faz referência à festa de inauguração da luz ocorrida no ano de 1929. Nessa festa, houve a participação de mais de oitocentos alunos do ensino primário em atividades diferenciadas: desfiles, apresentação de ginástica, declamações e homenagens.⁵ Segundo as informações veiculadas nos jornais locais, foi uma mobilização escolar até então desconhecida pelos habitantes da cidade, e suscitou no grupo dirigente local o interesse pela abertura de um estabelecimento de ensino complementar para acolher aqueles estudantes depois da formatura primária.⁶

Entre as crianças do “Grupo Escolar” daquele ano de 1929, localizamos a jovem Maria Feijó de Souza (1918-2001).⁷ No ano seguinte, quando o Ginásio foi fundado em Alagoinhas, ela estava prestes a completar doze anos. Esse mesmo estabelecimento de ensino, a partir de 1932, passou a oferecer o curso normal. Nele, Maria Feijó formou-se em professora primária, no ano de 1937.

Além de professora, Maria Feijó foi romancista, poetisa, cronista, jornalista, conferencista e bibliotecária. Entre as obras publicadas ao longo de sua vida, destaca-se a escrita de um romance intitulado *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária* (1978). O destaque para essa obra decorre de pelo menos três motivos. Primeiro, porque possui oitocentas páginas e foge, pelo volume, ao padrão adotado pela escritora na maioria de suas publicações que geralmente não ultrapassavam cento e cinquenta páginas; segundo, aborda como temática central o magistério primário, a mesma profissão que Maria Feijó exerceu em Alagoinhas e cidades vizinhas até 1949; e, por fim, constitui-se em fonte de inestimável valor para recomposição do quadro do sistema educacional em Alagoinhas na primeira metade do século XX, sobretudo, durante o Estado Novo, período em que a educação era vista como um dos principais instrumentos de “regeneração” da sociedade brasileira.

⁴ Ibidem. (Grafia atualizada).

⁵ FIGAM - “A inauguração do nosso serviço de luz eléctrica”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 29 de setembro de 1929. Ano XXIV, n. 1156, p.3.

⁶FIGAM – “Cuidemos de um Gymnásio equiparado”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 03 de outubro de 1929. Ano XXIV, n.1157, p.1.

⁷ FIGAM- “A festa da luz”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 29 de setembro de 1929. Ano XXIV, n. 1156.

Foi o contato, a leitura e a investigação sobre essa obra, ainda na graduação, que motivou a elaboração do projeto de pesquisa desta dissertação.⁸ Em Alagoínhas, alguns trabalhos já foram desenvolvidos tomando essa produção literária como eixo de temas relacionados à educação. Entretanto, esses trabalhos são escassos e os que existem, em sua maioria, foram produzidos por outros campos de conhecimento, portanto, à margem do enfoque historiográfico que pretendemos lançar sobre essa temática.

Tentamos compreender os motivos que levaram Maria Feijó de Souza à escrita desse romance. Percebemos, então, que essa obra configura-se como uma espécie de relato autobiográfico, de projeção, no mundo da literatura, de experiências vividas por ela e pelas suas colegas de profissão.

Além da temática, o romance *Pelos Caminhos da vida de uma Professora Primária* (1978) definiu também o recorte espacial e temporal desta dissertação. A obra de Maria Feijó retrata o processo de formação de normalistas em Alagoínhas, bem como a atuação dessa profissional nessa e em outras cidades da Bahia. Por outro lado, o romance tem sua narrativa ambientada entre os anos de 1920 e 1950, ainda que a ênfase da narradora recaia sobre os acontecimentos que ocorreram entre 1937 e 1949, anos que correspondem, respectivamente, à adesão e ao abandono do magistério primário tanto por Maria Feijó, escritora, quanto por Maria Luísa, a personagem principal do livro.

Ao tentar recompor essa trajetória defrontamo-nos com outras questões. A obra de Maria Feijó reflete também parte substancial da atmosfera política e cultural de sua época de normalista. Nela, a Escola, a Imprensa, a Família e o Estado ocupam um lugar definido na narrativa, pois são instâncias comprometidas com a formação da professora primária e com a definição do lugar dela na sociedade. Essa característica da obra levou-nos a um segundo momento desta pesquisa, qual seja, recompor as relações que foram estabelecidas entre essas instâncias no processo de formação da professora, que, na época, foi alçada à condição de “condutora-guia” de um processo de transformação, responsável, perante o Estado, pela configuração dos novos cidadãos dessa “nova” sociedade.

Algumas questões foram surgindo nesse processo de investigação: qual a importância da fundação de um Ginásio e de uma Escola Normal no contexto dos anos 1930 numa cidade do interior, uma vez que nesses anos ocorreram as primeiras reformas do governo Vargas? Quais as motivações que levaram muitas jovens à escolha do magistério primário como profissão? Como se moveram dentro desse quadro instâncias como a família e a Imprensa? Qual o posicionamento dos dirigentes da cidade em relação à fundação e manutenção da Escola Normal e atuação da

⁸Do contato com essa fonte durante a graduação em História, defendi, em 2009, como trabalho de conclusão de curso, a monografia intitulada *Entre práticas pedagógicas e representações literárias: o imaginário de emancipação da professora primária na obra de Maria Feijó (Alagoínhas, 1930-1950)*.

professora? E, por fim, como essas professoras se posicionaram frente à condição de “divulgadoras do saber” proposta pelo sistema educacional em vigor?

Ao longo da investigação, procuramos responder a estas e a outras questões que foram emergindo a partir do contato com as fontes. Reconstituímos, portanto, a relação estabelecida entre o Governo Vargas, de 1937 a 1945, com as práticas educativas adotadas na cidade de Alagoinhas, tanto por parte dos estabelecimentos formais de ensino, como as escolas, quanto por parte daqueles informais, a exemplo da imprensa que nesse período assumiu um papel de agência educativa. Tentamos identificar não somente as formas pelas quais os dirigentes de Alagoinhas buscavam alinhar-se à administração pública estadual e federal, como também verificar a ressonância desse interesse no processo de formação de professoras primárias, uma vez que a Escola Normal da cidade abrigava em suas atividades administrativas indivíduos que estavam diretamente envolvidos com a administração local, e que, por conta disso, buscavam assegurar o controle das práticas docentes e do tempo livre e de lazer das professoras e alunos.

Para analisar o processo de formação da professora primária durante o Estado Novo, a nossa investigação, a partir da obra de Maria Feijó, ocupar-se-á, principalmente, da narrativa que cobre os anos entre 1937 e 1945, período de ascensão e declínio desse sistema de governo. Mesmo que tenhamos submetido a temática da educação em Alagoinhas a uma temporalidade política, o nosso objetivo é dar visibilidade às questões educacionais que estavam subjacentes àquele sistema de governo, especialmente em relação à formação de professoras primárias.

Esta dissertação está estruturada em sete seções. A primeira corresponde à introdução. A segunda, intitulada **Caminhos de uma professora primária**, busca entender a trajetória de vida, sobretudo, no período de formação e docência, da escritora Maria Feijó de Souza com base na narrativa do romance *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* (1978) e em outras fontes produzidas por ela e sobre ela, como crônicas, entrevistas etc. Essa reconstituição da trajetória pessoal de Maria Feijó cumpre, nesse trabalho, um papel específico: iluminar a atmosfera social, política, econômica e cultural das normalistas. O enfoque desta seção responde, portanto, às influências recebidas, ao longo da vida acadêmica, da história cultural, que propõe a reconstituição, a partir de um indivíduo, da complexa rede de relações sociais nas quais ele está inserido.⁹ Nesta pesquisa, o romance de Maria Feijó foi tomado como uma possibilidade de escrita autobiográfica, embora a autora tenha negado este propósito na introdução da obra.

⁹ Entre outras obras que melhor representa essa tendência ver: GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. de Maria Betânia Amoroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1987; LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000; BURKE, Peter. *A fabricação do rei. A construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994; DAVIS, Natallie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução /Denise Bottamann. Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 1987.

A terceira seção, **Leituras e Literatura sobre o magistério primário**, analisa a condição das normalistas e das professoras primárias em três diferentes momentos: no Império, na República e no Estado Novo. Essa análise foi baseada em representações romanescas presentes na literatura brasileira que enfocaram essa profissional como tema nos marcos temporais que vão do final do Império ao Estado Novo. O estudo das personagens literárias chamadas Marias – Maria do Carmo, de Adolfo Caminha (1867-1897), Maria Augusta, Maria da Glória e Maria José, de Rachel de Queiroz (1910-2003) e Maria Luísa, de Maria Feijó (1918-2003) – permite a compreensão dos dramas, medos, frustrações e ajustamento ao mundo de uma série de jovens que adentraram às Escolas Normais até meados do século XX.

São analisadas ainda as reações da sociedade à inserção da menina na escola, a rejeição à mulher como sujeito responsável pela educação das crianças, a convivência entre amigos e professores e o novo perfil conferido à professora no início do século XX, período em que elas foram revestidas de certa ambiguidade, ora descritas como angelicais, ora como subversivas ou dissolutas. Para a elaboração desta seção, nossas principais fontes foram os romances *A normalista* (1893), de Adolfo Caminha, *As três Marias* (1939), de Rachel de Queiroz e *Pelos Caminhos da vida de uma Professora Primária* (1978), de Maria Feijó. Investigamos também os romances *Amar: verbo intransitivo* (1927), de Mário de Andrade (1893-1945), *O Quinze* (1930), de Rachel de Queiroz e *São Bernardo* (1937), de Graciliano Ramos (1892-1953).

A quarta seção, **O sistema educacional no tempo da narrativa de Maria Feijó**, tenta compreender, especialmente a partir da investigação de documentos oficiais e de jornais e periódicos locais, a recepção, pelo estado da Bahia e pelo município, das normas e diretrizes decretadas por um sistema autoritário, que se utilizava do aparelho escolar como instrumento de “regeneração” do Brasil. Assim, a primeira subseção busca reconstituir o cenário do sistema educacional em Alagoinhas nas décadas de 1920 e 1930 visando melhor compreensão das mudanças empreendidas nesse sistema depois da implantação do Estado Novo.

A segunda subseção, por sua vez, procura recompor os desdobramentos das diretrizes desse sistema de governo no campo da educação. Tomando por base documentos do arquivo de Gustavo Capanema da FGV/CPDOC, referentes aos dados sobre a educação na Bahia, enviados ao Ministério da Educação e Saúde pelo secretário da educação Isaías Alves, e os numerosos decretos publicados pela interventoria estadual, pretendemos mostrar como a Bahia, e Alagoinhas, em particular, buscaram adequar-se às novas regras estabelecidas para o sistema de ensino formal no país.

Escola e Imprensa: a educação formal e informal no Governo Vargas é a quinta seção desta dissertação. A primeira subseção desta parte analisa o papel assumido pela Imprensa em Alagoinhas entre os anos de 1937 e 1945. Destaca a campanha em favor do Estado Novo, realizada

pela publicação de uma série de matérias nos periódicos locais nesse momento, e a relação dessas matérias com a formação e o exercício profissional das professoras primárias.

A segunda e a terceira subseções referem-se à recepção das normas do Estado Novo na cidade de Alagoinhas. A segunda subseção evidencia qual o grau de envolvimento das pessoas que estavam à frente do sistema educacional na cidade com o governo de Getúlio Vargas, destacando as formas pelas quais esses grupos empreenderam ações educativas em favor desse governo, através da posição que ocupavam na imprensa local e do uso desse instrumento como meio de propaganda do regime.

Essa subseção busca ainda perceber as nuances da relação educação, imprensa e política na cidade, com base nos registros de uma elite que se considerava porta-voz da sociedade alagoinhense. Ao tempo em que pretendia conferir visibilidade à educação em Alagoinhas, essa elite defendia interesses políticos e econômicos que visavam garantir posições favoráveis aos próprios indivíduos que a compunham.

A última subseção reconstitui, com base em matérias publicadas nos jornais locais voltadas para os temas escola, educação, instrução, patriotismo e festas cívicas, e dos registros feitos pela direção da Escola Brasilino Viegas no Livro de Termos de 1942/1943, o painel do sistema educacional na cidade. Além das especificidades locais, esse sistema procurava reproduzir o modelo pensado para o ensino no país, fazendo das escolas e da educação palco para exaltação do patriotismo e legitimação de um Estado centralizador.

Nossas principais fontes de pesquisa para esta parte foram as publicações da Imprensa local, em especial os periódicos *Correio de Alagoinhas*, *Jornal de Alagoinhas* e *O Popular*. O primeiro, fundado em 1905 por Anísio Pinto Cardoso (1855-?), manteve-se como principal veículo de comunicação da cidade por quarenta anos. Autointitulava-se “semanário independente, literário e noticioso”. Revela-se, conforme constatamos, um órgão conservador. No período estudado, abrigava como diretor de redação João Alves de Castro (1906-1952), jornalista e poeta que teve destaque no que diz respeito à circulação da ideologia estadonovista em Alagoinhas, visto que era um entusiasta do Estado Novo e do presidente Getúlio Vargas.

O *Jornal de Alagoinhas*, que foi editado entre 1938 e 1939 por José Lúcio dos Santos Silva, vulgo Santinho, coronel residente do distrito de Riacho da Guia, proprietário de trapiche, e exportador de fumo em ramo e em folha para várias cidades do nordeste, de igual modo, contribuiu para consolidação dos novos códigos ditados por Getúlio Vargas. Embora nosso acesso a esse periódico tenha ficado restrito a duas edições, os conteúdos de suas matérias são suficientes para identificar a linha política que os seus dirigentes seguiam.

O jornal *O Popular*, por sua vez, em sua segunda fase, foi editado do ano de 1925 até o ano de 1943 por Salomão Barros, jornalista e escritor que publicou, em 1979, um dos livros mais

conhecidos sobre a cidade, *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*.¹⁰ Não tivemos acesso a todos os números desse periódico. Nossa análise recaiu sobre a edição de 17 de fevereiro de 1939. A importância do periódico na pesquisa diz respeito ao ponto de vista assumido pelo seu diretor, um integralista, em relação ao Estado autoritário de Getúlio Vargas, em um momento em que estava desgastada a relação entre os dirigentes desse movimento e o governo.

Publicações estudantis também foram investigadas para esta seção: a *Revista Dominó*, publicação dos alunos da Escola Normal do ano de 1939, o periódico *Voz da Mocidade*, publicação independente de jovens que se autodenominavam “indígenas”, e *O Colegial*, editado em 1941, por um grupo de estudantes do Colégio Santíssimo Sacramento, estabelecimento de ensino particular da cidade.

A sexta seção, intitulada **O Estado Novo e a legislação do ensino normal** ocupa-se, na primeira subseção, do processo de formação do professor primário no Brasil e na Bahia, visando à compreensão do perfil assumido pela Escola Normal de Alagoinhas diante do modelo traçado pelo Ministério da Educação e Saúde no Estado Novo.

Destaca o processo de mobilidade social e de participação no mercado de trabalho, e, sobretudo, o domínio da fala e da escrita, pelas professoras primárias. Analisa também o peso e as complicações que recaíram sobre a docência feminina na educação estadonovista, especialmente porque a sua condição de divulgadora do conhecimento exigia o domínio de vários saberes e competências.

A segunda subseção retoma a discussão sobre a Escola Normal sublinhando a importância da fundação dessa instituição na cidade, principalmente para a mudança na condição de vida das mulheres. Questiona e tenta responder até que ponto o diploma de professora primária e uma carreira como funcionária do Estado conferiam à mulher daquele período a condição de independente. Além disso, tenta perceber as novas possibilidades de atuação na esfera pública proporcionadas a essas professoras no declínio do Estado Novo.

A principal fonte de investigação nesta parte foi o romance *Pelos caminhos da vida de uma Professora Primária* (1978), cujo cruzamento com documentos colhidos no CPDOC/FGV e em dois relatórios da Escola Normal possibilitou-nos traçar um quadro sobre o processo de formação e de atuação das normalistas durante o Estado Novo. Detivemo-nos também na investigação de matérias produzidas pelos jornais locais, projetos de lei esboçados pelo Ministério da Educação e Saúde, e decretos e leis estaduais e federais que definiam os programas de formação das professoras primárias no período. Lamentavelmente, a documentação da Escola Normal não foi localizada nem

¹⁰ A primeira edição desse jornal na cidade de Alagoinhas data de 02 de fevereiro de 1896. Fundado por André Costa, natural de Salvador, esta primeira fase foi encerrada em 14 de janeiro de 1925, após o falecimento do seu fundador. A partir de 23 de fevereiro desse mesmo ano, assumiu como proprietário e diretor Salomão Barros que manteve o periódico até 1943.

na Escola, que deu lugar ao Ginásio Municipal de Alagoinhas, nem na Diretoria Regional da Educação (DIREC). Há notícias de que o material foi queimado.

Esta dissertação recompõe, portanto, as representações elaboradas sobre as professoras primárias a partir do século XIX e as formas de apropriação e resignificação dessas representações pelo sistema de governo estadonovista. Dessa interação, o Ministério da Educação e Saúde elaborou as diretrizes e normas para a formação da professora no período. Na Bahia e em Alagoinhas, havia um grupo específico interessado nesse processo. Por ocupar lugares estratégicos na sociedade local como as Escolas, a Imprensa e a política partidária, esse grupo influenciou o processo de formação e atuação dessa profissional. As iniciativas realizadas para manter uma Escola Normal na cidade, fundada em 1930, configuram-se como uma das medidas adotadas por esse grupo para alcançar esse objetivo.

Do desdobramento desse processo formou-se em professora, a partir de 1936, um número significativo de mulheres. Além de possibilitar que adentrassem o sistema educacional trabalhando em escolas particulares ou como funcionárias do Estado, adquirindo certa independência, essas diplomadas assumiram também outras tarefas à margem do ensino. Como exemplo, tomamos a escritora Maria Feijó, que deixou o magistério no ano de 1949 para assumir as funções de bibliotecária, atividade que abriu para ela as portas para a formação universitária. Dessas experiências, individuais e coletivas, ela extraiu a matéria para construir o romance *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*.

2 CAMINHOS DE UMA PROFESSORA PRIMÁRIA

A trajetória de pessoas comuns está ligada a contextos muito maiores do que apenas suas ações e suas vidas individuais. A reconstituição da trajetória da vida dessas pessoas, ainda que seja parcial e fragmentada, ilumina parte da época em que viveram.¹¹ O interesse pelos caminhos percorridos por Maria Feijó tem um papel específico nessa pesquisa: perceber as estratégias adotadas no período do Estado Novo, tanto por parte do governo Vargas em direção à formação das professoras primárias, quanto por parte da imprensa, que, como porta-voz do governo, legitimava as diretrizes por ele estabelecidas, e ainda por parte das professoras, que podiam ou não se adequar a essas diretrizes.

Sob esta ótica, recompor aspectos da trajetória de Maria Feijó configura-se como uma tentativa de recuperar a atmosfera social, política, econômica e cultural que estava no entorno das professoras primárias entre os anos de 1937 e 1945, bem como das práticas desenvolvidas por essas professoras ao confrontarem-se com aquela atmosfera.

Segundo Pierre Bourdieu, a reconstituição do contexto, denominado por ele de “superfície social”, é indispensável quando se quer biografar um indivíduo, isso porque cada época é portadora de um *hábitus* do qual resulta experiências repetidas e comuns. Sem perder de vista esse aspecto, Giovanni Levi ressalta que, independente desse *hábitus*, o indivíduo age com certa margem de liberdade, fator, aliás, imprescindível para impulsionar as transformações de um determinado *status quo*.¹² Essa concepção reforça o objetivo anteriormente referido: recuperar, à luz do método histórico, e a partir de uma trajetória individual, as práticas de um determinado segmento social num contexto historicamente datado.

2.1 ASPECTOS BIOGRÁFICOS DE MARIA FEIJÓ

Maria Feijó de Souza Neves nasceu no ano de 1918, na cidade de Alagoinhas (Ba), onde morou até a década de 1950. Diplomada pela Escola Normal da cidade, em 1937, ela exerceu o magistério primário no interior baiano entre 1938 e 1949. Nesse último ano, fez um curso de especialização em

¹¹ Pierre Bourdieu lembra que a iniciativa por parte dos historiadores de produzir uma história de vida, ordenando os acontecimentos de forma coerente e sequencial é conformar-se com uma ilusão retórica, uma ilusão biográfica. BOURDIEU, Pierre. “A ilusão biográfica”. In: *Usos e abusos da história oral*. (Org.): Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

¹² Ver: BOURDIEU, op. cit.; LEVI, Giovanni. “Usos da biografia”. In: *Usos e abusos da história oral*, (Org.): Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

Biblioteconomia na cidade de Salvador. Ao voltar à Alagoinhas, trocou as salas de aula pelo trabalho na biblioteca pública Brasilino Viegas.

Desde a adolescência, Maria Feijó esteve envolvida com o mundo das letras. Ainda no Ginásio publicou algumas poesias em jornais locais usando pseudônimos diversos. Pouco antes da sua formatura no magistério primário foi capa da *Revista Estudantil*, uma produção da Escola Normal onde estudava, que se destinava a arrecadar fundos para a Caixa Escolar. Conheceu, depois dessa experiência, o diretor do Jornal *O Paládio*, de Santo Antônio de Jesus, do qual passou a ser amiga e colaboradora até meados da década de 1940.

Escreveu também nos jornais *O Correio de Bonfim*, da cidade Senhor do Bonfim, *O Itaberaba*, da cidade de igual nome, *Sul Baiano*, de Itabuna, *Correio Feirense*, de Feira de Santana, na *Revista Única*, de Amado Coutinho, e em *A voz do professor*, ambos em Salvador. Colaborou para os jornais locais *Correio de Alagoinhas*, *Alagoinhas Jornal* e *O Nordeste*.¹³ Como professora e bibliotecária, há registros de que Maria Feijó sempre promoveu campeonatos literários através do serviço de alto-falantes visando o incentivo à leitura entre as crianças. Além disso, era uma oradora muito requisitada pelas autoridades locais para discursar nos eventos cívicos.¹⁴

Filha de José Feijó de Souza, neto de portugueses, e Júlia Feijó de Souza, filha de italianos, Maria Feijó tinha na família o principal incentivo para desenvolver suas habilidades intelectuais, já que, segundo afirma alguns autores locais, “ambos eram dados a atividades artísticas e nesse mesmo caminho se educava”.¹⁵

A educação recebida em casa, com pais frequentemente engajados em atividades políticas e artísticas teve ressonância direta na formação dela. Segundo se relata, a vida pregressa da escritora Maria Feijó denota que ela era, desde a adolescência, uma “vanguardista”, precursora na organização de movimentos e manifestações culturais. Afirma-se inclusive que, desde 1932, quando ainda tinha quatorze anos, ela já fazia parte da direção de um jornal: *O Alarma*, um periódico voltado para elaborações de críticas sociais. Sabe-se que esse jornal restringia-se ao mundo masculino, e ocupava-se de “rondar as noites alagoinhenses criticando homens e mulheres com piadas desqualificadoras”.¹⁶

De fato, os exemplares do referido jornal, onde se lê “semanário de crítica e humorismo”, a partir do número 07, datado de 10 de maio de 1932, traz o nome M. Feijó de Souza como uma das pessoas responsáveis pela gerência.¹⁷ É importante lembrar, todavia, que por essa ocasião Maria

¹³ Biblioteca Municipal de Alagoinhas. Sala de periódicos. Dossiê Maria Feijó. Dados bibliográficos da autora. Documento datilografado. Assinado pela escritora em 22 de outubro de 1990.

¹⁴ BARROS, Salomão. “Vultos femininos”. In: *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador. 1979.

¹⁵ Biblioteca Municipal de Alagoinhas. MARQUES, Anderson. “Artigo de Maria Feijó”. *Periódico Socialista*, 06 de fevereiro de 2003. Sala de Periódico da Biblioteca Municipal. Dossiê de Maria Feijó.

¹⁶ BRANDÃO, Daniela; SANTOS, Maria José de Oliveira; ALVES, Ivya. *Antologia de escritoras baianas. Resgate de textos de escritoras baianas do século XX: percurso intelectual, estudo da produção*. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da UFBA. Sítio on line <<http://www.escritorasbaianas.ufba.br/feijo>>.

¹⁷ FIGAM. *O Alarma*. Alagoinhas, 10 de maio de 1932. Ano 1. n. 07.

Feijó era ainda uma estudante do ginásio, com apenas quatorze anos. Além disso, não se sabe ao certo, por conta da abreviação, se o nome é realmente Maria Feijó de Souza. Em nenhum documento aos quais se teve acesso, essa informação foi confirmada pela professora. Ademais, Maria Feijó possuía um irmão chamado Manoelito Feijó de Souza. Considerando as informações de que o periódico estava restrito ao mundo masculino, e de que eram os pais de Maria Feijó os maiores propulsores das atividades artísticas dela, é provável que seja Manoelito Feijó o diretor cuja abreviação aparece nos exemplares de *O Alarma*.

No que diz respeito a Maria Feijó, ressalte-se que essa precocidade não se refere somente à produção intelectual. Ainda no ano de 1929, quando ela tinha apenas dez anos, o *Correio de Alagoinhas* noticiava sobre os exames finais promovidos por uma das Escolas de Datilografia da cidade, a *Remington*. Ilustrava a matéria uma fotografia na qual Maria Feijó segurava uma boneca. (figura 1).



Fonte: Correio de Alagoinhas, 1929 – FIGAM

Consta no corpo da matéria:

A menina Feijó foi a primeira classificada e a mais elogiada.

Vivaz e inteligente, Maria Feijó de Souza vem conquistar a 1ª posição e o primeiro lugar no concurso “Remington”, da escola oficial dessa cidade, onde foram muitos os disciplinados.

Quer a mesa examinadora, quer a assistência, ficaram todos encantados com as diversas provas apresentadas pela pequena...¹⁸

¹⁸ FIGAM. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 17 de setembro de 1929. Ano XXIV, n.1155.

A desenvoltura da escritora, no entanto, não se limitava ao domínio do papel e da máquina. Desde pequena, Maria Feijó apresentava outra característica que marcou a sua atuação como professora na cidade de Alagoinhas: a oratória.

Ainda no ano de 1929, na festa de inauguração da luz na cidade de Alagoinhas, ela foi uma das alunas escolhidas entre os estudantes do grupo primário para recitar a poesia *A Bahia*. O recital foi feito durante o plantio da “Palmeira Vital Soares”, parte da programação que homenageava o governador do estado, convidado da festa.¹⁹

Portanto, é provável que aos quatorze anos, ela estivesse, de fato, ao lado de outros alunos na direção de *O Alarma*. Esse semanário recebia artigos de vários estudantes da época. A maioria desses artigos estava voltada para críticas à sociedade local, e versavam sobre comportamentos de jovens, professores, políticos e comerciantes. Algumas dessas matérias publicadas mostram o envolvimento dos dirigentes e colaboradores com problemas políticos e sociais da cidade e do Brasil como o feminismo, a pavimentação de ruas, A Revolução de 1930, entre outros temas.²⁰

Todavia, ao se observar o conteúdo de parte das publicações realizadas pela professora Maria Feijó nos jornais de Alagoinhas e em jornais de cidades vizinhas, percebe-se que, em sua maioria, eles versam sobre temas como o amor, o companheirismo e o casamento. No início de sua carreira como professora, a maioria de suas produções literárias diz respeito ao vazio de sua vida sentimental. Vista como uma mulher “revolucionária” nessa cidade, quando exerceu o magistério primário, ela não escreveu somente sobre a educação e a política local. Salvo as publicações dos jornais *O Alarma* e *A voz do professor*,²¹ e a transcrição de alguns discursos feitos por ela em jornais de Alagoinhas e de Salvador, seus escritos tratavam, predominantemente, da alma, do piano, da solidão, da dor, das lágrimas, do amanhecer na roça, do papai-noel e do amor.²²

Decerto que escrever sobre os próprios sentimentos foi também uma forma de romper com o preconceito em relação à vida afetiva da professora. A demonstração de solidão, de dor e de desejo pode ser vista como ensaios de afirmações da feminilidade da professora, que no início do século XX foi apagada pelo sistemático discurso da figura materna, tanto pela sociedade, como pelo Estado.²³

Não obstante essa efervescência de produção na juventude, Maria Feijó sempre guardou um sentimento de desprestígio junto aos moradores da cidade. A escritora, em várias ocasiões, julgou-se incompreendida pelos seus conterrâneos. Segundo ela, na Bahia nunca houve ambiente fértil para

¹⁹FIGAM. “A Inauguração da Luz”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 29 de setembro de 1929. Ano XXIV, n. 1156.

²⁰ Ver entre outras matérias: “O momento político”. *O Alarma*, 05 de abril de 1932. Ano I. n. 04; “Nossa terra”. *O Alarma*, 12 de abril de 1932. Ano I. n. 04 e “O feminismo”. *O Alarma*, 06 de agosto de 1932. Ano I. n.32.

²¹Esse periódico não foi analisado visto que não se teve acesso a nenhuma de suas edições.

²² Título das poesias de MARIA Feijó publicadas no periódico *O Paládio*, de Santo Antônio de Jesus, em 1942.

²³ Ver sobre esse tema: LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: *História das mulheres no Brasil*. /Mary Del Priori (org). 8. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

desenvolver suas atividades literárias, o que teria sido um dos motivos para fincar raízes no Rio de Janeiro:

(...) Senhor do Bonfim não me quis, recambiando-me para São Sebastião que me recebeu de braços abertos, embora eu muito ame, a terra nativa: a Bahia. Mas foi na adotiva que me encontrei, realizando-me intelectualmente...²⁴

Apesar desse ressentimento, é vasta a produção de Maria Feijó que tem como tema central a cidade de Alagoinhas. Na maioria dos seus escritos há sempre uma poesia, uma crônica ou algum relato sobre a cidade, seja na sua época de menina, de moça ou de senhora. Para amenizar o sentimento que guardava desde jovem costumava responder: “Quem é profeta em sua terra?... O carinho com que sou tratada ‘por aí’ é impressionante. Às vezes, até, me desconheço. Aqui, na realidade há um grupo de remanescentes...”²⁵

Pode-se observar, analisando as introduções que Maria Feijó fez em suas obras, em especial no primeiro livro publicado, *Bahia de todos os meus sonhos* (1966), que esse sentimento de desprestígio pelos conterrâneos foi fruto muito mais de uma falta de apoio para publicação de seus poemas, ainda no seu tempo de professora primária, do que de reconhecimento e admiração pela competência e talento dela no campo da literatura.

Ademais, os alagoinhenses nunca deixaram de prestigiá-la. Sua trajetória de vida foi, de forma recorrente, registrada nos jornais locais, onde se encontram textos afetuosos a ela direcionados. Reconhecida como “miss e musa de Alagoinhas”²⁶, Maria Feijó recebeu também, dos dirigentes locais, uma série de homenagens de órgãos oficiais, em reconhecimento pelo trabalho que desenvolveu nesta cidade desde seus tempos de professora primária.

Entre essas homenagens está a Rua Professora Maria Feijó, concedida pelo projeto de lei nº. 05/1976, aprovado em sessão de 21 de maio do mesmo ano sob a lei de nº 563/1976. Posteriormente, a Biblioteca Municipal passou a chamar-se *Biblioteca Municipal Maria Feijó*, uma maneira de reconhecer, por parte dos dirigentes locais, a luta que ela travou em favor da leitura nessa cidade.

Pouco antes da década de 1950, Maria Feijó recebeu uma bolsa de estudos do Ministro da Educação Ernesto Simões Filho. Mudou-se então para o Rio de Janeiro, onde concluiu em 1953, o curso superior de biblioteconomia mantido pela Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, transformado posteriormente na Faculdade de Biblioteconomia e Documentação da UFRJ.²⁷

²⁴Biblioteca Municipal de Alagoinhas. Entrevista concedida à *Revista Educarte*, em 03 de abril de 1996. Periódico da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, p.3.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Ibidem.

²⁷SOUZA, Maria Feijó de. Discurso proferido na Academia Brasileira de Trova, no Rio de Janeiro, no dia 29 de maio de 1972, por ocasião de sua posse na cadeira n.º14, de Castro Alves. Apresentação da escritora feita por Álvaro Faria, p. 4.

Nessa cidade, Maria Feijó afirmou ter encontrado o espaço intelectual que buscou incessantemente em Alagoinhas. Recebeu o título de cidadã do Estado da Guanabara, no dia 04 de dezembro de 1973,²⁸ e mais tarde, o título de Cidadã do Estado do Rio de Janeiro, outorgado pela Resolução de nº. 371, de 1985 e entregue em sessão solene.

Profissionalmente, atuou como bibliotecária na Biblioteca Regional de Copacabana, e chefiou a Biblioteca da Gávea. Assumiu ainda, após aprovação em concurso público, cargo administrativo no Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos do MEC.²⁹

No campo da literatura fundou, no Rio de Janeiro, o Centro Literário Amigos de Maria Feijó, o CLAM, onde recebia amigos para discutir literatura e assuntos afins. Foi também no Rio de Janeiro que ela publicou todas as suas obras. Alagoinhas, no entanto, foi palco para lançamento de grande parte delas, quase todas noticiadas pela imprensa local.

No ano de 1995, a Prefeitura Municipal de Alagoinhas comprou cinquenta livros da escritora. A aquisição da obra *Velejando* fez parte de um projeto adotado no município para manutenção do ensino fundamental. A compra dos livros foi justificada da seguinte maneira: “como homenagem prestada por esta Prefeitura à escritora Alagoinhense que tanto tem divulgado o nome do nosso município a nível nacional”. Contudo, o pagamento só foi realizado após o recebimento de uma carta de cobrança de Maria Feijó onde se lê: “... se eu pudesse, ‘oferecia’ esses livros, entretanto, você que é compreensiva e amiga...”.³⁰ Maria Feijó estava devendo à Editora.

Na Biblioteca Municipal de Alagoinhas é possível encontrar a maioria da produção intelectual de Maria Feijó. Entretanto, são poucos os títulos disponíveis para empréstimo, visto que, em sua maioria, cada livro tem apenas uma unidade e estão alocados no setor de obras raras da biblioteca, onde podem apenas ser consultados. Dessa forma, a obra de Maria Feijó permanece desconhecida pela maioria de seus conterrâneos, especialmente pelos jovens.

Em 2001, a escritora faleceu no Rio de Janeiro, mas foi sepultada em sua terra natal. Nessa ocasião, a prefeitura de Alagoinhas mais uma vez rendeu-lhe homenagens, ao decretar feriado municipal.

2.2 A PRODUÇÃO INTELECTUAL

Entre as obras mais conhecidas de Maria Feijó, destacam-se os títulos *Bahia de todos os meus sonhos* (1966), *Ramalhete de trovas* (1969), *Perfil da Bahia e outros poemas* (1970), *Alecrim*

²⁸ Outorgado pela Resolução de nº. 1.420/74, entregue em sessão solene em 03 de julho de 1971.

²⁹ Biblioteca Municipal de Alagoinhas. Sala de periódicos. Dossiê Maria Feijó. Dados bibliográficos da autora. Documento datilografado. Assinado pela escritora em 22 de outubro de 1990.

³⁰ Carta anexada ao documento da 2ª parcela do pagamento do processo nº 2.029 de 02/02/95. Cheque nº 24922-0 depositado na Agência 0392-1 C/C 5563-7 no Banco do Brasil, em 13 de maio de 1996. Arquivo Público da cidade de Alagoinhas. Dossiê Maria Feijó.

do tabuleiro, (1973), *Castro Alves – monografia* (1973), *Canto que veio* (1974), *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* (1978), *Vitrais de sonhos* (1985), *O pensionato: paraíso das moças* (1988), e *Beduíno dos Sonhos* (1992).³¹

No livro *Bahia de todos os meus sonhos* (1966), caracterizado como obra de poesia e folclore pelo prefaciador, o poeta baiano João Justiniano da Fonseca, Maria Feijó fez um breve relato sobre sua relação com a literatura. Conforme assegura, o germe da literatura foi plantado nela desde o seu tempo de normalista, quando era constantemente estimulada a escrever pelo então diretor da Escola Normal de Alagoinhas, o professor Alcindo de Camargo (1896/1950).

Ao que parece, esse livro estava sendo concebido desde a década de 1940, tendo em vista que já se publicavam nesses anos, informações sobre o lançamento de um livro de poesia dela, como é o exemplo da matéria “Poetisa Maria Feijó”, publicada pelo Jornal *O Paládio*, de Santo Antônio de Jesus, em 1942. Essa matéria é uma transcrição, com breve comentário, de uma crítica feita por Carlos Chiacchio à poetisa na coluna “Homens & Obras” do Jornal *A Tarde*. Há informações de que Maria Feijó, dona de “verbo largo, colorido e simpático”, estaria com um volume de versos no prelo. Sobre ela, o crítico de *A Tarde* assinalou:

Marijó não lamenta nem chora em seus metros vibrantes. A poetisa clama, protesta, desafoga. (...) O livremetrismo de Maria Feijó responde-lhe ao temperamento ardente. Nem mais, nem menos que correspondências sensoriais: ânsias do pensamento e revolta da forma. Eloqüente. É assim Maria Feijó. Ela, que os críticos pedantes condenam não sei porque. (...) Pois nós admiramos a eloqüência dos versos de Marijó. É sincera. Quando deixa de ser eloqüente para ser moderada, toca as raias do impressionismo simples.³²

Ressalte-se que ambas as matérias, tanto a do jornal *O Paládio*, quanto a do Jornal *A Tarde*, foram transcritas na capa e na orelha do livro *Bahia de todos os meus sonhos* (1966). Essa obra, assim como *Perfil da Bahia e outros poemas* (1970), é fortemente marcada por composições de cunho patriótico e cívico. Destacam-se, em ambas, poesias sobre o calendário baiano de festas cívicas, religiosas e populares, e poesias sobre os pontos turísticos de Salvador que deram, ao longo do tempo, uma característica lendária ao Estado, como a Lagoa do Abaeté, o bairro de Itapoã entre outros.

³¹ SOUZA, Maria Feijó de. *Bahia de todos os meus sonhos*. Rio de Janeiro. Edição Particular, 1966; *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972; *Canto que veio*. Rio de Janeiro: [s.n], 1974; *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978; *Vitrais de Sonhos*. Rio de Janeiro, Editora Max: 1985; *O pensionato: paraíso das moças*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1988; *Beduíno do Sonho* (Sonetos e Poesias outras). Rio de Janeiro: Editora Max, 1992.

³² Arquivo Público de Santo Antonio de Jesus. MENDES, Antonio. “Poetisa Maria Feijó”. *O Paládio*, Santo Antônio de Jesus, 20 de novembro de 1942. Ano 42. nº 2071. O livro *Beduíno dos Sonhos* traz a transcrição de uma matéria de teor semelhante publicada pelo mesmo jornal em Janeiro de 1947. De acordo com a matéria, Maria Feijó estaria com um livro de versos quase pronto e o queria divulgado no dia do centenário do nascimento de Castro Alves.

Ramalhete de trovas (1969), *Canto que veio* (1974), *Vitrais de sonhos* (1965) e *Beduíno dos sonhos* (1992), são livros de trovas e poesia, nos quais a autora, inspirada por um profundo sentimentalismo, evoca o amor, o romantismo e a saudade, lembrando o seu passado com evidente nostalgia. Os temas das composições dessas obras assemelham-se às produções de Maria Feijó que foram publicadas pelos periódicos locais no seu tempo de normalista e professora.

Por sua vez, *Alecrim do tabuleiro* (1972) é uma obra de crônicas. Editado duas vezes, este livro versa sobre uma série de acontecimentos que se desenrolaram na vida da autora, cujo cenário foi a cidade de Alagoinhas. Ao escrever sobre a infância, as colegas da Escola Normal, a formatura no magistério primário, as festas de carnaval, a política da cidade no início do século, entre outros acontecimentos, Maria Feijó rememorou alguns fatos que marcaram sua vida quando ainda residia na Bahia. Conforme assinalou, estes registros feitos de maneira “unas e reais como uma colcha de retalhos”, era uma ante sala para a publicação de um romance sobre a vida de uma professora.

Alecrim do tabuleiro (1972) foi, portanto, um texto anunciador daquilo que viria no romance *Pelos Caminhos da vida de uma professora Primária* (1978). No prefácio do livro de 1972, ela já informava sobre a escrita de um romance que focalizasse tanto aspectos do passado da cidade de Alagoinhas quanto do seu próprio. Conforme afirmou, a publicação dessas crônicas se deu em razão dessa espera: “enquanto não vem o tão ansiado (por mim mesma) romance, que focaliza, a meu modo, as etapas em maiores dimensões, de um passado de minha terra, minha gente e... talvez – quem o dirá? ... – também o meu”.³³(grifos nossos).

O Pensionato: paraíso das moças (1988) é um livro de memórias. Conforme destacou a autora, a obra buscou dar conta de “relatos verídicos” sobre fatos vivenciados por ela, não apenas na Bahia como também no Rio de Janeiro e em outras cidades. Há registros de experiências tanto da infância quanto da vida adulta de Maria Feijó.

Esse livro é significativo para nossa pesquisa, pois revela aspectos de determinados estabelecimentos que se tornaram “lugar comum” para abrigo de muitas normalistas e professoras que precisavam deixar a casa dos pais para estudar ou lecionar em meados do século XX: os pensionatos.

Estabelecimentos que cresceram em número e exigência a partir de 1930, abrigando moças durante o período de estudos, nos pensionatos cobravam-se um comportamento digno, moral e “lícito”. Segundo Maria Feijó, quando se mudou para o Rio de Janeiro para dar início ao seu curso universitário, já na segunda metade do século XX, essa vigilância, ainda mantida pelos proprietários dessas casas, era bastante rigorosa, e as moças precisavam seguir à risca todo o regulamento.

O destaque da narrativa dessa obra está centrado no relato de mudança da autora, na cidade do Rio de Janeiro, de um pensionato para outro. Por conta do pouco conhecimento que tinha acerca

³³SOUZA, Maria Feijó de. *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972, p.7.

da cidade, e tendo que encontrar um lugar que lhe oferecesse melhores condições de abrigo, Maria Feijó hospedou-se num estabelecimento do qual não possuía referências. “Paraíso das moças” foi o adjetivo dado pelo porteiro que a recepcionou a um lugar aparentemente aconchegante e conceituado.

Pelo aspecto físico registrado desde a fachada, Maria Feijó afirmou que a sensação era de estar, de fato, num paraíso. Mudou-se para esse “hotel” com uma colega. Na primeira manhã, no entanto, observou que no paraíso não havia nenhuma “Eva”. Segundo ela, a desconfiança causada por aquele vazio a impediu de desarrumar as malas, embora não tivesse percebido que tipo de hospedagem era oferecido naquele lugar. No cair da primeira noite, no entanto, despertou para o tipo de serviço oferecido pelo hotel:

Tudo ali era verde e lindo ... Tudo muito bonito. Belíssimo. À meia-luz, aquilo nem parecia ser paraíso. Assemelhava-se mais com o céu na “Rua de Russell”... A medida que a noite se esticava, as evas iam aparecendo. Lá para as tantas, entre vinte e quatro e uma da manhã começa a chegar o adão de cada uma. Muitas no jardim, já instaladas... Divãs... almofadas por todos os lados, no chão, inclusive. Almofadões. Lindos. Lindos. Eles, junto, aconchegados... não se distinguindo se havia duas ou uma pessoa, almofada ou gente...³⁴

O pensionato, na verdade, era um lugar disfarçado para encontros de homens e mulheres prostitutas que fingiam serem noivos.

Maria Feijó alegou ter ficado horrorizada com a experiência. Mas como ela pode ter visto tudo que relatou? Respondeu: “Porque mesmo enrolada da cabeça aos pés, deixei uma fresta para o nariz, da qual vez por outra, a ouvir passos suspendia um pouquinho a colcha, apertando um olho e abrindo outro. Pronto. O bastante”.³⁵

O que interessa nesse relato é a percepção dos pensionatos por Maria Feijó. Para ela, esses espaços constituíram-se em local de prisão e ao mesmo tempo de paraíso para as moças, sobretudo aquelas formadas ou formandas no magistério primário que precisavam, de maneira recorrente, viver nesses estabelecimentos. Se, por um lado, havia, conforme relatou, uma vigilância exacerbada e a exigência de princípios morais, por outro, era também nos pensionatos que as moças de sua época encontravam espaços para descobertas, já que podiam conviver com múltiplas experiências, longe dos olhos paternos e burlando, sempre que podiam, as regras impostas por seus novos vigilantes.

³⁴SOUZA. Maria Feijó de. *O pensionato: paraíso das moças*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1988, p.26.

³⁵ *Ibidem*.

2.3 A PROJEÇÃO LITERÁRIA DE UMA EXPERIÊNCIA

Publicado no ano de 1978 pela editora MAX, do Rio de Janeiro, o romance *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*, narrado por uma personagem chamada Marta, conta a história de Maria Luísa Peixoto de Moura, uma jovem nascida em Alagoinhas que se formou pela Escola Normal da cidade em 1937, e exerceu o magistério primário entre os anos de 1938 e 1949 em diversas cidades do interior da Bahia.

A narrativa inicial do romance foi ambientada na cidade do Rio de Janeiro. Em um domingo ensolarado da década de 1970, Marta, a personagem narradora, banhava-se no mar e tomava água-de-coco na praia de Copacabana. Eram os programas favoritos dela para os finais de semana. Em um desses passeios, ela encontrou Maria Clara, uma amiga vinte anos mais jovem, professora primária de um bairro periférico do Rio de Janeiro. Maria Clara estava visivelmente abatida. Ao perceber a tristeza da colega, Marta interrogou-lhe sobre os motivos: “responsabilidades e não-reconhecimento pela profissão”, respondeu-lhe a jovem.

Diante daquela resposta, Marta, que há alguns anos também teria sido formada em professora primária na Bahia, e que vinha exercendo a profissão de jornalista na capital carioca, desde que passou a morar naquela cidade, procurou ajudar Maria Clara contando-lhe a história de outra jovem, Maria Luísa Peixoto de Moura, Luisinha, colega de turma que, assim como ela, ainda no desabrochar para a vida, teria enfrentado problemas muito piores frente ao magistério primário, quando o exerceu no sertão da Bahia, na década de 1940.

Dessa maneira, Marta faz uma retrospectiva, um esforço de memória para reconstituir a trajetória da colega Maria Luísa Peixoto. Volta, portanto, à Bahia do início do século XX, onde essa jovem teria vivido sua história.

Natural de Alagoinhas, Maria Luísa obteve o diploma de professora primária pela Escola Normal da cidade, em dezembro de 1937. No ano seguinte, prestou concurso para professora primária do interior e foi aprovada com nota 9. Assumiu cadeira, pela primeira vez, na cidade do Senhor do Bonfim onde ensinou por apenas alguns meses. Após acusação de envolvimento com o prefeito da cidade, pela primeira dama, pediu transferência para Vila de Aramari, à época, distrito de Alagoinhas.

Maria Luísa ensinou nesse local por um longo período. De acordo com a narrativa, que não apresenta data específica para os eventos, ela ainda lecionava nessa vila operária quando a Segunda Guerra Mundial chegou ao fim, permanecendo mais um ano nela. Durante esse tempo, pediu licença por um ano, pois mais uma vez foi acusada pelos habitantes do lugar de haver se envolvido com um homem casado. Nesse intervalo, chegou a assumir uma cadeira como professora interina na

cidade de Santo Amaro da Purificação, experiência de dois meses e meio que ela julgou ter sido o oásis de sua vida no magistério primário baiano.

Cansada de ser professora de vila, Maria Luísa foi ao Departamento de Educação em Salvador e pediu transferência junto com a Escola em que lecionava para uma das ruas periféricas de Alagoinhas, a Rua Conselheiro Junqueira, conhecida como Rua do Catu. Mais uma vez, não demorou a ser transferida, assumindo, posteriormente, a direção da Biblioteca pública Brasilino Viegas, após ter feito um curso de biblioteconomia na cidade de Salvador, em 1949.

Por sua vez, a escritora Maria Feijó tem uma trajetória de vida muito semelhante. Igualmente formada em 1937, prestou concurso no ano seguinte e lecionou nos mesmos lugares que a personagem Luisinha. Como justificativa da semelhança entre a narrativa e a vida pessoal, a autora informou, logo na introdução do romance, que a opção pela escolha dos mesmos cenários decorria do conhecimento que ela tinha desses lugares. “Conheci-os, como a palma da minha mão” afirmou em uma das suas negativas de autobiografia.³⁶

Entretanto, as semelhanças entre personagem e autora não se restringem somente aos lugares de exercício do magistério primário. Por toda a narrativa, há uma série de fragmentos que suscitam essas semelhanças. Os relatos transcritos adiante, que contam o momento da formatura de ambas, é um exemplo dessa característica da obra. Ambos os fragmentos textuais foram escritos por Maria Feijó em dois momentos e condições de produção diferentes. O primeiro refere-se ao evento de sua própria formatura, no ano de 1937. É um texto no qual ela lembra, com saudade, a sua colação de grau. Ao que parece, foi lido em um programa noturno de uma emissora local, em uma das visitas de Maria Feijó à sua terra natal. Posteriormente, o texto foi publicado no livro *Alecrim do tabuleiro* (1972).

O segundo fragmento, por sua vez, refere-se à colação de grau, também no magistério primário da personagem criada por Maria Feijó na obra *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* (1978). Não se sabe ao certo quando o texto foi escrito, já que o romance certamente consumiu longos anos de dedicação da autora, mas a publicação integral da obra data do ano de 1978.

Relato memorialístico:

O tempo já vai longe, mas o mês foi de dezembro e a data, oito, uma quarta-feira. O sol brilhava meio tímido sem querer, dentro de um fim de tarde, mansa, doce e bela, com uma leve poeira ainda dourando as folhas das árvores frondosas. A escola foi o Ginásio de Alagoinhas [...]. Colação de grau sem quase ninguém, sem solenidade, nada. Só o juramento. Aquele belíssimo juramento de tão sublime significado. Tudo muito triste, muito pálido, muito sem vida, muito vazio. [...] Um emaranhado de planos se desenhava... E mesmo em meio à tristeza daquela colação de grau...vibrava... intimamente exultava, pois tinha nas mãos, o fruto do esforço,

³⁶SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.7.

conseguido durante anos consecutivos, a ele agora abraçada... Diploma de professora primária, obtido com tanta luta, tanto empenho, tanto sacrifício. Mas também com tanta vocação, tanto ardor, tanta vontade de vencer.³⁷

Relato ficcional:

Nesse dia, nossa terra se deixava envolver pelo clima dulcíssimo do grande “dia santo de guarda”: Nossa Senhora da Conceição[...]. Como o querer é poder chegou o grande momento da vida de Luísa Peixoto. Transpostas todas essas montanhas de obstáculos, com a perseverança, teimosia e a vontade que Deus lhe deu... Sem nenhuma solenidade. Nem por isso deixava de ser formatura[...]. E o automóvel chegou à Escola Normal. Silenciosa. Triste. Deserta. Completamente deserta. Adormecida. Impávida. Aristocrática. Vazia... Não houve solenidade. Não houve festa. Nada houve. Só o seu coração e sua alma se vestiam de festa e apoteose.³⁸

Como se vê, escritora e personagem, criadora e criatura ligadas por um elemento em comum: o magistério primário. O romance revela a projeção de uma experiência pessoal numa personagem de romance, aspecto que o caracteriza como uma espécie de autobiografia romanceada, ficcionalização da trajetória de uma senhora que olha com saudade e nostalgia para o seu passado, lembrando seu tempo de “menina-moça”, “rosa desabrochando”, vividos numa cidade do interior e acolhendo com dificuldades, os problemas impostos no enfrentamento com o mundo adulto e profissional.

Sabe-se que as substâncias das quais são feitas uma personagem nem sempre tem relação direta com o mundo empírico. Conforme assegurou Antônio Candido, toda personagem de romance é um ser fictício. Decerto que a própria expressão *ser* soa como um paradoxo. Entretanto, para ele, “a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verossimilhança depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial”.³⁹

Antônio Cândido afirma ainda que é importante, na estrutura da obra de ficção, que a personagem tenha características que a identifiquem com o ser vivo, ou seja, que ela passe por situações semelhantes àquelas vividas no cotidiano dos seres humanos. Em vista disso, os vínculos entre escritor e personagem são antes de qualquer coisa, necessários, pois dessa maneira o autor pode dar “vida” ao ser “fictício”.⁴⁰

Essa relação entre o ser empírico e o ficcional, que constitui o alicerce do romance moderno, e que se manifesta através da personagem, faz com que o leitor estabeleça relações diretas entre o mundo imaginário da obra e a realidade que lhe é exterior. Para Antônio Cândido, isso é um problema, pois embora nasça de pessoas vivas, as personagens nunca correspondem à elas. A

³⁷ SOUZA, Maria Feijó de. *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972, p.103-104.

³⁸ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, pp.95-96.

³⁹ CÂNDIDO, Antônio [et al]. *A personagem de ficção*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1985, p.55.

⁴⁰ *Ibidem*.

personagem é, portanto, fruto de uma invenção de seu criador, embora mantenha, sobretudo para ser eficaz e convincente, os vínculos necessários com a realidade desse criador, seja a sua realidade individual ou do mundo que o cerca.⁴¹

Para Autran Dourado, a feitura de um romance e os bastidores da criação de uma personagem é um processo inteiramente diferenciado aos olhos do criador, de um crítico, ou de um “leitor comum”. Ao analisar as concepções dos críticos da literatura acerca da obra literária, Dourado chama a atenção para um aspecto importante nesse debate, qual seja, a percepção, por parte dos críticos, da literatura à luz das ciências subjacentes às suas formações acadêmicas, e não à luz do próprio estatuto literário. Segundo ele, os criadores dos romances pouco se importam com o real, “a não ser secundariamente, para passar a sua falsa moeda e iludir”.⁴²

Diante desses argumentos, poder-se-iam estabelecer relações diretas entre a personagem Maria Luísa e Maria Feijó? Em caso afirmativo, quais elementos possibilitariam assegurar que o romance tem características autobiográficas uma vez que, conforme afirmou Autran Dourado, mesmo quando o romancista pretende retratar uma pessoa da vida real, ou retratar a si mesma, o que faz é apenas uma retratação, não da pessoa real, mas de uma figura que existe dentro dele, uma imagem filtrada pelas lentes da memória e da imaginação?⁴³

Uma alternativa para solucionar esse impasse, seria pensar a biografia ficcional não como um defeito, mas como um ambiente privilegiado e de liberdade para o escritor, um espaço onde ele pudesse atuar livre das amarras das ciências humanas e sociais.⁴⁴

Ademais, tanto o texto biográfico acadêmico quanto o ficcional assentam os seus referenciais numa base comum, que é o mundo real. À luz dessa afirmação, cabe ao historiador pensar em uma categoria mais abrangente, como a de *mundos possíveis*, visto que nenhuma reconstituição biográfica, seja ela histórica, jornalística, ou literária, é capaz de apreender a realidade tal qual ela aconteceu, limitam-se apenas à representá-la no plano do discurso.⁴⁵

Importa ressaltar que aquilo que interessa na obra de Maria Feijó não é a *mimesis* ou transposição do real que ela possivelmente faz na sua narrativa. Sabe-se que o escritor, ainda que diga estar retratando determinada realidade, tudo transforma e transfigura de acordo com o próprio olhar que lança sobre o mundo. Sob este aspecto, interessa muito mais a consubstanciação desse real na narrativa bem como a percepção da forma pela qual Maria Feijó selecionou e organizou

⁴¹ Ibidem.

⁴² DOURADO, Autran. “Personagem, composição, Estrutura”. In: *Uma poética de Romance: matéria de carpintaria*. Ed. Revista e ampliada pelo autor. Rio de Janeiro: Rocco, 2000, p. 94.

⁴³ Ibidem, pp. 92-105.

⁴⁴ Para este tema ver: BRUCK, Mozahir Salomão. *A denúncia da ilusão biográfica em Mário Claudio e Rui Castro*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Literatura e Língua Portuguesa. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_BrukMS_1.pdf>. Acesso em 26.01.2012.

⁴⁵ Ibidem.

determinados elementos do real vivido, seja por ela ou pelos indivíduos que compuseram o seu mundo.

Ao selecionar e organizar determinados elementos do real, Maria Feijó construiu um sentido sobre um determinado momento histórico. Segundo Sandra Jathay Pesavento, esses sentidos construídos sobre si, e sobre os outros, fundamentam as próprias existências de quem os elaboram. Para Pesavento, “indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade” e essa ação envolve no mínimo, “processos de percepção, identificação, reconhecimento, classificação, legitimação e exclusão”.⁴⁶ É essa ação seletiva que será analisada na obra em questão.

O conceito de representação aqui empregado refere-se àquele largamente discutido por Roger Chartier, segundo o qual as representações do mundo social não são discursos neutros, ao contrário, visam à produção de estratégias e práticas para legitimar determinados projetos em detrimento de outros, “ou justificar, para seus próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”.⁴⁷

Chartier afirma que as representações do mundo social são construídas em meio a conflitos e disputas, assim como os discursos, os símbolos e os significados são sempre determinados pelos interesses dos grupos que os forjam. Não obstante, esses significados podem variar, já que cada indivíduo irá se apropriar dele de diferentes maneiras, ou seja, irá fazer uma representação particular dele, deslocando-o para algo novo. Reconhece, portanto, a ideia de interação na qual o fenômeno social só ganha sentido se estudado a partir dos eixos norteadores da reflexão das Ciências Humanas: as representações, as práticas e as apropriações. Sendo assim, as “lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe ou tenta impor a sua concepção de mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio”.⁴⁸

Por seu turno, a escolha da fonte literária como matéria-prima para reconstituição da história decorre da concepção de que a literatura, ao converter-se em objeto de investigação histórica cumpre uma função capital, pois ela não apenas contribui para a representação de uma dada realidade, como também transforma, a partir do discurso construído no seu interior, determinadas práticas sociais.

⁴⁶ PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

⁴⁷ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1998, p. 13-28. Para Chartier, representação implica numa relação ambígua entre uma ausência e uma presença. As concepções correspondentes à palavra “representação” atestam duas famílias de sentido que parecem contraditórios. Por um lado, representar seria fazer ver uma ausência, neste caso há uma distinção clara entre o que representa e o que é representado, representar seria tornar um ausente presente a partir de uma imagem mental ou material; por outro lado, representar seria a apresentação de uma presença, a apresentação pública de algo ou alguém.

⁴⁸ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1998, p.17. Ver também: CHARTIER, Roger. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, nº 11 (5), p. 173-191, 1991.

Lançar mão da escrita ficcional como fonte para (re) construção da história, implica, portanto, em aproximar a História da Literatura. Para Roger Chartier, essa aproximação pode ocorrer sob duas maneiras. Na primeira, há uma “aproximação plenamente histórica dos textos”, que são vistos como resultado de uma negociação, reconhecidamente, produtos de uma série de operações em torno de sua produção, publicação e consumo.⁴⁹

A segunda modalidade vê os textos literários como uma “representação aguda e original dos próprios mecanismos que regem a produção e transmissão do mistério estético”, reconhece, neste sentido, o estatuto da “instituição literária”.⁵⁰

Independente da tensão estabelecida entre História e Literatura na construção da narrativa histórica, deve-se reconhecer que, especialmente no final do século XX, a crítica literária tem dado grandes contribuições à História, ao “ensinar” aos historiadores a reconhecer o papel ativo da linguagem, dos textos e das estruturas narrativas na criação e descrição da realidade histórica.⁵¹

Loyd S. Kramer assinala que o grande valor da Literatura moderna reside na sua predisposição em explorar o movimento da linguagem e dos seus significados em todos os aspectos da experiência social, política e pessoal. Para ele, diferente dos historiadores que continuam a procurar a narrativa do mundo tal como ele existiu, e dificilmente admitem que ela é parcial e lacunar, os escritores criativos foram muito além das antigas e estáveis concepções de mundo que os forçavam a produzir uma cópia literal de uma realidade supostamente estática.

Talvez por medo de estabelecer uma separação cada vez maior entre história e ciência, alguns historiadores temem enfatizar a linguística no fazer historiográfico. Entretanto, para Kramer, essas razões não devem motivar o historiador a colocar a crítica literária à margem de suas tentativas de compreensão da natureza das experiências e dos textos históricos.⁵²

Desse modo, sob a ótica de uma perspectiva histórica, a literatura deixou de ser vista como um produto destinado ao puro deleite e fruição do espírito. Como observou Nicolau Sevcenko, os grupos que se ocuparam da escrita literária ao longo dos anos, iluminaram de alguma maneira, a realidade que lhes foi imediatamente subjacente, já que, em sua maioria, estavam preocupados com os problemas mais candentes da sociedade em que viviam.⁵³

Portanto, ao escrever *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* (1978) tantos anos depois, Maria Feijó, além de saldar uma dívida com as professoras primárias, “esquecidas pela

⁴⁹CHARTIER, Roger. “História e Literatura”. *Topoi*. Rio de Janeiro, nº 01, p. 197.

⁵⁰ Ibidem.

⁵¹Sobre esse debate ver: KRAMER, Loyd S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCrapa. In: HUNT, Lynn. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, pp. 131-175.

⁵² KRAMER, Loyd S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCrapa. In: HUNT, Lynn. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p.172.

⁵³SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

indiferença dos próprios ex-alunos, que as deixaram inclementemente, à mercê da ingratidão”⁵⁴, acabou revelando aspectos de um tempo em que a formação da professora primária ocorria sob a tutela de um sistema autoritário e centralizador.

Ainda que não tenha sido o objetivo da escritora, a narrativa queixosa e ressentida acabou dando ao romance um caráter de “obra-denúncia”, e isso certamente ocorreu porque Maria Feijó adensou a sua escrita num contexto histórico fundamental para a sua própria vida. Um momento em que, sob vários registros, ela afirmou ter vivido, ao mesmo tempo, as suas experiências mais significativas e as mais difíceis.⁵⁵ Ao tempo em que alcançava um ideal, o de ser professora primária, julgava-se incompreendida e perseguida pelos grupos dirigentes que estavam no governo.

Portanto, mesmo que Maria Feijó jamais tivesse coragem de “se retratar publicamente”, conforme assinalou na introdução do romance, não deixou de conferir à sua obra o caráter de autorrepresentação.⁵⁶

A produção intelectual dela, em particular esse romance, remete à discussão autor/ator proposta por Chartier. A noção de função-autor, sugerida nesta discussão, coloca o escritor como uma personagem pública que reflete no seu discurso os modos de existência, circulação e funcionamentos do seu meio social. E ao falar do outro, fala de si mesmo, revela, ao escrever sobre a sua comunidade, seu próprio modo de ver e estar no mundo.

O desafio, portanto, diante desse romance é perceber e reconstituir, a partir da investigação das práticas de suas personagens, aliada à análise da documentação de arquivo, a condição das professoras primárias da Bahia, especificamente de Alagoinhas, no período do Estado Novo. Além disso, cabe delinear também quais os vínculos que essas professoras, que serviram de inspiração para a criação da narrativa literária, mantinham com a imprensa e os dirigentes locais, visto que no Estado Novo eram comuns as articulações desses grupos com as Escolas Normais, fato que contribuía, em grande medida, para formar o perfil da professora primária naquele período.

No entanto, antes de partir para a reconstituição desse processo, cabe expor como, desde o final do século XIX, a formação da professora primária já se constituía em matéria de debate por determinados grupos. Como esse debate ocorreu no seio da Literatura Brasileira, tomando como fonte algumas obras escritas entre o final do Império e os momentos de gestação do Estado Novo, é o foco da próxima seção.

⁵⁴ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 9.

⁵⁵ SOUZA, Maria Feijó de. Entrevista à revista *Educarte*. op.cit.; *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972.

⁵⁶ Na introdução do romance Maria Feijó escreveu: “Autobiografia? Sim, poderão pensar. Mas... também não é. Não me encaixo no rol das pessoas quase perfeitas como é Luísa Peixoto. Não viveria, jamais, a vida que ela viveu. E se assim fosse, coragem não teria de, publicamente, me retratar”. SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.7.

3 LEITURAS E LITERATURA SOBRE O MAGISTÉRIO PRIMÁRIO

3.1. TRAMAS E DRAMAS DAS MARIAS NOS ROMANCES BRASILEIROS

A narrativa do romance *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária* (1978), conforme foi dito, começa a partir do encontro, no Rio de Janeiro, na década de 1970, de uma professora chamada Maria Clara com a amiga Marta, a personagem narradora da obra.

Ainda que exercendo o magistério primário naquela cidade há tão pouco tempo, Maria Clara já se mostrava cansada e desiludida com a profissão do magistério.

A título de incentivo, Marta conta-lhe a trajetória de outra jovem também conhecida como Maria. Igualmente professora primária, Maria Luísa teria passado por semelhantes experiências e dificuldades no exercício da profissão docente, embora o tivesse exercido em lugar e momento diferentes: o interior baiano, entre as décadas de 1930 e 1940.

Por sua vez, a escritora Maria Feijó, também manteve estreitas relações com o magistério primário, pois, assim como as personagens a quem deu vida no romance citado, ela também foi diplomada como professora na Bahia, em 1937, e igualmente lecionou em algumas cidades do interior baiano.

Reconhecidamente apaixonada pela Literatura Brasileira, Maria Feijó registrou em diferentes depoimentos e textos, os autores e obras que lhes serviram de inspiração e motivação para adentrar o campo literário. Entre os autores, Rachel de Queiroz e, entre as obras, o romance *As Três Marias*, publicado no ano de 1939, dois anos depois da formatura da escritora no magistério primário.⁵⁷

Tal como Maria Luísa, Maria Clara e a própria Maria Feijó, também são professoras primárias, Maria Augusta, Maria da Glória e Maria José, as três Marias da obra de Rachel de Queiroz, com a diferença de que elas haviam sido diplomadas por um colégio religioso em meados da década de 1930, no Ceará.

As três Marias de Rachel de Queiroz, são, portanto, conterrâneas de outra anterior: a Maria do Carmo, de *A Normalista*, de Adolfo Caminha, romance publicado em 1893. Maria do Carmo, assim como Maria Clara, Maria Luísa e Maria Feijó, também foi aluna de Escola Normal, e, da mesma forma que Maria Augusta, Maria da Glória e Maria José, estudou em colégio religioso.

Observa-se que são personagens criadas em contextos históricos completamente diversos. Maria do Carmo, de Adolfo Caminha, testemunha a implantação da República no Brasil, “as três Marias”, de Rachel de Queiroz, vivenciaram a derrocada da experiência republicana na década de

⁵⁷Arquivo Público de Alagoinhas. Dossiê Maria Feijó. Dados bibliográficos da autora. Documentos avulsos.

1930, e as Marias, Clara e Luísa, estabelecem relações com dois momentos históricos diferentes. No tempo da escrita, testemunham sobre a década de 1970, e no tempo da narrativa remetem, sobretudo, ao Estado Novo.

Considerando estas diferenças, o que estas personagens teriam a dizer em comum a respeito de suas condições de normalistas e, posteriormente, de professoras primárias? Em que medida, após tantos anos, aparecem refletidas na personagem Maria Luísa, as representações engendradas sobre a docência primária na personagem Maria do Carmo da obra *A Normalista*?

São estas as questões que essa seção busca responder a partir da análise do perfil atribuído à essas personagens nas obras literárias acima referidas.

3.1.1 Maria do Carmo: Imagens literárias da professora primária no Império

Toma-se como ponto de partida, para o estudo das representações que foram feitas acerca das professoras primárias, a personagem Maria do Carmo, do romance *A Normalista*. Esta personagem, diferente das demais Marias analisadas, é a única que foi concebida pela pena de um homem. O romancista Adolfo Caminha, cearense nascido na cidade de Aracati, no ano de 1867, é conhecido como um dos principais representantes do Naturalismo no Brasil. Suas obras são marcadas pelo destaque às perversões e aos crimes, sobretudo aqueles que testemunhavam o cotidiano urbano do final do século XIX.⁵⁸

Essa característica do autor está evidenciada na personagem Maria do Carmo. Marcada por um intenso traço de sensualidade, o lado lascivo e carnal incorporado à representação da normalista decorre, ao que parece, de certa rejeição que a sociedade mostrou para com a implantação, de forma sistematizada, na maioria das cidades brasileiras, das Escolas Normais.

Sabe-se que vários segmentos conservadores da sociedade reagiram à inserção das mulheres nesses espaços, chegando a avaliar as primeiras normalistas recrutadas por eles como moças de moral duvidosa. O processo de construção da imagem feminina como apropriada ao magistério não se deu sem retaliações: “para alguns parecia uma completa insensatez entregar às mulheres usualmente despreparadas, portadoras de cérebros ‘poucos desenvolvidos’ pelo seu ‘desuso’ a educação das crianças”.⁵⁹

⁵⁸ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. São Paulo. Martin Claret, 2007. Dados biográficos do autor. Há informações de que Adolfo Caminha foi um romancista pouco valorizado na sua época. Revalorizado em meados do século XX, Caminha ficou conhecido pela coragem em tratar temas pouco discutidos pela sociedade da qual fazia parte, como por exemplo, o homossexualismo, tema corajosamente discutido na obra *O Bom Criolo*, de 1895. É também de sua autoria, o romance *Tentação*, publicado em 1896, um ano antes de sua morte, que se deu no Rio de Janeiro em 1897. A violência que marca a obra do autor foi discutida por Carlos Eduardo Bezerra em artigo breve, conquanto, bastante esclarecedor. BEZERRA, Carlos Eduardo. “Poder, Violência e Exclusão nos romances *A Normalista* e *Bom-Criolo* de Adolfo Caminha. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. Anpuh/SP-USP. Setembro de 2008.

⁵⁹ LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: *História das mulheres no Brasil*. /Mary Del Priori (org). 8. ed. - São Paulo: Contexto, 2006, p. 450.

Na Bahia, estudos recentes apontam para um caminho diferente. Sabe-se que ainda na primeira metade do século XIX, a Escola Normal, que desde a sua fundação, em 1836, só recebia matrículas masculinas, fundou uma sessão feminina que passou a funcionar no contra turno, com o objetivo de escolarizar as mulheres.⁶⁰

Diante desse registro, e considerando as tensões sociais que ocorreram nesse estado no decorrer do século XIX, especialmente na primeira metade, Marta Leone Lima conclui que a entrega da responsabilidade educacional à mulher na Bahia, diferente do que ocorria no restante do Brasil, decorria do receio, por parte dos dirigentes baianos, em confiar a disciplina da sociedade a homens “não tão disciplinados”.

Como assinala esta educadora, na Bahia do século XIX, os homens negros eram escravos, parcela significativa dos brancos estava envolvida com os levantes Revolta dos Malês (1835) e Sabinada (1837), e o restante era de trabalhadores livres, brancos e sem instrução.⁶¹

Além disso, documentos da época testemunham que no século XIX os homens brancos teriam assumido o magistério por “oportunismo” e sem compromisso, principalmente em razão dos baixos salários. Na estrutura social vigente, sobraram apenas as mulheres com o perfil ideal para exercer a profissão docente, fato que justificaria a criação da sessão feminina na Escola Normal, e o ingresso imediato de mulheres no magistério.

Reconhece-se que essa informação é imprescindível para repensar a inserção das mulheres nas Escolas Normais no Brasil do século XIX. No entanto, entende-se que, para além de cooptação dessas mulheres pelo Estado para substituir os homens “indisciplinados”, havia também um interesse por parte dessas mulheres nesse processo de substituição. O estudo de Marta Leone Lima, ao concluir por essa substituição como única opção possível, de cima para baixo, não dá visibilidade às lutas que muito provavelmente foram travadas por essas mulheres para que essa ação fosse efetivada.

Sem perder de vista essa situação atípica, no geral, o sistema educacional do Império era caracterizado por um aspecto doméstico, ainda que, desde a década de 1830, já se notasse, por parte do Estado, interesse em sistematizar a instrução pública. A situação das escolas era bastante precária. Carecia de lugares e material didático adequados, a remuneração dos professores era baixa e nem todos possuíam formação específica ou dominavam os métodos de ensino vigentes. Além disso, como muitas famílias de posses não permitiam que seus filhos frequentassem as mesmas escolas públicas que eram destinadas à população em geral, contratavam-se, muitas vezes, preceptoras, medida que contribuía para dar uma feição doméstica e privada ao sistema de ensino.⁶²

⁶⁰ Ver: LIMA, Marta Maria Leone. *Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. 2006.

⁶¹ *Ibidem*, p.131.

⁶² VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. “Entre quatro paredes”. *Revista História da Biblioteca Nacional*. Ano 3. n. 35. Agosto de 2008.

Muito em função do não acatamento pela sociedade desse processo de formação de professoras para o ensino formal, tanto as normalistas quanto as Escolas Normais serviram de base e inspiração para a construção das mais variadas representações. O romance *A Normalista*, por exemplo, constitui-se claramente como um relato dessa reação. O narrador, em mais de uma passagem, retrata a Escola Normal como um lugar onde o ócio e a frivolidade causariam a ruína das jovens normalistas. O fragmento de texto abaixo assinala essa imagem negativa:

A educação feminina é um mito ainda não compreendido pelos corifeus da moderna pedagogia [...]. Que é a Escola Normal, não me dirão? Uma Escola sem mestres, um estabelecimento anacrônico, onde as moças vão tagarelar, vão passar o tempo a ler romances e a maldizer o próximo.⁶³

Em outra passagem, quando Maria do Carmo adoece por conta da gravidez e faz confidências à amiga Lídia, justificando sua falta por uma semana à Escola Normal, esta, que também não frequentava mais a Escola, porque há pouco tempo teria adquirido matrimônio, respondeu-lhe:

[...] Agora então que estou casada, olha... Fez um gesto com as mãos. - ... bananas, não estou para suportar desaforos d'aquela canalha. Porque tudo aquilo é uma canalha, menina. Fazes muito bem não pondo os pés naquela feira de reputações. *As raparigas ali aprendem a ser falsas e imorais...*⁶⁴ [Grifos nossos].

Filha de sertanejos apossados pela seca que ocorreu na década de 1880, no Ceará, Maria do Carmo foi entregue ao padrinho, João da Mata, que residia na capital desse estado. Em Fortaleza, sob a tutela do padrinho que há muito havia sido mestre-escola, e após a morte dos pais, Maria do Carmo foi matriculada no Imaculada Conceição, um colégio de freiras.

João da Mata, o padrinho de Maria do Carmo, por sua vez, dizia-se livre pensador, não acreditava em santos e maldizia os padres, discordando, portanto, dos saberes ensinados nos colégios internos. Para ele, aqueles ensinamentos eram “um couro de patifarias”. Conforme narrado, João da Mata queria que a educação do Brasil se assemelhasse ao modelo europeu, onde as mulheres, assim como os homens, desenvolvessem-se física e moralmente. Ele defendia a ideia de uma educação moderna, livre e sem “intervenções de batinas”.⁶⁵

Em razão desta crença, João da Mata retirou Maria do Carmo do internato e a colocou na Escola Normal. Observa-se que a partir deste momento, o narrador começa a compor uma visão negativa sobre a normalista.

Ao descrever o comportamento da personagem quando ainda frequentava o colégio de freiras, o narrador reporta-se à Maria do Carmo nos seguintes termos:

⁶³ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. São Paulo. Martin Claret. 2007, p.181.

⁶⁴ *Ibidem*, p.146.

⁶⁵ *Ibidem*, pp. 22-23.

[...] aquela Maria do Carmo do *Imaculada Conceição*, toda santidade, magrinha, com uma cor esbranquiçada e mórbida de cera velha, o olhar macilento, a falar sempre no Padre Reitor e na Superiora e na Irmã Filomena e em outras pieguices. Uma tontinha a Maria naquele tempo. Quando ia passar o domingo em casa, uma vez no mês, metia-se pelos fundos do quintal ou pelas camarinhas, muito calada, muito sonsa, a ler *Imitação*; não chegava à janela, não aparecia às visitas, doida por voltar ao colégio...⁶⁶

Nota-se o traço religioso e tímido de Maria do Carmo. No entanto, alguns meses após ter sido matriculada na Escola Normal, o narrador apresenta um perfil totalmente diferente da personagem:

Havia meses que Maria do Carmo cursava a Escola Normal. Sua vida agora traduzia-se em ler romances que pedia emprestados a Lídia, toda preocupada com bailes, passeios, modas e *tutti quanti*...

Ia à Escola todos os dias vestidinha com simplicidade, muito limpa, mangas curtas evidenciando o meio braço moreno e roliço, em cabelo, o guarda-sol de seda na mão, por ali afora. - toc, toc, toc - até a praça do Patrocínio, *como uma grande senhora independente*.

[...] A fama da normalista encheu depressa toda a capital. Não se compreendia como uma simples retirante saída havia pouco das irmãs da caridade fosse tão *bem feita de corpo*, tão *desenvolta* e *insinuante*... [grifos nossos].⁶⁷

Adiante, acrescenta:

A princípio evitava conversar em amores, corando a qualquer palavra mais livre ou a qualquer fato menos sério que lhe contava as colegas de estudo. Agora, porém, ouvia tudo com interesse, procurando inteirar-se dos acontecimentos, sem acanhamento, sem receio. Pouco a pouco foi perdendo os antigos retraimentos que trouxera da *Imaculada Conceição*. A convivência com as outras normalistas transformara-lhes os hábitos e as idéias.⁶⁸

Ao perceber as mudanças no comportamento da afilhada, João da Mata sentiu-se atraído por ela. Maria do Carmo, por sua vez, apaixonou-se por um estudante de direito conhecido como Zuza. Embora pertencesse a uma família de status social completamente diferente, Zuza também gostava muito de Maria do Carmo. Achava-lhe, porém, um pouco “matuta”. Ao fazer considerações com os amigos sobre essa possível tolice da moça, ouvia como resposta:

É o que tu pensas... Hoje não há que fiar em moças, pobres ou ricas. Todas elas sabem mais do que nós outros. Lêem Zola, estudam anatomia humana e tomam cerveja nos cafés. *Então as tais normalistas, benza-as Deus, são verdadeiras doutoras de borla e capelo em negócio de namoros*. Sei de uma que foi encontrada pelo professor de história natural a debuxar um grandessíssimo falo com todos os seus apretechos.⁶⁹ [grifos nossos].

⁶⁶ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. São Paulo. Martin Claret. 2007, p. 22.

⁶⁷ Ibidem, p. 23.

⁶⁸ Ibidem, p. 36.

⁶⁹ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. São Paulo. Martin Claret. 2007, p. 81.

De acordo com a narrativa, João da Mata, diferente de Zuza, não achava que Maria do Carmo fosse tola. Para essa personagem, a normalista “Maria do Carmo além de ser uma rapariga asseada e apetitosa como uma ata madura, tinha, sobre as outras, a vantagem de ser inteligente e educada”.⁷⁰ Havia, pois, uma disputa entre Zuza e João da Mata pelo amor de Maria do Carmo. O primeiro, ainda que sob os avisos dos amigos, -“olhe que a moça é normalista!”⁷¹-, pretendia casar-se. O segundo, ao contrário, impossibilitado de assumir quaisquer relações formais com ela, que era sua afilhada, tinha-lhe apenas desejo carnal.

De acordo com os registros literários, a mulher culta detinha uma sexualidade ainda mais desejada. Por muito tempo, a ignorância parece ter sido considerada como indicador de pureza, o que colocava a mulher não ignorante como não pura.⁷² À luz dessa imagem é possível pensar que, de certa forma, a professora ou a normalista viria a exacerbar a feminilidade da mulher.

De fato, não era a imagem de uma mulher sensual como Maria do Carmo que a sociedade queria nas salas de aula ensinando aos seus filhos. Guacira Lopes Louro ressaltou que nas Escolas Normais, entre os anos finais do século XIX e início do século XX, foi-se criando “um jeito de professora”. Através de múltiplos dispositivos, práticas e rituais, construiu-se uma estética e uma ética sobre essa profissional. Assim, “aprendiam-se os gestos e olhares modestos e decentes, as formas apropriadas de caminhar e sentar”, entre outras normas que levavam consigo para além dos muros das escolas.⁷³

Maria do Carmo, segundo a narrativa, não havia incorporado esse “jeito de professora”. A cada dia mais sensual foi cedendo, aos poucos, aos apelos sexuais de João da Mata: “não queria decepcionar o padrinho”. O ato sexual, praticamente forçado por ele funcionou na obra romanesca como um elemento de ajuste e punição. Maria do Carmo engravidou após essa experiência, fato que mudou o seu comportamento, e a afastou dos amigos e da Escola.

Sob esta ótica, entende-se que a narrativa da violência sexual sofrida pela personagem quando foi deflorada pelo padrinho e, posteriormente, a morte do filho que ela foi obrigada a ter às escondidas da sociedade, funcionou, na composição da narrativa, como uma punição ao seu comportamento, incompatível com as expectativas de uma futura professora, mesmo ela sendo uma vítima de circunstâncias alheias à sua vontade.

A opinião do estudante Zuza em relação à moça também mudou no decorrer da narrativa:

É verdade que seu amor não era lá para que se dissesse um amor extraordinário, uma dessas paixões incendiárias que decidem o futuro de um

⁷⁰ Ibidem, p. 108.

⁷¹ Ibidem, p. 114.

⁷² LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: *História das mulheres no Brasil*. /Mary Del Priori (org). 8. ed. - São Paulo: Contexto, 2006, p. 496.

⁷³ Ibidem, p. 461.

cristão, mas tinha a sua simpatia por aqueles olhinhos ternos como os de uma santa, lá isso tinha... Tão boas as palestras ao meio-dia na Escola Normal, enquanto as outras normalistas divertiam-se lá dentro, à espera dos professores! *Uma gatinha levada da breca, essas normalistas!* Com que facilidade a Maria do Carmo, aliás, uma das mais comportadas, entregava-lhe a face para beijar e escrevia-lhe cartinhas perfumadas, cheias de juras e protestos de amor! *Se fosse outro, até já podia ter feito uma asneira... Arrependia-se agora de não ter aproveitado os melhores momentos... Grandessíssimo calouro! Podia ter desfrutado a valer.* [grifos nossos].⁷⁴

A própria Maria do Carmo apresenta uma concepção pessimista de si mesma depois que passou a freqüentar a Escola Normal. A caminho do sítio para onde fora levada pelo padrinho para ter o bebê longe de todos, e ao passar defronte ao *Imaculada Conceição*, colégio religioso onde fora matriculada antes da Escola Normal, ela relembrou:

Que mudança na sua vida, que transformação desde 77! Antes nunca tivesse saído da *Imaculada Conceição* para se meter numa *escola sem disciplina e sem moralidade, sem programas e sem mestres*, e onde uma rapariga filha de família, é expulsa da aula porque outra de maus costumes escreveu obscenidades na pedra!

Mil vezes a Imaculada Conceição com os seus claustros, com as suas capelas, com o seu silêncio respeitoso, com a sua disciplina austera; ao menos não teria voltado à casa dos padrinhos, aquela maldita casa de hipócritas, e não teria dado espetáculo com o Sr. Zuza.⁷⁵ [grifos nossos].

Certamente em função dessa rejeição à Escola Normal, conforme sugere a obra *A Normalista*, e mesmo atendendo aos princípios de um novo sistema de governo que estava sendo implantado, fundamentado em um excessivo cientificismo, observa-se, ao longo dos anos, que esse espaço ganhou um caráter profissionalizante. Se nos primeiros tempos, o ensino nesses estabelecimentos dedicava-se mais propriamente a uma educação de formação mais geral, doravante, a normalista seria inequivocamente professora.

Com o advento da República, sobretudo, em função das demandas colocadas pelos novos atores sociais, a superação do arcaico e precário sistema de ensino do Império foi colocada como parte de uma ação imediata.⁷⁶

Reportando-se, mais uma vez, ao romance *A Normalista*, percebe-se como esse processo marcou a narrativa. O advento da República mudou as concepções de ensino para a mulher, e essa nova condição foi registrada pelo narrador. A profissionalização do magistério, assim como a renovação dos métodos pedagógicos foi abordada no texto como algo providencial para salvação daquelas moças frívolas.

⁷⁴ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. São Paulo. Martin Claret. 2007, p. 152.

⁷⁵ Ibidem, p. 175.

⁷⁶ GIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

De acordo com a narrativa, “não há efeito sem causa”, e nesse caso, a causa seria a falta de educação e de mestres bem formados, capazes de “dirigir” a mocidade feminina. “A nossa educação doméstica é detestável, os nossos costumes são de um povo analfabeto”, acrescenta o narrador.⁷⁷ Em vista disso, o Brasil carecia com urgência de uma educação sistematizada e voltada para o campo científico, capaz de enterrar aquele passado “vergonhoso”.

Na narrativa, é exatamente isso que acontece. A própria Maria do Carmo, ao voltar à Escola Normal meses depois da reforma sofrida por esse estabelecimento, parece ter sido redimida pelos erros que cometera no passado. A imagem da normalista sensual foi enterrada pelo narrador, junto ao filho dela que morreu imediatamente ao nascer. Maria do Carmo continuava “nédia e desenvolta”, conquanto, estava noiva de um alferes, e “via diante de si um futuro largo, imensamente luminoso, como um grande mar tranquilo e domente”⁷⁸, isso porque, assim como ela, a escola havia mudado:

O programa era outro, mais extenso, mais amplo, dividido metodicamente em *educação física, educação intelectual, educação nacional ou cívica, educação religiosa...* pelos moldes de H. Spencer e Pestalozzi; o horários da aulas tinha sido alterado, havia uma escola anexa de aplicação, estava tudo mudado.

A esse tempo um grande acontecimento preocupava toda a cidade. Lia-se na seção telégrafo da *Província* as primeiras notícias sobre a proclamação da república brasileira.⁷⁹

Infere-se, pela análise do fragmento, que o narrador de *A Normalista* incorporou essa mudança que estava se processando na sociedade do final do século XIX. E deste modo, contribuiu para instituí-la.

Com a proclamação da República, os grupos dirigentes passaram a preocupar-se em romper com a imagem negativa da mulher que se dedicava à docência. Lançando mão da mística do maternalismo, e da metáfora do magistério como sacerdócio, a mulher que se dedicasse à docência primária, deveria ser, antes de qualquer coisa, portadora de boa conduta.

A próxima seção procura mostrar como ocorreu o processo de consolidação dessa nova condição da docente, tomando como representação dele a obra *As três Marias* (1939), de Rachel de Queiroz. Antes disso, porém, cabe analisar outras produções literárias do momento que antecedeu à publicação desse romance da escritora cearense, a fim de situar alguns elementos subjacentes à essa produção.

⁷⁷ CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. São Paulo. Martin Claret, 2007, p. 182.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 192.

⁷⁹ *Ibidem*, p. 192.

3.1.2 Imagens literárias da professora primária na Primeira República

Frente a tantos problemas a serem superados, a formação do professor foi vista, a partir da proclamação da República, como uma das medidas mais importantes e urgentes. Ainda que submetidas à muitas restrições, as perspectivas trazidas pela proclamação da República no que diz respeito à educação da mulher foram extremamente importantes.

Não há dúvidas de que essa educação era claramente diferenciada. Às mulheres eram reservados saberes que não as desviassem do seu “destino natural” de maternidade e obediência ao marido. Contudo, a partir desse momento, e vinculado a um projeto de modernização da sociedade, higienização da família e construção da cidadania, diversos segmentos sociais se pronunciaram no sentido de estabelecer parâmetros para a educação dessa mulher, na medida em que se questionava qual deveria ser o seu lugar na sociedade.⁸⁰

Um novo desenho foi esboçado para o sujeito feminino. A própria República foi representada na figura de uma mulher. Partiu dos positivistas o esforço maior para transformar a figura feminina em alegoria cívica. Não obstante esses esforços, a tentativa malogrou diante da concorrência com outros “heróis” republicanos. O insucesso decorreu também da própria degradação do movimento republicano e, sobretudo, pela rara participação da mulher no processo.⁸¹

A figura “mãe-pátria” da mulher, concebida pelos positivistas, foi transportada para o campo da educação. Sob a mística do maternalismo, as mulheres afluíram ao magistério. A Escola, assim como outros espaços ligados a trabalhos sociais e filantrópicos, foi diretamente associada à função social da nova mulher. Entretanto, essa afluência feminina ao magistério foi, num primeiro momento, restrita ao ramo de ensino dedicado à formação para o magistério primário, cujo espaço institucional de formação denominou-se Escola Normal.

Sob este aspecto, a normalista viria representar uma síntese dos ideais da educação desse momento. Além de expressar a feminização ocorrida na profissão docente primária, alude também à profissionalização da mulher, ambos os fenômenos marcantes para a modernidade do Brasil.

A partir dos anos vinte, a emergência do movimento da Escola Nova no Brasil, inaugurando uma série de métodos pedagógicos ainda desconhecidos pelos nossos educadores, convergiu, no campo político, com um interesse em reformar a sociedade. Dessa interseção, elevava-se a professora à condição de “educadoras sociais”. Seria ela, doravante, a responsável pela formação dos novos cidadãos que o Brasil precisava.⁸²

⁸⁰Ver VIEIRA, Cláudia Andrade. *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes de Gama e Abreu*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2002, p.30.

⁸¹CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

⁸²AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. “Modernização. políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940”. *Cadernos Pagu*. n. 27. Campinas, Jul./Dez. 2006.

A partir de 1929, o *Correio de Alagoinhas*, por exemplo, passou a publicar, semanalmente, uma coluna exclusiva sobre a “Moderna Pedagogia”.⁸³ O conteúdo dessas matérias estava em pleno acordo com esse interesse do Estado. É o que se percebe no artigo “Coisas da educação”, de Eneias Alves da Silva, então inspetor escolar da 4ª Circunscrição:

O professor deve ter qualidades necessárias e indispensáveis à sua missão, não deve ter defeitos físicos que o torne ridículo às vistas dos seus alunos, seus sentidos devem ser perfeitos, sua pronúncia clara, enfim, o mestre deve ser um modelo de virtudes para os seus discípulos, desde seu traje, embora modesto, porém rigorosamente asseado até os mais simples gestos, os quais devem ser corretos.⁸⁴

Percebe-se que a preocupação com as questões morais é latente na matéria. Em Alagoinhas, aliás, quando da fundação do Ginásio, a conduta moral do professor, aliado à grade curricular, era a base de propaganda do estabelecimento. Nos anúncios feitos pela direção do Ginásio de Alagoinhas, ainda no mês de sua inauguração, o diretor preocupou-se em divulgar informações acerca do caráter dos professores que compunham o quadro docente: “professorado de largo tirocínio e precisa idoneidade moral”.⁸⁵ Como pode-se observar, não havia muitas alternativas para esses profissionais do ensino, a não ser incorporar um comportamento modesto e correto que lhes eram imposto tanto pela legislação quanto por essas representações sociais.

No entanto, ainda que o Estado, nos anos posteriores à implantação da República, tivesse empenhado-se em adotar medidas para afastar a imagem da professora das questões ligadas ao sexo, essa transformação não ocorreu conforme o esperado. A sexualidade da professora, ao menos no campo da literatura, continuou influenciando a escrita de romances.

A obra de Mário de Andrade, *Amar: verbo intransitivo* (1927), é um exemplo dessa projeção da professora como objeto de desejo.⁸⁶ Nessa narrativa, uma jovem alemã é contratada como professora particular por uma família paulista recém-burguesa, para ensinar o idioma alemão e dar aulas de piano às garotas, e, principalmente, para ser professora amorosa/sexual de Carlos, o primogênito da família.

A tentativa de afastar o filho do perigo acarretado pelo contato com as mulheres públicas induziu Souza Costa, a personagem que representa o chefe de família, a buscar uma profissional que lhe transmitisse os valores do amor. Idílio, essa curiosa classificação que vem após o título, e que significa amor terno e poético, só poderia vir mesmo de uma professora.

⁸³ FIGAM - *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 06 de agosto de 1929. Ano XXIV. n. 1149.

⁸⁴ FIGAM - SILVA. Eneias Alves da. “Coisa da Educação: a Escola Moderna”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 13 de agosto de 1929.

⁸⁵ FIGAM- *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, setembro de 1930.

⁸⁶ ANDRADE, Mário de. *Amar: verbo intransitivo. Idílio*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Villa Rica, editoras reunidas LTDA, 1995.

A profissão voltada para o ensino do sexo que, de acordo com a narrativa, parece ter encontrado um vasto mercado no Brasil, teria sido possibilitada pela situação social que o país de Fräulein vivenciava. Embora esse modo de “ganhar a vida” representasse uma “fraqueza” de Fräulein como mulher, na narrativa, ela não perdeu, como profissional, a imperturbável serenidade, própria da personalidade das mulheres que naquele momento, como representação, dedicavam-se ao magistério.

Por sua vez, somente a presença de uma professora poderia ser admitida no cotidiano de uma casa, onde se observam traços de uma família burguesa e patriarcal, com uma esposa passiva, que dissimula um comportamento sério e religioso, e três meninas que brincam de casinha do início ao fim da narrativa. Somente a professora poderia garantir a imagem de uma família bem composta, estável e feliz.

Carlos, o aluno particular de Fräulen, estava no auge de sua juventude e virilidade. A necessidade de contratar uma profissional que pudesse saciar-lhe os desejos não podia ser mais adiada, se o pai quisesse mantê-lo sob controle. O problema a ser identificado aqui é que, embora fosse profissional do sexo, Fräulein era professora, e aí está o ponto de tensão da narrativa. Como abordar uma professora como objeto sexual, em um momento histórico em que o discurso predominante referia-se à essa profissional como uma segunda mãe?

Certamente, por conta dessa problemática, quando o narrador relata os momentos em que Carlos se acariciava pensando na professora, a narrativa toca ao tema de forma velada e como uma espécie de desculpa pelo relato da cena: as memórias de Carlos foram imediatamente apagadas pelas imagens dos anjos que lavaram com esponjas celestiais o pecado cometido por ele. Conforme assinalou o narrador, “essas esponjas apagam tudo, sensações estranhas, ardências, e mesmo qualquer prova do delito. Na alma e no corpo. Ele não fez por mal! São coisas que acontecem”.⁸⁷ A ação dos anjos na narrativa salva a figura docente, que naquela família acaba mesmo assumindo o papel de mãe, quando uma das irmãs de Carlos adoece.

Três anos depois dessa publicação, Rachel de Queiroz estreia como escritora ao lançar *O Quinze* (1930).⁸⁸ O romance, no entanto, ocupa-se em representar outros aspectos atribuídos à professora. A personagem Conceição incorporou a imagem da professora solteirona. Aos vinte e dois anos, nem ao menos falava em casar. Como destaca a narradora: “suas poucas tentativas de namoro tinham-se ido embora aos dezoito anos” quando ainda era normalista. Conceição era a imagem da professora ideal das décadas iniciais do século XX. Solteira, “sempre cansada e emagrecida pelos meses de professorado”.⁸⁹ Disposta a ajudar e a acolher os miseráveis que fugiam

⁸⁷ ANDRADE, Mário de. *Amar: verbo intransitivo. Idílio*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Villa Rica, editoras reunidas LTDA, 1995, p.70.

⁸⁸ QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 72 ed. São Paulo: Arx, 2002.

⁸⁹ *Ibidem*, p. 9-10.

da seca que acossou o Ceará naquele período, Conceição materializava o modelo preconizado pelos ideais republicanos: de professora assexuada, dedicada e sacerdotisa.

Ainda que compondo a personagem à luz dessa representação, a narradora de *O Quinze* incorporou também na professora Conceição outras características que elucidam a dinâmica das estruturas sociais e políticas da época. Os movimentos políticos que objetivaram a renovação da sociedade, como o “tenentismo” e a “Revolução de 30” acabaram, direta ou indiretamente, influenciando a escrita de Rachel de Queiroz. Não por acaso, embora Conceição representasse, profissionalmente, o modelo do magistério como sacerdócio de mulher, ela tinha, vez por outra, “umas ideias”, chegando até mesmo a se arriscar em leituras socialistas.⁹⁰

Conforme já foi dito, outra imagem recorrente na Literatura foi a da mulher culta como impura ou subversiva. Na obra de Graciliano Ramos, *São Bernardo* (1937), essa segunda característica foi enfatizada na composição da personagem Madalena, professora primária de uma pequena cidade do interior.⁹¹ Ressalte-se que no ano de publicação da obra, às vésperas da implantação do Estado Novo, o governo Vargas estava empenhado em combater o comunismo no Brasil. O contexto social no qual vivia Graciliano Ramos no momento da escrita desse romance, portanto, era palco da radicalização da campanha anticomunista que esmagou todos os movimentos de tendência popular, o que vinha ocorrendo, sistematicamente, desde a revolta de 1935, conhecida pela historiografia como a “Intentona Comunista”.⁹²

Esse contexto, certamente, serviu de base para composição da personagem Madalena, que assim como a sua tia, ambas letradas, foram retratadas como mulheres que subvertiam as regras sociais. A primeira por possuir um caráter forte e contestador, a outra, por ser solteira.

O papel que Madalena desempenha na narrativa é resignificado ao longo da trama. De início, conforme o ponto de vista de Paulo Honório, o narrador, ela representa o ideal de mulher casadoira, branca, culta e professora de primeiras letras. O perfil denota aspectos de uma mulher dócil e domável. O fato de morar apenas com a sua tia reafirma essa impressão sob a ótica masculina na lógica da trama: Madalena precisava de um homem para protegê-la.

O desfecho do namoro, no entanto, mostra que entre a mulher idealizada na professora, e aquela que ela realmente era, havia uma imensa distância. Madalena reivindicava igualdade. O próprio casamento foi conduzido por ela como um negócio vantajoso, uma troca de favores. Ela não o amava.

A imagem da personagem foi transformando-se aos olhos de Paulo Honório depois de casado: “Mulher de *escola normal!* O Silveira me tinha prevenido, indiretamente. Agora era

⁹⁰ Ibidem.

⁹¹ RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. 84ª ed. -Ed. Revista. Rio de Janeiro: Record, 2007.

⁹² CARONE, Edgar. *A República Nova* (1930/1937). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976.

aguentar as consequências da topada, para não ser besta” [grifo nosso].⁹³ Ofuscado pelo ciúme doentio que nutria pela esposa letrada, e pela desconfiança de um possível adultério, Madalena passou a ser retratada na obra pelo avesso daquilo que se esperava de uma professora primária. Os traços de uma mulher resignada, boa esposa e boa mãe foram substituídas pela figura de uma mulher adúltera, cruel e comunista:

Qual seria a religião de Madalena? Talvez nenhuma. Nunca me havia tratado disso [...] mas mulher sem religião é horrível.

Comunista, materialista. Bonito casamento! [...] reformas sociais, ou coisa pior. Sei lá! Mulher sem religião é capaz de tudo.⁹⁴

À personagem Madalena, inicialmente uma professorinha de primeiras letras que “a escola normal fabricava às dúzias”⁹⁵, o narrador incorporou uma natureza intelectual bastante definida: além de emitir suas opiniões com firmeza aos funcionários da fazenda, Madalena escrevia a jornais, abominava os afazeres domésticos, e exercia os serviços destinados aos homens, trabalhando no escritório e administrando as contas da família.

Na trama, o narrador, marido de Madalena, é um homem rude, a sua autoridade esbarra-se na personagem que, por dominar o código letrado, e ocupar um espaço diferente daquele que lhe era designado pela sociedade da época, foi punida com a morte.

Ao que parece, a associação da figura feminina letrada ao comunismo foi muito comum nesse momento. A própria narrativa de Maria Feijó destaca esse aspecto quando faz referência a esse período. Ao lembrar os conflitos que ocorriam entre professores e alunas da Escola Normal durante o período em que Maria Luísa era normalista, a narradora de *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária* destacou:

Um dos professores, o de psicologia, todo posudo, parecendo Frankstein dos filmes de terror, assombrava qualquer adulto [...] como obstetra [...] achou este encosto para ensinar no ginásio [...]. Apelidava a turma de “comunista”. Engraçada a interpretação das palavras, variando de região para região e sua localização no tempo: se hoje, aquelas meninas seriam cognominadas, de maneira incondicional, como “reacionárias”, tal o espírito de vida que desfrutavam e defendiam, e não de “comunistas”. Porque o que acontecia é que não aceitavam, impassíveis, o que insistiam que elas, injusta e passivamente aceitassem. E reagiam de verdade, as garotas...⁹⁶

A narradora destacou também que as travessuras que as normalistas aprontavam na escola, eram os principais motivos dessa associação delas ao comunismo. Sempre que a “turma das indisciplinadas” cometia algum erro, o professor chamava-lhe a atenção da seguinte maneira: “que é

⁹³RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. 84ª ed. -Ed. Revista. Rio de Janeiro: Record, 2007, p. 163.

⁹⁴Ibidem, p.154-155.

⁹⁵Ibidem, p.136.

⁹⁶SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, pp. 47-48.

isto idiotas? Algum atentado comunista por aqui no meio destas rebeldes, indisciplinadas?”⁹⁷ E as meninas então reagiam: “...Comunistas!... Porque se chamar a uma turma destas de Comunistas? Que de vermelho e perigoso havia nas brincadeiras ingênuas, puramente ingênuas, azuis, inofensivas dessas garotas [...]?”⁹⁸

Fica evidente, em ambas as narrativas, como o anticomunismo rondava a sociedade da época, e como era comum associar ao comunista qualquer pessoa que se posicionasse contra a ordem social vigente. No que diz respeito à professora, essa associação não era bem vista pela sociedade. Aliás, depois da implantação do Estado Novo, em 1937, qualquer resquício de subversão nessa profissional do ensino teria que ser apagado, sobretudo se ela fizesse parte da rede pública de ensino. Entretanto, nem todas as professoras adequavam-se a esses padrões. Conforme sugere a obra *As três Marias* (1939), de Rachel de Queiroz, parte delas ia de encontro às regras impostas por aquele sistema de governo, afirmando sua independência ao rejeitar as normas, a religião e os princípios morais definidos por ele.

3.1.2.1 *As três Marias*

No ano de 1939, quando o romance *As Três Marias* foi publicado, era essa a atmosfera que envolvia o processo de formação de professoras primárias. Essa obra de Rachel de Queiroz revela, em alguma medida, como as mulheres do período materializaram essa nova condição, pois centra a sua narrativa no cotidiano de três jovens alunas de um colégio interno: Maria da Glória, Maria José e Maria Augusta, esta última personagem narradora.⁹⁹

A narrativa em primeira pessoa da personagem Maria Augusta, a Guta, é uma espécie de diário onde ela registra as experiências divididas com mais duas amigas durante a infância e a adolescência, quando eram internas de um colégio religioso, e de suas vidas adultas, no enfrentamento com o mundo urbano, nos primeiros anos após a saída delas do colégio.

Para Guta, o colégio era um lugar áspero. Administrado por freiras francesas, esse espaço só oferecia às internas um mundo limitado, onde tudo era proibido, controlado e disciplinado. Seu objetivo principal, além de formar futuras católicas convictas, era preparar as jovens pensionistas para serem boas donas-de-casa: cultas, prendadas, religiosas e subservientes aos maridos.

A narrativa do romance servirá de base para a análise de como as práticas educativas, sociais e morais da sociedade da época foram abordadas por Rachel de Queiroz. Assim como suas

⁹⁷ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.50.

⁹⁸ *Ibidem*, p.51.

⁹⁹ Raquel de Queiroz nasceu no ano de 1910, em Fortaleza, no Ceará. Diplomou-se em professora primária com apenas 15 anos de idade. Entre as obras mais conhecidas da escritora estão *O Quinze* (1930), *Caminho de Pedras* (1937), *As Três Marias* (1939), *Dôra, Doralina* (1975), *O galo de Ouro* (1985) e *Memorial de Maria Moura* (1992).

personagens, ela também foi interna de um colégio religioso, o *Imaculada Conceição*. Portanto, descreve com bastante propriedade, não apenas as práticas, como, sobretudo, as estratégias que as internas desenvolviam para driblá-las e, principalmente, os mecanismos e as dificuldades encontradas por essas jovens para, ao sair do internato, ajustar-se ao mundo, ordenando os ensinamentos de sua formação católica com os ideais de um mundo urbano que se industrializava e oferecia à mulher, ainda que timidamente, novas oportunidades de vida.

Maria da Glória era órfã de pai e mãe. Perdeu a mãe no parto e o pai aos doze anos. Possuía um tutor. Vivia triste e saudosa, mas só neste aspecto representava a órfã de romance, pois em realidade era imperiosa e autoritária. Quando alcançou a maioridade, casou-se. Tornou-se mãe e boa esposa.

Maria José era a mais religiosa. A única das três que possuía casa perto do colégio. Era filha de D. Júlia, uma mulher sofrida que, abandonada pelo marido, administrava sozinha o pobre comércio de leite que herdara. Tornou-se professora, quando adulta. Católica convicta, vivia a rezar em todas as capelas que pudesse. Representava o perfil ideal da professora: religiosa, culta, solteira.

Maria Augusta era o reverso de ambas. Nasceu em fazenda, filha de uma mulher jovem e imatura que morreu quando ela tinha sete anos. Pouco tempo depois, o pai casou-se novamente. Sua madrasta era o oposto da mãe, uma senhora gorda, sempre amável, sempre correta, sempre cerimoniosa. Maria Augusta mal lembrava que tinha família, visitava-a apenas nas “férias grandes”, ainda assim, detestava a monotonia daquela fazenda. Mal conhecia os irmãos, meninos redondos e chorões. Não gostava da disciplina doméstica imposta pela madrasta e não reconhecia no pai o homem feliz de outrora. Para Guta, o pai teria tornado-se um homem sem preferências, que nunca discutia, “gordo, corado e sereno”.¹⁰⁰

Quando alcançou a maioridade, Guta voltou para a casa do pai. Não se adaptou. Aquela disciplina era-lhe odiosa. Queria uma vida bem diferente, sem rotina familiar e afazeres domésticos. Prestou concurso para uma vaga de datilógrafa em uma Repartição Pública de Fortaleza. Conseguiu nomeação, mas a rotina do trabalho parecia-lhe também, monótona e insignificante.

Maria Augusta representa, na narrativa, a condição da mulher moderna. Assim como a personagem de Maria Feijó, e também como a própria escritora alagoinhense, morou em casa de pensão logo que foi nomeada para exercer a função de datilógrafa. A própria opção por este trabalho marca o rompimento da personagem com os ensinamentos adquiridos no colégio interno. Aliás, conforme assinalou, há tempos que ela havia abandonado os hábitos religiosos. Esquecera-se das missas, das confissões, das contrições e tudo mais que as freiras teriam ensinado-lhe no tempo do internato, onde, segundo ela, a religiosa que encarnava, era nada mais que uma representação, uma casca frágil e superficial:

¹⁰⁰ QUEIROZ, Raquel. *As três Marias*. 25ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p. 54,

Porque é preciso dizer que já há muito tempo eu me desprendera da religião trazida do Colégio. O processo foi lento como uma desagregação, sem surpresa, sem violência. A verdade é que nunca acreditei direito em nada; a crença era, em mim, uma casca exterior, e o meu maior ato de fé talvez fosse me exaltar liricamente pelos mistérios da comunhão e do êxtase, assumir a atitude da prece; “sentir” a devota em mim, como o ator no palco sente em si a personagem que encarna.

A falta de prática foi me mostrando a fraqueza de minha fé.[...] Fui abandonando a prática – a oração da noite, a missa, a confissão – e perderam-se as convicções...¹⁰¹

Enquanto Maria da Glória vivia a cuidar do marido e da casa, e Maria José a rezar e a fazer cadernos para os seus alunos, Maria Augusta deixava-se envolver pelos prazeres do mundo urbano. Apaixonou-se por um homem mais velho aos vinte anos. Raul, objeto do seu desejo, era casado, boêmio e irregular, e aquela situação de aventura excitava-lhe. Foi o Raul a quem Guta deu o primeiro beijo: “senti um choque, senti repulsa. Era úmido, morno, esquisito e sem sabor, mas consenti”.¹⁰²

As personagens assumem destinos completamente opostos ao longo do romance. Ainda que tivessem recebido a mesma educação religiosa, as Marias se apropriaram, cada uma à sua maneira, dos ensinamentos que lhes foram dados pelas freiras francesas.

Este aspecto mostra que as mulheres nem sempre foram vítimas ou sujeitos passivos. Ao longo dos anos, elas encontraram maneiras de esquivarem-se das prescrições sociais impostas, elaborando estratégias para subverterem os papéis e as tarefas à elas reservadas.¹⁰³

Portanto, a narrativa da obra *As Três Marias* sugere que a mulher, ainda que vivendo numa sociedade patriarcal e moralista, encontrava diferentes maneiras de regular o seu próprio destino, e efetuava as suas escolhas determinadas não apenas pelas prescrições sociais da época, mas também pela concretude de suas existências, e, sobretudo, pelos seus desejos pessoais.

Ainda que no colégio elas fossem obrigadas a cumprir determinadas regras, sempre havia uma maneira de burlar as determinações. O que dizer do relato dos contatos às escondidas com as órfãs que habitavam o outro lado do colégio, das leituras proibidas antes de dormir, das trocas e vendas de objetos entre as estudantes, e da organização de um jornal de sátiras, se não formas de resistência?

O mundo do colégio era bastante restrito, mas havia sempre um jeito de romper com ele. A comunicação com o que se passava além dos muros dava-se por diversas maneiras: nos finais de semana na casa de Maria José, durante as saídas de Glória, todas as tardes, para ensaiar para o

¹⁰¹ QUEIROZ, Raquel. *As três Marias*. 25ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p. 87.

¹⁰² *Ibidem*, p. 119.

¹⁰³ AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. “Modernização. políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940”. *Cadernos Pagu*. n. 27. Campinas, Jul./Dez. 2006; PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*; tradução de Denis Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

concerto de violino realizado todo fim de ano, e através das informações trazidas pelas externas nos momentos raros em que se encontravam na hora da missa.

O mundo urbano era fascinante para aquelas meninas. Ao subir o ponto mais alto do Colégio para colocar na imagem de Nossa Senhora um pedido para passar nos exames do final de ano, Guta sente-se tentada a olhar a cidade pela ceteira:

A vista a princípio deixou-me tonta, e retirei a cabeça, com medo da vertigem. Só aos poucos fui me habituando, e afinal, de tentativa em tentativa, consegui olhar sem medo, vi os bondes lá embaixo, *as meninas de saia vermelha saindo da Escola Normal*, os automóveis passando pequenos e velozes. Fazia três meses que não via rua, gente, bondes, desde as últimas férias.

A cidade, assim de repente, vista de uma vez e surpreendida de brusco, deu-me um choque no coração, comoveu-me tanto que as mãos me começaram a tremer e meus olhos se encheram de água. Estava ali o mundo, o povo, a vida de fora, tudo o que era interdito à minha vida de reclusa.

Sentia medo e alegria, juntos numa emoção violenta, como quem rouba e se apossa de qualquer coisa sonhada e proibida.¹⁰⁴ [grifos nossos].

A narradora faz referência à Escola Normal como parte deste mundo, sonhado e proibido às internas.

Retomando as questões tratadas anteriormente a respeito das professoras, observa-se que Rachel de Queiroz, ainda que trace os diferentes papéis que elas assumiam ao diplomarem-se, mostra também as consequências que cada uma arcava pelas escolhas que realizavam.

É sob esta ótica que Maria da Glória permanece, na narrativa, casada e feliz, boa esposa, boa mãe, boa mulher. Maria José, por sua vez, cada vez mais extremada e devota, tornou-se o arquétipo da professora da época, religiosa, solteirona, “punia-se, naturalmente pelos gozos terríveis que o seu coração desejava, pelos maus desejos que teimava alimentar”.¹⁰⁵ Era o modelo da professora assexuada, obrigada a controlar os seus desejos e reprodutora da ordem social, conforme queria o Estado:

E, no entanto, ela acha direito a desigualdade, a miséria a doença. Não se revoltou quando foi comigo à Santa Casa de misericórdia e viu os doentes apodrecendo pelas camas, cheirando mal, de barrigas inchadas, mãos esqueléticas, pele verde de mortos.¹⁰⁶

Conforme assinalou Susan Besse, nas décadas iniciais do século XX, a meta do sistema educacional não era fomentar a emancipação intelectual do sujeito feminino. “A tarefa atribuída à mulher era 'civilizar', 'elevar', e 'redimir' o mundo, não transformá-lo”.¹⁰⁷ Sob esta ótica, Maria José enquadrava-se nesse modelo preconizado pelo Estado.

¹⁰⁴ QUEIROZ, Raquel de. *As três Marias*. 25ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p. 45.

¹⁰⁵ *Ibidem*, p. 193.

¹⁰⁶ QUEIROZ, Raquel de. *As três Marias*. 25ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009, p.194.

¹⁰⁷ BESSE, Susan. *Modernizando as desigualdades: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo. Edusp, 1999. *Apud*: AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. *op.cit.*

Por sua vez, Guta, também formada professora, experimentou um desfecho completamente diferente. Depois que foi assediada e insultada por Raul, em um dos encontros que tivera às escondidas com ele, - “Você não é mais uma criança. Quer ser emancipada, diz-se livre e porque tem medo?”¹⁰⁸ - Maria Augusta resolveu viajar para o Rio de Janeiro. Nessa cidade, conheceu um médico chamado Isaac, um estrangeiro com quem viveu sua primeira experiência sexual. Dessa aventura amorosa engravidou e abortou poucos meses depois para evitar escândalos. Um mal-estar terrível apoderou-se dela, pensava em morrer. Por fim, triste e só, voltou para casa do pai, para o sertão, como quem precisasse de cura para os seus delitos de mulher independente e errante.

Maria Luísa, personagem de Maria Feijó, percorrerá diferentes caminhos. No momento em que ela exerceu o magistério primário, o sistema educacional destinado à mulher já possuía normas, diretrizes, métodos e técnicas de ensino mais definidas. Além disso, a organização de tempos e espaços e a racionalidade na administração do sistema escolar subordinavam-se a uma dinâmica política que ultrapassava o setor educacional, e que tinha por objetivo último, unir o Estado e a Sociedade.¹⁰⁹

3.1.3 Maria Luísa: Imagens literárias da professora primária no Estado Novo

Não se sabe exatamente se Maria Feijó leu as obras acima analisadas, tampouco se a sua narrativa sofreu alguma influência desses autores, no entanto, a personagem Maria Luísa, ainda que concebida quase quarenta anos depois da obra de Rachel de Queiroz, revela que parte das representações criadas sobre as normalistas e as professoras primárias desde os anos finais do século XIX foram incorporadas pelos dirigentes que assumiram o governo a partir de 1930.¹¹⁰

Quando se reporta à Escola Normal de Alagoinhas, por exemplo, a narrativa de Maria Feijó lembra muito a concepção da narrativa de Adolfo Caminha, que via esse espaço como um lugar onde as normalistas perdiam o recato. Ao referir-se à personagem Maria Luísa depois de diplomada pela Escola Normal em professora primária, a narradora, que a retratava como uma jovem tímida e

¹⁰⁸QUEIROZ, Raquel de. *As três Marias*, op. cit., p. 135.

¹⁰⁹SCHWARTZMAN, Simon. et.al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

¹¹⁰É importante lembrar que a escrita desse romance ocorreu no período em que o Brasil vivia um regime ditatorial. Sabendo que o tempo é a limitação de todo indivíduo que lembra, deve-se destacar que a reconstrução feita por Maria Feijó no romance *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária*, principalmente aquilo que se refere às noções de civismo, patriotismo etc, estão imbuídas das noções que faziam parte do presente dela. Além disso, a memória individual está atrelada à memória coletiva, neste sentido, quando um indivíduo lembra, ele singulariza não apenas as suas próprias experiências, mas as lembranças de todo um grupo. Assim, muito do que foi lembrado por Maria Feijó, e até mesmo as ideias que ela assumiu como suas, foi construído no âmbito do pensamento coletivo no momento em que escrevia, ainda que a partir de experiências e reflexões particulares da escritora. Para a análise desse debate em torno da memória individual e coletiva ver, entre outros: HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990; BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

discreta, descreve-a da seguinte maneira: “Agora já falava mais. Saiu da fase dos 'monossílabos'. Precisava. O diploma a promovera a versátil, desasnada...”¹¹¹

De fato, as jovens que frequentavam a Escola Normal descortinavam um novo mundo através dela. Primeiro, porque o diploma conferido pela Escola abria novos horizontes de trabalho e conferia um status social bastante almejado naquela época, de mulher culta e prendada, já que a Escola formava para o sucesso e bom desempenho, tanto no trabalho quanto na vida doméstica. Segundo, porque frequentar uma Escola Normal, em uma cidade de interior na primeira metade do século XX, era também uma maneira de alargar o espaço de sociabilidade das jovens, pois eram poucas as possibilidades de sair do âmbito doméstico e estar no espaço público nesse período. O próprio ir e vir à Escola, narrado no romance *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária* (1978) destaca esse traço:

Nossas idas e vindas da escola transformavam-se em deliciosos passeios, não somente pela distância transposta [...] como pelo tom esportivo que dávamos às nossas caminhadas [...]. Assim é que o “passar pelo jardim”, era obrigatório, pois no “Jardim” ficava o “Comércio”, com todos os mocinhos simpáticos da terra e os vindo de fora... também. *Nós estudantes sirigaitas adorávamos passar por ali!* Com discrição, é claro, mas conscientes das qualidades físicas que Deus a cada uma doou, muito embora não sendo de chamar demais a atenção, mas... Então, sendo assim o “Jardim” passagem obrigatória de todos, às 17 horas, a calçada da Caixa Econômica [...] ficava “assim” de rapazes. É que seus funcionários faziam ponto numa das portas, para sua higiene mental. Dessa “higiene” é que gostávamos de tomar parte e fazíamos todo esforço para, neste momento, realmente dele participar... Assim, na porta da “Caixa” postava-se o grupinho deles, quando vai passando o grupinho delas...¹¹². [Grifos nossos].

Entretanto, essa frivolidade deveria ser abandonada logo que a nova professora assumisse suas funções no magistério. Sobretudo com a implantação do Estado Novo, e os sucessivos concursos públicos que foram realizados para preencher as vagas que surgiram por todo interior dos estados brasileiros, a recém-formada professora, muitas vezes ainda jovem e encantada pelos “namoricos” próprios da idade, era forçada a incorporar uma imagem que impusesse respeito aos alunos, aos pais e aos moradores do lugar onde exerceria o magistério.

O Estado, ao colocar sob sua tutela o professorado, transformando-o em um funcionário público, amparando-lhe por uma legislação e honorários, dava-lhe algumas vantagens, mas dava-lhe também deveres e aplicava-lhe punições, especialmente à mulher, que era vista como menos racional e mais sentimental. Havia, portanto, interesse da parte do Estado, em exigir o seu autocontrole.¹¹³

¹¹¹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 322.

¹¹² SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.73-75.

¹¹³ LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: *História das mulheres no Brasil*. /Mary Del Priori (org). 8. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

Segundo Guacira Lopes Louro, “se havia uma representação da mulher como um ser frágil e propenso aos sentimentos, seria preciso prover a mulher professora de alguns recursos que lhes permitissem controlar seus sentimentos e exercer a autoridade em sala de aula.”¹¹⁴ A professora deveria servir de modelo aos alunos, e por isso era obrigada a exercer “um estrito controle sobre suas falas, posturas, comportamentos e atitudes”.¹¹⁵

No Estado Novo, a imagem do professor primário foi concebida sobre os pilares de elevação e grandeza do Brasil. De acordo com a Comissão do Ensino Primário, no ano de 1940, os educadores primários eram vistos como os “guias que norteavam as nacionalidades”, por isso deveriam ser inspirados, nas Escolas Normais, por um elevado sentimento de patriotismo.

Dentro dos postulados constitucionais, serão eles, [os professores primários], os pilares que sustentarão o edifício de nossa grandeza e da nossa prosperidade. [...] Futuros próximos, dependem do esforço que despendem os educadores guias. Se eles tiverem em mente os grandes empreendimentos cívicos, econômicos e técnicos que é preciso por em execução para organização da defesa nacional, nada os poderá deter se realmente, eles forem patrióticos convictos e não, falsos profetas.¹¹⁶

A narrativa de Maria Feijó segue a essas prescrições. Maria Luísa, sempre argumentava com o pai, que não queria vê-la professora, que a docência primária era o sustentáculo de todas as outras profissões: “Sem ela, onde as outras profissões se apoiariam? Sob esta ótica, ela colocava-se como uma “educadora-guia”, ensinaria às crianças com “devotamento” e “arroubo”, tendo em vistas um mundo melhor.”¹¹⁷

A legitimidade do discurso estadonovista estava justamente em fazer com que esse processo de “fabricação” de educadoras-guias não fosse visto como uma construção social. A professora deveria acolher a essas prescrições como características essenciais ao desenvolvimento de suas atividades. Por mais que a Escola Normal fosse responsável por inculcar esses valores, no discurso do Estado, o que predominava, de fato, era a “vocação”, era não ser um “falso profeta”.

Uma das primeiras tarefas da professora no Estado Novo seria entender e acatar o magistério primário como vocação feminina. Na obra *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* (1978), essa condição foi retratada em vários fragmentos. Ao preparar-se para realizar as provas do concurso público para o magistério, Maria Luísa tentava amenizar o medo, com a lembrança de que aquela carreira era-lhe um sonho antigo, gestado ainda na infância:

¹¹⁴Ibidem, p.467.

¹¹⁵ Ibidem.

¹¹⁶ CPDOC/FGV. Arquivo Gustavo Capanema. Série Produção intelectual. GC. pi. Lima, j. 1940.12.31, rolo 10.

¹¹⁷ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 196.

Só uma força a locomovia: ingressar no magistério primário, custasse o que custasse. Aquilo significava todo o seu anseio, todo o seu ideal, acalentado desde o despertar para a vida, guardado nos arcanos da alma, ponto visado dos seus pensamentos, quando com ternura olhava para as suas bonecas, alunas do “faz-de-conta”. (Vinha de tempos distantes aquele ideal!) E todas, enfileiradas, estátuas, olhando-a numa só direção, em suas carteiras de caixas de fósforos, prestando-lhe séria obediência... Iniciava o dia com a chamada idêntica à da prof^a Virgílinha na sua escola de “verdade”...¹¹⁸

Como se vê, a carreira docente nessa passagem da narrativa foi concebida como uma vocação materna nascida ainda no berço. O curioso nesse fragmento é que a aludida prof^a Virgílinha lembra o nome da professora de um dos grupos escolares de Alagoinhas na década 1920, Virgínia Villa Flor, da qual Maria Feijó foi aluna durante o primário.

Numa outra passagem, a noção do magistério como vocação feminina aparece mais uma vez:

Na sua concepção, de todos os métodos, considerava que, o que ia resolver ao certo o problema, era o particular, o individual, o de cada uma professora. [...] Sua vocação, para o mister, isso sim, era o que solucionaria, de verdade, os casos mais sérios e diversos que haveriam de surgir... e vocação trazida do berço. Forjada, depois, não valia. Sem vocação não há sacerdócio. Só a vocação poderia sustentar, aguentar, todos os dissabores advindos. [...] Se o aluno fosse rude e mal educado mesmo, achava muito difícil a *professora fabricada* dar jeito. Só mesmo a *predestinada*. Enfim...¹¹⁹ [grifos da autora].

Somente uma professora predestinada poderia, além de assumir uma sala de aula “[...] apertadíssima, com apenas duas janelas de frente e uma porta lateral, [...] baixíssimas que quase se podia entrar pelas janelas, tão rentes ao chão ficavam”, se prestar também ao papel de faxineira todos os sábados, “de avental, vassoura em punho, lenço na cabeça”, e eis a professora transformada em servente?¹²⁰

Apenas a vocação faria com que a professora, além de lecionar sob as condições acima descritas, batesse o sino da Igreja todos os dias e fosse responsável por “puxar” todas as rezas, e ainda assim ser responsabilizada pela morte das crianças pagãs, por ser uma mulher quem estava batendo o sino?¹²¹

Assim, a ideia do magistério como um ideal feminino fazia com que a professora, além de ser responsável pela educação e instrução das crianças as quais lecionava, ainda fosse responsabilizada pela sua higiene e tivesse obrigação de “catar-lhes todos os bichinhos que andavam por suas cabeças”.¹²²

¹¹⁸ Ibidem, p.186.

¹¹⁹SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 259.

¹²⁰ Ibidem, p. 565.

¹²¹ Ibidem, p. 612.

¹²² Ibidem, p. 617.

Refletindo sobre esses problemas, Maria Luísa, por vezes, pensava até em desistir do magistério. No entanto,

[...] a missão da professora, sobretudo a primária, não era esta mesma?, O magistério não representava verdadeiro, sublime, nobre, sacerdócio? [...] Não sabia disto de muito tempo? Tanto o era que só o exercia muito bem, com dignidade e paciência, quem tivesse vocação. Verdadeira. [Sem nenhum interesse outro. Destituído de tal, ninguém se arvorasse, nem valeria a pena tentar...].¹²³

Conforme pode-se notar, a ideia da vocação aparece mais uma vez. No entanto, surge uma nova característica atribuída à professora e incorporada pelo Estado nesse período: o magistério como missão. Afinal, “não era a professora primária o esteio da nacionalidade”?¹²⁴

No Estado Novo, o papel do professor na sala de aula, sobretudo do professor primário, era tanto transmitir conhecimentos básicos (ensinar a ler, a escrever e a contar), o que exigia dele o domínio de saberes e competências mais específicas, como principalmente promover na criança, a interiorização de valores, atitudes e orientações que permitissem a sua integração na ordem social existente.

A missão nesse caso seria a formação dos novos cidadãos do Brasil. Ensinar-lhes o saber científico, mas também “amoldar-lhes, com suas palavras e exemplos nobres, os caracteres, formar-lhes as personalidades [...]. Inculcar-lhes dever no cérebro e amor no coração [...]. Construir o futuro do mundo nas futuras gerações...”¹²⁵

Se uma das principais missões assumidas pela professora era a formação do novo cidadão, o culto ao civismo e o amor à pátria eram-lhe imprescindíveis:

[...] E meu acendrado amor à Pátria? Porque ao ver uma bandeira brasileira... nossa bandeira exerce tanta influência e amor sobre mim, que, nas festas da escola ou quaisquer outras, se a avisto, fico num entusiasmo ímpar. Suas cores suaves, belas e significativas penetram em minha alma, de um modo impressionante, com um elan do tamanho do mundo. E se, desfraldada, vejo-a altaneira, sorridente, mais ainda! É como um acordar dentro do meu ser, de brasilidade, com arrojo e vibração e, deveras, sou toda Brasil [...]. Se ouvindo então o HINO NACIONAL... aí tudo transborda *mesmo*. É um caso muito sério. Calafrios me invadem. Percorrem-me a espinha, sinto uma *coisa* como que me incendiando a alma, de tanto patriotismo acumulado...¹²⁶ [grifos da autora].

Vocação, missão e “patriotismo acumulado”. Esse tripé incorporado pelo discurso do Estado Novo teria que ser aliado à nova postura dessa profissional. A professora não teria que, necessariamente, apagar o seu lado meigo e sereno, ao contrário, ele deveria ser mantido e posto em

¹²³Ibidem, p. 553.

¹²⁴SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 195.

¹²⁵SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, pp. 195-196.

¹²⁶Ibidem, p. 399.

prática quando necessário. O que ela precisaria, por outro lado, era ser firme sempre que a situação reclamasse. Impor sua autoridade ao aluno para o bom andamento do processo educativo: “seu primeiro objetivo a alcançar, assim que tomava conta das classes, era a disciplina... foi o que mais ficou impregnado no seu subconsciente... por saber que em função da mesma girava toda a aprendizagem”.¹²⁷

Ao lado da disciplina, a professora primária teria que sustentar a sua condição de letrada, dominar os mais diversos conhecimentos e saber lidar com as situações adversas do processo de aprendizagem:

É preciso que o professor faça nascer no espírito da criança a idéia que se lhe quer dar; faça-a deduzir regras de suas observações e ponha-a em condições de tirar analogias. E para preencher esses fins *é mister que o professor seja realmente instruído, não lhe basta seguir em um livro a recitação da lição ou contar o que leu*; muitas vezes as perguntas e as respostas das crianças o levam bem longe do seu ponto de partida e para responder não basta consultar um manual, é preciso recorrer aos seus próprios conhecimentos... *se não quiser ficar vergonhosamente diante de uma pergunta, sem poder respondê-la*.¹²⁸ [grifos nossos].

Esses discursos naturalizados no contexto da narrativa e reproduzidos na trama do romance *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária* são, também, questionados nessa mesma obra. No romance, alguns fragmentos textuais denunciam que essas características não eram naturais, e sim construções sociais:

[...] Tanto que enchem as nossas cabeças nas Escolas Normais! Tanto ideal que aspiramos! Tanto que exigem de nós nos concursos e tanta coisa bonita e moderna que põem em nosso crânio em relação ao futuro da criança e da... Pátria, através do ensino [...] para depois nos oferecerem isto: uma sala pequeníssima de chão batido, mal iluminada, mal ventilada, sem nenhuma condição de higiene, desconfortabilíssima, completamente antipedagógica, da maneira que aí está. As exigências e os conceitos sobre educação, pedagogia moderna, didática, prática de ensino, escola nova, ativa, da vida, pela vida e para vida, aprendizagem, tudo, sei lá mais o quê... só na teoria, nos papéis, nos gabinetes, longe... bem longe de nós.

[...] das autoridades competentes, sempre que nos dirigimos à elas, a resposta é sempre esta... “Não há verba professora... procure arranjar-se da melhor forma, vá se arranjando, paciência... E... aguardando”. Aguardando o que é que não sabemos: o futuro que é sempre a continuação do presente e do passado... O Estado nunca melhora a situação financeira para suprir as necessidades das Professoras. *Nunca*. [grifos da autora].¹²⁹

Observe como nesse fragmento aparece a noção de vocação como construção social quando a narradora assinala: “*Tanto que enchem nossas cabeças nas Escolas Normais!*”.

Ademais, apesar de ser portadora de todas essas qualidades, a personagem Maria Luísa também foi retratada em sua face transgressora. Por mais de uma vez foi acusada de envolvimento

¹²⁷ Ibidem, p. 429.

¹²⁸ Ibidem, p. 348.

¹²⁹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 566.

com homens casados, isso porque dava a si o direito de manter relações de amizade com o sexo oposto, o que não era muito comum na época. Noivou-se com mais de um rapaz e não se casou com nenhum deles, escrevia críticas sociais para os jornais dos quais era colaboradora, viajava sozinha, e nutria ideias de ser independente, ter boa condição econômica adquirida com seus próprios esforços, e ser famosa pelas suas poesias.

Além disso, Maria Luísa não perdia uma festa de carnaval, possuía um “tipinho ideal para figurar numa das guardas montadas do Clube carnavalesco”, por isso sempre arranjava um jeito de estar em Salvador nessa época. “Falar em casa? Com quem e para que? Com o pai? Nem no sonho! [...] No carnaval, garbosa e importante [...] montava um belo alazão, distribuindo beijinhos e sorrisos...”¹³⁰

Tal como Maria Augusta da obra *As três Marias*, de Rachel de Queiróz, Maria Luísa também rejeitou a religião: “Este negócio de frequentar missa todos os domingos, por obrigação, às vezes, até contrariada, somente para satisfazer vontades ou exibir trajes novos e observar quem estava bem ou mal vestido, também não era com ela, não”.¹³¹

Por causa dessa aversão à Igreja ficou, muitas vezes, sem o visto nos seus boletins escolares. O delegado escolar nos primeiros anos em que ela lecionou em Alagoinhas era padre, e exigia a todo custo que a professora Maria Luísa se confessasse.

Na Escola, entretanto, a personagem mascarava essa falta de fé. Ensinava aos alunos conforme rezava a cartilha de sua formação na Escola Normal: “amoldarei suas personalidades, não se preocupe mamãe, dentro dos princípios cristãos, na linha reta da religião católica, apostólica, romana, apregoada por tantos, não tenha a senhora a menor dúvida...”¹³²

Além da subversão no campo da fé, Maria Luísa também não se conformava com os baixos salários, a desvalorização da professora primária, e tampouco com a falta de oportunidades para se especializar. Tornou-se sócia da SUPP (Sociedade Unificadora dos Professores Primários), o principal órgão representante da classe na década de 1940.

As colaborações mensais que enviava ao boletim impresso pela Associação eram a única maneira que possuía de protestar contra a situação da professora na época. “Seus artigos, mesclados de sofrimento e revolta” fizeram com que fosse, muitas vezes, tachada de comunista pelos conterrâneos: “comunista ou não, o que fazia dó era se ver uma Professora no Departamento de Educação em Salvador, tratando de papéis”, defendia-se.¹³³

Importa destacar que entre a narrativa de Maria Feijó e a narrativa de Adolfo Caminha e Rachel de Queiroz há um elemento essencial para entender as mudanças que se processaram no

¹³⁰ Ibidem, pp.69-70.

¹³¹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 306.

¹³² Ibidem, p. 314.

¹³³ Ibidem, p. 569.

magistério primário ao longo dos anos. As personagens Maria do Carmo e Maria Augusta sofreram punições pelo seu comportamento inadequado, porém, o que ocorre com Maria Luísa na trama de *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* demonstra que, entre a professora do final do século XIX e a professora do século XX, ainda que existissem representações sociais comuns, existiam maneiras diferentes de conviver com elas. Diferente de Maria do Carmo que perdeu o filho e o amor de Zuza, e Maria Augusta que também perdeu o filho e o amor de Isaac, na narrativa de Maria Feijó, é o magistério quem perde Maria Luísa.

Ao meditar sobre as “dificuldades arrostadas e arrastadas” que tinha enfrentado em quase uma década de ensino, e prognosticando carregá-las até o fim de sua carreira, Maria Luísa não hesitou em mudar de profissão:

Nascer, viver e morrer no mesmo lugar, no mesmo círculo, no mesmo terreno, nos mesmos domínios. Plantada, quando muito, se achasse... espalhar as raízes no interior... Depois... morrer. Pronto. Acabar tudo tão bem alicerçado... com muito sacrifício, tão nobres ideais e tudo terminar inútil sem nenhuma finalidade nem vitalidade. Terminar seus dias ali. Estéreis. [...] Final: acabou-se a Prof^a Luisinha Peixoto. Eis a consumação dos fatos e cremação de seus bonitos ideais! [...] Não se satisfazia com tão pouco assim. Queria mais. Muito mais... ¹³⁴

O abandono do magistério pela personagem Maria Luísa possibilita refletir acerca de dois aspectos. Por um lado, é que não obstante a visão do magistério como uma missão espinhosa e ao mesmo tempo gratificante que a narradora procurou transmitir, o que ela revela, também, é que muitas professoras do período, ainda que dotadas dessa “vocação” e desse “ideal” de ensino, não resistiram às exigências do cargo, aos baixos salários, às manobras políticas e, tampouco, ao controle de um Estado autoritário.

Por outro lado, não se pode esquecer que nas reformas promovidas entre os anos de 1920 e 1940, o currículo para formação da mulher era composto, em sua maioria, por disciplinas de cunho doméstico. Embora em número reduzido, esse currículo era também portador de disciplinas de conhecimentos gerais que garantiam à mulher a apropriação de determinados saberes e habilidades fora desse âmbito.

Neste sentido, procura-se entender a relação estabelecida entre as professoras primárias e o Estado Novo sob duas perspectivas.¹³⁵ Na primeira, submeter-se-iam aos códigos sociais e morais

¹³⁴SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 727.

¹³⁵Busca-se compreender a lógica de dominação social entre homens, mulheres e Estado a partir da concepção de violência simbólica esboçada por Pierre Bourdieu. Segundo ele, essa violência é vista como algo, por vezes, insensível e invisível às suas próprias vítimas. Por outro lado, tenta-se evitar, de igual modo, a visão da falsa mulher reprimida. Como assinalou Michele Perrot, em diferentes espaços, as mulheres podem desenvolver à vontade, as suas próprias estratégias. Para compreensão desse debate ver: BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. 2ª ed. Tradução de Maria Helena Kühner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.; PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*; tradução de Denis Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988- especialmente o capítulo II; SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: *A escrita da história; novas perspectivas*. (org) Peter Burke. Tradução

esboçados pelo Estado visando à carreira profissional e aos benefícios trazidos por ela. O magistério, nesse momento, foi uma alternativa de rompimento com trabalhos que traziam estigmas de inferioridade, a exemplo de costureiras, bordadeiras, domésticas e roceiras.

Na segunda, essas professoras buscaram maneiras de burlar esses códigos conforme a sua necessidade e interesse. A exigência da especialização, por exemplo, permitia, em alguns casos, que a condição de trabalho dela fosse melhorada. Como lembra a narrativa de *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária*, a tarefa assumida pela professora era árdua:

Ai daquela que não entendesse de Costura, Medicina, Odontologia, Enfermagem. Prendas domésticas, os mais altos cálculos matemáticos – conta de tarefa então era imprescindível [...], missa, reza, batizado, todos os rituais da Igreja católica. Professora que não fosse católica, apostólica romana, com certeza, não caía na afeição dos habitantes da terra e os meninos não lhe deviam frequentar a escola.¹³⁶

Entretanto, depois do curso de biblioteconomia feito pela personagem Maria Luísa, o seu ambiente de trabalho mudou significativamente. A bibliotecária também exercia várias atividades, “pouco a pouco tomava conta da cidade em sua parte cultural, educativa, literária, recreativa e artística, face à suas atividades na Biblioteca”, porém, assumir essa tarefa era bem mais gratificante.

Ainda que Maria Luísa só tenha feito o curso de bibliotecária em 1949, desde o Estado Novo que essa atividade enquadrava-se entre aquelas que buscavam atender aos fins mais gerais da educação. Entre esses objetivos situava-se a consolidação de um projeto de nacionalidade a partir do sistema educacional. Por isso, essas atividades extraclasse ligavam-se ao lúdico mais que o magistério profissional materializado na figura da professora. Enquanto esta teria que atender, em sala de aula, aos objetivos mais metódicos e sistemáticos do ensino, a bibliotecária buscava aproximar-se das condições reais de vida dos alunos fazendo com que eles participassem mais intensamente “das situações concretas do meio social que os envolv[iam]”, o que tornava as suas atividades supostamente prazerosas.¹³⁷

Essa nova condição estava plenamente de acordo com o projeto de centralização do poder público. Conforme será visto na quarta seção, a centralização do poder político de Vargas era acompanhada por uma centralização do poder simbólico, em que se produzia e se difundia para o conjunto da sociedade uma visão de mundo consubstanciada por um ideal de nação. Isso não quer dizer que a coerção tivesse sido descartada. No entanto, mobilizar o poder simbólico através de uma

Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP, 1992; da mesma autora: “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife, S.O.S CORPO, 1996.

¹³⁶ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 439.

¹³⁷ *Ibidem*, p. 650.

política cultural, principalmente para o grupo jovem, configurava-se como um dos meios mais eficazes para obter o apoio desse grupo.

Não por acaso, através do mesmo serviço de alto-falantes usado pela personagem Maria Luísa para promover campanhas de leituras, conhecidas como a “Hora da Biblioteca” e a “Escola de brotinhos”, os jovens de Alagoinhas reivindicavam o direito de ouvir o programa *A Hora do Brasil*, transmitido diariamente.

Conforme observa-se na transcrição abaixo, ao pedir um alto-falante para a realização, em Alagoinhas, da micareta com uma melhor qualidade de som, esse grupo também demonstrava interesse pelas questões políticas do governo Vargas:

Estamos seguramente informados de que o prefeito Antonio Martins de Carvalho Júnior vai aumentar a iluminação da Praça J.J. Seabra. [...] *Dominó* sugere também a instalação de um alto falante na praça, aumentando assim a música para as festas.

Esse objeto que já se constitui uma necessidade seria aproveitado, depois, para as irradiações da *Hora do Brasil* e nas partidas de futebol interestaduais e internacionais.¹³⁸

Por outro lado, a própria obrigatoriedade que o Estado impôs para que as professoras fossem às ruas organizar e/ou participar de festas cívicas também provocou mudanças no seu modo de ser e agir.

Embora desempenhassem algumas atividades de maneira forçada, o domínio das ações públicas através de um rigoroso cumprimento de atividade cívicas proporcionava às professoras relações estreitas com figuras políticas e intelectuais importantes. De alguma maneira, vez por outra, elas tiravam proveito dessa situação. Conforme será abordado nas seções finais desse trabalho, as professoras usaram esse espaço tanto para questionar o governo quanto para pleitear um lugar dentro dele.

No entanto, antes de analisar estas questões, cabe recompor o panorama educacional em que essas normalistas estudaram (décadas de 1920 e 1930) e atuaram no magistério (década de 1940), para entender as especificidades educacionais que alicerçaram o seu percurso no quadro educacional estadonovista.

¹³⁸ FIGAM - “Uma sugestão”. *Revista Dominó*. Alagoinhas, 03 de fevereiro de 1939. Ano V, n.1.

4 O SISTEMA EDUCACIONAL NO TEMPO DA NARRATIVA DE MARIA FEIJÓ

Parte das mudanças substanciais no sistema educacional da “Era Vargas” ocorreu na década de 1930. Muito do que pode ser visto no sistema educacional entre os anos de 1937 e 1945 foi gestado ainda nas primeiras medidas adotadas por Vargas no pós-revolução de 1930, e na Constituição de 1934.

Ao lado de outras agências, a educação destacava-se como um caminho profícuo para se estabelecer um projeto de nacionalidade. Diversos atores entraram na disputa pela condução desse projeto trazendo para as escolas, dos palcos da política, os conflitos e antagonismos que representavam.

Com a criação do Ministério da Educação e Saúde, pelo Decreto de nº 19.402, em 14 de novembro de 1930, pela primeira vez no Brasil o Estado Nacional mobilizava forças e atuava mais objetivamente sobre o sistema educacional. Ainda que Getúlio Vargas não houvesse preparado um plano para gerir o sistema educacional antes da tomada do poder, não hesitou em incluir, já no seu discurso de posse do Governo provisório, “a criação de um Ministério de Instrução e Saúde Pública”, entre as medidas “mais oportunas e de mediata utilidade”.¹³⁹

Com esta iniciativa, o Estado subordinava todo o aparelho de ensino formal do país, criando códigos e leis que promoveriam uma educação única em todos os estados do Brasil. A partir de então, os diversos níveis de ensino, primário, secundário, profissional, normal e superior, bem como os ramos de ensino público e particular, estariam subordinados às diretrizes e às normas de funcionamento e de organização delegados pelo novo Ministério.

De início, as mudanças foram implantadas de forma gradual, mas na medida em que Getúlio Vargas consolidava o seu governo, essas mudanças ganhavam contornos mais definidos, culminando em um projeto, consagrado pela Constituição de 1937, em que o sistema educacional passou a ser a “expressão mais lídima” do seu governo.¹⁴⁰

Esta seção reconstituiu o quadro educacional da Bahia nos marcos daqueles anos. Esta reconstituição visa uma melhor compreensão das mudanças efetivadas no sistema de ensino em

¹³⁹FGV/CPDOC - VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. Vol. 1.

¹⁴⁰ A expressão é de Helena Bomeny. Para ela, A educação talvez seja uma das traduções mais fiéis daquilo que o Estado Novo pretendeu para o Brasil. Formar um “homem novo” para um Estado Novo, conformar mentalidades e criar um sentimento de brasilidade, fortalecer a identidade do trabalhador, ou forjar uma identidade positiva no trabalhador brasileiro, tudo isso fazia parte de um grande empreendimento moral e político para o sucesso do qual contava-se estrategicamente com a educação, pela sua capacidade universalmente reconhecida de socializar os indivíduos nos valores que a sociedade, através de seus segmentos organizados, queriam ver internalizados. BOMENY, Helena Maria Bousquer. *Os intelectuais da educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p. 139.

vigor, na época em que foram formadas, tanto as professoras, personagens das obras literárias analisadas nesta dissertação, quanto as professoras, escritoras dessas obras.

4.1 1920-1930: CONTEXTO DA ESCOLARIZAÇÃO DA PERSONAGEM MARIA LUÍSA

A Bahia, nas primeiras décadas do Século XX, período em que foi ambientada a narrativa do romance *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária* (1978) possuía um sistema educacional muito parecido com a maioria dos estados brasileiros: poucas escolas em condições adequadas de ensino (insalubres, sem ventilação e sem iluminação), um quadro de professores pequeno, alguns com formação precária, ausência de métodos de ensino na prática docente e, sobretudo, recorrentes embates em torno dos pagamentos de salários dos professores, aspectos que motivariam, mais tarde, o agrupamento de muitos professores em Associações que objetivavam o combate a esses problemas.¹⁴¹ Na obra de Maria Feijó, essas Associações foram representadas pela Sociedade Única dos Professores Primários (SUPP), órgão da categoria no qual Maria Luísa atuava.

Esse quadro desapontador teria sido uma consequência da recorrente desvalorização e falta de investimento na educação no decorrer do século XIX, à maneira como ocorreu em outros estados, como também foi fruto dos constantes embates que ocupavam os palcos da política baiana nos primeiros anos do século XX, período em que os conchavos partidários e as prioridades econômicas delineavam a política de investimento no setor educacional.

Os governantes que se revezaram no poder nesses anos não desconheciam a realidade desse quadro. Ao contrário, além de integrar como prioridade os discursos dos políticos e legisladores, a crise do sistema educacional baiano, especialmente no que se refere ao ensino primário, produziu intensos debates que resultaram em sucessivas reformas da educação no estado.

No ano de 1913, no governo de J.J. Seabra (1912-1916), foi promulgada no dia 06 de setembro, a Lei de nº 1.006. A referida Lei, regulamentada em 20 de janeiro de 1914 pelo Decreto de nº 1.354, reformava o ensino primário na Bahia. O ensino público foi dividido em primário, profissional e secundário, sendo o primário gratuito, leigo e obrigatório nos centros populosos.

Por sua vez, o governo de Antônio Ferrão Moniz de Aragão (1916-1920) editou a Lei de nº 1.293 que mais uma vez reformava o ensino público. Regulamentada pelo Decreto de nº 1.994, trouxe como principal contribuição a valorização do ensino superior no estado. Para Antônio Muniz, os ensinos primários e secundários não satisfaziam. Um povo que apenas possuísse essa

¹⁴¹ Para uma visão mais ampla do quadro da educação baiana no início do século XX ver: LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário*. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2009.

instrução seria um povo “condenado a uma eterna apatia, pelo menos, manietada nas mais brilhantes expansões do seu progresso”.¹⁴²

Ainda que renovasse as preocupações em torno da questão educacional na Bahia, Antônio Moniz não evitou as sucessivas crises no sistema de ensino. No ano de 1918, por exemplo, ocorreu uma greve que mobilizou significativa parcela do professorado baiano na luta, principalmente, pelo pagamento dos salários atrasados.¹⁴³

O final do Governo de Antônio Moniz coincidiu com uma série de mudanças no país que apontavam para a democratização do ensino a partir da implantação de uma escola pública, universal, gratuita e obrigatória. O movimento da Escola-Nova, que no Brasil foi iniciado no começo dos anos de 1920, e que apostava na educação como instrumento de reconstrução social motivou algumas reformas que seriam implementadas pelos expoentes desse movimento em vários estados.

Foi, pois, nesse novo quadro que J.J. Seabra assumiu pela segunda vez o governo do estado da Bahia, entre 1920 e 1924. A vivência nesse cenário nacional de mudanças em torno do papel da educação na sociedade suscitou novas preocupações no governo. Se a redenção da sociedade dependia da universalização do ensino primário, caberia ao governo, além da promoção desse nível de ensino, garantir uma formação adequada para o corpo docente que era responsável por ele. A preocupação com as Escolas Normais apareceu pela primeira vez de forma mais enfática no discurso de Seabra, ainda que na prática não se notem substanciais mudanças nesses espaços.¹⁴⁴

Não obstante às renovações propostas por J.J. Seabra, foi somente no Governo de Francisco Marques de Góes Calmon (1924-1928) que o sistema educacional baiano foi submetido à reformas mais consistentes. O incipiente sentimento de nacionalidade que despontava em todo país, com a busca pelas origens, pelo conhecimento do interior, pela brasilidade, também era notado no cenário baiano. Foi à luz desse sentimento que o governo do estado aprovou as modificações propostas por Anísio Spinola Teixeira Filho (1900-1971), inspetor geral da Instrução no seu governo.¹⁴⁵

Advogado recém-formado, Anísio Teixeira dirigiu o sistema educacional baiano entre os anos de 1925 e 1928. Sua atuação na Secretaria da Instrução da Bahia nesse período foi bastante significativa, e imprimiu uma feição nova ao sistema educacional do estado. Defensor do ensino

¹⁴²ARAGÃO, Antônio Ferrão Moniz de. *Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916, p. 10. *Apud.* LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário*. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2009, p.51.

¹⁴³ LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário*. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2009.

¹⁴⁴ *Ibidem.*

¹⁴⁵LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário*. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2009.

público, laico e obrigatório, Anísio Teixeira integrava, naqueles anos, o movimento escolanovista cuja crença pregava a transformação da sociedade por meio da educação.¹⁴⁶

Uma das mudanças proposta por Anísio Teixeira, pela Lei de nº 1.846, de 14 de agosto de 1925, foi a obrigatoriedade do recolhimento de uma taxa de 6% pela coletoria estadual sobre a renda de cada município para ser investida na educação. Além disso, nesse mesmo ano foi aprovado novo Regulamento para o Ensino Primário e Normal expandindo-o para o interior baiano, iniciativa que marcou o governo de Goés Calmon como uma das principais medidas de valorização do homem e da cultura sertaneja.¹⁴⁷

Francisco Marques de Góes Calmom (1874-1931) foi eleito governador do estado da Bahia para o quadriênio 1924-1928. Advogado comercialista e banqueiro, ele tentou reformular a economia baiana através do estímulo e do investimento na agricultura. Encarava a capital como um entreposto, e o sertão como centro produtivo, cujas características deveriam ser preservadas. Em vista disso, em sua gestão houve evidente interesse em abrir escolas nas zonas rurais.¹⁴⁸

Para atender aos propósitos do governador, Anísio Teixeira, antes de promover essa reforma, procurou conhecer a realidade do interior baiano. Em 1925, ele visitou várias escolas do recôncavo e do sertão da Bahia. A experiência deu-lhe subsídios para promover uma reforma que pudesse, sobretudo, valorizar a cultura e as especificidades de cada lugar. Percebeu que as condições existentes eram muito precárias, o que demandaria esforços para adequar suas metas de reforma àquela realidade.¹⁴⁹

Havia preocupação em torno daquilo que era ensinado no interior, já que na concepção de Anísio Teixeira, o currículo das escolas primárias do interior preparava os alunos para uma vida cidadina, o que deslocava o homem do campo do seu meio. A partir da reforma de 1925 far-se-ia o contrário. A criança seria educada para melhor adaptar-se à sua região. Assim, as disciplinas Geografia e História, sobretudo História do Brasil e da Bahia, tornaram-se obrigatórias na nova grade do ensino primário.

¹⁴⁶ Anísio Teixeira, ao longo da vida, assumiu diferentes cargos no campo da educação. Além de Secretário da Educação na Bahia, entre 1924 e 1928, foi também diretor da Educação no Rio de Janeiro, no mandato do prefeito Pedro Ernesto (1931-1935), signatário do "Manifesto dos Pioneiros" (1932), fundador da Universidade do Distrito Federal (1935), novamente secretário da Educação na Bahia no governo Otávio Mangabeira (1946-1950), e diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos- INEP (1952). Sobre Anísio Teixeira ver, entre outros: VIANA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira: a polêmica da educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990; ROCHA, João Augusto de Lima. *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992; MARIANI, Maria Clara. "Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. In: SCHWARTZMAN, Simon. (org). *Universidades e Instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982, pp. 167-195; MENEZES, Jaci Maria Ferraz de. *Educação na Bahia – Coletânea de textos*. Salvador: Ed. da UNEB, 2001.

¹⁴⁷ Ver: BOAVENTURA, Edivaldo. *A volta de Góes Calmom*. Academia de Letras da Bahia. Disponível em: <www.academiadeletrasdabahia.org.br/artigos/goes.html>. Acesso em 15.02.2012.

¹⁴⁸ Ibidem.

¹⁴⁹ MARIANI, Maria Clara. "Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. In: SCHWARTZMAN, Simon. (org). *Universidades e Instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.

A maioria das reformas implantadas antes de 1925 malogrou de imediato, e quase sempre não ultrapassou os limites da capital do estado. Esse fato decorreu, entre outros motivos, da crença que os idealizadores dessas reformas atribuíam à resolução da crise do sistema educacional. Diferente do que pensavam, a crise no sistema educacional não se resolveria apenas pela reorganização das escolas, intensificando, por exemplo, a fiscalização nos estabelecimentos de ensino, tampouco seria somente a qualificação docente e a redefinição do papel dos professores, ao lado da adoção de métodos modernos de ensino que estivessem associados ao uso da ciência, que debelariam o atraso da educação no estado.

Diante desta visão limitada, e de um investimento econômico que ocorria ao sabor dos interesses político-partidários, pouco se fez para resolver os problemas de ordem prática, como construção de novos prédios para suprir a demanda de alunos, compra de mobiliários adequados, profilaxia dos estabelecimentos existentes, aquisição de material didático e pagamento regular dos salários dos professores. Neste sentido, a marca do sistema educacional baiano até 1925 foi de descaso e falta de investimentos por parte dos governos, sofrendo significativas mudanças a partir desse ano, aliás, mudanças que deram melhor estrutura e coesão ao sistema de ensino no estado.¹⁵⁰

Os desdobramentos dessa reforma são referidos na narrativa de Maria Feijó, não pelas substanciais mudanças que promoveu no campo do ensino, mas por aquelas ocorridas em torno das práticas e comportamentos da sociedade da época. De acordo com a narrativa, essa reforma, que criou as “Escolas Reunidas” na Bahia, não foi recebida pelos alagoanhenses com fácil aceitação. Ao reportar-se ao momento em que Maria Luísa cursava o primário, a narradora destacou:

No auge do curso primário, eis que as escolas se reúnem em “grupos” e lá se vai a nossa timidinha levada pelas mãos do destino, para um destino que não era o desejado, nem delineado por ela, família e Professora, seguindo trajetória não ambicionada por nenhum de seus familiares. O ano ia em curso não podia deixar assim a escola, conforme vontade dos pais [...] no ar meninos e meninas (a escola passou a mista no “grupo”) se digladiavam, se batiam, discutiam, se esbofetavam, se mordiam, se beijavam, brigavam como galos de rinha...Tudo se fazia naquela escola, de tudo se cuidava, menos estudar. A disciplina era nenhuma [...].¹⁵¹

Conforme ressaltou a narradora, para uma sociedade marcada pelo patriarcalismo, na qual as mulheres eram “educadas nos princípios religiosos desde a infância” e obrigadas a serem “assíduas frequentadoras de missas aos domingos [...] rezando diariamente”, como permitir meninos e meninas estudarem em um mesmo espaço sem um projeto consistente de disciplina?¹⁵²

Os efeitos legais da reforma chegavam de imediato na cidade, uma vez que o seu cumprimento era obrigatório em todo o estado. No entanto, do papel à prática, havia muitos

¹⁵⁰ Ibidem.

¹⁵¹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 27-29. O decreto estadual 5.078 que reúne as quatro escolas municipais data de 01 de agosto de 1927.

¹⁵² Descrição das práticas adotadas em relação às mulheres na época. SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 27.

obstáculos a serem superados. Em Alagoinhas, o que se percebe é que essa adequação exigiu alguns anos.

O jornal *Correio de Alagoinhas*, no ano de 1929, fez várias denúncias acerca do descaso com o qual a educação primária vinha sendo tratada na cidade. Ao analisá-las, constata-se que ainda havia muito a ser feito em torno do sistema educacional primário para atender às determinações da reforma empreendida por Anísio Teixeira. Ressalte-se, porém, que essas matérias foram publicadas às vésperas de um ano eleitoral, por um órgão que se prestava à campanha pela eleição do grupo de Saturnino Ribeiro (1872-1949), prefeito de Alagoinhas entre os anos de 1926 e 1930. Além disso, as acusações não eram feitas com citação direta ao intendente, mas como uma forma de mostrar que o seu governo terminaria com maior apoio, se esses anseios fossem atendidos.¹⁵³

Ademais, tanto as matérias dos jornais locais quanto a narrativa romanesca destacam que esse sistema de ensino não atendia mais às demandas da sociedade alagoinhense. A narradora de *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* (1978) lembrou que ao terminar o primário, a personagem Maria Luísa experimentou esse problema:

Incerteza quanto ao futuro. Interrogações cabriolando diante dos seus olhos, anuviando-lhe o destino. Cidadezinha do interior sem meios para os filhos dos pobres e filhos mimados (como era o seu caso) que não podiam falar em colégio na “Bahia”, quanto mais... para a capital, jamais iria, devido à separação. Além da idade não lha permitir, o apego às saias da mãe e às vontades do pai, não consentia.¹⁵⁴

Era esse o sistema de ensino vigente em 1929. No ano seguinte, no entanto, ao analisar um questionário enviado por Mário Cravo, prefeito de Alagoinhas entre 1930 e 1937, ao governo do estado, é possível perceber as mudanças que se processaram no interior dele.

Consta no relatório que, em 1931, a cidade contava, na sede, com dois Grupos Escolares conhecidas como “Escolas Reunidas”, denominadas “Satyro Dias” e “José Olympio”, e mais nove escolas isoladas. No total, a média de frequência nessas escolas era de 770 alunos. Além destes estabelecimentos regulares de ensino, que eram públicos, havia mais três particulares, o “Gynnásio de Alagoinhas”, fundado no ano anterior ao envio do questionário, e mais dois estabelecimentos que

¹⁵³Entre outras acusações, no dia 20 de abril de 1929, o jornal denunciava que uma escola primária teria sido abandonada em Olhos D’Água pela professora titular; nos dias 13 e 20 de agosto desse mesmo ano, o redator Jonas Batista de Oliveira reivindicava a construção de um prédio escolar e denunciava o mal uso da Caixa Escolar, e em 03 de outubro do mesmo ano, pediam um Ginásio equiparado. FIGAM- *Correio de Alagoinhas*, 1929. Saturnino Ribeiro foi um importante comerciante da cidade de Alagoinhas. Em 1920, galgou o cargo de Secretário do Conselho Municipal, e, posteriormente, elegeu-se prefeito para o biênio 1926-1928, reelegendo-se para mais dois anos. Gozava de boas relações com o governador do estado. Em seus mandatos, Alagoinhas sofreu significativas intervenções urbanas, destacando-se à construção do Pavilhão Bar, e a instalação de uma usina elétrica. Ver: LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas* (1868/1929). Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. Salvador, 2010.

¹⁵⁴SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 27.

funcionavam de longa data, as Escolas “Jesus Maria José” e “São José”. Somando, as três escolas particulares contavam com 127 matrículas naquele ano.¹⁵⁵

Desataca-se, nesse relatório, a informação da fundação de um ginásio em Alagoinhas. Recorrendo mais uma vez à narrativa literária, percebe-se a importância desse episódio para a sociedade local:

Tranquilidade. Sossego. Ostracismo. Morosidade. Descanso (permanente descanso). [...] Não havia, até aquele momento, um Ginásio nem Escola Normal ao menos, tão necessários à população desejosa, faminta de saber. Mais tarde, o milagre previsto, ansiosamente desejado, pareceu esboçar-se, através de pessoas abnegadas, vindas de fora, que tentaram explorar e cultivar o campo educacional. Todavia, a semente jogada num curso de preparatórios com exames na capital, não germinou [...]. Eis na realidade, o índice de progresso que apresentava nossa terra. Engatinhava. Caminhava... a passos lentos, até quando Deus dela se lembrou ofertando-lhe um milagre na pessoa do Prof. Olegário Couto de Bulhões, recém-chegado, funcionário público. [...] Ideal à flor da pele e talento em abundância inundavam-lhe a mente jovem. Sua paixão na vida era ensinar. Passou um golpe de vista no aspecto geral da cidade –educação em particular – e tudo compreendeu. Daí a dirigir-se aos grandes da terra foi um pulo. Deles se aproximou e logo lhes fez ver a importância de sua ajuda para a criação de um Ginásio e Escola Normal no seio daquela comunidade.¹⁵⁶

Por sua vez, nesse ano de 1930, os distritos possuíam onze escolas primárias, com a média de frequência de 460 alunos. Cabe ressaltar que, embora essas escolas fossem públicas, não funcionavam em prédios próprios e sim em casas alugadas. Infere-se que, mesmo havendo por parte dos dirigentes interesses em aderir e implantar na cidade as reformas que estavam sendo empreendidas em todo o estado, Alagoinhas apresentava até então defasagem na organização do sistema de ensino local. Conforme foi apontado, a falta de prédios próprios era um dos principais problemas que o sistema de ensino no estado enfrentava naquele momento.

Por outro lado, levando-se em conta que a população da cidade estava estimada, naquela década, em 36.621 habitantes, e considerando a média de frequência informada no documento, de apenas 1.357 alunos, percebe-se que, em percentuais, seria pouco mais de 3,7% da população freqüentando a escola, ou seja, um quadro bem abaixo da média nacional, que naquele momento era de 20%.

Outro dado que chama a atenção é o fato de que o único estabelecimento que oferecia ensino complementar ao primário era particular, além disso, recém-fundado na cidade. Portanto, a expectativa de escolarização para a população alagoinhense, até o final da década de 1920, era

¹⁵⁵APEB - Dossiê sobre o município de Alagoinhas- 1931. Secretaria de Interior e Justiça. Caixa 3502. maço 393.

¹⁵⁶ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 34-35. A personagem Olegário de Bulhões lembra o diretor Alcindo de Camargo (1896-1950). Recém chegado na cidade, no ano de 1930, ele abriu cursos de português, francês e inglês. A partir de 1932, assumiu a direção do Ginásio e Escola Normal, permanecendo à frente dessa instituição até 1940. Sobre a sua chegada na cidade, o Correio de Alagoinhas noticiou: Removido de Nazareth para assumir a vaga deixada no telégrafo [...] está entre nós o festejado intelectual Alcindo de Camargo, antecedido de um renome. [...] Camargo tem um largo tirocínio no jornalismo e bastante serviço à causa do ensino no Brasil, prestará assim, grandes serviços à nossa terra [...]. FIGAM – “Alcindo de Camargo”. *Correio de Alagoinhas*, 11 de outubro de 1930. Ano XXV, n. 1.204. A informação de que ele assumiu a direção do Ginásio em 1932 é de Salomão Barros.

apenas a conclusão do ensino primário. Esse é um dado importante para situar o papel que o Ginásio assumiu nessa cidade, cuja relevância será abordada adiante.

Mesmo diante de um quadro ainda precário se comparado com outras cidades do interior baiano, importa ressaltar que esse número de escolas e frequência apresentadas pelo prefeito, representava um avanço considerável no sistema de ensino de Alagoinhas. Recuando o olhar para as décadas anteriores, pode-se verificar como esse número era ainda mais pessimista, sobretudo, no que se refere aos distritos. Portanto, 11 escolas distribuídas em quatro distritos eram razoáveis para aquele momento, e atendia, em alguma medida, as metas estabelecidas pelas reformas realizadas, sobretudo a de Anísio Teixeira.¹⁵⁷

Importa lembrar que foi nesse momento de mudanças e experimentações que estavam dando os primeiros passos no âmbito educacional as futuras normalistas das primeiras turmas da Escola Normal de Alagoinhas, e, conseqüentemente, as futuras professoras da década de 1940, entre elas, a escritora Maria Feijó de Souza, que em 1929, era aluna do terceiro ano do grupo escolar.

Infelizmente, durante esta pesquisa, não foram localizadas outras fontes que possibilitassem reconstituir, ao lado da narrativa literária, o quadro de ensino em Alagoinhas até à implantação do Estado Novo, em 1937. De acordo com a obra de Maria Feijó:

Daí para frente, as famílias menos favorecidas puderam dar aos filhos um lugar ao sol, recebendo os raios da instrução na Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas. [...] E os pobres, em verdade, foram aquinhoados nas várias Bolsas de Estudos que ele concedia, justamente, aos menos favorecidos. [...] Os “donos da casa”, muitos deles, os menos humildes, não gostaram, e não aceitaram em cheio as suas medidas, assim, bruscamente tomadas. Atritos os mais prolongados no tamanho e no tempo aconteceram. [...] A cidade, contudo, mudou. E mudou no bom sentido: para melhor. Aquela indolência conhecida, existente havia anos, o egocentrismo arraigado nos “grandes” desprezando os menores, e até as próprias ruas quietas e sossegadas de dias passados, se transformaram, agitando-se, enchendo-se de alegria e progresso, sacudidas que foram pelo uniforme azul e branco daquela revoada de jovens...¹⁵⁸

Entre esses jovens lembrados na narrativa de Maria Feijó, encontravam-se as normalistas que assumiriam as salas de aula durante o Estado Novo, momento em que o sistema de ensino assumiria uma feição mais burocrática.

¹⁵⁷ Na edição de 29 de setembro de 1929, o *Correio de Alagoinhas* fez uma cobertura especial sobre a festa de inauguração da luz na cidade. Um dos momentos mais importantes da festa, segundo apreende-se da análise dessa edição, são as solicitações que Saturnino Ribeiro fez ao governador da Bahia Vital Soares, presente na festa. Entre essas solicitações estava o pedido para a construção de um Prédio Escolar. Como justificativa para o pedido, Saturnino Ribeiro teria feito um relatório da atual situação do sistema educacional na cidade, cuja transcrição o jornal fez questão de publicar. Naquele momento, segundo a matéria, Alagoinhas possuía duas escolas reunidas, as estaduais com quatro escolas divididas em oito classes, com uma matrícula real de 215 alunos e a frequência média diária de 160 alunos; as municipais, um agrupamento de três escolas divididas em 5 classes, com a matrícula de 221 alunos e a frequência diária de 150, na média. Dez escolas isoladas, Arlinda Requião de Castro, 50 alunos, Genoliza Seixas com uma adjunta, com 80 alunos e frequência diária de 62, na média, Eloyna Cerqueira com 68 alunos, Ana Guilhermina Carvalho com 35 alunos e frequência de 28, Maria Pureza de Jesus, 57 alunos, Ana Novaes Dantas, 110 alunos, 2 em Alagoinhas Velha, 11 distritais assim divididas: 2 em Aramari, 3 em Igreja Nova, 2 em Riacho da Guia, 1 em Araçás, 1 na favela que ainda não havia sido instalada, 2 particulares, Maria José Fernandes, 54 alunos, “Semiramis Paraiza” 54 alunos, 1 curso noturno do professor Manoel Mello, e 1 escola de datilografia. FIGAM - *Correio de Alagoinhas*, 29 de setembro de 1929, nº 1156.

¹⁵⁸ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 37.

No que se referem aos estudos que analisam o intervalo de tempo em que se deu esse processo de mudança no interior do sistema de ensino, poucos são os trabalhos no campo da historiografia da Bahia que se detém sobre essa temática. Eliminando as referências esparsas que são feitas, em sua maioria, de forma genérica, pouco se sabe dos desdobramentos da política educacional estadonovista no estado baiano, principalmente porque os trabalhos que investigam o tema na Bahia no início do século XX, ou se estendem apenas até a década de 1930 ou direcionam o olhar para outros aspectos.¹⁵⁹

O que se pretende, diante desta lacuna, é problematizar alguns dados, situá-los no debate que ocorria em nível nacional, e tentar esboçar algumas conclusões relacionando-as, sempre que possível, com o processo de formação das normalistas em Alagoinhas e com as representações feitas por Maria Feijó na obra investigada.

4.2 1930-1940: CONTEXTO DO EXERCÍCIO NO MAGISTÉRIO PRIMÁRIO DA PERSONAGEM MARIA LUÍSA

As modificações no sistema de ensino do Brasil na “Era Vargas” ocorreram já no primeiro ano do governo provisório. No ano de 1931, Francisco Campos, o então ministro da Educação, ao promover as primeiras reformas no seu Ministério, já sinalizava qual seria o legado que Vargas deixaria para o sistema educacional brasileiro.

Os decretos iniciais assinados pelo ministro anunciavam que na “Era Vargas” seriam os níveis de ensino destinados à formação da elite que receberiam atenção especial. Ao analisar esses decretos, percebe-se que havia interesse, por parte do Ministério, em atender a uma demanda do incipiente estado capitalista, visto que em sua maioria, eles privilegiavam a pequena camada da sociedade brasileira que estava preparada para assumir os postos dirigentes do país.

O sistema *bipartite* de educação, como ficou conhecido no Estado Novo, destinava-se, portanto, a escolarizar uma minoria para “pensar a sociedade”, e encaminhar os demais à produção nas indústrias e fábricas, ou seja, ao mundo do trabalho, à produção econômica.¹⁶⁰

¹⁵⁹Entre outros ver: SOUZA, Ione Celeste de. *Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945*. São Paulo: EDUC, 2001; LIMA Déborah Kelman de. *“O banquete espiritual da instrução” - Ginásio da Bahia, Salvador: 1895-1942*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2003.

¹⁶⁰ 1- Decreto de nº 19.850, de 11 de abril de 1931, cria o Conselho Nacional de Educação.

2- Decreto de nº 19.851, de 11 de abril de 1931, dispõe sobre a organização do ensino superior no Brasil e adota o sistema universitário.

3- Decreto de nº 19.852, também de 11 de abril, organiza a Universidade do Rio de Janeiro.

4- Decreto de nº 19.890, de 18 de abril de 1931, organiza o ensino secundário.

5- Decreto de nº 19.941, de 30 de abril de 1931, institui o ensino religioso como matéria facultativa nas escolas públicas. Lembremos que a Escola Nova defendia o ensino laico, no entanto, a Igreja detinha ainda uma grande influência junto às instâncias políticas, principalmente, pelo seu poder de mobilização social. Em todas as reformas do

Objetiva-se aqui recuperar essa atmosfera, a partir de dados colhidos em documentos produzidos a partir de 1940 pelos dirigentes baianos, especialmente porque essas determinações tiveram ressonância direta na formação de pelos menos oito turmas de normalistas alagoanhenses, de 1936 a 1943.

No ano de 1941 realizou-se, no estado do Amazonas, a 1ª Conferência Nacional de Educação e Saúde da qual participaram dois delegados baianos, um representando a diretoria da Educação e o outro, a diretoria do Departamento de Saúde.¹⁶¹ No texto do Decreto que convocava essa Conferência (Decreto de nº 6.788, de 30 de janeiro de 1941) constava os principais problemas a serem tratados, a saber, a organização, difusão e elevação da qualidade do ensino primário e normal e do ensino profissional no item **a**, e no item **b**, a organização em todo o país da Juventude Brasileira.¹⁶²

Para a organização da referida Conferência, o Ministério da Educação e Saúde enviou a todos os estados do Brasil um questionário com uma série de perguntas a respeito da situação do sistema educacional e do sistema de saúde da última década, mais precisamente, informações que revelassem esse quadro a partir de 1930, ano da posse provisória do Governo Vargas. A organização desse material por Gustavo Capanema através do Ministério da Educação e Saúde foi encaminhada ao presidente Getúlio Vargas sob o título de *Plano nacional para educação: Questionário para um inquérito*.¹⁶³

As respostas a esse questionário encontram-se reunidas no acervo do Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea do Brasil (FGV/CPDOC), e constituem-se em importantes fontes para revelar o quadro da educação e da saúde no primeiro decênio do Governo Vargas em todos os estados do Brasil. A partir das informações disponíveis, que abrangem aspectos administrativos, financeiros, de ensino e de estrutura, tanto pode-se fazer uma história comparada da educação no

Governo Vargas houve um acordo entre o Estado e a Igreja.

6- Decreto de nº 20.158, de 30 de junho de 1931, organiza o ensino comercial e regulamenta a profissão de contador.

7- Decreto de nº 21.241, de 14 de abril de 1932, consolidou as disposições sobre o ensino secundário.

Anísio Teixeira discordava desse modo de ver a educação. Assim como ele, Francisco Campos também teria sido um dos pioneiros do movimento da Escola Nova, no entanto, a *Educação para todos* defendida por ambos assumia diferentes propósitos. Em 1932, Fernando de Azevedo, outro pioneiro da Escola Nova, e que igualmente compartilhava da concepção de Francisco Campos, questionava a Anísio: “A massa, como sempre afetiva e instintiva, deixa-se governar mais pelos seus sentimentos do que pelas idéias. O que falta não é o pensamento claro de uma elite, capaz de lhe transmitir um ideal novo, em cuja substância viviam as forças que elaboram a nova civilização?” - Carta de Fernando de Azevedo à Anísio Teixeira, em 25 de fevereiro de 1932. *Apud*: BOMENY, Helena Maria Bousquer. *Os intelectuais da educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003, p.47.

¹⁶¹ Cabe ressaltar que essa Conferência é a primeira realizada pelo Ministério da Educação e Saúde do governo Vargas; antes disso, a Associação Brasileira de Educação (ABE) promovia regularmente, desde 1927, Conferências Nacionais de Educação, em torno das quais se reunia a maioria dos adeptos da Escola Nova.

¹⁶² Esse Decreto foi alterado por um segundo, datado de 19 de maio de 1941 (Decreto de nº 7.196), que adia a realização da Conferência para a segunda quinzena de dezembro. Os problemas a serem tratados e o lugar de realização, no entanto, permaneceram os mesmos.

¹⁶³ FGV/CPDOC- Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, assuntos políticos. CG.i.1940.10.13; - Rolo 71 e 72 (Respostas dos estados ao questionário que embasaram as propostas apresentadas pelo Ministério na Conferência de 1941); R118 jan./out.1942- Anais do Ministério da Educação e Saúde.

Brasil, quanto estudos de casos, analisando as particularidades do sistema educacional em cada estado.

Em relação à Bahia foi possível reunir alguns dados reveladores da situação do ensino primário, normal, rural, da educação física e da organização das bibliotecas públicas. Por se tratar de fontes oficiais, deve-se tratá-las com alguma desconfiança, visto que foram encaminhadas ao Ministério da Educação e Saúde e não se sabe até que ponto elas pretendiam, de fato, revelar ou esconder a realidade do sistema de ensino da Bahia.¹⁶⁴

Em carta encaminhada pelo Secretário da Educação do Estado, Isaías Alves, a Gustavo Capanema, em 07 de dezembro de 1940, há indicação de que os dados informados sobre a educação na Bahia teriam causado boa impressão ao ministro. Isaías Alves agradecia a Capanema, pela animação com a qual teria escrito a carta-resposta do questionário enviado.¹⁶⁵

Os dados desse questionário serão, em parte, discutidos no desdobramento dessa dissertação, cruzando-os, sempre que possível, com fontes de outra natureza, na tentativa de esboçar um quadro de como estava organizado o sistema de educação na Bahia nos quinze anos do Governo Vargas.

Uma das primeiras medidas adotadas foi a obrigatoriedade da arrecadação de impostos no estado para investimento na educação. Desde os primeiros anos da década de 1930 tentou-se organizar um sistema de arrecadação de taxas tanto para os municípios quanto para pessoas físicas. Cabe salientar que a arrecadação dessas taxas já havia sido regularizada por Anísio Teixeira na década anterior, no ano de 1925.¹⁶⁶

Ainda que os números não fossem satisfatórios, a existência desse fundo de educação era um meio presumivelmente eficaz para combater a irregularidade de investimentos realizados pelo

¹⁶⁴ O documento referente a este questionário é imenso já que é composto pelas respostas de todas as Secretarias Estaduais da Educação do Brasil. Ao que parece, foi organizado tomando por base a divisão proposta pelo questionário, onde os itens como Administração, Ensino Primário, Educação profissional etc., foram agrupados com perguntas específicas. Sendo assim, cada grupo de perguntas acolhe informações de todos os estados, o que dificulta o acesso às respostas de cada estado em ordem sequencial e exige uma pesquisa mais demorada. Não obstante esta limitação, foram reunidas cerca de 12 respostas a respeito da educação na Bahia. Embora seja um número pequeno, estas respostas são muito ricas e dão subsídios para ampliar o quadro de informações a respeito da educação baiana neste período. São elas: resposta ao item 1- Referente ao ensino Pré-primário e Primário; item 2- Estatística; item 3- Formação e qualificação de professores; item 5- Criação de novas escolas no estado; item 19 – Bibliotecas; item 20- Fundo de educação; item 21- Taxas para fins educativos; item 50- Caixa Escolar; item 53- Situação das bibliotecas públicas; item 55- Escolas Normais; item 56- Escolas Normais Rurais e item 57- Escolas Normais e Escolas Normais Rurais. Além de dados que não especificam o número que corresponde à pergunta como Educação Física e Ensino Profissional.

¹⁶⁵ FGV/CPDOC- Carta de Isaías Alves para Gustavo Capanema, 07 de dezembro de 1940.

¹⁶⁶ FGV/CPDOC - Resposta ao item 21- *Já existe no Estado taxa para fins educativos?* Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, assuntos políticos. GC.i.1940.10.13.

De acordo com o texto, havia no estado um fundo de educação com administração autônoma que poderia receber auxílios de particulares, quer fossem em forma de doações ou legados. Em relação às taxas para fins educativos, antigo Imposto de Capitação para o Fundo Escolar foram reestabelecidas e regidas, em 1932, pelo Decreto de nº 8.242, de 27 de dezembro, e posteriormente regulamentadas pelo decreto de nº 10.855, de 13 de julho de 1938. De acordo com as explicações dadas por Isaías Alves, este imposto era constituído pela contribuição anual de (10\$000) dez mil réis e incidia sobre todos os indivíduos nacionais ou estrangeiros, de ambos os sexos que exerciam no estado da Bahia atividades remuneradas ou que viviam dos seus bens ou rendas. Estavam isentos do pagamento do referido imposto os indivíduos que tivessem rendas anuais inferiores a oitocentos mil réis, os indigentes e os enfermos pobres, os praças das corporações armadas, os condenados e presos pobres e os residentes por menos de seis meses no estado.

governo do estado no sistema educacional. A fixação dessa taxa possibilitou, entre outras coisas, empreender mudanças que não se esgotavam apenas nas discussões em torno dos métodos de ensino e da formação dos professores. Ao contrário, permitiu realizar reformas de ordem prática como construção de novos prédios e compra de material escolar.

Ademais, a obrigatoriedade da Caixa Escolar também fornecia subsídios financeiros para as escolas se manterem. Somente aqueles que apresentassem atestado de pobreza no ato de matrícula dos seus filhos nas escolas estariam desobrigados de contribuir com a educação deles.¹⁶⁷ Essa obrigatoriedade explica o aumento do número de Caixas Escolares na Bahia, que em 1936 era de 88, sendo 76 estaduais e 12 particulares, e no ano de 1940 chegou a 200, com 183 estaduais e 22 particulares.¹⁶⁸

A construção de novos prédios, por sua vez, só ocorreu, ao menos com as verbas do estado, a partir de 1938. O decreto de nº 10.814, de 1º de julho daquele ano criou 190 escolas no interior do estado e 60 na capital. Além disso, o Secretário da Educação do estado autorizou pelo Decreto de nº 11.021, de 13 de outubro de 1938, que os municípios criassem e mantivessem escolas em suas jurisdições. Nesse mesmo ano de 1938 inauguravam-se em Alagoinhas cinco novas escolas.¹⁶⁹

Ainda assim, a precariedade das escolas parece ter sido recorrente. Segundo a narrativa de Maria Feijó, a maioria das escolas isoladas funcionava em casas alugadas e eram paupérrimas. Ao assumir a cadeira na vila operária de Aramari, a professora Maria Luísa defrontou-se com uma realidade bem diferente em relação à Escola de Senhor do Bonfim:

Na rua de baixo, à margem da estrada de ferro, numa casa de esquina é que se localizava a escola, com três janelas, uma porta de frente e a outra de lado, dando para rua, numa área mais ou menos de cinco metros por três, comportando nove carteiras. Cinco de um lado e quatro de outro. No centro um estreito corredor para passagem das crianças, e, mais adiante a mesa da professora. [...] Mesmo só comportando dois alunos em cada carteira, sentavam três, quatro, conforme a frequência e necessidade do momento. [...] Esse mobiliário era o oficial da escola. [...] De material didático, nas paredes, dependurados havia: dois mapas geográficos, um quadro de “sistema métrico decimal”, dois cartazes com “Aves do Brasil”, e um de “mamíferos”. No chão, esquinado num cavalete, o quadro negro encerrava o material didático, que convém frisar, servia para as duas escolas...¹⁷⁰

Essa escola, denominava-se “24 de outubro”. Posteriormente, a pedido da professora Maria Luísa, passou a chamar-se “Castro Alves”. Em meados da década de 1940, “um dia do mês de

¹⁶⁷ O texto da Constituição de 1937 determina o seguinte: Art 125 - A educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação particular. *Constituição dos Estados Unidos do Brasil, do ano de 1937*. Disponível em: <www2.camara.gov.br>. Acesso em 15.02.2012.

¹⁶⁸ FGV/CPDOC- Resposta ao item 50 - Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, assuntos políticos. GC.i.1940.10.13.

¹⁶⁹ FIGAM - Relatório da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. Exercício de 1938.

¹⁷⁰ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 426.

julho, frio e úmido, manhãzinha de chuva fina e renitente com uma atmosfera hibernal, propícia a sono tranquilo, Luíza dormia a bom dormir”¹⁷¹, quando a casa da escola caiu. A professora solicitou providências do delegado escolar, do prefeito de Alagoinhas e até do Departamento de Educação, em Salvador. Ninguém podia fazer nada, “alegando falta de verba”.

A professora Luísa passou então a dar aulas embaixo de uma árvore. “Aproveitou o ensejo e fez prática de Botânica, geografia e um pouco de física”.¹⁷² No entanto, ao vê-la naquela situação, o chefe dos operários da ferrovia convidou-a para se mudar para sede das oficinas:

Olhe professora... sem o seu consentimento, tomei a liberdade de consultar o pessoal da “Filarmônica” e do “Partido”, lá nas “Oficinas”, sobre a senhora. Chegamos a conclusão de que pode se mudar para nossa casa.

[...] Ela pensou, pensou (uma escola na sede de comunistas! Enfim... São as necessidades... sem providências outras.)¹⁷³

Antes de aceitar a oferta, a professora resolveu buscar ajuda mais uma vez. Como resposta, o diretor do Departamento de Educação disse-lhe:

[...] Vá ficando, menina, por lá mesmo. Como está. Você não é comunista nem nada... E esta praga não germinará nunca no Brasil, minha filha, nem em país de estruturas iguais à nossa. A índole do nosso povo, cristão como é, não dá para isso não, professora. O terreno por aqui não é fértil a essa cultura. No Brasil não há comunista, o que há são uns boçais, uns pobres diabos que não sabem o que dizem... e muito menos o que estão querendo alcançar.

[...] Dê muitas aulas de Educação Moral e Cívica. Civismo, Professora, seu conhecido Civismo, ensinando-lhes muito bem o Hino Nacional e os bons exemplos como você gosta de fazer...¹⁷⁴

Como se vê, no Estado Novo, conforme sugere o fragmento literário, o sistema educacional se caracterizou pela polaridade entre, de um lado, leis, diretrizes e objetivos fortemente definidos e, de outro, estrutura de ensino precária. Os problemas de ordem estrutural permaneciam, mas poderiam ser superados se a professora fosse moralmente forte e pregasse o civismo aos seus alunos.

Esse fragmento textual é bastante significativo na medida em que elucida sobre questões relacionadas ao Partido Comunista. É importante ressaltar que a vila de Aramari sempre foi conhecida como uma vila operária e parece ter abrigado na sede das oficinas um contingente significativo de pessoas que se identificavam com o comunismo. Não por acaso, a fundação de um Comitê desse Partido ocorreu nesse distrito antes mesmo de ser fundado em Alagoinhas, com a participação de importantes representantes, como Jacob Gorender e Giocondo Dias.¹⁷⁵

¹⁷¹Ibidem, p. 521.

¹⁷² Ibidem, p. 522.

¹⁷³ Ibidem, p. 522.

¹⁷⁴ Ibidem, p. 526.

¹⁷⁵ BPEB. *Jornal O Momento*. Salvador, 31 de julho de 1945.

A relação entre o Estado Novo e o PCB nessa época da narrativa era diferente daquela vivenciada por Maria Luísa no tempo de normalista. Naqueles anos, a dispersão dos comunistas como organização estava bastante evidenciada. A partir do ano de 1939, não havia praticamente quase nenhum “foco” de agitação comunista no Brasil, devido ao impacto negativo do movimento de repressão do governo Vargas.¹⁷⁶

No entanto, nos anos de 1940 a 1943, percebe-se, especialmente em São Paulo, no Rio de Janeiro e na Bahia, sucessivas tentativas de reorganização do PCB. Ainda que fragmentado, o grupo da Bahia tornou-se o mais organizado.¹⁷⁷

Esse consentimento para a professora Maria Luísa ensinar numa sede de comunistas, sublinhado pela narradora, pode ter decorrido do apoio, nos anos anteriores, de uma fração comunista que preconizava a “União Nacional”, alinhando-se, à luz dessa perspectiva, ao presidente Getúlio Vargas na frente de combate ao nazi-fascismo.

Maria Luísa, sem outra opção, foi ficando na sede dos comunistas. Em virtude desse contato, as pessoas começaram a chamá-la, “com absurda segurança”, de comunista também. Aliás,

[...] de há muito. Moça que viaja sozinha, resolve seus problemas sozinha, vive quase sozinha e as suas custas, só pode ser comunista [...]. Casa para a escola, nem sinal! Pedia a quem de direito, implorava mesmo, e todas as portas fechadas, lacradas, mudas, só recediam às negativas... saiu um ano, entrou outro, nada. E ela na sede dos comunistas e já “comunista de muito tempo arraigada”.¹⁷⁸

Sem alternativas para resolver esse impasse, a professora Maria Luísa solicitou, junto ao Departamento de Educação, a transferência dela e da escola para a Rua do Catu, um dos pontos periféricos de Alagoinhas na época. Nessa rua, mais uma vez em casa alugada, a professora instalou-se por mais de um ano.

Outro aspecto que estava entre as preocupações do governo do estado era a prática da Educação Física nas escolas. Ainda em 1935, foi aprovado o regulamento sobre a educação física no Ginásio da Bahia. Instituíram-se torneios desportivos intercolegiais nas escolas primárias, secundárias e normais. Iniciaram-se “imponentes e inéditos desfiles anuais da juventude de todas as escolas em comemoração a grandes datas cívicas e nacionais”, além de ofertar a instrução pré-militar para os menores de 16 anos. Montou-se ainda no estado, a Escola de Educação Física da Bahia, um estabelecimento voltado para o preparo de um magistério especializado.

A importância do culto ao corpo físico aparece no Governo Vargas como uma ação disciplinadora, de combate ao ócio e à preguiça. A prática do exercício serviria de base para o fortalecimento do corpo, do homem ágil e, principalmente, útil para trabalho. Não foi por acaso que

¹⁷⁶CARONE, Edgar. *A República Nova* (1930/1937). 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976.

¹⁷⁷ Ibidem. Ver também: SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil* (1936-1948). São Paulo: Annablume, 2009.

¹⁷⁸ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 531.

o governo da Bahia decretou que só se matriculassem no ano de 1936 os alunos do Ginásio da Bahia que tivessem frequentado aulas de Educação Física e Canto Orfeônico em 1935.¹⁷⁹

Havia também um programa específico para as mulheres quando se tratava desse culto ao corpo. Diferente do programa masculino, que atendia aos propósitos do trabalho industrial e a defesa da Pátria, o feminino, influenciado pelas ideias do higienismo e do eugenismo do início do século XX, destinava-se a preparar o corpo da mulher para transformá-lo em ambiente sadio de procriação, onde seriam gerados os novos cidadãos que aprimorariam a nação.¹⁸⁰

Assim, as escolas projetaram movimentos corporais diferenciados para meninos e meninas, porém, essa medida não foi implantada sem resistência. Tanto a Igreja, quanto a sociedade reagiram à prática desses exercícios de diferentes maneiras e razões.

Em carta enviada ao Ministério da Educação e Saúde, os representantes católicos do Rio de Janeiro condenavam as vestimentas das mulheres para a prática da educação física. Os moradores de Alagoinhas também reagiram a essa exposição da figura feminina nas ruas. De acordo com a narrativa de *Pelos Caminhos da vida de uma professora primária*, os pais achavam “ridículo e sem nenhuma necessidade” aquela exposição. Essa censura decorria,

[...] não tanto pelas aulas serem em público –“o que não estava certo” –, mas pelo ambiente da cidade, formado de rapazinhos que as iam assistir e a interpretação que lhes davam, para, depois, na sua desclassificada ignorância, além das vaías desferidas, detratarem das meninas, nos bares, armazéns, bilhares, quitandas, onde quer que andassem e estivessem e vissem uma delas passar”[...].¹⁸¹

Por conta dessas reclamações, as aulas de educação física passaram a ser realizadas no grande quintal da escola, porque o “diretor, em vistas de tanto barulho dos pais, resolveu não mais fazer aulas públicas.”¹⁸²

As reformas no sistema educacional adotadas pelo Governo Vargas para assegurar a aprovação do seu projeto de governo foram amplas e diversificadas, indo muito além daquelas relativas à reestruturação de escolas e aos métodos de ensino. Por mais que o plano de combate ao analfabetismo tivesse aumentado de modo significativo o número de matrículas nas escolas, havia ainda a preocupação de levar o conhecimento (leia-se, o nacionalismo do novo regime) ao maior número possível de pessoas, inclusive àquelas que não recebiam educação formal nos estabelecimentos de ensino, ou que faziam parte do quadro de evasão destes.

Esse processo englobava algumas instituições que até então não tinham sido objetivamente utilizadas pelo governo como medida de legitimação da ordem estabelecida. A partir de 1930, entre

¹⁷⁹APEB- Decreto de nº 9.623, de 31 de julho de 1935. Decretos do ano de 1935. Bahia, IOE, 1941.

¹⁸⁰ Ver: PACHECO. Ana Júlia Pinto. “Educação Física feminina: uma abordagem de gênero sobre as décadas de 1930 e 1940. In: *Revista de Educação Física/UEM* 9(1):45-52, 1998.

¹⁸¹SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 41.

¹⁸²Ibidem, p. 55.

outras agências, o rádio, o cinema, a música, a imprensa e as bibliotecas foram adotadas, assim como as escolas, como instrumentos de reorientação. Na Bahia, por exemplo, o serviço de cinema e rádio educativos foi instituído nos estabelecimentos oficiais de ensino no ano de 1935, através do Decreto de nº 9.463, de 20 de abril.¹⁸³

Na década de 1940, quando ensinava em Aramari, Maria Luísa, assim como as outras professoras, foi obrigada a cumprir essas atividades extraclases:

Durante o ano, simultaneamente ao programa escolar, cumprido “a rigor” norma que se impunha a si mesma, ditado por seu espírito de justiça aliado às “exigências” do Sr. Delegado Escolar, o programa extra currículo também lhe era imposto pelas determinações do mesmo cidadão. Com prazer, este também o cumpria. [...] As comemorações sucediam-se. Todo teatrinho, dramatização, cantos [...]. Tomava a si a responsabilidade de seus alunos e dos das outras professoras, nestas respectivas atividades.¹⁸⁴

Era assim que Maria Luísa cumpria o “extraprograma” no cinema da vila operária, que de acordo com a narrativa, pertencia à “Leste”, empresa ferroviária.

Por sua vez, a preocupação para com a abertura de bibliotecas atendia a diferentes motivações. Em 1931, aprovou-se o primeiro regulamento da Biblioteca Pública do Estado.¹⁸⁵ Um dos principais problemas que essa medida visava combater era a falta de instrução do povo, inclusive daqueles que moravam no interior. Por outro lado, as bibliotecas subsidiavam, pela oferta de livros, a “renovação mental” dos professores, o que estimulava o aperfeiçoamento da prática pedagógica. Além disso, havia também a preocupação do governo em combater as leituras de feição comunista e anarquista que tinham sido ampliadas na década de 1920.¹⁸⁶

Em vista desses problemas, o governo baiano adotou uma série de medidas, entre elas consta a criação de numerosas bibliotecas populares no estado, e a edição e divulgação nesses estabelecimentos de livros didáticos, especialmente daqueles cuja temática era o Brasil, os fatos históricos e os heróis da nação brasileira, entre eles, o próprio Getúlio Vargas.¹⁸⁷

Visando ainda à cooptação de operários, comerciários e industriários, o governo adquiriu também “algumas dezenas de obras de ensino técnico, juntando as mesmas aos livros já existentes no estabelecimento e organizando um catálogo de fácil manuseio”.¹⁸⁸ Pretendia-se disseminar uma

¹⁸³ BPEB- Decreto de nº 9.463, de 20 de abril de 1935.

¹⁸⁴ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 441.

¹⁸⁵ Decreto de nº 7.210, de 20 de janeiro de 1931. *Decretos do ano de 1931*. Bahia, IOE, 1935.

¹⁸⁶ FGV/CPDOC- Bibliotecas Populares na Bahia. Processo 5.677, de 1940. Resposta à questão 19. GC.40.10.13-A3.

¹⁸⁷ Em 1935, por exemplo, o governo do estado autorizou a publicação de uma série de documentos antigos sobre a Bahia. A Lei de nº 243, de 29 de outubro de 1935, regulamentava a publicação de documentos antigos sobre o Estado. Nesse mesmo ano foi criada a Secretaria Estadual da Educação. Antes disso, porém, já se publicava a *Revista de Educação*, um órgão do Departamento de Instrução Pública do Estado. Lei de publicação das obras - nº 243, de 29 de outubro de 1935; instituição da *Revista de Educação* - Decreto de nº 8.498, de 21 de junho de 1933.

¹⁸⁸ FGV/CPDOC- Bibliotecas Populares na Bahia. Processo 5.677 de 1940. Resposta à questão 19. GC.40.10.13-A3. Há informações neste documento que a Biblioteca Pública Municipal de Salvador teve o seu patrimônio aumentado e suas instalações reformadas. Em 1940, a Biblioteca Pública do Estado contava com 14.300 volumes, e entre os anos de 1939

“sadia cultura nacionalista”, exigência “do novo regime, instituído sob as inspirações de verdadeiro e sadio patriotismo”.¹⁸⁹

Em Alagoinhas, foi fundada uma biblioteca em 1942. Não era pública, mas ficava sediada no prédio da Escola Brasilino Viegas, da rede pública de ensino. Denominada de “Biblioteca Isaías Alves”, esse estabelecimento foi inaugurado no dia 19 de outubro de 1942, como parte da comemoração da “Semana da criança”. Na data da inauguração contava com 125 volumes enviados pelo Departamento de Educação e uma coleção completa do *Tico-Tico*, do ano de 1940, doada pelo professor Luís Piedade. No ano de 1949, depois que Maria Feijó realizou o curso de biblioteconomia em Salvador, esse estabelecimento foi aberto à comunidade e passou a chamar-se Biblioteca Brasilino Viegas.

Havia também no estado, a preocupação com a formação de mão-de-obra técnica. Foi em função desta preocupação que o governo estadual implementou as reformas encampadas pelo Ministério da Educação e Saúde em relação ao ensino profissionalizante. A meta do ministro Gustavo Capanema era promover um sistema de ensino profissional ao nível da educação secundária.

Havia, no entanto, duas preocupações do governo federal em relação ao trabalho; a primeira era do Ministério da Educação e Saúde em atender à demanda futura de mão-de-obra técnica, o que explica o jargão “educar para o trabalho” e a inserção de noções de trabalho nas escolas desde o primário; e a segunda, do Ministério do Trabalho, era amparar o menor, o que motivou a regulamentação de medidas de proteção à infância no trabalho assalariado e vetou o trabalho de menores de quatorze anos nas indústrias.¹⁹⁰

No ano de 1942, o ministro Capanema elaborou reformulações importantes para o ensino profissional. Antes disso, porém, já se tinha tomado providências para abertura de escolas profissionalizantes em todo país. Na Bahia, por exemplo, a primeira medida adotada no Governo Vargas a este respeito data de 1932, com a criação de uma escola profissional para menores.¹⁹¹

e 1940 teria recebido 143 revistas e 202 jornais nacionais e estrangeiros.

¹⁸⁹“A Reforma da Educação na Bahia”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 22 de abril de 1942. Ano 41, nº 2045. Transcrição de dados oficiais.

¹⁹⁰Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, Educação e Cultura. GC. g. 1941.00.00 rolo 56- FGV/FGV/CPDOC. O diretor da Confederação Nacional de Indústria, Euvaldo Lodi, enviou, no ano de 1941, um ofício a Gustavo Capanema demonstrando o quadro de empregados nas fábricas naquele ano. No mesmo documento havia sugestões para a organização do ensino técnico e profissional industrial. Consta no texto que no Brasil havia 90.000 técnicos e mestres, 200.000 operários artífices, 670.000 operários manipuladores e 240.000 operários braçais, totalizando 1.200.000 profissionais. Para Euvaldo Lodi, este número era muito pequeno, o que exigia do ministro Capanema medidas para preparar anualmente 13.500 técnicos e mestres, 30.000 operários de artífices e 105.000 operários manipuladores, além de aperfeiçoar os que já existiam. O diretor da Confederação Nacional de Indústria argumentava que o operário ainda não era bastante eficiente, o que prejudicava não somente o seu padrão de vida como a própria economia nacional. Ademais, reclamava que o Decreto de 2 de março de 1939, que obrigava os estabelecimentos com mais de 500 empregados a manter cursos de aperfeiçoamento, ainda não havia entrado em vigor, o que era muito prejudicial ao país.

¹⁹¹Esse Decreto de nº 8.225, de 27 de dezembro de 1932, faz parte das medidas de assistência aos menores no Estado. Antes disso, em 1928, foi criado na capital, o Instituto de Educação Profissional destinado à educação agrícola e

Como se vê, os governos que assumiram a direção do estado naqueles quinze anos muito se empenharam em contribuir com o “novo regime”, adotando a maioria das diretrizes impostas pelo Ministério da Educação e Saúde. Visando a esse propósito, Landulfo Alves e Isaías Alves, assumindo, respectivamente, o Governo do Estado e a Secretaria da Educação e Saúde, e, posteriormente, o interventor Pinto Aleixo, lançaram as bases de consolidação do Estado Novo na Bahia, recebendo, não raras as vezes, e na maioria das cidades baianas, o apoio de homens que atuavam em diferentes espaços como as escolas e a imprensa conforme será demonstrado na seção que segue.

industrial de alunos do sexo masculino pela Lei de nº 2.122, de 06 de agosto daquele ano. Por outro lado, o ensino agrícola em todo o decênio de 1930 também passou por uma série de modificações, mas foi apenas no ano de 1940, quando Landulfo Alves assumiu a interventoria estadual, que este ramo de ensino recebeu uma obra de “grande vulto”: a construção da Escola de Agronomia de Cruz das Almas. Cabe lembrar que Landulfo Alves, natural de Santo Antônio de Jesus, cidade vizinha à Cruz das Almas, era engenheiro agrônomo.

Além dessas possibilidades de formação profissional, já funcionavam em Salvador, desde 1939, o Instituto Industrial Feminino Visconde de Mauá, com aulas e exposições de costuras e artesanato, o Instituto de Preservação e Reforma, e o Liceu de Artes e Ofícios, bem como havia uma Escola Profissional na cidade de Cachoeira, todos funcionando com subvenções do estado. Arquivo Público de Santo Antônio de Jesus. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus. 22 de abril de 1942. Ano 41, nº 2045.

5 ESCOLA E IMPRENSA: A EDUCAÇÃO FORMAL E INFORMAL NO GOVERNO VARGAS

5.1- A IMPRENSA COMO AGÊNCIA EDUCATIVA

Na comemoração dos dez anos do Governo Vargas, a Rádio Educadora do Brasil solicitou ao Ministro da Educação, Gustavo Capanema, que transmitisse aos brasileiros os resultados alcançados no setor educacional pelo Governo desde 1930. Em um documento de seis páginas, o ministro esboçou um resumo com os comentários das principais mudanças.

Logo na introdução, Capanema discorreu sobre o conceito de educação para Getúlio Vargas. Educar, para o presidente, seria o “processo de valorização do homem”, e neste espírito, disse Capanema, “pode-se afirmar que ele não tem feito outra coisa senão educar”. Gustavo Capanema afirmou que o homem brasileiro naqueles dez últimos anos teria despertado de um longo letargo, e questionou aos ouvintes de onde viria o espírito novo que os penetrava. No mesmo documento respondeu que era da escola, mas não apenas dela:

A obra realizada no domínio restrito da educação não nos pode explicar o presente por si mesma, porque pertence ao futuro. Ela não está e nem poderia estar sozinha *A escola, a imprensa, o rádio, o teatro, o cinema, os institutos de pesquisa, as comissões técnicas, as fábricas e as oficinas, a família e as instituições armadas*, - todas estas forças múltiplas se mobilizam sob a inspiração do governo da república, para a grande tarefa comum da educação dos brasileiros. Nenhum pode ser excluído, nenhum nos dará, isoladamente, a explicação satisfatória para o fenômeno de ressurreição que, incontestavelmente se manifesta em todas as consciências brasileiras.¹⁹² [grifos nossos].

Conforme está evidenciado no texto do ministro, a Imprensa era, também, imprescindível ao sucesso do projeto educativo. Como se sabe, o Estado Novo mobilizou uma série de recursos para assegurar a produção e a divulgação de certo conjunto de idéias que conformavam o seu projeto político.¹⁹³

As mudanças que se delinearam no âmbito do Estado no governo Vargas imprimiram formas específicas de relação entre o Estado e a Sociedade civil. Com o fechamento das casas legislativas, por exemplo, a imprensa configurou-se como uma das principais ferramentas de comunicação entre o governo e o povo, ou seja, a imprensa foi utilizada pelo Estado como parte de um esforço para obter consentimento dos atores sociais ao projeto varguista.

¹⁹² CPDOC/ FGV- Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, produção intelectual. GC. pi. Lima, j. 1940.11.21.

¹⁹³GOMES. Ângela de Castro. “O redescobrimento do Brasil”. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1982, pp.109-150.

No que diz respeito ao nosso objeto de estudo, esse esforço da imprensa alagoinhense ganha evidência quando analisada a partir da sua relação com os estabelecimentos de ensino da cidade, uma vez que a maioria desses estabelecimentos estava, à época, ou sob a direção dos integrantes dessa imprensa, ou sob a direção de pessoas que mantinham relações diretas com ela, como é o caso da Escola Normal de Alagoinhas nas décadas de 1930 e 1940.

No entanto, antes de investigar essa relação entre Imprensa e Escola, e a divulgação das ideias centrais do governo Vargas, cabe apresentar breve painel dela na cidade, de seus principais porta-vozes e das formas pelas quais eles buscavam legitimar o projeto político vigente.

5.1.1 A Imprensa alagoinhense durante o Estado Novo

Ao lembrar-se do último ano de estudo na Escola Normal, 1937, a narradora de *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* (1978) chamou a atenção para um dado importante: o painel da imprensa na cidade de Alagoinhas.

De acordo com a narrativa, as idas e vindas das normalistas para a escola eram verdadeiros passeios. Cruzar o comércio e exibir as “qualidades físicas” aos mocinhos da cidade era itinerário obrigatório das normalistas de sua época. Dessa exposição, assegurou a narradora, havia até “concurso de ‘inteligência e graça’, com apurações semanais publicada aos sábados, num dos jornais da terra: o *Correio de Alagoinhas*”.¹⁹⁴

Na narrativa, a importância que os jornais detinham em Alagoinhas aparece como um aspecto paradoxal:

[...] Apesar da luta renhida para a fundação de um Ginásio e Escola Normal e do atraso predominante na terra em matéria de educação e ensino, não obstante isso, ela se dava ao luxo de ostentar dois jornais... hebdomadários. Além do citado, mais este: *O Popular*. Todavia, formavam parcela mínima para manter de pé, e em dia, a parte educacional da cidade, em virtude de, para empreendimento de igual monta ser necessário, antes de tudo, verba [...].¹⁹⁵

No Relatório de Prestação de Contas da Prefeitura Municipal de Alagoinhas, relativo ao período administrativo de 29 de novembro de 1937 a 31 de dezembro de 1938, Antônio Martins de Carvalho Júnior (1885- ?), interventor municipal entre 1938 e 1943, refere-se a esses órgãos nos seguintes termos:

A imprensa local, patrioticamente inspirada no desejo incontido de bem servir ao Município tem orientado muito dignamente o Governo Municipal [...]. Os três semanários locais, *O Popular*, *Correio de Alagoinhas* e *Jornal de Alagoinhas*, são sinceros defensores de nossas prerrogativas e do nosso engrandecimento moral, material e intelectual, a eles, pois, o nosso cordial agradecimento, na cooperação

¹⁹⁴ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.73.

¹⁹⁵ *Ibidem*.

eficiente que tem dispensado, e que certamente continuarão a dispensar à administração.¹⁹⁶

O elogio direcionado aos órgãos de imprensa não era sem pretensão. Como reconheceu textualmente o prefeito,

[...] Já se afirmou que a imprensa “é o quarto poder do Estado”. Essa afirmativa tem a sua razão de ser, pelo menos neste Município, onde se constata a atividade de um jornalismo digno, honesto e amante da terra em que milita, sem desregramentos nem exageros, pautando sempre dentro de si uma moral esta função por todos os títulos elogiada.¹⁹⁷

Ambas as afirmativas feitas pelo prefeito podem ser facilmente constatadas, quando se observam as edições dos referidos jornais entre os anos de 1938 e 1945.

Com base nesta análise, percebe-se que a imprensa constituiu-se em ferramenta fundamental à consolidação do novo sistema de governo na cidade de Alagoinhas. Servindo de ponte de comunicação das novas orientações sociais e os demais setores da sociedade, o jornalismo local ocupou-se tanto na disseminação da ideologia do Governo Vargas que em sua 13ª edição, em 15 de março de 1939, a redação do *Jornal de Alagoinhas* publicava uma carta recebida de um leitor anônimo denunciando a falta de crítica do periódico. Diz o texto:

Temo, meu caro, que no seu conceituado jornalzinho, tão colorido e efunado de panegíricos aos homens de bem, não haja lugar para um elogiosinho nos maus. Aliás, ao que sabemos, da analogia dos contrários, é que resulta o ritmo cosmogônico nos astros. [...] O próprio dom do discernimento seria desnecessário, se não sobre-existisse princípios antagônicos...¹⁹⁸

Essa falta de crítica denunciada pelo leitor parece ter sido uma regra não apenas nos jornais de maior circulação e importância na cidade, como era o caso do *Correio de Alagoinhas*, *O Popular* e o *Jornal de Alagoinhas*, como também foi característica de edições de menor fôlego e importância, tais como *A voz da mocidade*, *Revista Dominó*, *O Colegial*, entre outros periódicos editados por jovens estudantes cujo lema “crítico”, “humorístico” e “literário”, quase sempre voltava “a crítica” para amenidades sociais, tratando com cautela e esporadicamente os assuntos políticos.

No entanto, para o entendimento de como se processava essa busca de consenso, não se pode perder de vista o contexto político que estava por trás dessa aparente acriticidade da imprensa alagoinhense. Deve-se destacar que nesse período, a imprensa estava subordinada ao poder público. Desde meados de 1930, nota-se interesse por parte do governo Vargas em estreitar as relações entre

¹⁹⁶ FIGAM - Relatório Municipal da Prefeitura de Alagoinhas. Exercício de 1938, p.24.

¹⁹⁷ Ibidem.

¹⁹⁸ FIGAM - “Carta aberta ao Pepe”. *Jornal de Alagoinhas*, 15 de março de 1939. Ano I, n. 13.

o Estado e os indivíduos direta ou indiretamente ligados aos jornais visando, sobretudo, à difusão da nova concepção de nação que o Estado produziria para o conjunto da sociedade.

As origens do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão que controlava os setores de divulgação, radiodifusão, teatro, cinema, turismo e imprensa remontam a um período anterior ao Estado-Novo. Desde a Constituição de 1934 já se havia esboçado a ideia de criar um órgão com estas características. No ano seguinte, quando o primeiro escalão do governo reuniu-se para avaliar a repressão à “Intentona Comunista” esse projeto começou a se concretizar. Teria sido nessa ocasião a apresentação dos primeiros projetos para a criação de duas importantes ferramentas de controles do Estado Novo, o DIP e o Tribunal de Segurança Nacional, sendo o primeiro materializado por decreto presidencial no ano de 1939.¹⁹⁹

A ação dos comunistas vinha sendo ampliada desde o ano de 1932. Apesar das dificuldades que encontravam, como a ilegalidade e a prisão dos seus membros, as reivindicações do Partido repercutiam entre os operários de maneira favorável.²⁰⁰ O relativo sucesso das marchas, dos comícios e das greves que marcaram a ação do PCB no início dos anos 1930, bem como a posição favorável do Exército aos movimentos de esquerda, tal como acreditavam os membros dirigentes do PCB, impulsionaram a organização do Partido, ainda que este permanecesse ilegal.

Ao lado de outras forças que se opuseram ao governo Vargas naquele momento, o Partido Comunista do Brasil possuía, no ano de 1935, uma estrutura interna até então desconhecida. À frente da Aliança Nacional Libertadora (ANL), o partido vivia o que Edgar Carone chamou de “momento máximo da política de massas da Segunda República”.²⁰¹

O sucesso desse movimento tornou-se mola propulsora para o governo Vargas tomar medidas de combate à essas frações populares e liberais, como por exemplo, o fechamento da ANL, em 11 de julho de 1935. A reação dos aliancistas contra essas medidas ocorreu de diferentes maneiras. Aqueles de tendência liberal afastaram-se da agremiação, e os mais radicais, a exemplo dos comunistas, partiram para a luta armada. Liderados por Carlos Prestes, e certos de haver, no Brasil, condições favoráveis à uma “revolução”, o PCB liderou, em novembro de 1935, o movimento armado que objetivava o declínio do governo. Movimento que malogrou rapidamente, devido à reação de Getúlio Vargas e dos seus aliados que sabiam das articulações para a ação.²⁰²

¹⁹⁹VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 1987.

²⁰⁰CARONE, Edgar. *A República Nova (1930/1937)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976.

²⁰¹Ibidem, p. 256. Para Edgar Carone, “nunca até então, um movimento tomara tão amplitude e força. Não porque os Comunistas e as esquerdas em geral dele participem, mas porque segmentos de classes médias, da burguesia e do próprio operariado lutam por programas mais amplos, numa afirmação de nacionalismo e luta contra as forças imperialistas”.

²⁰² Consultar as obras citadas: CARONE, Edgar. *A República Nova (1930/1937)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976; CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937/1945)*. Rio de Janeiro- São Paulo: Difel, 1976; WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da Revolução Brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2009; DULLES, John W.F. *O comunismo no*

Essa era, portanto, a atmosfera social que antecipou a criação do DIP, em 1939. Cabe ressaltar, que antes mesmo da instituição desse órgão, a imprensa já estava subordinada ao Estado por um dispositivo da Constituição de 1937. Francisco Campos, um dos mais importantes ideólogos do Regime, e autor do texto da Carta Constitucional, defendia a função pública da imprensa e a vocação legislativa dela. Para Francisco Campos, a imprensa deveria garantir a comunicação direta entre governo e povo, uma forma de consulta popular, descartando-se os parlamentos como instituições anacrônicas e deficientes.

O DIP fazia parte de um amplo projeto do governo Vargas que buscava intervir não apenas nos meios de comunicação como em todo espectro cultural e educativo. Atuando em defesa da cultura e da unidade nacional, esse projeto visava reeducar a sociedade, informando a opinião pública sobre as diretrizes doutrinárias do novo regime.²⁰³

Portanto, a imprensa foi acolhida no Estado Novo como um dos meios mais eficazes de propaganda do Governo, um instrumento estratégico para o exercício do poder, por conta da sua capacidade de reorientação e reeducação social. Toma-se por conceito de propaganda, neste caso específico, um processo pelo qual um grupo promove a difusão sistemática dos componentes de uma ideologia através de mensagens adequadas aos interesses e às condições dos receptores visando obter ou reforçar sua adesão, de modo a possibilitar a condução eficiente de ações dirigidas à manutenção ou a mudança do *status quo*. Conforme assegurou Nelson Jahr Garcia, no Estado Novo, a propaganda se realizou como uma trama de relações, da qual a difusão da ideologia foi apenas um de seus aspectos.²⁰⁴

Em regimes de natureza autoritária, a propaganda tende a ser transformada em parte constitutiva do sistema político, e uma vez incorporada de forma definitiva ao cotidiano da coletividade, dirige seus apelos de ordem emocional para a conquista de adesões políticas.²⁰⁵

Para levar adiante esse projeto de reeducação da sociedade, o Estado estreitou os laços com os intelectuais, aos quais caberia criar os aparatos culturais que dessem sustentação à propaganda do governo. Os intelectuais vinculados ao regime, ao lado das instituições governamentais, tinham o papel de difundir os projetos do novo Estado Nacional, entre eles o educativo, que ganhou evidência dentro desse plano.

Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial. Trad. Raul de Sá Barbosa. RJ: Nova Fronteira, 1985.

²⁰³ Para uma análise mais aprofundada do controle do Estado Novo sobre os meios de comunicação, ver: CAPELATO, Maria Helena. "Propaganda política e controle dos meios de comunicação". In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p. Disponibilizado em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em 02 de janeiro de 2011.

²⁰⁴ Nessa dissertação, estamos vendo a forma de transmissão direta da ideologia, ou seja, estamos analisando sua transmissão sistemática através dos meios de comunicação em Alagoinhas nas décadas de 1930 e 1940. Para a discussão de ambos os conceitos, ver: GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política: a legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo. Ed. Loyola, 1982, p.16.

²⁰⁵ CAPELATO. Maria Helena. op.cit.

O projeto educativo do Governo Vargas envolvia dois níveis de atuação e estratégia. O primeiro situava-se no âmbito de atuação do próprio Ministério da Educação e Saúde, e o segundo referia-se ao Departamento de Imprensa e Propaganda. Entre estes órgãos existia uma espécie de divisão de trabalho cujo objetivo era atingir diferentes públicos. Se o Ministério da Educação e Saúde voltava-se para a formação de uma cultura erudita, de cunho formal, o DIP buscava orientar as manifestações da cultura popular através do controle das comunicações.²⁰⁶

Para tanto, estes campos abrigavam intelectuais de diferentes naturezas. Enquanto o Ministério da Educação, na figura de Gustavo Capanema, dialogou com os modernistas, o DIP, representado por Lourival Fontes, reuniu um grupo de intelectuais centralistas e autoritários. Sabe-se que Lourival Fontes era um admirador das técnicas de propagandas nazi-fascistas e não hesitou em lançar mão dos recursos das novas técnicas de persuasão que estavam sendo utilizadas em países como a Alemanha.²⁰⁷

Se, por um lado, para difundir a nova ideia de nação, o Ministério da Educação e Saúde nacionalizou o ensino primário, tornou obrigatória a educação em língua portuguesa, editou e imprimiu livros e materiais didáticos de caráter nacional e tornou o ensino de História referência no currículo escolar para criar uma identidade nacional coletiva, por outro, o DIP esteve na origem do Instituto Nacional do Livro, do Serviço Nacional de Teatro, do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, do Instituto Nacional do Cinema Educativo e de vários museus para impedir a evasão de bens culturais do país. Além disso, cuidou para que a imprensa e as escolas educassem a sociedade no sentido de manter relações harmônicas com o Estado.²⁰⁸

Cabe ressaltar, que nem sempre a ação e produção intelectual desse período prestavam-se ao apoio do governo Vargas. Na Bahia, por exemplo, alguns intelectuais ocuparam-se em combatê-lo. Reunidos em torno da agremiação “autonomista”, esses intelectuais, sobretudo aqueles que investiram esforços na produção do conhecimento histórico como José Wanderley de Araujo Pinho, Nestor Duarte Guimarães e Luiz Viana Filho adotaram, conforme assegura Paulo Santos Silva, posição contrária ao projeto nacionalista centralizador, defendido pelo governo estadonovista.²⁰⁹

Não foi possível identificar se em Alagoinhas havia indivíduos “letrados” envolvidos com esse movimento no período. No entanto, uma matéria intitulada “A Bahia ainda é a Bahia de Ruy”, do jornalista e redator do *Correio de Alagoinhas*, João de Castro, entusiasta do Estado Novo, cujo conteúdo confrontava as ideias dessa frente oposicionista, sugere a ressonância do movimento nessa

²⁰⁶ VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural no Estado Novo*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1987, p. 4.

²⁰⁷ CAPELATO, Maria Helena. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: *Repensando o Estado Novo*. Org: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1999, pp.169-170.

²⁰⁸ GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política: a legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo. Ed. Loyola, 1982, p. 63.

²⁰⁹ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: lutas políticas, intelectuais e produção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2011.

cidade.²¹⁰ Como se sabe, o alistamento eleitoral destacava-se entre as preocupações dos “autonomistas” baianos. À luz dessa preocupação, eles “passaram a incentivar a instalação de postos para cadastrar eleitores na capital e no interior, sendo frequentes as viagens das lideranças políticas aos municípios do Estado”.²¹¹

Ademais, considerando-se que Juracy Magalhães aliou-se ao “autonomismo” nos anos finais do Estado Novo, e levando-se em conta a possibilidade dos seus correligionários locais como o ex-prefeito Mário Cravo (1896-?) que atuou no executivo local entre 1930 e 1937, terem adotado essa mesma posição, é possível pensar que em Alagoinhas havia porta-vozes desse movimento, a exemplo da “Associação Amigos de Juracy” composta por políticos e jornalistas locais, entre eles, os fundadores do jornal *O Nordeste*, em 1948.²¹² Além disso, não foi por acaso que em 1950, a militante Arabela, vinculada ao Partido Comunista, outrora cafetina nessa cidade, publicou uma nota no jornal *A Tarde* na qual afirmava que, como representante da ala feminina de Alagoinhas, hipotecava solidariedade ao movimento autonomista da Bahia.²¹³

Diante desse quadro, embora se perceba um movimento voluntário da imprensa de Alagoinhas para com as concepções estadonovistas, não se deve ignorar esses aspectos ao analisar o material produzido pelos jornais locais da época.

Em relação ao jornalismo local, percebe-se uma adesão quase que unânime da imprensa ao novo sistema político. Essa adesão ficou evidenciada não apenas pelas matérias de exortação a Getúlio Vargas e aos chefes políticos estaduais e locais, como, principalmente, pela campanha patriótica que esses jornais encabeçaram desde a década de 1930.

Na edição de 21 de setembro de 1938, o *Jornal de Alagoinhas*, numa matéria intitulada “Melhoramentos na cidade”, em que o autor fazia críticas à gestão do ex-prefeito Mário Cravo, pode-se observar de que forma se dava esse apoio ao governo implantado em 1937:

Não é com pouco jubilo que o povo alagoinhense vê o desenvolvimento das obras e melhoramentos que se vêm realizando, aos poucos, nesses últimos tempos, com a gestão profícua do nosso trabalhador Prefeito, o cel. Antônio Martins de Carvalho Júnior. E principalmente depois de um longo período de paralização, tempo em que a cidade não via onde escoava as verbas que os impostos jogavam na Prefeitura, a satisfação nossa deve ser grande, *porque estamos a experimentar uma espécie de ressurreição, uma vida nova de progresso e trabalho em substituição à antiga de politicagem e vinganças mesquinhas*. [...] Não se pode compreender como há pessoas que tem a coragem de atacar a atual administração. São coisas inexplicáveis em nosso Brasil. Enfim, como somos bons alagoinhenses, que desejamos o progresso da nossa querida cidade, só temos louvores para a atuação do sr. Prefeito...²¹⁴ [*grifos nossos*].

²¹⁰ FIGAM- CASTRO, João Alves de. “A Bahia ainda é a Bahia de Ruy”. *Correio de Alagoinhas*, 11 de maio de 1944. Ano XXXVIII, n. 1.708. Desse mesmo jornalista: “Vence a fatalidade. Baiano e Pernambucano. O nefasto autonomismo. E a vida continua”. *O Nordeste*. Alagoinhas, 17 de setembro de 1950. Ano II, n. 57.

²¹¹ SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição*, op.cit., p. 52.

²¹² “Associação Amigos de Juracy Magalhães”. *O Nordeste*. Alagoinhas, 29 de outubro de 1950. Ano II, n.59.

²¹³ Matéria transcrita no jornal *O Nordeste*. Alagoinhas, 11 de agosto de 1950. Ano II, n. 54.

²¹⁴ “Melhoramentos na cidade”. Matéria não assinada. *Jornal de Alagoinhas*. 21 de setembro de 1938. Ano I, n.2.

Mário Cravo tinha assumido a prefeitura de Alagoinhas em 1930, quando o intendente Saturnino Ribeiro, reeleito em 1929, foi deposto pelo interventor Juracy Magalhães. Após a Constituição de 1934, ele continuou no cargo por conta das eleições indiretas que, naquele ano, referendaram também os interventores estaduais. Em 1937, Mário Cravo foi deposto, assumindo a prefeitura local o comerciante Antônio Martins de Carvalho Júnior.

Nesta segunda edição, o *Jornal de Alagoinhas* contava com trinta e oito assinaturas particulares e quinze anunciantes, entre eles, a Prefeitura Municipal, dado que pode ser constatado no corpo do jornal.

Observa-se que as críticas contra o ex-prefeito Mário Cravo versavam, sobretudo, acerca da falta de investimento dos impostos arrecadados pela Prefeitura. De acordo com a matéria, ao contrário da administração do seu sucessor que em pouco tempo já havia promovido melhoramentos das ruas como nivelamento, aterramento e higiene, e estava ainda incentivando a cultura da mamona e da laranja, o prefeito anterior não teria aplicado de maneira devida os impostos arrecadados.

Não se pode perder de vista, ao analisar essa matéria, que José Lúcio dos Santos, proprietário do periódico e Mário Cravo eram, ambos, comerciantes e exportadores de fumo da cidade. Levando-se em conta que o último esteve por sete anos à frente do poder executivo em Alagoinhas, não se deve descartar a hipótese dele ter tomado alguma medida em benefício do próprio negócio, fato que, em alguma medida, justificaria a crítica publicada no jornal pelo concorrente.

Outra chave de interpretação para essa crítica diz respeito ao fato de que Mario Cravo, com o golpe de Estado de 1937, perdeu o poder político junto com Juracy Magalhães, responsável pela sua nomeação para interventor municipal depois da “Revolução de 30”. Juracy Magalhães teria se posicionado contra o governo de Getúlio naquele ano. Assim, demonstrar insatisfação pelos correligionários dele ao nível local era, sem dúvida, apoiar as decisões políticas do governo federal.

Nessa mesma edição do *Jornal de Alagoinhas*, em que se abordavam também as festas cívicas promovidas na cidade como o “Sete de setembro” e o “21 de setembro”, data esta que marca o início da primavera, anunciava-se que esse órgão era “adaptável às condições mesológicas de um povo que prima[va] e faz[ia] questão de marchar na vanguarda do esforço de seus dirigentes”, afirmativa que marca bem a linha política seguida naquele momento pelos dirigentes do periódico.²¹⁵

Ainda nessa edição havia a publicação da matéria sobre a nomeação da professora Maria Feijó para assumir cadeira na cidade de Senhor do Bonfim:

²¹⁵Ibidem.

É com satisfação que registramos a notícia de que a distinta professora Mariazinha Feijó foi, por ato do sr. interventor Federal na Bahia, nomeada para reger a cadeira de 3ª classe, na cidade nordestina de Bonfim. Como toda Alagoínhas sabe, a gentil professora Mariazinha, após um curso brilhante em Escola Normal, prestou eficiente concurso na capital, do qual se saiu muito bem colocada, demonstrando aos seus examinadores o alto grau de sua inteligência e aplicação, aliás já conhecidos nessa cidade por meio de suas crônicas nos jornais locais. Ela é filha do sr. José de Souza e de d. Julia Feijó de Souza, fazendeiros neste município. À distinta professora, os nossos mais sinceros votos de felicidade.²¹⁶

No ano seguinte, ao retornar das suas primeiras férias, é também esse jornal quem noticia aos alagoínhenses:

A fim de rever amigos e parentes, esteve na cidade a nossa distinguida colaboradora, profª Mariazinha Feijó, atualmente regendo uma Escola Pública Estadual em Bonfim.

A graciosa conterrânea após ter passado o período de férias entre os seus, regressou àquela cidade na última semana, a fim de reassumir o seu cargo que exerce com todo brilho e dedicação...²¹⁷

Observa-se que havia entre a professora Feijó e os dirigentes do jornal uma relação de evidente amizade, pelo tratamento no diminutivo de profª Mariazinha, e pelos adjetivos usados no texto como distinta, gentil, eficiente, inteligente, brilhante, aplicada e graciosa.

Pelas matérias publicadas nesse jornal é possível também recompor o quadro da turma de normalista que colariam grau no ano de 1938, visto que seus dirigentes também noticiaram sobre a viagem das professorandas para a cidade de Salvador, onde elas iriam retirar as fotografias para o quadro da formatura, e ao mesmo tempo agradecer a Pinto de Aguiar pela reequiparação da Escola Normal.²¹⁸

Por sua vez, no jornal *O Popular*, editado em fevereiro de 1939, também é possível perceber esse alinhamento com o governo. O curioso, nesse periódico, é que desde a época de implantação do Estado Novo, até 1943, ele foi dirigido por Salomão de Barros, um dos fundadores do núcleo integralista na cidade. Ainda que não seja objetivo desta dissertação discutir a relação Estado Novo/Integralismo, não se pode perder de vista que no ano da publicação dessa edição, essa relação já estava desgastada, o que torna a investigação do conteúdo desse jornal, no mínimo, instigante.²¹⁹

²¹⁶ FIGAM - *Jornal de Alagoínhas*. Alagoínhas, 21 de Setembro de 1938, Ano I, p. 3. [Grafia atualizada].

²¹⁷ FIGAM - *Jornal de Alagoínha*. Alagoínhas, 15 de março de 1939. Ano I. Num. 13. [Grafia atualizada].

²¹⁸ Nomes das formandas: Heurydice Barros, Edna Vasconcelos, Elieci Simões, Carmem Santos, Edna Campos, Luizeth Pereira, Maria de Lourdes Almeida, Diva Gomes, Leda Santos, Maria José Bastos, Maria de Lourdes Santos, Maria de Lourdes Martins, Giovanina Martins.

²¹⁹ Sobre registro de Salomão de Barros no Tribunal Regional Eleitoral como integralista ver: FERREIRA. Laís Mônica Reis. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2006.

Em três matérias publicadas na edição de 17 de fevereiro de 1939, por exemplo, evidenciava-se essa relação de apoio, conforme pode-se observar no fragmento abaixo:

É traço dos mais apreciáveis e úteis à vida nacional esse da sinceridade do legislador que elaborou o estatuto promulgado em 10 de novembro de 1937. Essa franqueza que se apreende desde as palavras prefaciais do preâmbulo, nas quais se disse abertamente ao povo brasileiro a legítima realidade nacional constitui uma virtude que se transformou em fé robusta e estímulos criador de energias novas e fortes...²²⁰

Ainda nessa matéria, intitulada “Traços característicos do Regimem”, onde o autor prefere o termo “estatuto promulgado” a “golpe”, afirma-se que todos os alagoinhenses e os bons brasileiros sentiam a necessidade de se criar para o Brasil um clima como aquele, bem como precisavam de alguém que olhasse “sem temores e sem receios, sem esmorecimentos e sem tibiezas para o quadro real de vida do país”.

Numa segunda notícia, “Pela grandeza do Brasil”, elogiavam-se, mais uma vez, as providências tomadas pelo governo acerca da fixação de estrangeiros no país. Sabe-se que a política de controle de estrangeiros no Brasil foi um dos aspectos que recebeu maior atenção do governo de Getúlio Vargas, sobretudo, porque eles eram uma “ameaça” ao plano de nacionalização que o Governo objetivava instituir.

A matéria não só constitui-se em apoio às decisões tomadas por Getúlio Vargas como também serve de alerta a todos os cidadãos alagoinhenses, convocando-os para colaborar com o governo no sentido de defender os interesses da Pátria. O autor lembra ainda que em vários países essa política de controle já se achava legal e administrativamente resolvida, ao contrário do Brasil, onde a tolerância do governo atingia “as raias da benevolência”. Nesse sentido, as decisões tomadas naquele momento eram “lógicas”, “coerentes” e “inconcussas”, devendo receber o apoio da população em geral.

Em outra matéria intitulada “A Crisma do Regimem” o autor faz referência a um dos temas mais discutidos pelos ideólogos do Estado Novo: a democracia.

Os governantes do nosso tempo dividem-se em duas categorias: a dos que leem nos homens e a dos que leem nos fatos. O senhor Getúlio Vargas pertencem a ambas. Nem os homens o iludem, nem os fatos ultrapassam. Ele possui o raro dom de ser sempre um outro, sendo ele mesmo, ele mesmo quando mede, o outro quando age. [...] A volta dele já emudecem as carpideiras da pseudo democracia: as que concebem o Estado forte como um soliloquio de governo, para cobrir o silêncio do povo.

Povo e governo entendem-se, dentro do Estado forte, sem intermediários.²²¹

²²⁰“Traços característicos do Regimem” *O Popular*. Alagoinhas, 17 de fevereiro de 1939. Ano XLIV, n. 1865. Matéria não assinada. [Grafia atualizada].

²²¹ FIGAM – “A crisma do regimem”. *O Popular*. Alagoinhas, 17 de fevereiro de 1939. Ano XLIV, n. 1865. Matéria não assinada.

De acordo com a matéria, o Estado Novo acaba sendo visto como um regime democrático, uma vez que, diferente da pseudodemocracia, ou pseudorepresentação popular, aquele governo relacionava-se diretamente com o povo e como autoridade máxima, ele não impunha nada, ao contrário, ascultava, interpretava e realizava os interesses em comum da sociedade.

Como foi dito, o redator desse periódico fez parte do quadro militante do movimento Integralista em Alagoinhas. Nesse momento, porém, não foi possível identificar se ele ainda fazia parte desse quadro, pois essa informação iluminaria o nosso olhar ao analisar as matérias publicadas nesse jornal. Além disso, a falta de acesso às demais edições de *O Popular*, que foi publicado, ainda que com intervalos, até o ano de 1943, inviabilizou aprofundar o posicionamento do periódico frente ao governo de Getúlio Vargas, sobretudo na década de 1940.

O que se sabe, no entanto, é que a relação entre o governo de Vargas e o movimento integralista sempre foi marcado por certa ambigüidade. Edgar Carone lembra que até a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, essa relação se caracterizou como um processo de perseguição aos manifestantes do movimento e acordos com os seus dirigentes, mudando apenas, a partir desse momento, quando os integralistas se associaram aos regimes fascistas e nazistas, obrigando o governo a recuar.²²²

Ademais, conforme indica esse autor, o próprio Plínio Salgado, líder do movimento integralista, se mostrou indefinido em relação ao Estado Novo durante todos os anos de sua vigência. Expressão disso é que mesmo com o declínio desse governo em 1945, Plínio Salgado teria se mostrado ainda bem cauteloso em refundar a AIB. Diferente dos dissidentes mais radicais do movimento, que fundaram o Partido de Representação Popular, Plínio Salgado e certo número de integralistas reorganizaram-se sob a bandeira da Cruzada Brasileira de Civismo.²²³ É possível que a postura assumida por Salomão Barros seja semelhante.

O que se sabe, no entanto, é que ainda que pertencendo a campos políticos divergentes, os indivíduos que assumiam postos dirigentes na cidade de Alagoinhas, sejam eles administrativos ou não, mantinham relações cordiais, mesmo após o golpe de estado de 1937, especialmente porque eram agregados por instituições econômicas e sociais comuns como escolas, clubes, filarmônicas e a própria imprensa.

Por outro lado, conforme destacou Paulo Santos Silva, embora sua análise recaia sobre os opositores do governo Vargas na Bahia, “as relações pessoais e familiares sobrepujavam posições político-partidárias em favor de laços afetivos”.²²⁴ Salomão de Barros, por exemplo, primeiro diretor do Ginásio de Alagoinhas em 1930 assumiu, em 1941, ao lado de Carlos Cunha (1883- ?),

²²² CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937/1945)*. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1976.

²²³ CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937/1945)*. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1976. Estudos mais recentes contestam essa visão de Edgar Carone e analisam a relação Estado Novo/Integralismo sob outras perspectivas.

²²⁴ SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático: Bahia, 1945*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992, p.101.

que seria prefeito a partir de 1943 por indicação do Governo estadual, o posto de Secretário da *Cooperativa de Educação e Cultura de Alagoinhas*, antiga Escola Normal, dirigida até 1940 por outro integralista, o professor e jornalista Alcindo de Camargo.²²⁵

Consta no Relatório dessa Cooperativa, referente ao ano de 1941, que o professor Alcindo de Camargo foi processado pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, fato que teria levado a Escola a uma crise financeira e pedagógica. Embora não esteja dito no relatório, pode ter sido este o motivo de afastamento do diretor daquele estabelecimento.²²⁶

Além disso, na matéria “Nosso Ginásio” publicada no jornal *Correio de Alagoinhas*, cuja autoria é de João de Castro, fomentador do Estado Novo na cidade, a notícia da transformação do Ginásio e Escola Normal em Cooperativa não faz referência a impasses políticos. Ao contrário, João de Castro refere-se a Alcindo de Camargo demonstrando uma aparente amizade ao elogiar a sua boa vontade em superar, com a transferência da direção da Escola, “a emergência que teve início com os fatos surtos em fins de 1940”.²²⁷

Outro dado que revela a manutenção dessa cordialidade no pós-golpe pode ser observado ao analisar a matéria “Verdades e Faróis”, que resumia os acontecimentos do baile de professores ocorrido em 1938, da publicação estudantil *Revista Dominó*:

Professor Camargo resolveu não dançar e não tomar parte do bloco “Papel Queimado” composto pelos senhores Salomão de Barros, José Maia, João de Castro, Isaac Chechter, Altamirano Campos, Humberto Robato, Nelson Góes e etc.²²⁸ [grifos nossos].

Professor Alcindo de Camargo era o diretor da Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas. Salomão de Barros, além de dirigir o periódico local, *O Popular* assumiu, nesse mesmo ano de 1938, o cargo de gerente da Caixa Econômica Federal, onde permaneceu até 1950. José Galdino Maia (1895-1977) e Humberto Meyer Robato eram industriários e atuavam no comércio local, e Altamirano Cerqueira Campos era comerciante, havia sido vereador e assumiu como interino, na década de 1940, o cargo de chefe do executivo local. Há informações que o “Papel Queimado” era o nome dado ao time de futebol dos homens casados de Alagoinhas.²²⁹

²²⁵ A informação de que Alcindo de Camargo era Integralista é do próprio Salomão de Barros na obra *Vultos e feitos da cidade de Alagoinhas*. Salvador. 1979.

²²⁶ Ainda não foi possível identificar documentos da Escola Normal que explicassem, com maior riqueza de detalhes, sobre este problema enfrentado por Alcindo de Camargo, que culminou em sua saída da Escola. Na obra *Vultos e feitos do Município de Alagoinhas*, Salomão de Barros afirma que o afastamento de Alcindo de Camargo (1896/1950) ocorreu pelo fato do diretor ter sido acometido por uma trombose.

²²⁷ FIGAM - CASTRO. João de. “Nosso Ginásio”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 31 de agosto de 1941. Ano XXXVI, n. 1637.

²²⁸ FIGAM- “Verdades e Faróis”. *Revista Dominó*. Alagoinhas, 03 de fevereiro de 1939. Ano V, n.1.

²²⁹ As informações acerca das atividades dos indivíduos citados constam na obra *Vultos e feitos do Município de Alagoinhas*, de Salomão Barros, e pode ainda ser confirmada em algumas edições dos jornais locais, bem como no livro “Indústrias e Profissões” da Prefeitura Municipal de Alagoinhas no Arquivo Público da cidade.

Nessa produção estudantil não se nota nenhuma matéria de crítica ao governo. Até mesmo quando se tratava das escolas, não se percebe objeção ao programa adotado, aos professores, ou a Instituição. O que há, na maioria dos conteúdos, são sátiras que envolvem professores e alunos, e críticas e charadas sobre os seus comportamentos nas festas promovidas na cidade.

Conforme foi mostrado na segunda seção, foi dos estudantes que estavam à frente da direção dessa revista, a sugestão feita ao prefeito Antônio Martins de Carvalho Júnior de colocar um alto-falante na Praça, para os jovens de Alagoinhas ouvir as irradiações do programa *Hora do Brasil*, que era o meio de comunicação oficial do governo Vargas.

Por sua vez, *O Colegial*, publicação dos estudantes do Colégio S.S. Sacramento, estabelecimento de ensino particular na cidade, cuja fundação o ex-prefeito Antônio Martins de Carvalho Júnior (1938-1943) rejubilava-se em ter realizado, demonstra, nas matérias publicadas pelos alunos do primário, a incorporação dos princípios educacionais estabelecidos pelo Ministério da Educação e Saúde no Estado Novo.²³⁰ Além do evidente culto às questões morais e religiosas, como se esperava que fossem as publicações de um estabelecimento de ensino religioso, é possível perceber, pela análise das matérias, a incorporação pelos alunos, das noções do trabalho e do culto ao corpo, propagadas no governo Vargas.

A matéria “O brinquedo”, por exemplo, assinada pela estudante do 4º ano, Georgina N. Bastos, destaca o seguinte:

Todo menino tem o dever de praticar os exercícios físicos que desenvolvem o corpo e purificam a alma. Brincar é o direito que possui as crianças. Distrair o espírito, tornar o seu físico elegante e forte é obrigação da humanidade que deseja o progresso da sua Pátria. [...] o brinquedo é uma grande auxiliar da educação humana. Todo aluno deve estudar, porque estudando, ele brinca.²³¹

Evidencia-se, nessa matéria, a ideia de progresso da Pátria decorrente do progresso do homem, representado pela estudante como a criança que brinca, educando o corpo, e que estuda, educando a mente, ou seja, o aprimoramento do físico e do intelecto para defesa da Pátria.

Por sua vez, a estudante Myrian Mascarenhas, ao falar das parasitas, “plantinhas que nascem e vivem à custa de outras plantas” prejudicando o seu desenvolvimento, conclui seu texto com a seguinte assertiva: “o indivíduo que não trabalha é um parasita”, uma noção notadamente estadonovista, conforme foi discutido na seção anterior.²³²

²³⁰Arquivo Público Municipal de Alagoinhas- *Relatório da Prefeitura Municipal*. Exercício de 1952. O prefeito Antônio Martins de Carvalho Júnior recapitulava a sua gestão anterior (1938-1943), e afirmava o seguinte: “na minha primeira administração considero a mais importante iniciativa e a mais preciosa aos interesses culturais da cidade, a fundação do Colégio S.S. Sacramento [...], colégio que graças à dedicação e aos ingenes esforços das digníssimas mães têm realizado a obra grandiosa e grandemente animadora e que já tem dispensado ensinamento cívicos religiosos a milhares de senhorinhas de nossa cidade.

²³¹ FIGAM - BASTOS, Georgina N. “O brinquedo”. *O Colegial*. Alagoinhas, 06 de dezembro de 1941. Ano I, n. 04.

²³² FIGAM - MASCARENHAS, Myrian. “Parasitas”. *O Colegial*. Alagoinhas, 06 de dezembro de 1941. Ano I, n. 04.

Outra produção estudantil voltada para o humorismo era a *Voz da Mocidade*.²³³ Tal como a *Revista Dominó*, esse periódico ocupava as suas colunas com piadas e charadas em torno dos estudantes e professores.

Destaca-se, na edição analisada, a quantidade de matérias envolvendo as normalistas da cidade. Aliás, essas matérias serviram de base para reconstituição do quadro das alunas matriculadas na Escola Normal de Alagoinhas, no ano de 1939.

Percebe-se que, em sua maioria, os nomes dessas alunas apareciam nas matérias do *Correio de Alagoinhas* no final da década de 1920 como as estudantes do primário que participavam das festas cívicas.²³⁴ Entre outras coisas, constata-se um dos motivos para tão efervescente campanha para a abertura de um Ginásio e de uma Escola Normal na cidade: eram as filhas dos dirigentes locais que estariam nas salas de aula desses estabelecimentos.

Outra característica do periódico era fazer o perfil das normalistas locais. A matéria da primeira capa intitulava-se “Apresentando: estou a lhes apresentar caros leitores, as virtudes e predicados das normalistas alagoinhenses...”. E o que se vê, é a reprodução de um aspecto que já foi discutido na terceira seção dessa dissertação, qual seja, a normalista culta e inteligente como objeto das variadas representações sociais. Destacam-se nessa matéria, características como elegância, faceirice, compenetração, modéstia, graciosidade, agradável, interessante, entre outros adjetivos, conforme mostra o fragmento abaixo:

LEILÃO

Quanto dão...

... pelo olhar expressivo de Maria José Velane?

... pela elegância de Leda Santos?

... pela delicadeza de Detinha Batista?

... pela alegria de Aminadá?

... pela graciosidade de Zila Campos?

... pela simpatia de Railda?

... pela meiguice de Raimunda Spinola?

E Angélica Lins, bonitinha, bem gordinha, quanto dão?

LEILOEIRA²³⁵

Sobre esse tema, a escritora Joanita da Cunha, sobrinha do redator do *Correio de Alagoinhas*, o jornalista João de Castro, e autora da obra memorialística *Traços de ontem*, (1987)

²³³ FIGAM – *A Voz da Mocidade*. Alagoinhas, 14 de junho de 1939. Ano I, nº 03.

²³⁴ Nomes de normalistas indicados nessa edição: Detinha Batista, Eraci, Dinorá, Vitorinha Viana, Iaiá Leal, Zizete, Nídia, Hildete, Dicineha, Angélica Martins, Angélica Lins, Maria José Velane, Leda Santos, Aminadá, Zila Campos, Railda e Raimunda Spinola. O nome da normalista Leda Santos havia aparecido no *Jornal de Alagoinhas* como formanda do ano de 1938. Não foi possível averiguar se essa normalista repetiu o ano. O lugar de venda desse jornal era o *Salão Moderno*, um dos clubes sociais mais procurados pela elite alagoinhense. Daí entende-se porque haviam tantas perfilações de normalistas. Tanto os dirigentes do jornal, quanto o grupo social que ele visava como público, pertenciam ao mesmo estrato social e econômico.

²³⁵ *Ibidem*.

declarou que muitas vezes, quando chegava à sala de aula, no Ginásio, antes mesmo de começar a estudar, juntava-se às amigas para ler “um novo exemplar do Jornal, todo mundo queria saber quem era a perfilada do dia”.²³⁶

Outro aspecto que também chama a atenção nesse periódico diz respeito à página esportiva. A matéria que narra sobre duas partidas de futebol realizadas na Escola Normal naquele ano mostra que os torneios intercolegiais que passaram a ser obrigatório no governo de Getúlio Vargas aconteciam com frequência em Alagoinhas, ocasião em que as normalistas eram convidadas para serem madrinhas.

Nesse evento, as normalistas Clarice Cunha e Delia Maria foram as escolhidas para esse posto. A primeira era irmã da escritora alagoinhense Joanita da Cunha e sobrinha de João de Castro, um dos principais responsáveis pela difusão da ideologia estadonovista nessa cidade.

5.1.2. O *Correio de Alagoinhas* e a propaganda ideológica estadonovista

Ainda que a propaganda em prol do Estado Novo, que teve efeito no interior desses jornais tenha sido abrangente, nota-se que no periódico *Correio de Alagoinhas*, ela ocorreu também de forma sistematizada e consistente.

A análise de dezoito edições desse periódico entre os anos de 1941 e 1944 oferece um quadro bastante amplo para se investigar essa propaganda, sobretudo porque o jornal, que nesses anos abrigava João de Castro como redator, empreendeu uma sólida campanha a favor do “Novo regime”, ao publicar, em todas as suas edições, matérias favoráveis ao Governo Vargas.

Para se ter ideia do alcance das notícias desse periódico na cidade, basta observar o perfil do indivíduo que estava à frente da sua redação naqueles anos. João de Castro nasceu em Alagoinhas, em 11 de maio de 1906. Desde muito jovem começou a colaborar com o jornalismo local com matérias publicadas em vários periódicos até assumir, na década de 1940, a redação do Jornal *Correio de Alagoinhas*, um dos mais importantes veículos de comunicação da cidade na época. Assinou algumas edições desse jornal como diretor, no ano de 1943.

Além disso, João de Castro era um jornalista com largas influências. “Intelectual vigoroso”, “poeta inspirado”, ele promovia, regularmente, vários concursos através do serviço de alto-falantes.²³⁷ Entre os anos de 1941 e 1942, por exemplo, estreitou os vínculos com a Escola Normal, então Cooperativa de Educação e Cultura, cujo presidente era o cunhado Carlos Cunha. Através deste vínculo, João de Castro participou ativamente da vida escolar dessa Instituição, sendo

²³⁶ CUNHA. Joanita da. *Traços de ontem*. Belo Horizonte: Graphilivros Editores, 1987.

²³⁷ Salomão de Barros, em descrição de João de Castro na obra *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*.

convidado por várias vezes à fazer campanhas para arrecadar recursos e organizar festas cívicas para a referida Instituição.²³⁸

Em 1943, foi nomeado Secretário da Prefeitura Municipal na gestão do cunhado Carlos de Souza Cunha que assumiu a prefeitura local no final daquele ano. Percebe-se, pela análise desse perfil, como João de Castro tinha a prerrogativa de atuar nos variados espaços sociais. Na imprensa, nas Escolas e na Prefeitura, além do espaço religioso, já que ele era líder espírita. Ele buscou, como um homem de letras, difundir as suas idéias, cujo exame revela ser, em larga medida, a reprodução da ideologia do Estado Novo. Antes de falecer, em 25 de junho de 1952, João de Castro colaborou também com o Jornal *O Nordeste*, fundado em 1948, pelo conterrâneo e amigo, Joanito Rocha.

Conforme foi dito, em quase todas as edições do *Correio de Alagoinhas* em que ele atuava como diretor de redação é possível encontrar matérias de apoio ao Governo Vargas, a exemplo de *Exortação, Vem para nós!, Estás de Pé Brasil, Brasil Brasileiro, Patriotismo*, entre outras. O poema *Brasil Brasileiro* destaca-se entre os demais do autor, pois resume, em algumas palavras, como foi feita a circulação da ideologia do Estado Novo na cidade de Alagoinhas pelos integrantes da imprensa. Na edição da publicação desse poema, em 1º de julho de 1942, todas as matérias, com exceção das propagandas diversas, reprodução de editais e proclamas de casamentos, abordavam temáticas que, de alguma forma, contribuía para consolidação do Governo Vargas.

No que diz respeito ao poema *Brasil Brasileiro* são muitos os aspectos reveladores dessa propaganda. É um poema que exalta o “Estado Forte” e a figura de Getúlio Vargas, legitima dois momentos políticos decisivos para o Brasil, 1930 e 1937, menciona o processo de intensa industrialização do país, bem como a descoberta do petróleo e o avanço da aviação, combate as “ideias estranhas” e o materialismo, reconhece a imposição da ordem e do trabalho para despertar quem repousava no leito do ócio e do vício, combate o atraso do cocar e do chapéu de couro, e combate ainda o analfabetismo, enaltecendo o livro, fonte do ouro e da riqueza do Brasil. É um poema que fala do povo, e ao povo “mais feliz do mundo” conforme se constata na leitura do texto que segue:

Brasil brasileiro

Vinde ver, vinde ouvir, ó, gente de outras terras, / O meu Brasil feliz, altivo
e independente, / Do seu seio a tirar das entranhas das serras,
Dos leitos dos seus rios e fontes das nascentes, / O tudo que precisa. A
própria vida sua. / O sangue, que, afinal, do coração lhe extua!...

Não é o Brasil do ódio e das canções do norte. / Dos sambas, dos batuques
nem do carnaval. / É o Brasil renovado, audacioso e forte,
Amparando o direito e reprimindo o mal. / É o Brasil que se ergue em
grossas chaminés / Que longe nos parecem troncos dos Ipês.

²³⁸ No ano de 1942, por exemplo, ele foi chamado à fazer um poema de apelo ao ex-alunos da Escola Normal para que doassem material de construção para o alicerce do novo prédio da Escola. O poema intitulado *Dos que daqui saíram, a gratidão se deve a base deste novo templo*, refere-se à campanha como algo nobre, patriótico, bem brasileiro.

É o Brasil das lavouras a transformar-se em pão. / Que mata à fome à gente mais feliz do mundo! / É o Brasil das indústrias a fincar no chão, / A sonda que vai ver, da terra lá no fundo, / Petróleo e ouro e mica e manganês, bauxita, / A pedra, o cobre e a prata, estanho ou marauíta,

É o Brasil que nos surge assim: Lagoa Santa, / Volta Redonda e Santos, Blumenau, Lobato... / É o Brasil que a voar no espaço se levanta, / Com asas de alumínio, a ver o seu retrato. / É o Brasil das estradas penetrando os campos. / Onde antes só era vista a luz dos pirilampos.

Não é um Brasil de outrora a repousar num leito. / De sonhos e de flores a cantar quimeras. / É o Brasil que produz. É o Brasil ora afeito
A luta do progresso em todas as esferas / Do grande mecanismo da ordem, do trabalho. / Que sobre o ferro em brasa impulsiona o malho,

É o Brasil de rebanhos ricos, de milhões. / A mugirem de Minas, alto nas montanhas. / É o Brasil onde a paz excede os corações. / A força de vencer ataques vis, estranhas, / Idéias...Que repele, em ondas de civismo, / O avanço indesejável do materialismo.

Não é o Brasil de cocar e de chapéu de couro, / Analfabeto ...bem, sereno e descuidado. / É o Brasil que hoje estuda e tem no livro ouro, / A luz do seu viver sabendo-se invejado, / É o Brasil que mantém nos céus, no mar, na terra, / Soldados para a paz, soldados para a guerra!

É o Brasil que Deus fez do mundo o coração, / Transbordante de amor, na mais viva acessão! / É o Brasil do presente, à luz que se promete / de um porvir grandioso, eloqüente, altaneiro, / É o Brasil que passou por trinta e trinta e sete, / É o Brasil de Getúlio. É o Brasil Brasileiro!

Alagoinhas, junho de 1942
JOÃO DE CASTRO²³⁹

Algumas publicações desse periódico, após o Golpe de 1937, não foram localizadas durante as pesquisas. Em função dessa lacuna, não se pode precisar em que ano começa essa campanha em favor do Estado Novo. No entanto, analisando determinadas edições da década anterior é possível datar o alinhamento com o governo Vargas logo após a “Revolução” de 1930.

Até esse ano, os dirigentes desse jornal intitulavam-no de “Órgão do Partido Republicano”. Na campanha eleitoral do ano de 1929, eles estavam apoiando a candidatura de Júlio Prestes e Vital Soares para, respectivamente, presidente e vice-presidente da República.

Em 11 de outubro de 1930, uma semana após o início do movimento revolucionário, o editorial do jornal denominava-o de “borrasca revolucionária”. De acordo com o responsável pela redação, aquele era um momento em que o “país precisava de ordem e trabalho para debelar a formidável crise que experimenta[vam] todas as classes”²⁴⁰, no entanto, o que se via no Brasil era

²³⁹ Arquivo Público do Estado da Bahia. CASTRO, João de. “Brasil, Brasileiro”. *Correio de Alagoinhas*, 01 de julho de 1942. Ano XXXVI, n. 1663.

²⁴⁰ FIGAM – *Correio de Alagoinhas*, 11 de outubro de 1930. Ano XXV, nº 1204.

um “movimento de rebeldia agravando destarte, ainda mais, a situação que por si só era de vexames’.²⁴¹

Apesar dessa crítica, pouco mais de um mês, quando os governos estaduais e municipais já haviam sido depostos pelo decreto do Governo Provisório, e exatamente no dia em que Mário Cravo assumiu o posto de interventor da cidade de Alagoinhas, é esse mesmo periódico quem anuncia essa posse, no editorial intitulado “As duas etapas”.²⁴²

Ressalte-se que nesse momento, o nome da cidade havia sido mudado para Joaquim Távora, homenagem que o chefe militar conhecido como “vice-rei do norte”, Juarez Távora, fez ao irmão falecido, após o sucesso da ação que visava o combate da barreira legalista que ainda resistia ao movimento revolucionário no estado da Bahia.²⁴³

Com essa substituição, o periódico *Correio de Alagoinhas* autodenominou-se *Correio de Távora*, o que sugere um acatamento da nova ordem. Entende-se que, se houvesse resistência por parte dos dirigentes, o nome do periódico não teria sido trocado.

Não se sabe até quando o jornal foi impresso com esse nome. Como foi dito, não foram localizadas as edições que cobrem esse período, o que impossibilitou o desdobramento dessa análise. De todo modo, ainda que não se possa datar exatamente em que ano esse periódico passou a reproduzir a ideologia estadonovista, sabe-se que na década de 1940, esse alinhamento ficou bastante evidente.

No ano de 1941, quando comentava a respeito dos antigos princípios liberais, João de Castro usou o espaço de redator do jornal para rebater a crítica de um indivíduo que teria comentado que no sistema de governo implantado em 1937 valia somente o “direito da força”. Mostrando indignação com a assertiva, e lamentando não tê-la respondido no mesmo instante por “respeito às suscetibilidades do momento”, o jornalista escreveu:

Onde, porventura, no Brasil, cessou a força do direito, se em paz e liberdade nós estamos a trabalhar pelo engrandecimento da nação e pela perseverança da liberdade e da paz dentro dos princípios básicos de um Regime todo nosso, criado, por bem dizer, para nossa felicidade presente e futura? [...] marcha pontilhada de lições cívicas teve lugar em novembro de 1937.²⁴⁴

Ao que parece, João de Castro estava respondendo à uma crítica deferida por alguém que simpatiza com as ideias comunistas. Em vista disso, ao tempo em que defendia o novo sistema de governo, também ameaçava:

²⁴¹ Ibidem.

²⁴² FIGAM – *Correio de Távora*. Cidade Joaquim Távora, 15 de novembro de 1930, nº 1208.

²⁴³ Ver: PAIXÃO. Carlos Nássaro Araújo da. *Traços da cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930/1949)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. UNEB. 2009.

²⁴⁴ CASTRO. João de. “O Direito da Força”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 31 de agosto de 1941. Ano XXXVI, n. 1637.

[...] A doutrina é longínqua e rançosa. [...] Mas, se alguém assim pensando, julgar-nos fraco pelo uso de nossa própria política, que não tem raízes além da cultura que nós soubemos criar, esteja certo de logo, que no momento propício, contra a agressão ou ataque de qualquer inimigo, saberemos usar daquele direito [da força].²⁴⁵

O texto está em pleno acordo com a nova concepção de política do governo Vargas: humanista, pois era voltada para o bem comum, e realista, uma vez que não era extraída de cânones importados, mas voltada para realidade nacional e cristã.²⁴⁶

No ano de 1942, durante a Segunda Guerra, quando o Brasil posicionava-se contra o “eixo” Alemanha, Itália e Japão, o *Correio de Alagoinhas* começou a fazer uma espécie de resumo dos acontecimentos beligerantes em todas as suas edições. Sabe-se que nesse período, o Governo determinava o que seria ou não publicado nos jornais em relação à Guerra. No entanto, percebe-se que para os dirigentes do referido jornal, esse publicismo estava para além das determinações governamentais, pois além de divulgar os boletins mais recentes sobre a Segunda Guerra Mundial, fazia-se questão de mostrar aos alagoinhenses, que o Brasil estava sendo dirigido por um homem forte e competente, que mesmo frente à Guerra, tomaria as providências necessárias para proteger o país.²⁴⁷

A matéria explicita não apenas a posição do Brasil frente à guerra com o alinhamento do país à Inglaterra e aos Estados Unidos, como mostra também a posição do Jornal frente ao governo, que era de apoio incondicional à política adotada e alerta aos traidores do Estado Novo.

Pouco mais de um ano dessa publicação, em 04 de março de 1942, data da inauguração do Prédio da cadeia nova, ocasião em que estavam presentes o Secretário Estadual de Agricultura e Obras Públicas, o diretor do Departamento Estadual de Propaganda e alguns de representantes da Imprensa do estado de São Paulo, Rio de Janeiro e da cidade do Salvador, João de Castro, que havia participado desse evento como representante da imprensa de Alagoinhas, elogiou, em nome dessa cidade, o prefeito Antônio Martins de Carvalho Júnior pela iniciativa da obra, e agradeceu ao Interventor da Bahia pelo apoio dispensado.

²⁴⁵ Ibidem.

²⁴⁶ Para uma visão do novo conceito de política no Estado Novo ver: VELLOSO. Mônica Pimenta. “Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar. Editores. 1982.

²⁴⁷ A matéria “nossa posição” é um exemplo dessa defesa do governo. Segundo o seu texto, que critica a união entre Alemanha, Japão e Itália, e a invasão por esse “eixo belicoso” a um país Americano, o Brasil estava preparado para assumir seu posto e mostrar que “o pan-americanismo é verdade”. Dizia o jornalista: “[...] Alto lá, dizemos nós. Não valem os seus gritos senhores, nem para despertar consciências remanescentes de seus amigos, se ainda acaso os contam vocês, aqui, aonde um outro caráter se há formado, resistente e grandioso de civismo, no Brasil, que nasceu em Novembro de 1937, que sabe o que quer, conhece o quanto pode, não ignora o que vale e está capacitado para reagir contra quem for que lhe pretenda ferir o brio e a honra... Nossa posição está definida. Brasileiros, cuidado!... Getúlio Vargas é o nosso guia. E o Brasil não tolera traições”. In: CASTRO. João de. “Nossa Posição”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 24 de fevereiro de 1942. Ano XXXVI, n. 1654. BPEB..

Segundo ele, a inauguração do prédio era uma prova de que o povo “ordeiro e trabalhador” de Alagoinhas não havia sido esquecido. Naquele momento de renovação do Brasil, quando o país avançava para “um porvir miraculoso sob os desígnios da coragem cívica do lidador imperterrito, de personalidade própria, persistente e indelével” que era, segundo João de Castro, o presidente Getúlio Vargas, a cidade de Alagoinhas estava, mais do nunca, a serviço do conserto das “células vitais do Estado”.²⁴⁸

Ainda nesta edição, transcreve-se uma matéria do jornal *O Imparcial*, que teria sido publicada no mês anterior, denominada *Paraquedistas*. Não há referência nem elogios ao Presidente Getúlio Vargas nessa matéria, mas ela ocupa-se em fazer outra propaganda igualmente importante para a consolidação do Estado Novo: contra o nazi-fascismo europeu.

Define-os o título, melhor, porém, identifica-os o modo de agir. São imperturbáveis como a consciência amarela de um sorriso japonês. [...] É inútil a quem se enoje de sua presença, fazer cara fechada ou recusar-lhe a fala. [...] Indesejáveis, tornam-se assíduos onde não devem ir, mas preferem, precisam estar, para fingindo nada ouvir, tudo escutar. [...] visitam as casas dos amigos democratas, fazendo-lhes carinho nos filhos. Frequentam os clubes e sociedades insinuando, em toda parte, a insídia, o boato, o derrotismo, de preferência, junto às mocinhas e senhoras respeitáveis. [...] Os jornalistas lançam-lhes olhares significativos de desprezo, mas isso não é com ele... esse paraquedismo que constitui a avançada quinta-coluna. E para essas caras duras, este tópico, delicado, cartão de “sumam-se”.²⁴⁹

Em menos de um mês da publicação dessa matéria, já se podia ler no *Correio de Alagoinhas* outro texto de teor semelhante. Datada de 31 de março de 1942, a matéria *Maus brasileiros*, enviada à redação do *Correio de Alagoinhas* por um colaborador de Salvador, divulgava o apelo que o presidente Getúlio Vargas teria recebido de alguns cariocas para “estender as penas da lei de confisco de bens dos eixistas aos brasileiros adeptos [daquele] partido miserável”.²⁵⁰

De acordo com a matéria, os “brasileiros degenerados” que traíssem o seu “torrão natal” deveriam receber sérias punições do Estado. Além disso, o autor afirma que se aqueles inimigos conseguissem vencer a guerra, os brasileiros haveriam de viver “sob o rigor do chicote germânico”. Tendo em vista que os nazistas, para ele, odiavam a raça brasileira, acusavam-na sempre de mestiça, e afirmavam com veemência que o Brasil só servia para colônia. Ante aquela ameaça, a sociedade brasileira precisava proteger-se daqueles “maus brasileiros”, porém, para o colunista, o

²⁴⁸ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - “Alagoinhas avança”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 04 de março de 1942. Ano XXXVI, n. 1652.

²⁴⁹ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - “Paraquedistas”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 04 de março de 1942. Ano XXXVI, n. 1652.

²⁵⁰ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - Laboreiro. Platão de. “Os maus brasileiros”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 31 de março de 1942. Ano XXXVI, n. 1655.

presidente Getúlio Vargas estava “de olhos bem abertos” e saberia punir, no devido tempo, aqueles “maus brasileiros e toda sua horda”.²⁵¹

Pouco tempo depois, orgulhoso da percepção do que seria o comunismo e o integralismo ainda na gênese desses movimentos, João de Castro transcreveu no *Correio de Alagoinhas* uma matéria de sua autoria publicada pelo *Jornal de Serrinha* na década anterior. Segundo essa matéria, não havia o que distinguir entre integralistas ou comunistas:

Todos, na verdade, conspiram contra a dignidade cívica do país. Não confie, conseqüentemente, a nação, se quiser, interrompida a esteira luminosa de suas mais belas tradições, nem nos rubros, nem nos verdes. [...] O que os diferencia somente, são os processos à luta. Em substância, maretas sujas de um só oceano, revoltos e truculentos: a autocracia.²⁵²

Constava ainda nessa mesma edição, um poema de João de Castro intitulado *Vade Retro*. Escrito em 1942, o poema se ocupava, principalmente, em acusar a “quinta coluna” de “alma cancerosa”, “verme”, “serpe infame” e “vírus matricida”:

Sabemos que tu és, ó alma cancerosa ! / Que vive nas esquinas pelos botequins, / Apelidando em vão, de forma indecorosa, / A imprensa do Brasil de “forja de pasquins”.

Teu nome é feio e é triste. És toda fita e prosa, / Não passa de um exemplar das raças dos mirins, / Teu jeito de urso amigo arestas já não grossa, / Do teu caráter mau formado nos motins.

És verme. És serpente infame. És inimigo audaz. / Da terra que nasceste ou que te dá guarida, / Já te fizeste indigno, ó!... Vírus matricida!

Do nome do Brasil. Portanto, para traz! / Não levarás, por Deus, a nós, na tua escuna... / Sabemos quem tu és, ó!... vil, quinta-coluna!²⁵³

Por sua vez, o poema *Vem para nós!* foi publicado na mesma edição em que se davam notícias do ataque aos navios brasileiros feito por submarinos germânicos. Em suma, o poema era um último chamado aos brasileiros que haviam “desviado-se” e aderido às ideologias “estranhas” disseminadas na última década no Brasil. João de Castro alertava a estes “maus” brasileiros acerca do perigo em aderir àquelas ideologias. Em um de seus versos lembrava: “onde tu andas, só traições existem, a converter-te a consciência em lama” e apelava, “olha o Brasil, refaz tua crença, foge a ceder do mal às artimanhas”.²⁵⁴

João Falcão, na obra *O partido Comunista que eu conheci*, afirmou que a resposta do governo diante do afundamento dos navios “foi tímida e vacilante”, demorando muito à se

²⁵¹ *Ibidem*.

²⁵² Biblioteca Pública do Estado da Bahia - CASTRO, João de. “Assim dizíamos a seis anos”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 30 de maio de 1942. Ano XXXVII, n. 1660.

²⁵³ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - CASTRO, João de. “Vade Retro”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 30 de maio de 1942. Ano XXXVII, n. 1660.

²⁵⁴ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - CASTRO, João de. “Vem para nós!”. *Correio de Alagoinhas*, 09 de junho de 1942. Ano XXXVI. n.1661.

posicionar contra a Alemanha. Para ele, o governo só decidiu pela aliança aos setores ligados aos Estados Unidos depois que várias manifestações irromperam nas ruas, organizadas, sobretudo, pelo corpo estudantil do Ginásio da Bahia e pelos comunistas baianos, exigindo uma resposta dele em relação aquilo que consideravam “o inimigo comum da humanidade”.²⁵⁵

Em outro poema de nome *Estás de Pé Brasil* dedicado a Getúlio Vargas e cujo conteúdo justifica a entrada do país na Segunda Guerra Mundial, mais uma vez se faz referência ao episódio dos navios:

Revive do “Macau”, a cena horripilante / Manchando em brasileiro sangue o velho mar / O crime se repete... Emerge lá distante / Das ondas, o assassino, e em noites sem luar / Valendo-se das sombras, traiçoeiro e vil / Atira contra a vida e a honra do Brasil

[...] Uma onda de civismo invade a terra Augusta / E vai, de peito em peito, enchendo os corações / Mal sabem os agressores quanto vale a custa / O ouro desse amor que impele as multidões / Pamplona apareceu... Outros milhões de azes / Com ele, banirão da terra os satanazes.

E Não tremulará, nos masteréos da glória / Aonde o brasileiro pavilhão se eleva, / nenhum trapo de pano dessa grei inglória, / maldita clan de maus, que ressurgiu na treva, / Tenha ele, por sinal, ou tenha por estigma / a cruz swatica, algum machado, a serra ou o sigma.

[...] Juremos, pois, unidos nessa hora imensa: / Brasil! Serás vingado! É tua nossa crença! ...²⁵⁶

O ataque sofrido pelo Brasil em 1942, que teve afundados os seus navios por submarinos alemães, foi tratado pelo poeta como um atentado à vida e à honra do país, motivo pelo qual os brasileiros levantar-se-iam contra aquela nação e os seus aliados, bem como contra as doutrinas seguidas por seus representantes, cuja referência João de Castro faz pela citação dos signos como a “cruz swatica”, o machado, a serra ou sigma.

Semelhante a essas matérias poderiam ser citadas outras tantas como, por exemplo, *Cuidado com eles*, de junho de 1942, onde João de Castro afirmou que da sua tenda de trabalho, cumprindo à risca o programa que se havia traçado para o Brasil, o *Correio de Alagoinhas* rejubilava-se de muito haver “aberto, aos olhos de seus leitores, contra elementos perigosos que teriam jurado obediência aos ‘deuses’ do movimento ideológico irradiado em Berlim para os quatro cantos do mundo”, e que teria, no Brasil, batizado-se, “para ‘fins de direito’, com o título de ‘Ação Integralista Brasileira’”, e alertava os leitores: cuidado com eles, “muitos ainda viviam ilusos ou inconfessos entregues ao sabor da traição”.²⁵⁷

²⁵⁵ FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988, pp. 195-200.

²⁵⁶ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - CASTRO, João de. “Estás de pé, Brasil!”. *Correio de Alagoinhas*, 20 de junho de 1942. Ano XXXVI, n.1662.

²⁵⁷ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - CASTRO, João de. “Cuidado com eles”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 20 de junho de 1942. Ano XXXVII, n. 1662.

Como se vê, essa campanha anti-nazi-fascista e anti-integralista demonstra o empenho dos seus dirigentes em manter coerência com a política do Estado Novo. Por outro lado, o discurso do patriotismo e do civismo também era uma constante. Menos de um mês da publicação desse poema, na matéria “Patriotismo”, João de Castro falava da onda do “verdadeiro sentimento patriótico” que havia sido implantado no Brasil desde 1930, e no corpo do texto qualifica Getúlio Vargas de homem forte da nação, “destemido, na sua coragem, abnegado e forte no seu patriotismo, justo e bom, na sua modéstia”, um verdadeiro modelo de cidadão a ser seguido por todos os brasileiros.²⁵⁸

Outro acontecimento acolhido como uma vitória importante para o Estado Novo era a abjuração dos membros do Integralismo. Ao saber que na edição do jornal *O Imparcial*, de 13 de setembro de 1942, havia sido publicada a notícia de abjuração ao “credo-verde” feita por José Guimarães Batista, serrinhense vulgarmente conhecido como Ziza, João de Castro escreveu uma extensa matéria felicitando o abjurante, que outrora era seu amigo, e lamentou o tempo que ele havia perdido militando por aquela “doutrina inglória”. Felicitou-o por ter, enfim, “sacodido de si o pecado do grande erro” e alertou aos demais para o tomarem como exemplo e fazer o mesmo “em nome da nação”.²⁵⁹

Nessa mesma edição, a matéria principal diz respeito à criação, em Alagoinhas, da Fundação Cruz Vermelha. O evento realizado no salão do Rádio Clube, um dos clubes sociais mais importantes da cidade, reuniu autoridades locais, médicos, professoras e representantes da sociedade local.²⁶⁰

Após destacar os benefícios de uma instituição como a Fundação que ora era implantada, alguns presentes pronunciaram “ovacionados discursos”, entre eles, a professora Heurydice Barros, filha de Salomão Barros, o prefeito Antônio Martins de Carvalho Júnior e o próprio João de Castro que, conforme consta na matéria, pediu a palavra.

Destaque-se que a fundação dessa Instituição na cidade aponta para uma mudança do papel da mulher frente à Segunda Guerra Mundial. Percebe-se que o Estado Novo, estrategicamente, e de acordo com as suas necessidades, buscava inserir o sujeito feminino num campo maior de atuação. A Revista *A Bahia Litero-Científica Ilustrada e Esportiva*, órgão de publicação oficial do governo Vargas nesse estado, desde o ano anterior a essa fundação, já anunciava essa nova condição da mulher:

²⁵⁸ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - CASTRO, João de. “Patriotismo”. *Correio de Alagoinhas*, 11 de julho de 1942. Ano XXXVII, n. 1664.

²⁵⁹ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - CASTRO, João de. “Abjuração sincera. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 26 de setembro de 1942. Ano XXXVII, n. 1673.

²⁶⁰ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 26 de setembro de 1942. Ano XXXVII. Nº 1673.

Na hora grave porque o mundo passa, todo brasileiro, sem qualquer distinção de classe, deve enfrentar a obrigação suprema de salvaguardar a sagrada soberania e integridade da Pátria.

[...] A mulher cabe a sublime missão de cooperar como o soldado que foi convocado para os magnos serviços da Nação. Ela poderá servir em trabalhos de enfermagem, de transportes, nas indústrias acessíveis ao seu temperamento, constituindo-se assim num valioso soldado de reserva do Brasil [...] que grandioso marco tem a mulher brasileira na entrada da vistoria para o progresso [...] ²⁶¹

Em função dessa necessidade, as autoridades locais estavam “concitando a mulher alagoinhense à se coordenar para a vitória desse empreendimento”.²⁶² Em Alagoinhas, foram convocadas pela prefeitura para assumir essas atividades de enfermeiras, as professoras Heurydice Barros e Maria José Velanes Barros que, segundo consta, deveriam continuar “a servir no referido cargo ao lado do [médico] Israel Pontes Nonato (1912- ?).

Como se vê, parte considerável do que se publicava nesse periódico estava a favor do governo. Até mesmo quando se falava dos problemas que assolavam a cidade como, por exemplo, a carestia dos produtos da cesta básica²⁶³, o aumento no preço do leite²⁶⁴ e os roubos de gêneros alimentícios, o jornal defendia o governo, dizendo que esses aumentos não eram culpa da Guerra, e sim da ganância dos exploradores e “gatunos”.

Os escritos de Maria Feijó, no entanto, mostram que não era esse o pensamento dos habitantes da cidade. Segundo a narrativa literária, as consequências da guerra teriam chegado até mesmo à vila operária em que a personagem Maria Luísa ensinava. Ao pedir a uma aluna que a ajudava nos afazeres domésticos para comprar carne, ovos e outros alimentos, Luísa teria sido surpreendida pela escassez de comida:

E aí ela começou a, ainda mais, “purgar” seus pecados. [...] Passou pelos amargos momentos de mandar comprar gêneros de primeira necessidade “na rua”, logo lhe vindo a resposta: “não há nada professora, nem pão, nem carne, nem ovos. Nada se encontra”.²⁶⁵

Como se vê, a falta de alimentos foi atrelada pela narradora, à guerra, e não aos comerciantes locais. O que se via naquele momento, para ela, era uma atmosfera “macabra e vexatória” que “pairava em todo o universo” destruindo as populações.

Em 12 de maio de 1943, quando o periódico *Correio de Alagoinhas* completava 38 anos, rememorava-se, na primeira página da edição de 21 de maio que quando o jornal foi fundado, em

²⁶¹Arquivo Público de Alagoinhas - Nos círculos Militares. In: Revista *A Bahia Litero-Científica Ilustrada e Esportiva*. Ano I nº. 01. Julho de 1941, p.35.

²⁶²Biblioteca Pública do Estado da Bahia – *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 26 de setembro de 1942. Ano XXXVII, n. 1673.

²⁶³ Biblioteca Pública do Estado da Bahia – *Correio de Alagoinhas*, 09 de junho de 1942. Ano XXXV, nº 1661; *Correio de Alagoinhas*, 21 de maio de 1943. Ano XXXVIII, n 1.689.

²⁶⁴ Biblioteca Pública do Estado da Bahia – *Correio de Alagoinhas*, 21 de maio de 1943. Ano XXXVIII, nº 1689.

²⁶⁵ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 484.

1905, tinha por missão bem servir a Alagoinhas. Naqueles anos, porém, contavam “com um assombrado patriotismo” e ansiosos para trabalhar pelo Brasil, “servindo a sua coletividade”.²⁶⁶

Trabalhar pelo Brasil e servir à sua coletividade implicava em aderir aos projetos esboçados pelo governo para reeducação da sociedade brasileira, e como foi dito, um dos projetos de maior alcance social no Estado Novo foi, sem dúvida, o projeto educativo. Na próxima parte desta seção será analisada essa relação que marcou a participação dos “homens e mulheres de letras” no sistema educacional do Governo Vargas.

5.2 EDUCAÇÃO, IMPRENSA E POLÍTICA: OS PALCOS DE ATUAÇÃO DE HOMENS E MULHERES DE LETRAS EM ALAGOINHAS

Tal como os periódicos alagoinhenses das décadas de 1930 e 1940, e os jornalistas considerados intelectuais da cidade, como João de Castro e Salomão Barros, havia outros indivíduos e outras instituições que, de igual modo, serviram à consolidação do conjunto de ideias disseminadas no Estado Novo. Figuras como Antônio Martins de Carvalho Júnior, Carlos Cunha, Saturnino Ribeiro, Alcindo de Camargo, João Pinho, Gilberto Guimarães, Maria Feijó, Heudyrice Barros, Henrydice Barros entre outros nomes de alagoinhenses, foram pessoas que estiveram entre as décadas de 1930 e 1945 vinculadas, em algum momento, a no mínimo duas instituições influentes na cidade. Entre partidos políticos, postos dirigentes na administração local, entidades e instituições culturais e educacionais públicas ou privadas, clubes sociais ou cooperativas, estas pessoas constituíram-se em porta-vozes de uma elite alagoinhense.

Com a implantação do Estado Novo e a crença alimentada desde 1920 de que por meio da educação transformar-se-ia a sociedade brasileira, como se comportaram, em Alagoinhas, os sujeitos que estavam tanto à frente do sistema de governo quanto do sistema educacional na cidade e em que medida eles utilizaram-se do segundo para legitimar o primeiro?

Antes de refletir sobre estas questões, cabe ressaltar que o interesse para com o sistema educacional em Alagoinhas precede os anos de 1937, embora tenha sido a partir daquele ano que se deu um direcionamento mais planejado para as questões educacionais. A cidade, desde o final da década de 1920, esteve envolvida por uma intensa movimentação cultural que se estendeu por toda década de 1930, e nesse momento, a questão educacional já era colocada como pauta de debate pelo grupo dirigente. Como parte dessa “movimentação cultural”, no intervalo de 20 anos, entre outros acontecimentos, houve a Fundação do *Elegante Clube*, a Instalação da *Escola Remington*, a instalação de aparelhos de rádio, a inauguração do serviço de transporte coletivos, a fundação de um

²⁶⁶Biblioteca Pública do Estado da Bahia – “Doze de maio”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 21 de maio de 1943. Ano XXVII, n. 1689.

jornal falado, a institucionalização do Hino municipal, a inauguração do Pavilhão-bar na Praça J.J. Seabra e a inauguração da luz.

Por sua vez, a década de 1930 não foi menos movimentada. Inaugurou-se o Colégio e Escola Normal, fundaram-se mais jornais, criou-se o Tiro de Guerra e a Sociedade Filarmônica Lyra Operária, um jornalista assumiu a direção do Colégio em 1931, em 1932 fundou-se o Centro Operário Beneficente, dois anos depois foi inaugurada a primeira Agência da Caixa Econômica Federal, e em 1936 diplomava-se a primeira turma de professoras primárias na cidade, sem falar que em 1934 elegeu-se a primeira mulher em Alagoinhas como vereadora. Nessa mesma década, por um breve período, a cidade trocou de nome. Além disso, Alagoinhas enfrentou também uma crise aguda no comércio local, no plano urbano tomou uma série de medidas para reconfigurar as ruas e as casas, entre outros elementos factuais que poderiam ser enumerados.²⁶⁷

O destaque para os acontecimentos acima justifica-se pela observação de um dado importante. Em sua maioria, esses acontecimentos envolveram a presença de sujeitos que eram vistos na cidade como intelectuais. Conforme foi dito anteriormente, em Alagoinhas, várias figuras sociais se colocavam neste papel. João Pinho, João Batista Filho, Salomão Barros, Aurelino Oliveira, Ignácio Rocha e Antônio Alves Nascimento, são alguns nomes apontados como militantes das “causas” e “ideias” na cidade.²⁶⁸ Além destes nomes, alguns de proprietários e redatores de jornais, ocupavam também esse espaço, o professorado e os estudantes. Sendo que em relação ao primeiro, a profissão já era em si um indicativo desta condição de intelectual, por força da projeção social que a docência proporcionava.

Sabe-se que o ambiente intelectual baiano, no início do século XX, foi fortemente marcado pelo jornalismo. Apesar disso, esse campo não podia consistir em meio de vida, ainda que a atuação como jornalista compensasse pela “projeção social que se poderia adquirir, e através desta, além de conquistar possíveis gratificações psicológicas, poder-se-ia abrir portas para ingressar na política e nos empregos públicos”.²⁶⁹

Semelhante ao que ocorria em âmbito nacional, em Alagoinhas, a ocupação desse espaço era algo almejado por uma série de indivíduos, já que essa condição possibilitava intervir diretamente na comunidade, seja através da política, das escolas e principalmente, dos meios de comunicação.

No que se refere à atuação desse grupo no campo da educação, percebe-se que, a partir do ano de 1929, na esteira de publicações do Jornal *Correio de Alagoinhas*, há uma notável circulação de matérias de cunho educativo. Entre outras motivações que pudessem estar por trás disso, é

²⁶⁷Ver: BARROS, Salomão. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador. 1979.

²⁶⁸ *Revista Única*. Salvador, 1929.

²⁶⁹SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de tradição: lutas políticas, intelectuais e produção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. 2 ed. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 74.

possível pensar que a transformação de fatos educativos em notícias revela interesses, seja da direção, do redator, dos colaboradores ou dos “consumidores”, em conferir visibilidade à educação.

Sem perder de vista toda a campanha que já vinha ocorrendo em nível nacional, principalmente pelo movimento da “Escola Nova”, em Alagoinhas, a questão escolar passou a ser associada diretamente aos princípios de modernização e desenvolvimento. Em 1929, em especial, os jornais acompanharam de perto as atividades escolares através do registro da participação das escolas em festas cívicas, de denúncias sobre irregularidades da Caixa Escolar, reivindicação por escolas nos distritos da cidade, e ainda através da disseminação de idéias da “Escola Moderna”.²⁷⁰

Ao conferir visibilidade à educação, a imprensa legitimou as escolas como instância indispensável aos alagoinhenses. Ao publicar matérias de cunho pedagógico, divulgar palestras de professores, festas e outros eventos que envolviam o corpo escolar e produziam a educação como notícia, os idealizadores dos jornais pretendiam plantar a semente da mudança no conjunto de ideias de seus conterrâneos. Além de uma visão otimista do que seria a cidade com o povo alfabetizado, estas matérias visavam ainda à adesão da população à causa que defendiam.

É neste sentido que em 1930, quando foi inaugurado em Alagoinhas o Ginásio e Escola Normal, a imprensa local fez uma larga cobertura do evento e revelou através de suas matérias, que a implantação daquela escola era algo previsto, necessário, bem ao modo do que assinalavam suas publicações ao longo do ano anterior. Sob este aspecto, quais interesses poderiam estar por trás desse empenho? A quem poderia favorecer a abertura de novas escolas em Alagoinhas, principalmente de formação de professores?

Um primeiro aspecto a se observar são os espaços sociais ocupados pelos sujeitos que compunham essa imprensa. O *Correio de Alagoinhas*, por exemplo, desde a sua fundação, em 1905, abrigou como redatores indivíduos que mantinham relações diretas com as causas pedagógicas. O primeiro redator do jornal, João da Costa Chagas Filho foi diplomado pela Faculdade de Direito da Bahia. Entre os anos de 1912 e 1918, a redação do jornal foi assumida por Áurea Dias Farani, diplomada pela antiga Escola Normal da Bahia. Além destes, estiveram ainda ocupando este cargo alguns professores de curso secundários como Antônio Maciel Bonfim, Theodoro S. Filho entre outros.²⁷¹

Cabe lembrar que Antônio Maciel Bonfim, mais tarde também conhecido por “Miranda”, foi preso em 1930 na cidade de Alagoinhas, sob a acusação de fazer propaganda do comunismo entre os operários locais. O militante - que viria a ocupar o cargo máximo do Partido Comunista do

²⁷⁰ Ver edições do *Jornal Correio de Alagoinhas* de 1929 e 1930 citadas neste trabalho.

²⁷¹ Perfil dos vultos militantes da Imprensa em Alagoinhas. BARROS, Salomão. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador. 1979.

Brasil, em 1934, e esteve diretamente envolvido nos levantes comunistas de 1935 – pertencia, naquele momento, à Liga de Ação revolucionária, a LAR.

No entanto, a militância comunista de Bonfim era desconhecida para o círculo de relações dele em Alagoinhas. Essa questão fica evidente na defesa que o jornal *Correio de Alagoinhas* fez do militante, em setembro de 1930. Entre outras coisas, o jornal alagoinhense afirmou, energicamente, que o ocorrido com Bonfim era um engano, diferentemente do que “perversamente editou” o *A Tarde* e o *Diário de Notícias*.²⁷² Na matéria, as qualidades de Bonfim foram ressaltadas, inclusive o seu nível de instrução, que supostamente estaria lhe proporcionando uma distinção durante a sua detenção, evidenciando o *status* de intelectual que o militante gozava na cidade. Somente mais tarde, descobriu-se que Antônio Maciel Bonfim estava, de fato, ligado Partido Comunista do Brasil.²⁷³

Além disso, os demais órgãos de imprensa que circulavam na cidade como *O Popular* e o jornal *Nossos dias* também acolheram sujeitos ligados às causas educativas. *O Popular*, fundado em 1925, foi dirigido por Salomão de Barros, o primeiro diretor da Escola Normal, e tinha no cargo de redator João Pinho, um dos fundadores do Elegante Clube, do Tiro de Guerra e também criador da letra do hino da cidade de Alagoinhas. Além destas funções, o redator ocupou o cargo de Secretário da Prefeitura após a vitória das forças revolucionárias de 1930.²⁷⁴

O Jornal *Nossos Dias*, por sua vez, foi editado por Gilberto Guimarães (1916- ?) a partir de 1935, e em 1936 ele recebeu o Diploma pela Escola Normal da Bahia. Portanto, são evidentes as motivações que levavam à publicação de tantas notícias sobre a educação. Havia, ao que parece, um encontro de interesses entre a Imprensa e a Escola, que, por sua vez, se estendia à administração municipal, visto que além do prestígio social proporcionado pela colaboração em jornais, a sociedade enxergava nesses sujeitos, considerados intelectuais, legítimos representantes para o ingresso na política e nos cargos públicos. Formava-se daí a rede de sociabilidade local.

Apesar disso, esse não era um bloco coeso, ao contrário, o que se vê são várias diferenças religiosas, sociais e ideológicas. Salomão Barros e Alcindo de Camargo, por exemplo, foram jornalistas, diretores do Ginásio e Escola Normal, e envolveram-se na política local, fundando,

²⁷² FIGAM- Jornal *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 20 de Setembro de 1930, Ano XXV, n. 1201

²⁷³ Sobre a trajetória de Bonfim, ver: MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. “No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antonio Maciel Bonfim”. In: SILVA, Paulo Santos. (Org.) *Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória*. Salvador: Quarteto, 2010; WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da Revolução Brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993; SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2009; DULLES, John W.F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Trad. Raul de Sá Barbosa. RJ: Nova Fronteira, 1985; CARONE, Edgar. *A República Nova (1930/1937)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976; MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

²⁷⁴ Perfil dos vultos militantes da Imprensa em Alagoinhas. BARROS, Salomão. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador. 1979.

inclusive, o núcleo integralista em Alagoinhas.²⁷⁵ Antônio Maciel Bonfim esteve na década de 1930 envolvido com a ANL e acabou preso. João de Castro era espírita, ocupou cargo na administração municipal na década de 1940, e foi redator chefe do *Jornal Correio de Alagoinhas*, esteve envolvido na organização das festas cívicas com os colégios e era também um poeta apreciado no meio estudantil.

A hibridez do grupo não se anula quando se pensa a educação na cidade, no entanto, a ideia que tinham da educação como meio de “transformação social” conduziram-nos, em alguma medida, a tornarem-se, no pós 1930, e em especial depois de 1937, os interlocutores do “Regime Vargas”.

Como a escola foi a principal, mas não a única instância incumbida da missão de educar os cidadãos, o governo Vargas encontrou na imprensa representada pelos jornais, revistas e o rádio, um parceiro eficaz na instituição dos novos códigos sociais. Escola, imprensa e dirigentes políticos compartilhavam os mesmos espaços de atuação. Os “homens e mulheres de letras” poderiam ser dirigentes de jornais e escolas e acumular cargos públicos, ao tempo em que professores poderiam ser redatores e militantes políticos.

Outro aspecto que se nutre dessa relação está no fato de que o jornal depende da escolarização para manter-se, ampliar seu quadro de leitores e consolidar-se no mercado. Por outro lado, a Escola também obtinha benefícios do fato de virar matéria nos jornais, principalmente porque estas matérias lhe conferiam visibilidade e prestígio. Como afirmou Maria Feijó, a formatura na Escola Normal era o mais alto nível que uma moça alagoinhense poderia pleitear.²⁷⁶

À luz dessas observações pode-se pensar nos objetivos comuns para escola, imprensa e política. *Jornal e Escolas*, ao lado da administração municipal, desenvolveram inúmeras ações em nome do progresso e da civilização prevendo, sobretudo, a sobrevivência institucional de si mesmas. Acusações ou indiferenças não eram economicamente viáveis para nenhuma delas. Além disso, era também objetivo desse corpo de indivíduos que integravam os jornais que mais escolas fossem abertas visando, sobretudo, garantir posições econômicas favoráveis, uma vez que a atividade intelectual somente não garantia a sobrevivência e a manutenção da família. Justifica-se, portanto, o interesse por outros campos de atuação como o magistério e a política.

As escolas, sob esta ótica, teriam triplo papel. Primeiro, viria suprir uma demanda que realmente existia na cidade em relação ao ensino formal; segundo, seria mais uma opção de trabalho para aqueles que outrora fizeram investimentos para formação do magistério na capital, e estavam como mão-de-obra excedente em Alagoinhas; e, por fim, servia aos interesses políticos, tanto na questão da propaganda do governo quanto no que tange às manobras que se faziam a partir de

²⁷⁵A informação de que Alcindo de Camargo era integralista é de Salomão de Barros. BARROS, Salomão de. Op., cit.

²⁷⁶SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 96.

nomeações de professoras e funcionários, transferências de cadeiras, pedidos de concessão de bolsas, conchavos políticos, entre outras circunstâncias em que o prefeito era sempre beneficiado.

Ao pensar o sistema educativo como uma das principais ferramentas de consolidação do projeto de nacionalidade, Getúlio Vargas certamente considerou essa característica das escolas.²⁷⁷ A articulação entre o nacionalismo e a educação escolarizada motivou a assinatura de uma série de decretos por todas as décadas de 1930 e 1940. Esses decretos instituíram práticas voltadas para o culto ao civismo e à nação, como a obrigatoriedade da disciplina de Educação Moral e Cívica, a prática da educação física, a organização da *Juventude Brasileira* e a promoção de festas cívicas.

Objetivando a criação de um novo Estado Nacional, o governo instituiu diferentes representações da nação, que passaram a circular em produções historiográficas, literárias, livros didáticos, programas de rádio, manuais e festas cívicas. Estas últimas obtiveram inegável sucesso na tarefa de veicular as mensagens e ideologia do governo, não apenas pelo seu poder de mobilização social, como também pelo poder de desmobilização política.²⁷⁸

Nesse período, o Estado intensificou a adoção de práticas de natureza cultural que transformaram a propaganda e a educação em instrumentos de adaptação do homem à nova representação da nacionalidade.²⁷⁹ Ocorreu, daí, a exteriorização em massa das escolas. Na próxima seção, analisa-se como esse processo se deu em Alagoinhas.

5.3 A CULTURA CÍVICA NAS ESCOLAS E NAS RUAS: EDUCAÇÃO E NACIONALISMO

No ano de 1942, os estudantes e professores do “Grupo Escolar” Brasilino Viegas, escola de ensino primário fundada em 1937, comemoram as seguintes datas: 13 de maio, festa junina, 2 de julho, dia do professor, dia do soldado, Semana da Pátria, Primavera, Descoberta da América, Aniversário do Estado Novo, Proclamação da República e Dia da Bandeira.²⁸⁰

No *Livro de Termos* desta Instituição de ensino, a maioria dos registros feitos sobre esses eventos aponta para a participação, além dos demais colégios da cidade, como o Ginásio e Escola

²⁷⁷ SCHWARTZMAN. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, pp. 141-142.

²⁷⁸ Ver: VAZ. Aline Choucair. *A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro>>. Acesso em: 17.12.2010.

²⁷⁹ Essa mudança na estrutura institucional que alimentou uma representação de ruptura temporal, de corte entre o tempo antigo e o novo tempo e desdobrou-se no cruzamento entre idéias-imagens-nação-Estado-Povo-trabalho é analisada por COSTA. Verônica Albino Viana. *Entre imagens e palavras: Educação e Nacionalismo no Estado Novo (1937/1945)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

²⁸⁰ Acervo do Colégio Brasilino Viegas. Livro de Termos do ano de 1942 e 1943. Agradeço a diretora Tânia Lúcia Moraes Silva pela acolhida no colégio para efetuar esta pesquisa.

Normal de Alagoinhas, dos pais, representantes do jornalismo local, “senhorinhas”, dirigentes e pessoas gradas.

As festas cívicas nas décadas de 1930 e 1940, com a participação intensiva de estudantes, operários, imprensa, políticos e a população em geral, eram dotadas de um variado programa de discursos, desfiles, apresentações artísticas, declamações, competições esportivas, entre outros artifícios que faziam delas verdadeiros palcos de exaltação nacionalista.²⁸¹

No campo da educação, essas festas se constituíram em meios de exteriorização das escolas já que, através delas, as crianças, os jovens, as normalistas e os professores saíram do espaço físico desses estabelecimentos e ocuparam as ruas ao participarem das numerosas comemorações de datas cívicas e outras solenidades políticas promovidas em todo o país.

Desde a implantação da República já se percebe o interesse por parte de determinados segmentos dos grupos dirigentes em mobilizar a sociedade para seguir uma determinada linha de pensamento através da promoção de festas nas ruas. Durante o Estado Novo, essas festas receberam atenção especial. Para o governo Vargas, elas eram de fundamental importância para implementação dos lemas de civilização, progresso e nacionalização que ele havia pensado para o Brasil, e foram organizadas tomando como base a figura do presidente.²⁸²

Até então, não havia no Brasil, por parte dos dirigentes, tradição em estabelecer figuras mitológicas para as massas. No Estado Novo, este caráter pela primeira vez se manifesta contemporaneamente, num momento em que conjugam três fatores: a movimentação da massa popular, a confusão de valores das classes dirigentes e a ação do Estado como forma de propaganda e pressão. Mito e comemoração se conjugam. O primeiro acentuando as qualidades de Getúlio Vargas, o segundo tornando-as públicas.²⁸³

Em Alagoinhas, a organização dessas festas mobilizava os grupos dirigentes do governo, a imprensa e, principalmente, as escolas. Aliás, o que se percebe a partir da análise do material produzido pela imprensa, prefeitura e os próprios estabelecimentos de ensino, é que nessa cidade as festas cívicas escolares e as festas cívicas políticas eram tratadas como similares. Tornou-se comum a participação ativa das escolas em comemorações cívicas oficiais que aos poucos passaram a fazer parte do calendário escolar. Conforme se lê em relatório da Prefeitura:

Durante essas solenidades destacaram-se o dia do trabalho, quando inauguramos, no salão nobre do paço Municipal, o retrato do grande brasileiro, o Dr. Getúlio Vargas, presidente da República, e o dia da Pátria, (7 de setembro) pela magestosa parada do batalhão e de *todos os colégios da Sede*.²⁸⁴ [Grifos nossos].

²⁸¹VAZ. Aline Choucair. *A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo* (1937-1945). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em:< <http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro>>. Acesso em: 17.12.2010.

²⁸² CAPELATO, Maria Helena Rolim. Estado Novo: Novas Histórias. In: FREITAS, Marcos Cezar de (org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998. p. 183 - 213.

²⁸³ CARONE. Edgar. *O Estado Novo* (1937/1945). Rio de Janeiro- São Paulo: Difel, 1976, p. 166.

²⁸⁴ FIGAM - Relatório da Prefeitura Municipal de Alagoinhas referente ao exercício de 1938, p.23.

Além dessas comemorações oficiais, as escolas eram igualmente convidadas para comparecer a quaisquer eventos que mobilizassem as pessoas, como a inauguração de uma rua, ou uma ponte, o dia da Árvore, a visita de alunos ou religiosos de uma cidade vizinha, a posse do prefeito, entre outros aspectos.

A criação da *Juventude Brasileira*, organização cultural criada por Gustavo Capanema em março de 1940, subordinou todas essas comemorações, sendo punidas com veemência pelo ministro da educação e saúde qualquer atividade que não tivesse prevista no calendário oficial.

Um ano depois da organização da *Juventude Brasileira*, o Ginásio e Escola Normal, que até então era dirigido por Alcindo de Camargo foi transformado em Cooperativa de Educação e Cultura, passando à direção de Carlos Cunha e tendo como Secretário Salomão Barros.²⁸⁵ Seguindo as novas orientações traçadas pelo Ministério da Educação e Saúde, sobretudo a respeito da formação do jovem brasileiro, Carlos Cunha mudou o estatuto da Escola. Proporcionar aos estudantes os meios de aperfeiçoamento moral e cultural, ampliar as normas da moderna pedagogia escolar, estimular os estudantes a desenvolver a prática do civismo, da educação física, do gosto artístico e da boa sociabilidade, organizar linhas de tiros para instrução militar e promover paradas escolares e comemorações cívicas, contavam como prioridade do novo estatuto.

No ano de 1941, consta no relatório da referida Cooperativa:

A escola comemorou condignamente todas as datas cívicas, e na Sessão de 19 de Abril, em homenagem ao dia da Juventude e ao aniversário do presidente Getúlio Vargas foi feita larga distribuição de livros escolares e inaugurado o serviço de assistência dentária.²⁸⁶

E ainda:

O Ginásio de Alagoinhas aderiu e tomou parte ativa em todas as campanhas patrióticas agitadas nesta cidade, notadamente no movimento “pró- Aviação nacional” e na “Campanha dos Metais”²⁸⁷.

Ademais, como exemplos desse patriotismo foram registrados as doações que os alunos fizeram para ajudar na construção do campo de bola e até no conserto do piano da escola que se encontrava quebrado, sem contar a participação na já citada campanha “Pró-Alicerce” cujo lema era “Dos que daqui saíram a gratidão se deve a base deste novo templo”, verso de João de Castro que, aliás, encampou na cidade, através do Jornal *Correio de Alagoinhas* a “Campanha pró-metais” que

²⁸⁵ Ressalte-se que Salomão Barros foi o primeiro diretor deste estabelecimento, ainda na década de 30, quando ele foi fundado com o nome de “Associação Anônima Gymnásio de Alagoinhas”. Outro associado dessa instituição nesse período foi Antonio Martins de Carvalho Júnior, o prefeito de Alagoinhas em 1940. Na época, ele possuía 10% das ações. Ver: BARROS, Salomão. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador. 1979.

²⁸⁶ FIGAM- Relatório da Cooperativa de Educação e Cultura de Alagoinhas – Antiga Escola Normal. Referente ao Exercício de 1941.

²⁸⁷ *Ibidem*.

registrou a participação de uma camada significativa de alunos e professoras, conforme fragmento citado.

Há registros que durante as comemorações da “Semana da Pátria”, do ano de 1942, essa Cooperativa, ainda chamada na cidade de Ginásio de Alagoinhas, ao lado de outros estabelecimentos de ensino participou da “Parada da Juventude pelas artérias da cidade”. Nesse evento, os estudantes participaram de exposições esportivas e ouviram vários discursos de professores e autoridades em favor do Estado Novo. Entre eles destaca-se a “preleção” da diretora da Escola Brasilino Viegas. Consta o registro desse discurso nos seguintes termos:

A diretora fez uma preleção daquela reunião procurando sempre, cuidadosamente, guiar o espírito das alunas para o cumprimento do dever no tocante ao amor à Pátria, enquanto deve devotar inteira repulsa ao estrangeiro insólito e atacante. Foram entoados, com entusiasmo “Marcha do soldado” e recitadas várias poesias de caráter cívico-patriótica.²⁸⁸

O trecho acima evidencia que as práticas adotadas nessa escola estavam de acordo com os objetivos do governo Vargas, no que diz respeito à consolidação do projeto de nacionalidade implantado no Estado Novo: a desmobilização, no interior do Brasil, de comunidades estrangeiras. De acordo com Simon Schwartzman, a “constituição da nacionalidade deveria ser a culminação de toda ação pedagógica” e ela ocorreria através de três aspectos. O primeiro seria a obrigatoriedade nas escolas de um conteúdo nacional; o segundo, diz respeito à uniformização do ensino através da adoção de currículos mínimos com a padronização de livros didáticos e a implementação de sistemas federais de controle e fiscalização e, por fim, tentar-se-ia erradicar as minorias étnicas no Brasil.²⁸⁹

Contudo, esse combate aos estrangeiros parece ter assumido diferentes características. A radicalização do governo estava direcionada, sobretudo, às comunidades germânicas. Quando se tratava dos “países irmãos” que estavam, “naquele período de inquietação”, ao lado do Brasil, na Segunda Guerra Mundial, a orientação do governo era outra. No quinto dia de comemoração da “Semana da Pátria”, por exemplo, essa postura ficou evidenciada, quando o Ginásio e Escola Normal de Alagoinhas, a Escola Brasilino Viegas, e demais instituições de ensino da cidade desfilaram procedendo-se à “Parada da Juventude” pelas principais ruas da cidade. Quando começaram os discursos em torno da guerra, “as inúmeras flâmulas brasileiras e de países irmãos viam-se desfraldadas aos quatro ventos”. O término da comemoração foi marcado com a benção do vigário local.²⁹⁰

²⁸⁸ Acervo do Colégio Brasilino Viegas. *Livro de Termos* dos anos de 1942 e 1943, p. 12.

²⁸⁹ SCHWARTZMAN, Simon. et.al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984, pp. 141-142.

²⁹⁰ Acervo do Colégio Brasilino Viegas. *Livro de Termos* dos anos de 1942 e 1943, p. 12.

Ainda com relação aos pressupostos que sustentavam as bases do projeto de nacionalidade, há evidências, no *Livro de Termos* referido, de que o Ministério da Educação e Saúde adotou, em relação às cidades do interior do Brasil, as mesmas medidas que tomou nos grandes centros. Em Alagoinhas, tal como foi determinado pelo Ministério da Educação, as escolas públicas aderiam não apenas ao currículo oficial padronizado, como também ao material didático sugerido ou imposto pelo governo.

Consta que no final de 1942, a Escola Brasilino Viegas recebeu, entre outros, os seguintes materiais didáticos: 15 exemplares de *Pequena História da República*, 90 exemplares da *Cartilha do Povo*, 1 de *História do Brasil*, de Viriato Correia, 1 exemplar da obra *Meu Torrão*, 15 da obra *Grandes Figuras do Brasil*, 15 de *Coração do Brasil*, 15 de *Ruy Barbosa para as crianças*, 15 de *Osório para as crianças*, 15 de *Raposo para as crianças*, 15 de *Getúlio Vargas para as crianças*, 6 da *Revista de Educação*, 1 do *Boletim de Educação e Saúde*, 1 exemplar do *Teste individual de inteligência*, de Isaías Alves, 1 exemplar do *Teste de reorganização escolar*, de Isaías Alves, 2 bandeiras brasileiras, 55 bastões para exercícios físicos e 1 fotografia de Olavo Bilac.

Ainda que as concepções nacionalistas já estivessem presentes na educação desde o século XIX, quando já se buscava a construção de uma identidade nacional, foi somente nas décadas de 30 e 40 do século XX que o ensino de História se estabeleceu como referência para a formação de uma “identidade nacional coletiva”, e por isso foi separada da História geral. A “História-Pátria” glorificada nos livros de ensino primário informava, principalmente, sobre os heróis brasileiros, entre eles, o próprio Getúlio Vargas, como é o exemplo do livro *Getúlio Vargas para as crianças*, produzido pelo DIP como uma das medidas adotadas para criar a figura mitológica do presidente.²⁹¹

A consolidação dessa imagem do presidente como uma figura mitológica ocorria no interior das escolas sob diversas perspectivas. Em 1942, durante a programação da “Semana da Primavera”, os estudantes de Alagoinhas prestaram uma homenagem ao presidente e ao “brioso exército nacional”, quando desfilaram até o centro da cidade com os seguintes dizeres: “Salve, o nosso Presidente”, “Nas forças armadas firma-se a esperança de nossa vitória”, “O nosso Presidente é a bússola que nos conduz à vitória”, entre outras frases que exaltavam a Pátria.

Nesse mesmo ano, consta no *Livro de Termos* que na cerimônia de comemoração do Estado Novo, na data de 10 de novembro, a diretora da Escola Brasilino Viegas fez um “ovacionado” discurso em favor do presidente ao esclarecer aos presentes sobre os

²⁹¹ VAZ. Aline Choucair. *A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo* (1937-1945). Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro>>. Acesso em: 17.12.2010. De acordo com o *Livro de Termos* mencionado, durante a comemoração da Primavera, em 1942 a diretora Norma Paiva “demorou-se em falar do significado da palavra Pátria e da concretização do Patriotismo, salientando os nomes dos ilustres patrióticos como Osório Barroso, Castro Alves, Rui Barbosa, Gonçalves Dias, Bilac e finalmente Getúlio Vargas, este como um perfeito brasileiro”.

[...] benefícios que a ação do governo do Sr. Presidente Getúlio Vargas, dentro das bases lançadas no “Estado Novo” vinha trazendo aos brasileiros em geral, especialmente às crianças pobres, amparando-as, e aos nossos outros compatrióticos menos favorecidos da sorte, aumentando salários, criando sindicatos etc, etc.²⁹²

Essa mesma diretora emocionou-se ao receber, meses antes, da professora Zuleica Carvalho, uma bandeira nacional e o retrato de Getúlio Vargas, momento em que houve, da parte dos presentes, uma grande salva de palmas.

Na narrativa de Maria Feijó, esse sistemático culto que se fazia em torno da História do Brasil, dos “heróis” brasileiros, e dos escritos sobre esse “torrão”, foi também evidenciado. Maria Luísa quando estava de férias no sítio do pai passava a tarde “a ler, gulosamente, declamar (Casimiro de Abreu, Gonçalves Dias, Raimundo Correia, Castro Alves, Olavo Bilac, na época, seus poetas preferidos)”.²⁹³ Além destes, lia também Fagundes Varela, Álvares de Azevedo, Raimundo Correia, Alphonsus de Guimaraes e Antônio Nobre. Conforme destacou a narradora, mais tarde Luísa se afeiçoou a Machado de Assis, Coelho Neto, Ruy Barbosa, Vitor Hugo, Zola e Stefan Zweig.²⁹⁴

Durante o Estado Novo, além das publicações pelo DIP de uma vasta e inédita produção literária, nota-se também que vários trabalhos foram republicados, alguns, inclusive, em forma de antologia como é o caso da obra *Antologia Brasileira: seleta em prosa e em verso de escritores nacionais*. Na sua 22ª edição, impressa no ano de 1942, essa obra foi aprovada e mandada adotar nas Escolas Normais pelo Distrito Federal, conforme consta na apresentação do livro. Em Alagoinhas, essa antologia era vendida na “Casa Azi”. O exemplar doado à FIGAM, pertenceu a Helena Nascimento Vieira, que adquiriu a obra em 4 de novembro de 1943.²⁹⁵

A partir desse ano, a Cooperativa de Educação e Cultura, antiga Escola Normal, passou a ser chamada de Escola Pedagógica, pois de acordo com um decreto do governo federal, apenas os estabelecimentos de ensino oficial poderiam ser denominados Escola Normal e, em Alagoinhas, essa instituição era particular. Não foi possível identificar os relatórios internos a partir desse ano. Aliás, conforme já foi indicado neste trabalho, toda a documentação desta escola está desaparecida, o que cria uma lacuna no que tange ao estudo acerca das medidas tomadas por esta Instituição em relação ao Governo Vargas, até a sua derrocada em 1945.

Sabe-se que ao nível nacional, a partir de 1942, já se notavam alguns movimentos em favor da desarticulação política de Vargas. Na Bahia, a resistência a esse sistema de governo se intensifica

²⁹²Acervo do Colégio Brasilino Viegas. *Livro de Termos* dos anos de 1942 e 1943.

²⁹³ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.121.

²⁹⁴ Ibidem, p.136.

²⁹⁵ FIGAM- *Antologia Brasileira: coletânea em prosa e verso de escritores nacionais*. 22ª. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves. 1942.

após 1943.²⁹⁶ No entanto, a partir da análise de algumas matérias publicadas no jornal *Correio de Alagoinhas*, entre 1943 e 1945, bem como dos registros feitos no *Livro de Termos* da Escola Brasilino Viegas, percebe-se que, assim como o jornal *Correio de Alagoinhas*, os estabelecimentos de ensino da cidade mantiveram-se de acordo com as diretrizes do governo. A matéria transcrita abaixo é um exemplo da posição política do jornal nesses anos:

Transcorreu, na última terça-feira, uma data que fala ao coração dos brasileiros pelo que nos recorda: nela, em 1938, soldados do Brasil, no sagrado cumprimento de seus deveres de honra e patriotismo repeliram a mais covarde e mais indigna arrancada criminoso de que há notícia na nossa História pontilhada de fatos eloquentes e adamantinas de civismo [...].

O dia 11 de Maio é, pois, uma Data Nacional. Feriamo-la, espiritualmente, assistindo, contritos, as comemorações que nela fizeram alhures os filhos do Brasil...²⁹⁷

Ademais, ao anunciar as festividades programadas para a Primavera e a “Semana da Criança”, na edição de 04 de outubro de 1943, bem como ao transcrever um discurso feito por João de Castro no dia 07 de setembro do mesmo ano, o referido jornal explicita mais uma vez a participação das escolas nesses eventos. Na primeira matéria, por exemplo, alega-se que as festividades foram elaboradas através da parceria entre Prefeitura e escolas e afirma-se que o programa teria sido uma “testemunha eloquente de que unida a mocidade das escolas ainda pode fazer vibrar de civismo e de alegria nossa gente”.²⁹⁸

Na segunda matéria, por sua vez, a participação das escolas na festa de “7 de Setembro” foi ressaltada pelo jornal através da publicação do discurso realizado por João de Castro no evento. De acordo com o texto, o Estado Novo, especialmente a Carta Constitucional de 1937, destacava-se entre os outros governos, por assegurar uma vida digna a todos os brasileiros.

Para o redator, Educação e Cultura, por exemplo, “alicerces inquebrantáveis do ardor cívico do povo” eram aperfeiçoados de forma recorrente no governo Vargas, o que garantia que o Brasil fosse uma “grande família”, onde todos pudessem confraternizar.

De acordo com João de Castro, sem esses dois aspectos seria impossível reunir, em um mesmo espaço, a exemplo daquela comemoração, “operários, autoridades, militares, *juventude das Escolas*, homens do povo, comerciantes, industriais, alagoinhenses de todas as camadas sociais para unidos e uníssonos festejar o nosso Dia Maior, que [era] o Dia da Pátria”.²⁹⁹

Outro indicativo de continuidade da participação dos estudantes nesse tipo de comemoração, a partir de 1942, é o fato de que Carlos Cunha, ao deixar a direção da escola em 1943 e assumir o

²⁹⁶ Ver: SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático*: Bahia, 1945. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992, especialmente o capítulo II; CARONE, Edgar. *O Estado Novo*, op.cit.

²⁹⁷ Biblioteca Pública do Estado da Bahia – “O 11 de Maio”. *Correio de Alagoinhas*. Alagoinhas, 21 de maio de 1943. Ano XXXVIII, n. 1689.

²⁹⁸ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - *Correio de Alagoinhas*. 04 de outubro de 1943. Ano XXXVIII, n. 1698.

²⁹⁹ *Ibidem*.

cargo de prefeito no município, manteve o vínculo com aquele espaço, sobretudo porque a sua filha, a escritora Joanita da Cunha, era normalista do estabelecimento.

Essa relação de Carlos Cunha com o colégio foi registrada por sua filha na obra de memória *Traços de ontem*:

Durante todo o tempo em que ele foi presidente da Cooperativa e Diretor Pedagógico da escola, preocupou-se com o Ginásio. Além da parte educacional, que não era fácil, andava sonhando com os belos desfiles. E por isso, sempre que se avizinhavam as festas cívicas, mandava buscar o corneteiro Caetano para “puxar” o Ginásio. Caetano era engajado num batalhão de Salvador. A escola tinha tradições a preservar, e além de outras, os desfiles que fazia pelas ruas da cidade, com a harmonia e disciplina que lhe eram peculiares.³⁰⁰

Ressalte-se que, além da exaltação do patriotismo e do nacionalismo, em Alagoinhas, essas festas configuraram-se, principalmente, como espaço de circulação das ideias dos homens e mulheres de letras.

No romance *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*, a narradora destacou também a importância dessas festas nos distritos da cidade. Para ela, a festa do “Dia da Pátria” era a data mais “civicamente” comemorada em Aramari:

Pela manhã, as três escolas se reuniam sob a batuta do Sr. Delegado Escolar, parecendo até instrutor de Tiro de Guerra, com a concentração em frente ao cinema(?!), onde se efetuavam o hasteamento da bandeira e a parte cívica da programação. Profa. Maria Luísa Peixoto de Moura, oradora-mor “oficial” de toda festa. (E... em todo o lugar por onde andava. Pegou.) Inflammava-se muito ao ver ao vento tremular, o “Aureverde pendão de minha terra”. [...] Sua emoção crescia tanto que cabia o mundo inteiro nela.

O Sr. Delegado escolar iniciava as solenidade com a “voz embargada pelo significado do movimento”, passando a palavra a Profa. Peixoto. E, à tarde, as competições esportivas se processavam no campo de futebol ali mesmo em frente a estação. Cada escola exibia uma série de ginástica, rítmica ou não, sendo que a dela nesse “7 de Setembro” inaugurava seu uniforme de Educação Física”.³⁰¹

Conforme foi visto até aqui, durante todo o Estado Novo, as festas cívicas serviram como base ao mito criado em torno do governo. No entanto, a partir de 1945, com a retomada das articulações políticas de oposição a Getúlio Vargas, essas festas acabaram assumindo uma frente de ação contra o próprio Estado Novo. Como ocorreu em muitas cidades do Brasil, estudantes, professores e representantes da imprensa, entre outras instituições da época como Associações, Faculdades e Institutos, foram às ruas reclamar a volta do Estado Democrático de Direito.

Na Bahia, o combate ao Estado Novo foi intensificado depois da publicação, por parte de Getúlio Vargas, do Ato adicional nº 09. Esse Ato previa a realização de eleições para a presidência

³⁰⁰CUNHA, Joanita da. *Traços de ontem*, op.cit.

³⁰¹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978 p.436-437.

ainda no ano de 1945. Contudo, o documento apresentava características continuístas, sobretudo porque impunha importantes restrições ao processo.³⁰²

Paulo Santos Silva destacou que, na Bahia, esse Ato foi visto como uma “afrenta à nação”. Essa insatisfação foi evidenciada inicialmente entre os professores, através de publicações de matérias em jornais, como o vespertino *A Tarde*, e lançamento de Manifestos de caráter notadamente liberal.

A oposição, no entanto, não ficou restrita a esse grupo. Outras frentes de combate como o Instituto da Ordem dos Advogados da Bahia, se posicionaram ao lado dos “mestres”, apresentando, diferente do primeiro grupo, “propostas concretas no sentido de substituir o arcabouço institucional do Estado Novo”.³⁰³

Ainda de acordo com Paulo Santos Silva, essas manifestações se fizeram notar nas ruas, lideradas, especialmente, por estudantes e demais organizações que reclamavam o fim da ditadura de Vargas. Em Alagoinhas, a frente de combate ao Estado Novo era liderada pelo Centro Operário Beneficente em torno do qual se agrupavam comunistas, simpatizantes, estudantes e, inclusive, professoras primárias.

No ano de 1945, por exemplo, na comemoração do “1º de maio” em Alagoinhas, o Centro Operário Beneficente organizou um longo programa de festividades que contou com a participação da Escola Pedagógica, antiga Escola Normal, da Escola Ferroviária, do Colégio São Pedro, do Colégio 11 de Junho, das Escolas Reunidas e de várias outras escolas particulares, todas agrupadas numa passeata cívica e num comício registrado pelo jornal *O Momento* com a chamada “O 1º de maio em Alagoinhas: os trabalhadores querem a destruição do fascismo e um clima de ordem e liberdade para a vitória das reivindicações populares”.³⁰⁴

Para esse estudo, essa matéria tem uma importância ímpar, pois ela constitui-se no primeiro registro, identificado durante a pesquisa, da participação política da professora Maria Feijó na esfera pública. Até então, as matérias às quais se teve acesso, que eram publicadas nos jornais pela referida professora, silenciam sobre o posicionamento político dela.

De acordo com o texto, o comício do “1º de Maio”, que contou com a participação de mais de duas mil pessoas, foi aberto com o discurso do prefeito local. Em seguida, a professora Maria Feijó teria feito um pronunciamento em nome da mulher alagoinhense, “um importante discurso ressaltando a posição decidida assumida pelo proletariado em todo o mundo para a liquidação do fascismo, o inimigo número um de todos os povos livres”.³⁰⁵ Ainda de acordo com o texto:

Referindo-se à posição da mulher na luta pela democracia, pela liberdade e pela justiça social, disse a professora Maria Feijó: “não é novidade para nenhum de

³⁰² Ver: SILVA, Paulo Santos *A volta do jogo democrático: Bahia, 1945*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

³⁰³ *Ibidem*, p.56.

³⁰⁴ Biblioteca Pública do Estado da Bahia - “O Momento no interior”, *O Momento*, 31 de maio de 1945.

³⁰⁵ *Ibidem*.

nós, o quanto tem feito a mulher brasileira além de nossas fronteiras, empenhada também na luta pela salvação do mundo e pela liberdade dos povos”. E terminou dizendo que as mulheres lutavam e estavam a postos para “prossequirem na luta para a promoção do trabalho igual e compensador para todos, a fim de que os povos, sem distinção, tenham independência, e o mundo, paz”.³⁰⁶

A matéria permite visualizar uma série de aspectos em torno da professora Maria Feijó. Primeiro, ela estava falando em nome da mulher de Alagoinhas, traço que sugere uma possível liderança sobre essa comunidade. Segundo, ao comentar a respeito da participação da mulher no campo do trabalho, ela, ao pedir justiça social e igualdade para todos, sugere um descontentamento em relação à então condição da mulher. É muito provável que esse descontentamento tenha sido fruto do exercício do seu próprio trabalho, uma vez que nesse ano ela já havia ensinado em mais de três lugares, e, conforme relata, em todos eles enfrentando problemas como a falta de estrutura nas escolas, o atraso de salários, perseguições políticas etc.³⁰⁷

Por sua vez, o Centro Operário Beneficente de Alagoinhas, instituição responsável pela organização do evento, foi um importante espaço de luta dos trabalhadores locais, estando ao lado, sobretudo a partir dessa data, das forças políticas que reivindicavam a volta da democracia. Decerto que o movimento pregava a união do proletariado com todas as forças democráticas e progressistas do Brasil, a fim de obter uma “solução pacífica dos problemas políticos e econômicos da nação”³⁰⁸, não sendo, portanto, nenhuma radicalização política, mas era uma frente importante de ação contra o Estado Novo.

O registro dessa mobilização serve ao nosso estudo como base de demonstração das relações que foram estabelecidas, naqueles anos, entre escolas, imprensa e dirigentes locais na cidade de Alagoinhas. Assim como ocorreu em todo o Brasil, nessa cidade, a construção do novo projeto de nação pensado no Estado Novo também submeteu as escolas a um contínuo e sedutor investimento de ideias acerca do civismo, do trabalho, de cidadão, de patriotismo e de sacrifício. Por sua vez, essa submissão envolveu tanto os ideólogos do Estado Novo e seus dirigentes quanto os professores e as crianças que vivenciaram com maior intensidade as mudanças no cotidiano escolar.

Ainda que quase todas as escolas de Alagoinhas estivessem presentes nessas comemorações, nenhuma delas conseguia suplantar a importância da participação da Escola Normal. Primeiro, porque era o estabelecimento que oferecia o mais alto nível de ensino da cidade; segundo, porque

³⁰⁶ Ibidem.

³⁰⁷ Na crônica “Recordando Eleições passadas” do livro *Alecrim do tabuleiro* ela narrou: “todavia, professoras como éramos não podíamos manifestar muito nossa opinião. Muito, não. Nem muito, nem pouco. Nada. Se assim procedêssemos, mesmo longe da Escola, a perseguição, em forma de transferência, não tardava: parece que vinha...a jato. (Nessa hora o “Departamento” de Educação andava depressa, “despachando papéis...”). Professora não tinha vez, nem vontade, era teleguiada. Eu mesma sofri na pele, alta perseguição, transferida segundo quiseram que eu fosse para lugares dantes nunca povoados, muito pior, em se tratando de professoras. Isso porque, sempre fui teimosa e não conseguia esconder minhas simpatias...”. SOUZA, Maria Feijó de. *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972, p.16.

³⁰⁸ Biblioteca Pública do Estado da Bahia-“O Momento no interior”, *O Momento*, 31 de maio de 1945.

seus dirigentes e secretários atuavam também em outros espaços; terceiro, porque a maioria das jovens matriculadas nessa Escola pertencia à família desses dirigentes, ou a segmentos com relativo poder aquisitivo; e um quarto motivo refere-se ao fato de que, no Estado Novo, as normalistas e professoras foram também promovidas à oradoras nas cerimônias cívicas. Conforme foi narrado em *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* (1978):

Dessa fala dependia o futuro dos povos, os destinos das nações e... o permanente conceito de cada uma das professoras no seio da aglomeração humana (sem falar em nome de cada uma, no... “Pão nosso de cada dia...”) Não era a professora primária o esteio da nacionalidade? Sim, era ela. Dúvidas não tinha. [...] Sem ela onde as outras profissões se apoiariam? Não é ela o alicerce, o esteio de todas as demais? Todas as carreiras na vida não encontram nela o sustentáculo? Não era ela a pedra fundamental das civilizações, em todas as épocas, no mundo inteiro, de ontem, de hoje de amanhã?...³⁰⁹

Nem todas as professoras e normalistas gostavam dessa condição. De acordo com a narrativa desse romance, a personagem Maria Luísa detestava quando era chamada pelo diretor da escola para fazer discursos em eventos públicos. No entanto, na profissão onde “se ganhava a vida falando”, era realmente difícil fugir a essa responsabilidade de falar em público. Havia sim, por parte dos dirigentes, uma preocupação em moldar essa fala, em deixá-la em consonância com os interesses do governo vigente, e isso explica, em parte, a adesão desses dirigentes às normas e diretrizes que foram estabelecidas para a formação dessa profissional naquele período, cujos desdobramentos serão discutidos a seguir.

³⁰⁹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.195-196.

6 O ESTADO NOVO E A LEGISLAÇÃO DO ENSINO NORMAL

6.1 A ESCOLA NORMAL: ESCOLARIZAÇÃO E SOCIABILIDADE x ESTRATÉGIAS DE CONTROLE

Em 1938, foi criada a Comissão Nacional do Ensino Primário pelo Decreto de nº 868, de 18 de novembro daquele ano. Esse nível de ensino funcionou como espaço estratégico para o governo chegar às camadas populares. Através dele, pretendia-se combater o analfabetismo e oferecer, para um considerável número de brasileiros em formação, um conteúdo de ensino comum, um sistema de ensino nacional harmônico, coeso, com uma base de formação única para as crianças.

No documento de exposição dos motivos para a criação da referida Comissão do Ensino Primário há a seguinte justificativa:

O ensino primário apresenta-se neste momento como um dos principais problemas governamentais do nosso país. [...] malgrado a enorme soma de esforços por enquanto realizados, o analfabetismo perdura, no Brasil, com as velhas cifras deprimentes, em poucos pontos do território nacional, a escola primária estrangeira desnacionaliza a criança brasileira e o ensino primário ora ministrado nem sempre se reveste de qualidades essenciais. [...] para remediar tais males, só uma solução se oferece: a intervenção do governo federal.³¹⁰

Portanto, se a questão da formação das elites dirigentes e do aumento da produção industrial já havia sido resolvida pelas reformas, respectivamente, do ensino universitário e profissional, o governo precisava ainda reformar o nível de ensino que mais seguramente iria garantir a consolidação da nação, principalmente nas áreas de concentração de imigrantes, onde essas escolas foram sucessivamente substituídas.

No ano seguinte à criação da Comissão, esboça-se o primeiro projeto de lei de reforma do ensino primário. Em seu texto, o governo revela os reais interesses em promovê-la:

Só a regeneração da instrução primária, será capaz de, num espaço de tempo razoável, duplicar nossa riqueza pelo melhoramento desse potencial humano. [...] Constitui principal escopo do projeto-lei atuar pela educação no sentido de integrar as massas nos quadros políticos do estado nacional, difundindo educação física, sanitária e econômica entre os brasileiros, valorizando o nosso potencial humano numa rápida preparação para enfrentarmos os anos decisivos que a humanidade atravessa.³¹¹

³¹⁰ FGV/CPDOC- *Ata da Sessão de instalação da Comissão Nacional do Ensino Primário*. 18 de abril de 1939. GC. 1939.05.12.

³¹¹ FGV/CPDOC - Primeiro projeto de lei para Reforma do Ensino Primário. Arquivo Gustavo Capanema. Subsérie, produção intelectual. GC. pi. Lima, j. 1940.11.21.

Essa reforma alinhava-se também ao aumento da produção:

A lei Básica do Ensino Primário proposta pela nossa comissão procura realizar o pensamento do chefe da nação, pois pretende promover pela escola o surto econômico do país, o desenvolvimento de todas as fontes nacionais de produção e riqueza, aparelhando para isso a escola em harmonia com as exigências do meio, pondo-a em função das necessidades próprias de cada região como fator decisivo da grandeza do nacionalismo.³¹²

Como se vê, a reforma do Ensino Primário era pensada como uma “base para criação do grande monumento” da soberania do Brasil. Esse projeto de lei não foi promulgado. Assim como o ensino normal, a reforma do ensino primário só foi implementada em 1946.

De fato, havia alguns impasses em relação ao ensino primário que impossibilitaram esta reforma. O primeiro, diz respeito à autonomia que os interventores estaduais possuíam em relação a este nível de ensino, podendo fazer dele meios de manobras políticas. Segundo, embora o ensino primário fosse obrigatório desde a Constituição de 1934, o governo federal se desobrigava de financiá-lo. Ao comentar a importância deste ensino, o governo tentava justificar o não financiamento do Estado com alguns argumentos. Um deles seria o fato de que o ensino primário tinha tão nobre papel para a pátria que toda a sociedade brasileira deveria assumir compromisso para com ele:

Justifica-se assim a fixação de uma taxa de educação popular incidentes sobre todas as pessoas físicas ou jurídicas, brasileiros ou estrangeiros domiciliados no Brasil que recebam proventos de qualquer natureza.³¹³

Não por acaso, na Conferência Nacional de Educação e Saúde realizada no Amazonas em 1941, o ensino primário recebeu atenção especial. O documento que encerra a Conferência traduz com clareza, nas palavras do delegado do Rio Grande do Sul, o diretor da Secretaria Estadual da Educação, Coelho de Souza, o pensamento da maioria dos participantes daquele evento em relação a esse nível de ensino:

Para caracterizar a fecunda política educacional do Estado Novo, não se faz mister, porém, senão destacar a atenção dispensada ao ensino primário. Nem pudera ser por forma diversa. Na educação primária, instrumento precípua da educação popular, repousa toda a construção nacional.³¹⁴

De fato, as modificações sofridas nesse nível de ensino foram numerosas. A partir de 1942, com base em longos estudos empreendidos pelo Ministério da Educação e Saúde, decidiu-se que a

³¹² Ibidem.

³¹³ Ibidem.

³¹⁴ Documento referente ao encerramento da Conferência Nacional de Educação e Saúde que ocorreu no estado do Amazonas. Arquivo FGV/CPDOC.

União deveria intervir de forma mais direta no ensino primário do Brasil. Ao forçar o aumento das dotações estaduais e criar um fundo nacional para investimento nesse ensino, o governo federal alterou significativamente o quadro encontrado na década de 1930.³¹⁵

Embora essa importância não tenha sido suficiente para levar adiante uma reforma, pode justificar a acentuada produção de material didático para a educação primária no Brasil, tanto por parte do Ministério da Educação e Saúde como pelo Departamento de Imprensa e Propaganda, a exemplo dos livros *Getúlio Vargas para as crianças*, *O Brasil Novo*, *Getúlio Vargas e sua vida para crianças brasileiras* e *Vargas, a Mocidade e a Pátria*.³¹⁶

Por sua vez, a valorização do ensino primário desdobrava-se na valorização do ensino normal. Tornou-se comum em todo Brasil a ideia de que o sucesso ou insucesso daquele nível de ensino depender-se-ia da qualidade deste último. Em função desse pensamento, embora não se tenha efetivado uma reforma ao nível nacional do Ensino Normal no Brasil, uma série de decretos foram assinados para regulamentar a formação da professora primária, tanto pelo Ministério da Educação e Saúde, quanto por parte dos estados.³¹⁷

No caso da Bahia, contavam-se, na década de 1930, com um total de vinte escolas de formação de professores primários em todo o estado, sendo 9 na capital e 11 no interior. Desse número, apenas três eram mantidas pelo Estado, a Escola Normal da Bahia, a Escola Normal Rural de Feira de Santana e a Escola Normal de Caetité. As demais eram particulares, como a Escola Normal de Alagoinhas que foi aberta como desdobramento do Gynnásio de Alagoinhas, fundado em setembro de 1930.³¹⁸

A Escola Normal da capital servia de modelo para as demais Escolas Normais da Bahia. Seja pelo currículo, estrutura, métodos pedagógicos adotados ou modelo de avaliação, a Escola Normal da capital detinha grande prestígio e se impunha às demais causando, por vezes, uma série de conflitos.

Observa-se que essa hierarquização partia, em primeira instância, do próprio Estado. O quadro abaixo mostra os gastos do governo com as Escolas Normais públicas da Bahia no ano de 1940:

³¹⁵ Em 1932, haviam registradas no Brasil 27.662 escolas primárias com 2.071.473 alunos matriculados. No ano de 1942 esse número cresceu para 44.794 escolas primárias e 3.548.409 alunos matriculados. SCHWARTZMAN, Simon. *Estado Novo, um Auto-Retrato*. Brasília, FGV/CPDOC. Editora Universidade de Brasília, 1983.

³¹⁶ GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política: a legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo. Ed. Loyola, 1982, p. 48.

³¹⁷ Na alínea h), do Decreto-lei 868, de 18 de novembro de 1938, consta que competia à Comissão Nacional do Ensino Primário “estudar a questão da preparação da investidura, da remuneração e da disciplina do magistério primário de todo país. FGV/CPDOC - *Ata da Sessão de instalação da Comissão Nacional do Ensino Primário*. 18 de abril de 1939. GC. 1939.05.12.

³¹⁸ FGV/CPDOC - Respostas ao item 55- Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, assuntos políticos. GC.i.1940.10.13.

QUADRO DAS DESPESAS COM AS ESCOLAS NORMAIS DA BAHIA EM 1940

Instituição	Despesa com pessoal	Material	Total de 1940
Inst. Normal da Bahia	1.141.819\$000	86:800\$000	1.228:610\$000
Escola Normal de FSA	182:340\$000	7:200\$000	189:540\$000
Escola Normal de Caetité	150:620\$000	9:600\$000	160. 222\$000

Fonte: Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, assuntos políticos.

GC.i.1940.10.13 - FGV/CPDOC

A análise dos dados acima sugere a disparidade de investimentos que foram feitos na Escola Normal de Salvador em relação às demais do interior baiano. Seria necessário fazer um levantamento do número de matrículas destes estabelecimentos no ano de 1940 para entender essa política de investimento, o que não foi possível nesse trabalho. Contudo, sabe-se que no ano de 1903, quando a Escola Normal de Caetité foi fechada por Severino Vieira, as justificativas para suprimi-la foram três; a primeira seria um ensino não equiparado à escola da capital; o segundo argumento defendia que a Escola Normal da capital era suficiente para suprir a demanda de professores do estado; e, por último, a falta de recursos financeiros para investir numa escola que, segundo o governo, não dava contribuição alguma ao ensino da Bahia em razão do baixo número de matrículas.³¹⁹

José Augusto Ramos da Luz, em estudo sobre a educação da Bahia nesse período, mostra como pelo menos um destes argumentos não justificaria a supressão da referida escola. Para ele, tal como ocorria no interior, na Escola Normal de Salvador o número de matrículas também era baixo desde a sua implantação no século XIX, permanecendo, até os anos iniciais da década de 1930, diplomando menos que 50% dos alunos matriculados.³²⁰

A reativação da Escola Normal de Caetité, no ano de 1926, aparece como uma das principais políticas de valorização do interior no governo de Goés Calmon. No entanto, o que os dados sobre os investimentos de 1940 sugerem é que ao longo dos anos, na prática, essa valorização a partir de uma política de investimentos permanecia parca, mesmo com a abertura de 190 escolas no interior da Bahia no ano de 1938, e a necessidade de novos profissionais para ocupar o cargo de professoras primárias nessas escolas.

Quando essas 190 escolas foram abertas no interior do estado, a Escola Normal de Alagoinhas já havia diplomado duas turmas de professoras-mestras, a do ano de 1936 e a do ano de 1937, em cuja turma Maria Feijó foi formada.

Retomando a questão da Escola Normal da capital, cabe lembrar que as regras impostas pelo governo a essa instituição de ensino eram estendidas às Escolas Normais particulares e às Escolas

³¹⁹ LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário*. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2009, p. 46-47.

³²⁰ Ibidem p. 47.

Normais Rurais de todo o estado. Exemplo disso, é que algumas vezes as escolas particulares tinham as suas provas anuladas pelo Departamento de Educação de Salvador, ou até mesmo tinham a licença de funcionamento cassada, sob a acusação de não estar equiparada à Escola Normal da capital, ou a alguma congênere mantida pelo Estado.

Na narrativa de Maria Feijó lê-se que quando ocorria a anulação de provas pelo Departamento de Educação de Salvador, aumentava-se o descrédito dos pais na Escola Normal da cidade, alguns, inclusive, retirando as filhas do estabelecimento por considerarem-se enganados pelo Diretor. Segundo a narradora, era sempre muito difícil convencer, não somente os pais como também a população, de que a escola local seguia o mesmo programa de conteúdos da Escola Normal da Bahia.

Os tumultos da Escola Normal tiveram prosseguimento com Luísa na proa de quase todos eles. E termina-não-termina o Curso Normal, já todas provas realizadas, só faltando Didática, e toda a turma na expectativa de ser chamada, caiu nas costas de todos uma ducha geladíssima: “As provas finais foram anuladas no Departamento de Educação, na capital, onde vinham sendo corrigidas”. Notícia bomba feita em recado transmitido a cada aluno, de casa em casa... Qual a razão disto, todos ignoravam nem nunca foi, devidamente, explicada. O fato é que, um dia, recebemos chamada para novas provas.³²¹

Em suas memórias, Joanita da Cunha também relata esse problema:

Durante o nosso veraneio, soubemos que o Ginásio de Alagoinhas havia sido fechado por intervenção do governo Estadual. [...] Os cidadãos de Alagoinhas, ou toda sociedade local empenhou-se pela reabertura da escola, cujo fechamento ocorrido na época da formatura das Alunas-Mestras do ano 40, prejudicou sobremodo tal evento, e ainda, as atividades escolares do período de férias. Mas tal trabalho foi coroado com êxito, e o Secretário de Educação, Dr. Isaías Alves reabriu o estabelecimento...³²²

Para ela, a reabertura da escola foi uma grande tristeza, visto que elas (ela e a irmã Clarice Cunha) teriam perdido a oportunidade de estudar em outra cidade.

Ainda acerca dessa intervenção sobre a Escola Normal, Salomão de Barros relatou que, ao saber de uma visita que o Secretário Isaías Alves faria a um amigo em Alagoinhas, resolveu conversar com ele objetivando o fim da inatividade da escola. Segundo ele, o Secretário havia afirmado que a suspensão do funcionamento teria ocorrido por conta de problemas administrativos, mas garantiu que autorizaria a abertura da escola dentro de alguns dias. Depois da autorização concedida pela Secretaria, a escola voltou a funcionar promovendo a formatura dos alunos da turma de 1940.

³²¹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.87.

³²² Joanita da Cunha. op. cit., p. 123-124.

Cabe lembrar que, conforme citado na quinta seção, as normalistas que viajaram para Salvador, em setembro de 1938, foram agradecer a reequiparação da Escola Normal de Alagoinhas. Ver: *Jornal de Alagoinhas*, setembro de 1938.

Observa-se que a fiscalização das escolas de formação normal por parte do governo era sistemática, isso porque se considerava que essas escolas tinham um papel fundamental para formação dos professores primários, principalmente nas regiões longínquas, onde o ensino teria, por muito tempo, sido feito por professoras leigas, condição inaceitável para a nova nação que o Estado Novo desenhava.

Havia preocupação do governo federal em formar o cidadão para o meio ao qual pertencia. Com isso, Getúlio Vargas tentava evitar o êxodo rural que se acentuava com a abertura de novas indústrias nas capitais do país, sobretudo, São Paulo. Por conta dessa preocupação e da constatação de que o ensino primário até então teria sido ineficiente para o homem do campo, já que lhe impunha uma cultura urbana, o Ministério da Educação e Saúde, através da Comissão Nacional do Ensino Primário estabeleceu, por decretos federais, uma série de orientações aos estabelecimentos de formação normal de todo o interior do país.

No próprio documento de criação da Comissão Nacional do Ensino Primário constava no Art. 2º, alínea c, que uma das competências da referida Comissão seria a diferenciação dos conteúdos a serem dados no ensino primário das cidades e das zonas rurais. Conseqüentemente, a formação do professor primário seguiria também a este princípio de formação. Ainda no início da década de 1940, Gustavo Capanema solicitou aos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará, cujos projetos de educação primária rural já haviam sido implantados e estavam obtendo algum sucesso, que os enviassem ao Ministério da Educação e Saúde para serem analisados pela Comissão Nacional do Ensino Primário. Desejavam elaborar o Projeto de Lei de reforma do Ensino Normal a partir destes modelos.

De São Paulo vem a sugestão da criação de granjas nas escolas primárias rurais para alcançar os objetivos abaixo enumerados:

- a) iniciar o aluno na prática nacional das atividades agrícolas despertando no espírito infantil o sentimento de amor à terra e de afeição à vida no campo;
- b) cooperar com os órgãos de administração pública na propaganda e difusão dos meios destinados a melhorar as condições sociais, econômicas e sanitária da zona rural;³²³

Para exercer a função de professora primária nessas granjas, que seriam uma espécie de internato, foi proposto que o governo mantivesse nas escolas de formação normal rural cursos especiais com duração de um ano para as normalistas que se dispusessem a assumir esse cargo, e sugeriram ainda, que tanto as professoras quanto a diretora desses estabelecimentos deveriam receber comissão especial.

Da parte do Rio de Janeiro também chegaram instruções para a disseminação da educação sanitária e criação de um sentimento de amor e de aproveitamento inteligente do solo a partir da

³²³ FGV/CPDOC - Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, Educação e Cultura. GC. g.1939.05.12.

escola primária. Afirmava-se que através da Escola Primária, instrumento de “incomparável força de penetração e irradiação” no Brasil, poder-se-ia criar uma consciência sanitária e uma consciência agrícola imprescindível ao progresso do país. Em relação aos professores primários que receberiam treinamento para este fim, o documento acrescenta:

Os professores serão capazes de, além das aulas teóricas, aplicarem injeções, fazerem curativos para úlceras tropicais ou outras, distribuírem medicamentos contra a malária, verminoses e anemias, fornecer atestado de óbitos onde não houver médicos, aplicarem vacinas, soros contra mordeduras de cobras ou cães, fazerem a notificação de moléstias contagiosas, divulgação de postura sanitária... Eles terão o título de monitores sanitários e a sua função terá ainda um sentido social mais nobre.³²⁴

Como se vê, era uma formação bastante ampla, que exigia dos professores rurais não apenas vocação, conforme representação incorporada pela sociedade da época.

Há outros documentos enviados pelo estado do Ceará, pelo INEP, e por Lourenço Filho. Este último, quase sempre enviava traduções de projetos de educação primária desenvolvidos na França e em outros países, entre eles constam as traduções das 17^a e 18^a Conferências de Educação ocorrida em Genebra.³²⁵

Por fim, a elaboração do Projeto de Lei de reforma do ensino normal e do ensino normal rural tentou agregar essas sugestões. No corpo do documento constavam como obrigatórias as disciplinas de Português, Matemática, Ciências Físicas, Anatomia, Psicologia Humana, Biologia, Higiene, Enfermagem, Educação Sanitária, Psicologia e Sociologia da Educação, História e Filosofia da Educação, Metodologia e Prática do Ensino, Trabalhos Manuais, Desenho, Música, Canto Orfeônico e Educação Física.

Mesmo sem aprovação de imediato, as diretrizes desse Projeto foram acatadas por alguns estados, a exemplo da Bahia. Respondendo ao questionário do Ministério da Educação e Saúde, o Secretário da Educação da Bahia afirmou que havia assinado um decreto para reorganização do ensino normal no estado tomando por base as novas e eficientes “diretrizes esperadas de origem federal”.³²⁶

O secretário estava fazendo referência ao Decreto de nº 11.762, assinado em 21 de Novembro de 1940. O texto, embora tenha sofrido uma alteração na ementa a pedido do presidente, trocando a chamada “reajusta o Instituto Normal da Bahia, as Escolas Normais Rurais e dispõe sobre a fiscalização do ensino no estado” para “dispõe sobre a estrutura administrativa no estado da Bahia”, manteve seus principais objetivos. Entre eles propunha a dar “uma organização apropriada

³²⁴ FGV/CPDOC - Projeto de Lei para reorganização do curso Normal. Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, Educação e Cultura.

³²⁵ FGV/CPDOC - Da França, tradução do *Décret relatif à l'orientation et 'a la formation professionnelles*, datado de Paris le 24 mai 1938.

³²⁶ FGV/CPDOC - Resposta ao item 56. Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, assuntos políticos. GC.i.1940.10.13.

ao ambiente rural, cuja vida se ressentia da falta de provimento de escolas” e instruir os docentes das Escolas Normais Rurais, oferecendo-lhes “preparação conveniente às necessidades regionais”.³²⁷

O primeiro parecer de Getúlio Vargas em relação a esse Projeto foi desfavorável. O presidente teria argumentado, segundo correspondência recebida pelo Interventor da Bahia, em 26 de agosto de 1940, que não era “conveniente a aprovação de um projeto no momento em que o Governo Federal tinha quase concluídos os estudos para uniformização do ensino primário e normal no país”.³²⁸ No entanto, como esses estudos não saíram do papel, em 06 de novembro daquele mesmo ano, o presidente reconsiderava o parecer anterior, aprovando o Projeto, porém, determinando a supressão de alguns artigos e a mudança da ementa, conforme foi assinalado anteriormente.

Cabe ressaltar que, se por um lado, esse Decreto impôs uma série de mudanças na estrutura e funcionamento do Instituto Normal da Bahia, por outro, manteve as Escolas Normais Rurais de Feira de Santana e Caetité, bem como todos os estabelecimentos de preparação de docentes fiscalizados segundo o padrão dessas duas, sob as determinações dos Decretos Federais publicados no ano anterior, a saber, o Decreto 11.220, de 10 de fevereiro de 1939, o Decreto de nº 11.234, de 25 de fevereiro de 1939 e 11.268, de 17 de março do mesmo ano.

Havia ainda a informação de que caberia ao Secretário da Educação da Bahia definir quais as determinações desses Decretos que seriam aplicáveis a essas escolas, bem como informá-las dessas determinações, através de instruções devidamente expedidas enquanto não saísse regulamento específico para esses estabelecimentos.

A matéria transcrita abaixo, publicada pelo jornal *O Paládio*, de Santo Antônio de Jesus dá um indicativo de como o Secretário da Educação da Bahia implementou estas determinações, principalmente em relação à reorganização do ensino rural no estado:

Providências eficazes têm tomado o Secretário de Educação, com a colaboração da Secretaria de Agricultura, em favor das Escolas Normais Rurais. Essas Escolas que desenvolvem atividade crescente no interior do estado, exercitam os alunos em excursões pedagógicas a vários municípios com práticas agrícolas.

As Escolas Rurais, de classe primitiva, preparam os alunos para a execução do plano de fomento agrícola e econômico, com ensinamento a respeito da criação de aves domésticas, de abelhas, etc.

Nas estações experimentais de São Gonçalo, de Alagoinhas e no Núcleo Colonial de Rio Seco, de Almas e Papagaio, sob a orientação da Secretaria de Agricultura, vem sendo ministradas às crianças, ensinamentos agrícolas específicos a cada zona e de variadas culturas e criações. [...] certamente havemos de ter grandes proveitos, sobretudo para nossa economia.

³²⁷ APEB- Secretaria da Educação e Saúde. Projeto de Decreto-lei que reajusta o Instituto Normal, as Escolas Normais Rurais e dispõe sobre a fiscalização do ensino no Estado. Caixa 3927. Maço 11.

³²⁸ *Ibidem*.

Louvável e patriótico é o esforço do governo em favor do ensino agrônômico e da educação rural da Bahia.³²⁹

Além disso, os currículos das Escolas Normais de Feira de Santana e Caetité ficaram organizados em cursos com duração de cinco anos, com matérias distribuídas da seguinte maneira: Português, Português e Literatura Nacional, Francês, Matemática, Geografia Geral e do Brasil, História Universal e do Brasil, Educação Cívica, Ciências Físicas e Naturais, Agricultura Prática, Higiene, Puericultura e Educação Sanitária, Pedagogia, História e Metodologia da Educação, Psicologia Educacional, Estatística e Administração Escolar, Desenho e Caligrafia, Trabalhos Manuais, Educação Física e Canto Orfeônico.

As matérias de *Agricultura Prática* e *Trabalhos Manuais* estavam distribuídas de forma regular em todos os anos, assim como havia a preocupação em manter, durante os cinco anos, as matérias como *História* (História do Brasil e Educação Cívica, História Universal e Educação Cívica, Educação Moral e Cívica), *Canto Orfeônico* e *Educação Física*, esta última por quatro períodos.

Constatam-se, portanto, preocupações em formar os professores primários com condições adequadas de atuar em uma escola primária rural, dominando um conteúdo conveniente às necessidades do interior, como também em preservar as premissas da educação no Estado Novo, de culto à Pátria e ao corpo.

Outro dado que pode ser observado a partir da análise do quadro abaixo é que, embora esse currículo estivesse voltado para a capacitação da professora para atuar no interior, ele não deixou de oferecer disciplinas de conhecimentos mais gerais em toda a sua extensão. Na área de Humanas, as matérias Português e Literatura Nacional, e na área de Exatas, as matérias Aritmética, Geometria, Estatística Aplicada e Administração Escolar. Essas disciplinas possibilitaram a apropriação de determinados saberes e habilidades às professoras primárias. Saberes estes que as conduziram, muitas vezes, para a escolha de outras profissões, conforme será abordado na última seção desta parte.

³²⁹ Arquivo Público de Santo Antonio de Jesus. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus. 22 de abril de 1942. Ano 41, nº 2045.

DISTRIBUIÇÃO DE MATÉRIAS NAS ESCOLAS RURAIS DE FSA E CATETÉ/BA

Disciplinas	1º ano/Qt. de aulas	2º ano/Qt. de aulas	3º ano/Qt. de aulas	4º ano/Qt. de aulas	5º ano/Qt. de aulas
Português	6	6	5	2	-
Francês	3	3	3	-	-
Aritmética	4	4	-	-	-
Geografia Geral e do Brasil	3	3	2	-	-
História do Brasil e Ed. Cívica	3	3	-	-	-
Agricultura Prática	3	3	2	2	2
Desenho e Caligrafia	2	2	2	-	-
Trabalhos Manuais	2	2	2	2	2
Canto Orfeônico	2	2	2	2	2
Educação Física	-	2	2	2	2
História Universal e Ed. Cívica	-	-	2	3	-
Álgebra e Geometria	-	-	4	-	-
Ciências Físicas e Naturais	-	-	4	3	-
Pedagogia, História da Educação e Metodologia	-	-	-	4	2
Psicologia da Educação e Estatística	-	-	-	3	3
Higiene Geral e Rural	-	-	-	3	-
Geometria	-	-	-	2	-
Desenho Aplicado	-	-	-	2	2
Literatura Nacional	-	-	-	-	3
Educação Moral e Cívica	-	-	-	-	2
Metodologia Especial	-	-	-	-	4
Higiene Escolar, Puericultura e Educação Sanitária	-	-	-	-	4
Estatística Aplicada e Adm. Escolar	-	-	-	-	2
TOTAL DE AULAS SEMANAIS	28	30	30	30	30

FONTE: Arquivo Gustavo Capanema. Subsérie Educação e Cultura: GC.g.1941.00.00. FGV/CPDOC

No que diz respeito a Alagoinhas, sabe-se que a Escola Normal dessa cidade, antes de formar a primeira turma de professoras mestras, foi equiparada à Escola Normal da cidade de Caetité pelo Decreto de nº 9.404, de 14 de março de 1935, mesmo ano em que a Escola Normal de Feira de Santana foi transformada em Escola Normal Rural. Ainda que essa informação fosse de conhecimento dos moradores da cidade, em alguns momentos, a escola e os seus dirigentes perdiam a credibilidade junto à sociedade, por conta das exigências do Departamento de Educação de Salvador, que, conforme foi visto, vez por outra anulava alguma prova.

Por conta dessas intervenções do Departamento, na escrita do romance sobre Maria Luísa, a narradora chamou a atenção para o fato de que a professora primária formada no interior era sempre vista com desconfiança. Havia uma espécie de “tabu”, complexo entre as professoras do interior e da capital, que, “consideravam-se insuperáveis e julgavam-se uns crânios em matéria de Pedagogia”, olhando “as pobres coitadas do mato com verdadeiro descaso”:

Não sei se por causa disso todo mundo da capital também nos olhava assim. Rebotinho visto de esguicha pela maioria da humanidade das grandes metrópoles, eram nós. No próprio interior não faziam fé em professora formada pela Escola Normal da terra. Verdadeiros espantalhos para toda a população, representávamos. Por mais que nos esmerássemos e caprichássemos... perfeito crime constituía-se sermos do interior. Sob todos os prismas. Sempre. Cientes dessa incredulidade contagiosa que inspirávamos aos “capitalistas”, ficávamos à margem, encolhidas na nossa desconfiança e até...desconfiadas de nós mesmas.³³⁰

Essa separação ocorria também dentro da própria cidade com as ex-normalistas formadas pela Escola local. Dependia apenas do lugar onde lecionavam. Como destaca a narrativa: “Existia uma rixa, espécie de guerra surda entre professoras do ‘prédio’ e as ‘isoladas’. Por quê? Ninguém sabia. Nem as próprias. Talvez se julgassem mais competentes por causa da alcunha de ‘professoras do prédio’, ‘da rua’, e as infelizes suburbanas, naturalmente, menos capazes...”³³¹

Cabe destacar que “o prédio” era a Escola Brasilino Viegas, fundado em 1937, no centro da cidade. Não obstante essa condição, todas as alunas formadas pela Escola Normal de Alagoinhas obtiveram êxito no concurso de 1938/1939, conforme as matérias publicadas nos jornais da época.

Por motivos financeiros, tornou-se inviável o pagamento dos salários dos professores e o funcionamento da Escola Normal no ano de 1940. Essa foi a segunda crise financeira desse estabelecimento. A primeira ocorreu logo após a sua fundação, em 1931, momento em que Salomão de Barros transferiu a direção da escola para Alcindo de Camargo, na época, recém-chegado à cidade de Alagoinhas. Em 1941, a Escola Normal foi transformada em Cooperativa de Educação e Cultura, passando a direção de Carlos Cunha.³³²

Os dois primeiros relatórios a que se teve acesso, emitidos pela comissão dirigente da referida Cooperativa, e referentes aos exercícios de 1941 e 1942, indicam que ela foi fundada em 05 de outubro de 1941, e em 18 de dezembro do mesmo ano foi registrada no Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura.

No primeiro ano, a Cooperativa enfrentou sérios problemas financeiros já que todo material didático tinha sido penhorado em execução movida contra o antigo diretor, Alcindo de Camargo, pelo Instituto de Pensões e Aposentadorias dos Comerciantes. Havia ainda a preocupação de

³³⁰ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 241.

³³¹ *Ibidem*, p. 423.

³³² BARROS, Salomão. *Vultos e feitos do município de Alagoinhas*. Salvador. 1979, 142.

encontrar um espaço para erguer um novo edifício para a escola, pois o antigo Prédio que funcionava à Rua 15 de Novembro, e que pertencia também a Alcindo de Camargo, estava indo a leilão. Não obstante esses problemas, o estabelecimento funcionou normalmente, formando um total de quinze professores ao final de 1941.³³³

No ano de 1942, a direção da Cooperativa já estava em condições mais favoráveis para incorporar as medidas adotadas pelas Escolas Normais de Feira de Santana e Caetité, a exemplo da obrigatoriedade de promover visitas aos estabelecimentos afins das cidades vizinhas. Em 1941, teriam recebido a visita da Escola Normal Rural de Feira de Santana e, em 1942, visitaram a Fazenda Modelo do Governo Federal na cidade de Catu, onde os alunos de Alagoinhas receberam aulas de Zootécnica.³³⁴

Ainda nesse ano foram iniciadas as obras de construção do novo prédio. Percebe-se que houve esforço por parte dos dirigentes em adequar a escola às normas estabelecidas pelo Governo Federal, quais sejam, manter gratuito o curso primário, participar das campanhas patrióticas, dá assistência médica e dentária aos alunos, conceder matrícula a crédito aos alunos mais capacitados, bem como descontos por prêmio de aplicação, e ainda cumprir a lei de proteção à família que determinava a concessão de abatimento de até 60% aos alunos de famílias pobres e numerosas. De acordo com o Relatório, dos 139 alunos matriculados, 41 estavam nessa condição, portanto, 30% do total.³³⁵

Nesse ano, a Cooperativa concedeu bolsa de estudos a uma aluna indicada pelo Centro Operário Beneficente, a professora Haydée Amorim, que se formou em 1946, quando o estabelecimento já se denominava Escola Pedagógica. A referida professora destacou-se no cenário educacional de Alagoinhas ao promover algumas manifestações em prol da educação na cidade. Um dos mais importantes, resultou na fundação da Faculdade de Formação de Professores.³³⁶

Sobre a concessão dessa bolsa, Haydée narrou na obra *História das minhas andanças*:

Estava lavando a roupa de papai quando o alto-falante anuncia o Curso de admissão gratuito no centro Operário Beneficente de Alagoinhas, curso diurno e noturno. Matriculei-me. Durante o dia tomava conta da roupa e da panela uma vez que minha mãe trabalhava numa fábrica de charuto. Depois do curso de admissão, fiz o Ginásio no Colégio Alcindo de Camargo e por intermédio do senhor Félix Bispo de Matos, presidente do Sindicato dos Ferroviários, fiz o curso de Magistério

³³³ FIGAM - *Relatório da Cooperativa de Educação e Cultura* – antiga Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas. Exercício de 1941, apresentado e aprovado em Assembléia no dia 01 de fevereiro de 1942.

³³⁴ *Ibidem*.

³³⁵ FIGAM - *Relatório da Cooperativa de Educação e Cultura* – antiga Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas. Exercício de 1942, apresentado e aprovado em Assembléia no dia 24 de janeiro de 1943.

³³⁶ RAMOS, Haydée Lina de Amorim. *História de minhas andanças*. Alagoinhas, Impressão independente. 2009. A Faculdade de Formação de Professores de Alagoinhas (FFPA), fundada em 1972 foi incorporada a UNEB em 1983, convertendo-se, posteriormente, em Departamento de Educação do Campus II da Universidade do Estado da Bahia.

no Colégio de Alagoinhas. Ele me concedeu uma bolsa contanto que eu conservasse média 7. Desempenhei bem, fui uma excelente aluna.³³⁷

Entre outras coisas, cabe salientar que este fragmento anuncia um aspecto que Maria Feijó destacou em várias passagens na composição de sua narrativa, qual seja a existência de apadrinhamentos, chamado na narrativa de “pistolão”.

Certamente a professora Haydée recebeu a indicação por mérito, visto que foram tomadas por critério, as notas dos alunos do Centro Operário. Entretanto, como era comum na época, uma carta de apresentação, um padrinho, um “pistolão”, abria as portas com mais facilidade. Não por acaso, mesmo concursada, a personagem Maria Luísa antes de viajar para assumir sua cadeira no magistério foi ao prefeito de Alagoinhas buscar “recomendação para o prefeito de Bonfim, que nem sabia quem era (...). Cartão de apresentação, chave para abrir as portas da cidade, do desconhecido...”.³³⁸

No ano de 1943, há mais uma mudança no interior da Escola. Por imposição do Decreto de nº 11.234, apenas os estabelecimentos oficiais poderiam ser classificados como Escola Normal, o que não era o caso da Cooperativa ligada, desde 1941, ao Departamento de Agricultura. Em função disso, a denominação da Escola Normal mudou para Escola Pedagógica de Alagoinhas, mantendo-se com essa nomenclatura até o início da década seguinte, quando a Cooperativa foi dissolvida e a Prefeitura assumiu a administração do estabelecimento, transformando-o em “Ginásio de Alagoinhas”, em 1952.

Outra preocupação do governo estadonovista para com as Escolas Normais era a formação de professoras primárias que atendesse as demandas rurais. No Estado Novo, o mundo rural também suscitou uma legislação social específica que tinha por objetivo prender o homem do campo à sua região. Essas leis foram recorrentes naquele período, embora elas tenham recebido tratamento diferenciado no que tange aos benefícios sociais que promoviam, uma vez que as leis do mundo urbano atendiam às demandas de uma sociedade industrializada.³³⁹

A ideia de educar o homem para o meio parece ter quebrado um obstáculo comum na Primeira República, que era interferir nos domínios dos grandes proprietários rurais. Portanto, a intervenção feita na grade curricular das Escolas Normais, principalmente com a parceria entre as Secretaria da Educação e Secretaria da Agricultura era um meio eficaz de legitimar essa legislação, ao tempo em que promovia a formação do cidadão, o interesse dele pela vida no campo e o crescimento econômico deste, além de evitar o êxodo para os grandes centros.

³³⁷ Ibidem, p.18.

³³⁸ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.323.

³³⁹ Para uma discussão mais apropriada acerca da Legislação Social Camponesa no Estado Novo ver: DEZEMONE, Marcus. “Legislação Social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008, p. 220-240.

Neste sentido, o que era posto em prática nas Escolas Normais Rurais ia ao encontro das diretrizes traçadas por Gustavo Capanema no esboço de reforma apresentado. Para ele, no magistério primário havia dois mundos, o mundo do ensino urbano e o mundo do ensino rural, cada um destes exigindo mestres próprios e aclimatados ao meio. Caberia aos mestres da zona rural “iniciar o aluno na prática nacional das atividades agrícolas despertando no espírito infantil o sentimento de amor à terra e de afeição a vida no campo”.³⁴⁰

Ao que parece, essas diretrizes foram devidamente acatadas pela Escola Normal de Alagoinhas, embora se perceba, através da narrativa de Maria Feijó, um desejo de todos os alunos e também da direção e professores, de que o estabelecimento fosse equiparado à Escola Normal da Bahia. Esperava-se, com isso, diminuir o preconceito sofrido por todas as professoras que foram formadas nesses estabelecimentos.

Não obstante esse impasse em relação a uma formação “ruralizada ou “urbanizada” da professora primária, o que importa, é que esse interesse de “levar o saber ao sertão” impulsionou a ampliação da rede pública de escolas primárias e abriu vagas para novas professoras. Por conta disso, a afluência de mulheres nas Escolas Normais era cada vez maior. Em Alagoinhas, esse aspecto alterou o estatuto da mulher, pois além de ampliar a sua escolaridade, ampliou também o seu espaço de convivência social.

De acordo com a narrativa de Maria Feijó o advento da Escola Normal teria mudado não somente o aspecto tranquilo e pacato de Alagoinhas, como também todo o setor educativo e as práticas sociais das jovens normalistas:

Nossa querida cidade, tranquila também. Quase parada. Nesse instante, muito calma, no aspecto costumeiro do passado, porque... de certo tempo para cá, desfrutava pouco dessa tranquilidade provinciana e as vezes admirável, agitada como vivia, envolta no alvoroço ingênuo e bom, de nossa turma barulhenta, varrendo dela, todo e qualquer ostracismo. *Além disso, sua fisionomia fazia-se outra no setor educativo: O Ginásio havia alterado tal feição. E... note-se para muito melhor. Completamente diversa da anterior, ainda mais no concernente ao elemento feminino: Professoras e professoras já preenchiam aquelas antigas lacunas e (...) transformara-a, sim, e muito, dando-lhe indumentária evoluída, competitiva com as demais, em nível de igual monta.* O fator educação no seu mais lídimo significado, cresceu a tal ponto, que não havia autoridade vinda de fora, para que não fosse saudada pelos tradicionais discursos baianos, tão do nosso feitio, *proferidos por jovens e talentosas Professoras*, em outras eras, somente pelo Sr. Prefeito ou seu secretário...³⁴¹ [grifos nossos].

A participação dessas professoras na esfera pública, principalmente através da promoção de festas cívicas, a exemplo do que foi demonstrado na seção anterior, não ficou restrita aos discursos

³⁴⁰ FGV/CPDOC - Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, Educação e Cultura GC.g.1941.00.00.

³⁴¹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.94.

proferidos nas ruas pelas normalistas e professoras primárias durante os eventos que exaltavam o Governo Vargas. No processo de redemocratização do país, por exemplo, elas arriscaram até mesmo a participação na política. Se em 1945, a professora Maria Feijó conclamava o fim de um regime autoritário nas ruas de Alagoinhas, na década seguinte ela, ao lado de outras mulheres como Haydée Amorim, assinava um manifesto pedindo à mulher alagoanhense para votar na ex-normalista Heudyrice Barros, candidata à vereadora pela chapa da UDN, no ano de 1950.³⁴²

Percebe-se com isso, que mesmo presas a um sistema centralizador e autoritário, os saberes e práticas adquiridas pelas professoras nas Escolas Normais possibilitaram-lhes galgar outros espaços diferentes das salas de aula. Aliás, esse controle exacerbado por parte do Estado em relação à professora pode ser visto como um elemento propulsor da busca de novos caminhos.

6.2 PERSPECTIVAS DE INDEPENDÊNCIA DA PROFESSORA PRIMÁRIA SOB UM GOVERNO AUTORITÁRIO

Não eram muitas as jovens que entre as décadas de 1930 e 1940 poderiam considerar-se independentes por ter um emprego no Estado, um salário mensal de 320 mil réis e gozar da condição de mulher letrada, colaborando com assiduidade em jornais e revistas e assumindo a função de oradora nas festas oficiais que ocorriam em suas cidades. Em Alagoinhas, a Escola Normal, entre 1936 e 1942, formou uma média de dez mulheres por ano, que passavam a essa condição, principalmente depois da aprovação de muitas delas no concurso para professor primário do interior da Bahia.

Aliás, a própria condição de professora formada já despertava esse sentimento de independência nas moças daquela época, ainda que muitas, sem o consentimento dos pais, nunca tivessem chegado a ser “empregadas do governo”. Na narrativa de Maria Feijó, no dia da formatura de Luísa Peixoto, num ato de heroísmo pela coragem desprendida e arrojada, a moça interrogou ao pai: “Hein papai? Agora sou independente, pois já sou Professora e... de maior não é?”³⁴³

Como se vê, foi a formação no magistério em si um indicador de independência para essas jovens, mesmo porque, se não conseguissem concorrer a uma das vagas oferecidas pelo Estado, poderiam abrir escolas particulares ou trabalhar em outros espaços como a própria Prefeitura da cidade que vinha há alguns anos abrigando professoras nas funções de datilógrafa, escriturária, auxiliar de escritório, tesoureira e mesmo professora regente ou auxiliar de ensino das escolas municipais.³⁴⁴

³⁴² Arquivo pessoal de Joanito Rocha - *O Nordeste*. Alagoinhas, 04 de setembro de 1949. Ano II, n. 30.

³⁴³ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.163.

³⁴⁴ A Sr^a Auta Leal de Araújo, por exemplo, assumiu nessa cidade, a função de datilógrafa da Prefeitura em 12 de março de 1934, no governo do prefeito Mário Cravo, passando depois a Oficial da Secretaria, Escrituraria interina, em 1941, e

Na Bahia, a abertura de Escolas aumentou em mais de 30% o número de matrículas na primeira década do Governo Vargas.³⁴⁵ Sendo em sua maioria escolas para educação primária, um dos aspectos que aquele momento mais preocupava o governo. A criação de escolas, bem como a reabertura de muitas outras do interior mobilizou um verdadeiro exército de normalistas para preencher as vagas de professoras nesses estabelecimentos. Segundo os dados da Secretaria da Educação da Bahia em 1940, “as escolas municipais [da Bahia eram] providas por professoras diplomadas ou por leigas, estas últimas submetendo-se à exames de capacidade e suficiência, não fazendo parte dos funcionários efetivos”.³⁴⁶

Em Alagoinhas, por exemplo, há informações de que a partir da Concentração Econômica realizada na cidade de Santo Antônio de Jesus, e de acordo com as atribuições facultadas pelo Decreto de nº 10.815, de 1º de julho de 1938, criaram-se cinco escolas denominadas “Escola Rural para os filhos dos pequenos lavradores do Município de Alagoinhas”.³⁴⁷

Essas escolas, que mantiveram um número razoável de frequência, cerca de cinquenta alunos em cada uma, foram inauguradas no dia 7 de setembro daquele ano. Dos cinco estabelecimentos, três receberam professoras como regentes de ensino, os dois restantes foram assumidos por homens.

A estas escolas foram fornecidos livros de matrícula, de frequência e de termos, e se acham funcionando com absoluta regularidade, e com a máxima satisfação vimos compensado o nosso esforço com abnegação dos seus preceptores, e a frequência média mensal de cinquenta alunos, conforme relato de visita feita às mesmas.

Infelizmente temos que confessar que a gratificação estabelecida não é compensadora, no entanto, esperamos, na elaboração do novo orçamento, aumentá-la.³⁴⁸

Entretanto, levando-se em conta a quantidade de jovens diplomadas naquela época, ainda que as escolas municipais acolhessem um número expressivo de professoras primárias, atendendo principalmente aos pedidos políticos, foram os concursos do Estado que provocaram mudanças efetivas na vida dessas jovens recém-formadas.

Tesoureira, em 1942. Também foram nomeadas entre 1920 a 1950 as senhoras Hilda C. L. Pereira, para datilógrafa, em 15 de julho de 1940, Edenice Regina Campos, para a mesma função em 1942, Maria José Pinto, em 1944, a Aluna-Mestra Heurydice Almeida Barros, como Secretária da Prefeitura, em abril 1945, Josefa de São José Leal para Escriutaria em dezembro de 1945, e Angélica Figurêdo Leal, para Auxiliar de escritório em 1948. Neste mesmo período, outras dezesseis mulheres assumiam pela prefeitura cadeira de Professora Regente ou Auxiliar de ensino nas escolas municipais. Ver *Livro de nomeação de funcionários da Prefeitura Municipal*. Arquivo Público de Alagoinhas.

³⁴⁵ Os números de matrículas informados naquele ano pela Secretaria da Educação e Saúde são: 1932 - 68.710; 1933 - 72.255; 1934 - 84.693; 1935 - 83.501; 1936 - 80.477; 1937 - 84.018; 1938 - 95.764; 1939 - 106.117 e 1940 - 107.117 alunos. Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, assuntos políticos. GC.i.1940.10.13- FGV/CPDOC.

³⁴⁶ FGV/CPDOC - Resposta ao item 5 - Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, assuntos políticos. GC.i.1940.10.13.

³⁴⁷ FIGAM - Relatório da Prefeitura Municipal. Exercício de 1938.

³⁴⁸ FIGAM- *Relatório da Prefeitura Municipal de Alagoinhas*. Exercício de 1938, p.17.

Em referência à realização de concurso público para contratação de professor, destaca-se a sua importância pelo que diz respeito à inserção de algumas mulheres de Alagoinhas no mercado de trabalho formal. Obviamente já havia mulheres trabalhando nas diversas fábricas e trapiches da cidade, bem como havia, a contragosto dos homens, mulheres assumindo funções no comércio local. No entanto, essas profissões não eram comparadas ao magistério, visto como profissão ajustada e adequada à mulher daquela época.

Ainda assim, a inserção da mulher nessa carreira exigia dela uma série de superações. O sonho de ser professora concursada demandava esforços para vencer grandes desafios. A começar pela família, cujos pais não simpatizavam com a ideia de ver suas filhas morando sozinhas e lecionando sertão afora, em seguida pela sociedade, que exigia da professora sempre boa conduta, conhecimento e dedicação, pela Igreja e também pelo Estado, o grande protagonista dos limites impostos à professora. O registro literário abaixo assinala uma dessas preocupações da normalista, qual seja passar nos concursos públicos:

Meu Deus, meu Senhor do Bonfim, dai-me resistência bastante, entusiasmo e inspiração para eu transpor a segunda etapa, a decisiva, de minha vida de Professora. Ainda nem sou mesmo. Apenas, trago nas mãos o diploma: cartão de apresentação ao Sr. Magistério. (Ilustríssimo Senhor...) e o tal concurso, sem o que nada sou e nem posso ensinar? Ponte para a difícil e perigosa travessia. Salvo-conduto para se entrar no país estranho do ensino. Hei de obtê-lo de maneira nobre e decente. Sim, sou obrigada a fazer este concurso, passar e passar bem, para vencer na vida. [...] Seria uma vergonha se nele eu levasse pau. Mas Deus é grande e me ajudará. Ave-Maria! Nunca mais poderia levantar a cabeça em minha terra nem teria conceito como Professora, de Jardim de Infância, que fosse, em parte alguma do interior. Não haveria pai que quisesse matricular filho em minha escola. Fariam greve geral e ela cerrariam as portas para mim. Ora!Ora! Que tolice estou pensando! Tomando pau no concurso nem poderia ter escola. (Só se fosse particular e... com certeza, nem essa)...³⁴⁹

É notória a expectativa que girava em torno dos concursos de então. Além do conceito de boa professora, tinha-se expectativa de salário todo fim de mês, emprego estável e destaque social. Contudo, para alcançar esses objetivos, as professoras ter-se-iam que superar primeiro os empecilhos que lhes eram impostos.

Na narrativa de Maria Feijó, a personagem Luísa Peixoto enfrentou essas dificuldades com o pai desde o tempo em que ainda frequentava o Ginásio. Primeiro, ele não a queria na escola por conta da sua condição de mulher. Segundo, o movimento das escolas reunidas implantou na cidade o sistema de classes mistas. Terceiro, não agradava em nada ao pai da personagem, a prática de exercícios físicos nas ruas, exibindo as meninas e, por fim, só queria que a filha saísse de casa se fosse casada, conforme pode-se constatar no texto abaixo:

³⁴⁹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.205.

O mais difícil de tudo, é que ela quer lecionar. Isto ele não concorda. Sua filha única trabalhar para viver, se cansar e se amargar? Não. Sozinha, naquele sertão brabo da Bahia? (Tinha certeza que era para onde iam jogá-la.) Só se fosse casada. Do contrário, ele poderia sustentá-la para o resto da vida ...³⁵⁰

A realização das provas do concurso se constituía em outro desafio dessas moças recém-formadas. Realizado na capital em duas etapas, o concurso exigia permanência em Salvador por um período de tempo considerável, já que as informações quando chegavam por telégrafo estavam ultrapassadas. Em vista desse atraso, e não querendo arriscar perder a vaga, essas moças eram obrigadas a se instalarem em casas de parentes e em pensionatos nesses períodos.

E agora, neste momento, o que podia fazer, deveras? Dinheiro, eixo da vida de todos, o mundo girando em torno dele, não tinha, para estar indo e vindo para Alagoinhas. Receava ausentar-se e marcarem a tal prova. [...] E fazia pena tudo perder depois de tanto sacrifício. Moral, econômico e físico. Todos os fatores agiam contra ela. [...] O correio quase não funcionava...³⁵¹

Ultrapassada mais essa etapa, era preciso agora enfrentar a banca examinadora. Professora que não gostasse de falar em público certamente seria imediatamente reprovada, pois as provas eram realizadas em duas etapas. A primeira, escrita; a segunda, de didática, oral e pública.

Diante de tamanha responsabilidade, o domínio da fala era mesmo essencial para a carreira no magistério. Ainda assim, de acordo com a narrativa de Maria Feijó, a maioria daquelas jovens não tinha a menor condição de desempenhar tão grandioso papel, dada a fragilidade da formação e ao acanhamento da fala:

Umás coitadas, verdadeiras tabaroas, apagadas de vez, lá do alto sertão. – Pelos trajes e pelo andar logo se desconfiava haverem perdido, por completo, o traquejo da capital. –E no “Departamento”, ponto obrigatório para aonde convergiam, cada qual revelava seu temor pelo concurso. As interinas então, nem é bom pensar: Se fossem reprovadas, perderiam a cadeira [...]. Tangidas para longe da vida de professora, seriam. Tábua de salvação onde se agarrar, não encontrariam... jamais!³⁵²

Vencidas todas as etapas, essas jovens enfrentavam ainda os problemas políticos que, segundo relatos, acabavam sendo os piores. De acordo com a narradora do romance, as professoras que obtivessem as melhores notas poderiam exercer cadeira na capital, as outras seriam destinadas à docência no interior da Bahia. No entanto, o que de fato funcionava no processo de nomeação dessas normalistas era mesmo o “pistolão” que a família delas tinha junto ao Departamento de

³⁵⁰Ibidem, p. 99.

³⁵¹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 249.

³⁵² Ibidem.

Educação. Mais de uma vez Maria Feijó relatou em suas obras: “o primeiro critério é o pistolão, o primeiro e único.”³⁵³

Por conta desse aspecto, a nomeação das cadeiras causava grandes conflitos entre as professoras e o Departamento de Educação. Primeiro, porque nem sempre era seguida a ordem de classificação e local de moradia; segundo, porque as suspeitas de corrupção aumentavam a cada dia beneficiando as filhas e afilhadas dos políticos. Suspeitava-se, inclusive, que até mesmo “gente que fez concurso, [e] fora reprovada [foi] nomeada ali mesmo para a capital”.³⁵⁴

A rigor, estes contratempos eram esquecidos no momento em que as nomeações eram publicadas no Diário Oficial, e não diminuía a felicidade e o sentimento de independência adquiridos pela aprovação no concurso:

...Enfim, nosso sonho, com 320 mil réis por mês. (Era o “grande” ordenado na época. Mesmo “na época” representava pouquíssimo em relação as outras carreiras e à posição intelectual, social e moral que nos forçavam a desempenhar no meio da coletividade. E ainda sofriamos o desconto de 40% do procurador. Ficávamos reduzidas a...280 mil réis) resumia-se nisso o ordenado que uma professora Primária fazia jus, aos olhos das autoridades competentes, pelo exercício de suas funções, cumpridas a “rigor”...³⁵⁵

Conforme pode-se observar a partir dos escritos literários, decorria dessa nomeação, o alargamento na atuação pública da professora. Em Alagoinhas ela mudou de maneira significativa a vida da mulher. Isso porque, mesmo com as profundas transformações vivenciadas por elas naqueles anos, ainda era incomum, especialmente para as cidades do interior, o deslocamento de moças solteiras para os grandes centros urbanos, o discurso em praça pública, a moradia solitária, entre outros direitos que a docência lhe conferiu.

Desse deslocamento de corpos e comportamentos, exigido por força da profissão, a professora primária adquiriu um sentimento de independência financeira e independência das instâncias domésticas nas quais estiveram confinadas durante anos. Contudo, ao lado dos direitos adquiridos em função do magistério, havia também uma série de deveres e obrigações, aliás, era em função deles, que esse sentimento de independência malograva ainda nos primeiros anos de exercício no magistério.

Um dos primeiros problemas que a professora encontrava refere-se à questão das casas onde funcionavam as escolas. Diferentes dos prédios escolares, conhecidos como “Escolas reunidas”, que geralmente ficavam nos centros urbanos, as escolas isoladas, em sua maioria funcionavam no interior, em casas alugadas ao governo, paupérrimas de materiais didáticos, com móveis precários e em péssimas condições sanitárias.

³⁵³ Ibidem, p. 301

³⁵⁴ Ibidem, p.301

³⁵⁵ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.304.

Segundo a personagem narradora de *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*, era muito difícil encontrar quem quisesse alugar casa para escola, uma vez que o governo sempre atrasava o pagamento dos aluguéis e quase sempre as crianças deixavam as casas deterioradas. Além disso, era a professora quem ficava responsável pelo espaço, pois muitas vezes nele fixava residência, trabalhando e morando no mesmo lugar.

Ainda de acordo com a obra, na maioria das vezes, essas casas eram velhas e não davam nenhum conforto e segurança à professora. Quando a casa da professora Maria Luísa caiu na Vila de Aramari, e ela foi ao Departamento de Educação pedir para reconstruir o espaço e comprar móveis novos, obteve como resposta do chefe do Departamento:

Minha filha... não há verba. O Estado encontra-se numa situação financeira deplorável, precária, calamitosa. Está paupérrimo... Mobiliário novo? Nem velho! Compre caixão de querosene para os seus “capirongos”.³⁵⁶

Além das instalações precárias, a professora dispunha de poucos cursos de especialização, ou de bibliotecas onde pudesse consultar os livros para sanar suas dúvidas. Há informações da Secretaria da Educação da Bahia, de que havia em Salvador, desde a implantação do Governo Vargas, curso de férias para “renovação mental” das professoras³⁵⁷, contudo, ao que parece, esses cursos não eram estendidos a todas, já que por mais de uma vez a narrativa literária denunciou essa falta de especialização.

Nos centros urbanos, as professoras ainda poderiam contar com uma ou outra biblioteca, mas no sertão era quase impossível. Além disso, os livros eram caros e com o salário que recebiam ficava difícil manter-se atualizada. Segundo a narrativa sobre Maria Luísa:

Numa livraria da Bahia fez um crediário para arejar o cérebro, temendo que ficasse enferrujado... Não compreendia como uma professora, ou qualquer outra pessoa, podia forma-se e parar por aí. Não. E a atualização necessária nas profissões e no mundo?[...] Porém, livros custavam caro, e mesmo pelo crediário só podia comprar um de cada vez: 20 cruzeiros a prestação mensal é “muito pesado” saía ao seu orçamento.³⁵⁸

Uma das maneiras encontradas para sanar este problema, era a colaboração em jornais. De acordo com a narrativa, a professora isolada “nada podia fazer para seu progresso intelectual a não ser colaborar gratuitamente nos jornais de sua terra”, ou em revistas e jornais de cidades vizinhas, conforme fazia a própria autora do romance.³⁵⁹

Ainda assim, Maria Luísa reclamava:

³⁵⁶ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 523.

³⁵⁷ Arquivo Público de Santo Antonio de Jesus. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 22 de abril de 1942. Ano 41, nº 2045.

³⁵⁸ SOUZA, Maria Feijó de. Op. cit., p. 485.

³⁵⁹ *Ibidem*, p. 517.

[...] todo o meu ideal sempre foi ser professora, mas não para permanecer eternamente neste marasmo que me cerca, sem jeito de sair dele, parada, estagnada, percebendo um misérrimo ordenado, que não dá, ao menos para comprar um livro a fim de complementar os conhecimentos didáticos adquiridos na Escola Normal. [...] Sinto necessidade de assistir, para arranjar maiores conhecimentos, e adicioná-los à minha pequena cultura, a conferências, congressos, reuniões educativas, literária e artísticas altamente elucidativas. E como posso encontrar tudo isso por onde ando, se sou eu a promotora de tais acontecimentos?³⁶⁰

A partir de 1942, com a reorganização do sistema educacional na Bahia, a Secretaria da Educação do Estado procurou intensificar esses cursos de qualificação. De acordo com a matéria publicada no jornal *O Paládio*, de Santo Antônio de Jesus, o aperfeiçoamento do professorado era imprescindível para o sucesso da educação na Bahia:

O governo baiano considera a importância da alfabetização como um instrumento de cultura inicial para todos os cidadãos. Não basta, porém. Deve-se ter cuidado em aperfeiçoar o professorado que é a alma da escola. No Instituto Normal, além dos cursos secundários e normal, funcionam os cursos de aperfeiçoamento e da escola normal superior destinado à formação do professorado secundário [...]. Cuida-se ainda da elevação do nível intelectual do professorado fazendo distribuição de livros, realizando Conferências e cursos de férias, os quais têm obtido êxito desejado.³⁶¹

Não fosse a omissão em relação à fiscalização dos professores, esse texto poderia ser lido como a reprodução da resposta dada ao questionário do Ministério da Educação e Saúde pela Secretaria Estadual de Educação da Bahia dois anos antes.

[...] melhoraram significativamente o ensino primário nas escolas elementares oficiais e as medidas tomadas para renovação do nível mental dos professores como Conferências sobre assunto da educação realizadas pelo atual secretário Dr. Isaías Alves, curso de férias, orientação e inspeção pelos delegados de ensino, na capital, e inspetoria no interior e presentemente com o trabalho assíduo e eficaz dos orientadores inspetores de ensino na capital e subúrbios, além de medidas outras determinadas por portarias diversas.³⁶²

Como se vê, a qualificação docente era promovida por cursos de férias e orientação de leituras, mas era a contínua fiscalização dos inspetores e orientadores de ensino que asseguravam, na visão do governo, a qualidade do ensino primário. A permanente fiscalização proposta pelo Ministério da Educação e Saúde, para não dizer imposta, funcionou de maneira satisfatória no estado baiano. Passados dois anos da escrita deste documento, a inspeção escolar ainda era vista como um dos principais recursos para assegurar a qualificação do ensino.

³⁶⁰ Ibidem, p. 500.

³⁶¹ Arquivo Público de Santo Antônio de Jesus. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus. 22 de abril de 1942. Ano 41, nº 2045.

³⁶² FGV/CPDOC - Resposta ao item 56. Arquivo Gustavo Capanema. Série Ministro da Educação e Saúde; subsérie, assuntos políticos: GC.i.1940.10.13- FGV/CPDOC.

O fragmento abaixo, também publicado pelo Jornal *O Paládio*, descreve como se dava essa fiscalização:

Tem sido eficiente a ação dos inspetores com a colaboração dos delegados escolares residentes.

A elevação da frequência, a classificação dos alunos, organização de testes e escalas, disciplinas das atividades escolares, tudo o que diz respeito à difusão e aperfeiçoamento do ensino elementar tem sido encaminhado de modo a produzir consideráveis benefícios ao sistema pedagógico adotado.

Compete aos inspetores a fiscalização do trabalho do professor, da frequência do aluno, da conservação do patrimônio do Estado em bens móveis e imóveis, a orientação do trabalho pedagógico, aplicação de métodos diferenciados, conforme a capacidade do meio e dos indivíduos, encorajamento e incentivo dos professores...³⁶³

Essa inspeção escolar, por sua vez, foi denunciada na obra de Maria Feijó como um dos maiores problemas enfrentados pelas professoras no interior da Bahia. Em muitas passagens do texto, a autora refere-se aos delegados escolares como “semianalfabetos, perseguidores e famigerados”, evidenciando muito mais conflito que cumplicidade entre eles e as professoras.³⁶⁴

Portanto, embora fosse uma imposição, a presença desses sujeitos nas escolas provocava certo desconforto, não raras as vezes, sendo eles próprios, por suas atitudes, quem desmotivavam as professoras a seguir carreira no magistério, visto que há referências a, inclusive, assédio sexual por parte desses profissionais.³⁶⁵

Mesmo que desempenhasse suas atividades assiduamente e com responsabilidade, as professoras passaram a depender do aval desses profissionais para receberem os salários. De acordo com a personagem Marta, narradora do romance, eram os delegados escolares que “todo fim de mês, com sua pompa de autoridade escolar, competia passar o 'visto' no boletim e atestado das professoras para que pudessem receber os raquíuticos vencimentos”.³⁶⁶

Em outro fragmento a narradora relata:

As visitas de inspeção consistiam em a autoridade, cuja função só podia ser preenchida mediante concurso especialmente para este fim realizado e, para tanto, ter-se-ia que possuir o diploma para professor Primário. Conferia ele tal direito. Quem quisesse alcançar ascensão na carreira deveriam perseguir as professoras no exagerado cumprimento do dever a elas sempre imposto, exigir delas o máximo, de modo geral, assistir as aulas durante todo o horário regulamentar, e deixar um “termo”, no livro competente. Nada faziam estes senhores em benefício do ensino e das professoras. Nada, mesmo porque não podiam. Sua missão resumia-se, na maioria dos casos, exclusivamente, em fiscalizá-las no tocante aos métodos de ensino, cumprimento de horário, regulamento, programa e conduta pessoal.³⁶⁷

³⁶³ Arquivo Público de Santo Antônio de Jesus. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus. 10 de abril de 1942. Ano 41, nº 2044.

³⁶⁴ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p.576.

³⁶⁵ Ibidem. p. 377.

³⁶⁶ Ibidem. p.434.

³⁶⁷ Ibidem. p. 457.

Ainda de acordo com a narradora, esses profissionais não orientavam as professoras, não forneciam-lhes materiais adequados, tampouco davam-lhe assistência para o bom andamento do ensino e conforto pessoal. Quanto mais esses inspetores fossem carrasco, melhor para sua carreira.

Ainda assim, era muito mais fácil dialogar com os inspetores. De acordo com a narrativa, eles eram formados no magistério primário, portanto, detinham mais conhecimento do sistema educacional do que os delegados, que no geral era uma ou outra pessoa que tivesse prestígio no interior e, muitas vezes, não tinham formação na área ou não tinham formação alguma.

As professoras primárias, por sua vez, não eram as únicas que estavam subordinadas aos delegados e inspetores escolares. Os diretores também tinham a obrigação de prestar contas de suas ações para esses indivíduos. Em 1942, numa das visitas ao Prédio Escolar Brasilino Viegas, o delegado escolar Prisco Coutinho advertia à diretora quanto à sua falta na escola sem o seu devido conhecimento e consentimento. Registrou, portanto, no *Livro de Termos*: “solicito da referida profa. a fineza de quando ausentar-se avisar ao delegado escolar”.³⁶⁸

Além dessa intensa fiscalização imputada pelo próprio sistema escolar, havia ainda a fiscalização da sociedade:

[...] a professora não se podia descuidar na localidade onde ensinava, divertindo-se que fosse, porque se caísse na boca do povo ou se acontecesse algo a sua honra, ou pensassem acontecer, ai dela! O “Departamento” logo sabia mediante os cardumes de cartas anônimas a ele enviada, e ela, a pobre desgraçada, duplamente desgraçada ... perdia a cadeira e a moral, para o resto da vida.³⁶⁹

Ao refletir sobre esta fala é preciso não perder de vista que esses valores e práticas eram incutidos a todo o momento no imaginário popular. As pessoas esperavam da professora um comportamento maternal e, por isso, consideravam determinadas atitudes inconciliáveis com a profissão do magistério. As denúncias eram, portanto, parte das iniciativas da sociedade em zelar pelo cumprimento dos deveres da professora para com a população.

Ante esse quadro, mesmo a professora assumindo uma série de novos papéis sociais e gozando de certa autonomia, o sentimento de independência durava pouco, pois embora formada e concursada, muitas vezes ainda dependia dos pais, do marido e da aprovação da sociedade.

Mesmo depois de lecionar por mais de três meses na cidade de Senhor do Bonfim, a primeira para a qual foi nomeada, a personagem Maria Luísa Peixoto ainda não havia recebido nenhum salário:

Até então nada de ordenado. Vivia ansiosa para receber “o fruto do seu suor”. E esse fruto não lhe chegava! Estava demorando tanto... Seu procurador, firme e inabalável, sem dúvida andava as voltas com os papéis na Bahia, para

³⁶⁸ Acervo da Escola Brasilino Viegas. *Livro de Termos* do ano de 1942 e 1943, p. 9.

³⁶⁹ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 457.

providenciar o “tal”. Ela o esperava, aparentemente, com muita calma, embora, no íntimo, com um bocado de ansiedade.

De casa recebia frequentes cartas, cheíssimas de saudade e a magra mesada que lhe enviava, voluntariamente, o pai...³⁷⁰

Era também por conta desse atraso, que muitas professoras sonhavam com o casamento. Em alguma medida, além da companhia e proteção, o casamento poderia proporcionar segurança financeira às professoras, quando não eram feitos com os “felipes”, que, segundo a narradora, eram os maridos de professoras, que viviam à custa do seu salário.

Em verdade, os casamentos eram vistos como uma forma de negociação para muitas mulheres. Ainda quando estava na fase do concurso, o desejo da personagem Luísa Peixoto era de casar-se para ter alguém que a orientasse na capital durante os exames. Pragmatismo? Ao que parece, sim: “Juro que sinto vontade até de me casar...Ter um pretendente certo, um noivo, amigo do pessoal aqui de casa, em que eu depositasse inteira confiança, bem que seria bom...para me orientar nos primeiros passos. (Interesseira que sou hein?)”.³⁷¹

Em outra passagem da narrativa, a mesma personagem afirma: “Sinceramente: se eu morasse na capital e desfrutasse de um bom emprego, efetivo, seguro, eu não me casaria nunca! Seria mesmo o mais acertado”³⁷², isso porque, conforme foi dito, o casamento muitas vezes era apenas válvula de escape para estas mulheres, conforme pode-se constatar no fragmento citado abaixo:

Leleta, eu não gosto de ninguém e nem quero me casar com nenhum deles, viu? Todos significam na minha vida, válvula escapatória, sabe o que é? Fuga aos meus problemas, o que eu quero é um futuro... Quero me desvencilhar é... do mato, da cidade pequena, do interior... Dessa rotina que ao meu espírito enerva, irrita e embrutece.³⁷³

No entanto, na maioria das vezes, essas “saídas” transformavam-se em verdadeiras redes de manutenção do sistema de dominação. Nos casamentos, era ainda o homem o principal representante da família na esfera pública.

Sob estes aspectos, aquele sentimento de independência adquirido no momento da formatura, aos poucos ia desfazendo-se após o exercício da docência, principalmente se a professora pertencesse às famílias com poucos recursos financeiros, ou casasse com homens pobres. O que não anula, no entanto, a representação que a sociedade fazia dela, de mulher culta, letrada e inteligente, portanto, credenciada a assumir novos postos na sociedade, um processo que mesmo lento e gradual passou a fazer parte da realidade de algumas dessas moças, conforme será visto no tópico que segue.

³⁷⁰ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978.

³⁷¹ *Ibidem*. p. 189.

³⁷² *Ibidem*. p. 482.

³⁷³ *Ibidem*. p. 499.

6.2.1 O declínio do Estado Novo e as novas perspectivas para as professoras primárias

Ao analisar os currículos de formação para professora primária, propostos pelas reformas durante o Estado Novo, ou gestados nesse governo, como é o exemplo da Lei Orgânica do Ensino Normal, de janeiro de 1946, bem como ao analisar as representações que foram produzidas pela sociedade acerca do magistério feminino, constata-se que havia, de fato, interesse por parte do Estado e da sociedade em conferir uma feição doméstica à função de professora primária.³⁷⁴

Por sua vez, essas reformas possibilitaram à mulher romper com determinados padrões sociais vigentes. Atuar com maior intensidade na vida pública através da participação em festas, comícios, organização de eventos e colaboração em jornais; ocupar outras atividades como datilógrafa, secretárias, escriturárias, entre outras, e, principalmente, amadurecer a formação intelectual, ingressando, inclusive, na política e em Universidades, e questionando, cada vez mais, o papel que exerciam na sociedade.

Com o declínio do Estado Novo surgia uma nova possibilidade de atuação na esfera pública dessa profissional do ensino: a política- partidária.

Sabe-se que o processo de desarticulação do Estado Novo definiu-se de maneira particularizada nos diferentes lugares. Na Bahia, conforme apontado, essa resistência começou a partir do ano de 1943, envolvendo representantes de diferentes grupos sociais.³⁷⁵

Nesse processo de enfrentamento, dois grandes partidos polarizaram as disputas em torno das novas eleições, o PSD e a UDN. Em Alagoinhas, esses partidos resgataram não apenas a rearticulação de antigos dirigentes locais, como também apresentaram novos representantes do jogo político. Destacou-se, no processo de reabertura da Câmara Legislativa de Alagoinhas, pelo pleito realizado em dezembro de 1947, a afluência de representantes de camadas sociais que não participavam do jogo político local antes do golpe de 1937, como profissionais liberais, agrônomos, médicos, dentistas e ferroviários. Essa renovação levou para as pautas de discussão da casa legislativa demandas até então marginalizadas por essa instituição nas décadas anteriores.³⁷⁶

³⁷⁴ Decreto- Lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946. *Apud*: PEREZ. Gilmar Ferrari. *A formação sociológica das normalistas nas décadas de 20 e 30*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UNICAMP. 2002. Disponível na Biblioteca virtual da Universidade. Acesso em 18.11.2011.

³⁷⁵ SILVA. Paulo Santos. *A volta do jogo democrático: Bahia, 1945*. Salvador: Assembleia Legislativa, 1992.

³⁷⁶ PAIXÃO. Carlos Nássaro Araújo da. *Traços da cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930/1949)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. UNEB. 2009..

Não é objetivo dessa pesquisa discutir os desdobramentos desse processo. Cabe, no entanto, ressaltar o papel que as professoras primárias assumiram frente a ele, não apenas nessa primeira disputa (1948/1950), como também na segunda (1951/1954), momentos em que duas ex-diplomadas da Escola Normal, Lúcia Campos e Heudyrice Barros, assumiram, como representantes da mulher alagoinhense, as candidaturas para vereadoras pela chapa da UDN em Alagoinhas.

Não foi a primeira vez, em Alagoinhas, que uma mulher pleiteou o cargo de vereadora na Câmara Municipal. Com a reabertura da casa legislativa, em 13 de abril de 1936, tomava posse como vereadora, Áurea Cravo (? - 1961), a primeira mulher eleita na cidade. Mãe do então prefeito Mário Cravo, essa vereadora ficou pouco menos de um ano no cargo, já que, por razões de saúde, ela foi substituída por um suplente.³⁷⁷

Nas crônicas *Alecrim do tabuleiro*, Maria Feijó lembra o envolvimento de Áurea Cravo no processo político da época da seguinte maneira:

Mais tarde, já à mulher lhe era facultado o direito do “privilégio masculino”: votar. E minha mãe tornara-se uma fervorosa opositorista, acompanhando papai que, por sua vez, seguia, à risca, a linha política do Dr. Bião, Santinho do Riacho da Guia, etc. Bem, assim, D. Áurea Cravo, senhora de alta projeção e grande biografia nessa terra, principalmente no tocante à Assistência Social VOLUNTÁRIA. Era a maior colaboradora do seu filho, Mário Cravo, forte concorrente às eleições para prefeito no ano em que mamãe “entrou na política”. Amiga íntima de minha mãe, parece-me que até comadres “de cortesia”, embora de partidos diferentes. Seguidas por D. Senhora Camargo, esposa do prof. Camargo, formavam o trio político feminino mais importante da cidade.

O eleitor já se achava um pouco menos inibido e cabreiro; mais educado, e o direito do voto, também evoluído, especialmente no setor feminino, porém ainda causavam espécie, as rugas entre oposição e situação.³⁷⁸

Infere-se que a atuação desse trio, na década de 1930, já apontava para um desejo de mudança em relação à participação da mulher na política local, malgrado, tão logo se deu o Golpe de Estado de 1937. Com o declínio desse governo, em 1945, o cenário político acolhia, mais uma vez, a participação da mulher no processo eleitoral.

A participação de Maria Feijó na comemoração do “1º de maio” em Alagoinhas é o primeiro registro, localizado durante as pesquisas, dessa intervenção da professora na política da cidade. Alguns anos depois, com a publicação de novos periódicos na cidade como o jornal *O Nordeste*, cuja primeira edição data de 29 de julho de 1948, alguns nomes de ex-normalistas e professoras primárias vieram à baila nas matérias do jornal.³⁷⁹

³⁷⁷ Ibidem.

³⁷⁸ SOUZA, Maria Feijó de. “Recordando eleições passadas”. *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972.

³⁷⁹ Arquivo pessoal de Joanito Rocha - *O Nordeste*. Alagoinhas, 29 de julho de 1948. Ano I, n. 1.

A análise de algumas edições desse jornal permitiu propor novas questões para esta pesquisa, entre elas, investigar os caminhos percorridos por algumas professoras formadas pela Escola Normal de Alagoinhas. Na primeira edição desse periódico, registrou-se o retorno de nomes conhecidos na imprensa local como João de Castro, Alcindo de Camargo e a professora Maria Feijó, esta última citada duas vezes nessa publicação. Na quarta página há um registro de sua participação em um evento católico da cidade, e na quinta publicou-se o poema “Fim de tarde”, de sua autoria.

No que diz respeito à professora Maria Feijó, cabe lembrar, que nesse período (1950), ela já era bibliotecária. Por conta desse aspecto, parte dos textos publicados por ela nesse jornal referem-se à essa atividade.³⁸⁰ Entretanto, é possível perceber que ela continuava militando em favor de algumas bandeiras como liberdade de imprensa e emancipação da mulher.

Na trigésima sexta edição do jornal, por exemplo, a matéria “os jornalistas alagoinhenses solidários com o Congresso” evidencia que entre os militantes pela ampla liberdade de imprensa de Alagoinhas, Maria Feijó foi a única mulher que assinou um telegrama enviado ao presidente do *Terceiro Congresso Nacional de Jornalistas* que estava ocorrendo em Salvador. No texto, criticavam-se as restrições feitas à imprensa, afirmando que essa medida arbitrária feria os princípios democráticos. Além dela, assinavam o telegrama, João Nou, Salomão Barros, Joanito Rocha, Jonas Batista de Oliveira (1902-1965), ex-redator do *Correio de Alagoinhas*, Oldegar Freitas, Juvenal Casaes, Nelson Cerqueira, Alcindo Camargo e, curiosamente, João de Castro, o entusiasta do Estado Novo, outrora redator do *Correio de Alagoinhas*.³⁸¹

Duas matérias destacam-se, entre as edições desse jornal. A primeira, publicada em 11 de agosto de 1950, faz referência a prof^a Letícia Campos, ex-normalista que, à época, era suplente de vereadora na cidade de Alagoinhas. Chefe udenista no município, conforme sugere a matéria, ela participou do primeiro processo eleitoral depois da queda do governo Vargas. Elegeu-se como 1^a suplente.³⁸² A outra matéria ocupa-se do relato sobre a Convenção da UDN em Alagoinhas, ocorrida no ano de 1950. Nessa convenção, onde seriam homologadas as candidaturas para prefeito e vereadores, consta o nome das professoras Maria Feijó como um dos participantes que discursaram no evento, e o nome da professora Heudyrice Barros, como candidata a vereadora por este partido.

³⁸⁰ Arquivo pessoal de Joanito Rocha- Entre outras: “Concepção moderna de Biblioteca”. *O Nordeste*. Alagoinhas, 24 de dezembro de 1949. Ano II, nº 37; “Literatura Infantil”. *O Nordeste*. Alagoinhas, 11 de maio de 1950. Ano II, nº 47; “Vantagens da leitura recreativa”. *O Nordeste*. 23 de agosto de 1950. Ano II, nº 55.

³⁸¹ Arquivo pessoal de Joanito Rocha - “Terceiro Congresso Nacional de Jornalistas”. *O Nordeste*. 25 de novembro de 1949. Ano II, n. 36.

³⁸² Arquivo pessoal de Joanito Rocha- “A prof^a Letícia Campos”. *O Nordeste*. Alagoinhas, 11 de agosto de 1950. Ano II, n.54. O objetivo da matéria foi parabenizar a professora pela sua passagem de aniversário. Para tanto, o jornal elaborou um breve histórico dela, do qual foram extraídas as informações trazidas nesse texto.

A presença da professora Maria Feijó nesse evento pode ser vista como um indício de seu posicionamento político, ainda que ela tenha afirmado que a professora que era funcionária do Estado não podia manifestar a sua opinião.³⁸³

Por sua vez, a candidata a vereadora pela UDN, a professora Heudyrice Barros, era proprietária de uma escola particular. Depois de homologada a sua candidatura, ela lançou um manifesto à mulher alagoinhense que foi publicado no jornal *O Nordeste* no dia 30 de setembro de 1950. Esse manifesto foi assinado por sete mulheres, entre elas, a professora Maria Feijó, a professora Cordália Camargo, filha de Alcindo Camargo, e a professora Haydée Amorim, todas, alunas da Escola Normal.³⁸⁴

Na narrativa do romance *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* há uma passagem que lembra esse evento:

O candidato da UDN iria fazer seu último comício em Alagoinhas, e uma colega de Luísa, que lecionava particular – portanto, com liberado poder de exteriorizar suas idéias políticas – aceitou candidatar-se a vereança pelo mesmo partido, “e a festa seria uma só”.

– Luisinha – disse-lhe Cláudio, numa entonação de voz que enquanto pedia, ordenava– nosso candidato a governador virá aqui fazer seu comício no fim do mês. Uma das Meireles – Lalinha, irmã de Eutália que, noutros tempos, foi êmulo de Luísa, em talento e capacidade... Já agora ela nem mais a isso ligava – vai candidatar-se a vereança pela U.D.N. Você quer lhe fazer uma saudação em nome da mulher alagoinhense?

–Sim, por que não hei de saudá-la?

[...] – Então vá preparando seu discurso. E... olhe lá: daqueles que só você sabe fazer.³⁸⁵

Em relação aos acontecimentos dessa Convenção relata a narradora:

O senhor candidato pela UDN foi a Alagoinhas fazer seu último comício. [...] Cinema cheio. Abarrotado. [...] Deu-se início à sessão. No momento oportuno foi concedida a palavra a professora Maria Luísa Peixoto de Moura. Expectativa total... A filha do candidato adversário assegurava e jurava até, que se ela, Luísa, fizesse discurso para aquele candidato, passaria a figurar na “lista negra” relacionada por seu pai. As transferências em massa para o fim do mundo das professoras teimosas não tardariam. Todos queriam “ver” o que a professora ia falar, em vista de, a nenhuma delas, ser permitido o direito de poder demonstrar simpatia por esse ou aquele candidato [...] Apenas, saudou primeiramente a colega, conforme vontade expressa do seu primo no “pedido” feito, realçando-lhes as virtudes intelectuais, morais e sociais que a levaram àquela disputa. Em seguida dirigiu a palavra ao Eminentíssimo Senhor Candidato da UDN, fazendo-lhe, em linhas

³⁸³ SOUZA, Maria Feijó de. *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972.

³⁸⁴ Arquivo pessoal de Joanito Rocha - “Manifesto à mulher alagoinhense”. *O Nordeste*. Alagoinhas, 30 de setembro de 1950. Ano II, n. 58. Heudyrice, além de professora, era auxiliar de puericultura no Lactário da cidade. Atendia, diariamente, pobres e enfermos que buscavam ajuda nessa Instituição. A escolha de seu nome pela UDN pode ser vista, diante dessa informação, como uma estratégia para angariar votos dessa camada social carente. Portanto, não era a escolha de um nome que representaria apenas a mulher de Alagoinhas, e sim, de um nome que além de abrigar em torno da sua Chapa os votos das mulheres, abrigaria também os votos dos pacientes, ou seja, um potencial de eleitores para as candidaturas dos deputados da Chapa, e de Juracy Magalhães, candidato a governador.

³⁸⁵ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 660.

ligeiras, uma biografia a lhe exaltar os méritos, sem se reportar, entretanto, ao seu adversário. Discurso mais literário do que político.³⁸⁶

A narrativa desse processo eleitoral, finalizada com um tom irônico em relação à derrota dos udenistas, mostra que mesmo depois da queda do Estado Novo, as perseguições políticas em relação às professoras eram recorrentes. Depois do resultado dessa eleição, por exemplo, Maria Luísa, assim como quase todas as professoras concursadas da Bahia que de alguma maneira envolveram-se com o processo eleitoral, foi transferida de cadeira. No entanto, o pedido de transferência dela foi anulado, pois, bibliotecária já há algum tempo, não podia reger classe: “... as bibliotecárias já eram tão poucas e... fizeram curso. Não é mais professora, Regente de classe. Sua função é outra, embora dentro do magistério mesmo.”³⁸⁷ Maria Luísa voltou para Alagoinhas e continuou a trabalhar na biblioteca até receber uma bolsa de estudos para um curso universitário no Rio de Janeiro.

O desfecho do romance sugere, portanto, que ainda que não fosse objetivo do Estado, em curto período de tempo, do início da República até meados do século XX, o magistério primário mudou significativamente a vida de muitas mulheres. Por conta das sucessivas reformas que empreendeu, verifica-se que, de um quadro de analfabetismo em massa, vivido pelas mulheres até os tempos do Império, a partir dos anos trinta e quarenta do século vinte, elas já ocupavam, inclusive, bancos universitários. Em alguma medida, foi esse percurso seguido pela professora primária que essa dissertação tentou recuperar. Percurso esse cujas pegadas são encontradas na escrita literária e na documentação de arquivo, no mundo empírico e no mundo imaginado, através das marcas deixadas pelas Marias professoras, sobretudo Maria Luísa e Maria Feijó.

³⁸⁶ SOUZA, Maria Feijó de. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978, p. 663.

³⁸⁷ *Ibidem*, p. 682.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo desta dissertação foi discutir o processo de formação da professora primária durante o Estado Novo. Esse projeto surgiu do contato com o romance *Pelos Caminhos da vida de uma Professora Primária*, de Maria Feijó de Souza, cuja narrativa reconstitui o processo de formação da professora primária nas três primeiras décadas do século XX, bem como a sua atuação no exercício da docência durante a vigência do governo Vargas.

Esta dissertação operou, portanto, com a premissa de que discursos ficcionais são importantes fontes para reconstituição de processos históricos. Nela, a literatura foi vista como uma instituição que orienta e define uma determinada época, já que incorpora elementos históricos em todos os seus aspectos e os expressa sob moldes artísticos.

Embora se submeta a questões metodológicas e teóricas de outra ordem, questões estas que delimitam os espaços entre a história e a literatura, os elementos que compõem o discurso literário, como a trama e as personagens, por exemplo, são portadores de historicidade. Expressam, portanto, as ideias, a mentalidade, os costumes e as práticas tanto da época aos quais se reportam quanto daquela em que foram escritos. Assim, a relação que estabelece com a história não é de reflexo, ou determinação, mas de troca, de intercâmbio, e também de confronto.

Sob esta ótica, o romance *Pelos caminhos da vida de uma professora primária* revelou-se como fonte de inestimável valor histórico para o tratamento de algumas questões. Primeiro, buscamos, na segunda seção, recuperar a trajetória de Maria Feijó à luz da escrita desse romance; segundo, buscamos reconstituir através dessa mesma obra o percurso de um tema específico: a educação, sobretudo aquela dispensada à mulher até a década de 50 do século XX. Nesse período, a crença na “redenção social” através da universalização do ensino primário, motivou a abertura de uma série de escolas primárias no Brasil, e, conseqüentemente, a formatura pelas Escolas Normais de um considerável número de mulheres para assumir esses estabelecimentos de ensino.

Essa afluência da mulher ao magistério primário, intensificado no início do século XX, teve seu desdobramento revelado pela escrita de algumas obras literárias. Essas obras, profundamente marcadas pelos seus escritores por um modo de pensar e se postar diante daquela realidade, constituíram-se em representações sociais que compartilhavam as concepções da sociedade e do Estado frente à condição feminina.

Com base nessas informações, traçamos o quadro do magistério primário do período em estudo. Na terceira seção, portanto, constatamos que ainda no final do século XIX, as mulheres enfrentaram muitas dificuldades para adentrar as Escolas Normais, sendo, na maioria das vezes, rejeitadas na profissão docente. Com o advento da República, no entanto, ocorreu uma inversão de papéis, e o magistério primário virou profissão feminina. Nos anos iniciais do século XX, essa

profissão, já assumida em sua maioria por mulheres, passou a ser vista como um sacerdócio, uma missão, uma atividade para ser assumida por vocação.

Esses discursos desvalorizaram a profissão docente. Em lugar de salários e condições de trabalhos justas, as professoras primárias contavam com um “regime de compensação moral”, visto que a sociedade da época tendia a elevar o status social daquelas mulheres que abraçavam essa atividade, criando e fazendo circular no imaginário social a ideia de que assumir o magistério primário era atender a um “chamado” feminino. A desvalorização salarial e as precárias condições de trabalho foram mascaradas pela sobrevalorização simbólica do trabalho educativo. O reconhecimento social era visto como o prêmio mais justo que uma professora primária poderia aspirar. Nossas fontes, até esse estágio do argumento proposto, foram, fundamentalmente, os escritos literários.

A partir da quarta seção, nossa intenção foi reconstituir o sistema educativo do tempo da narrativa de Maria Feijó. Esse tempo, localizado no governo Vargas, especialmente entre 1937 e 1945, corresponde ao período em que, para “transformar a sociedade”, a educação se colocou ao lado de outras agências que ganharam proeminência no período, a exemplo da imprensa, do rádio e do cinema.

Neste sentido, para as análises que fizemos nas quarta, quinta e sexta seções, sentimos a necessidade de cruzar os discursos ficcionais com outras fontes da época, especificamente jornais, revistas, obras memorialísticas, relatórios, decretos e leis. O recurso a essas obras não intentou a busca de confirmações em relação ao discurso literário e, sim, o enriquecimento do trabalho, ao permitir o estudo do nosso objeto à luz dos diferentes posicionamentos.

Durante o Estado Novo foram eliminados alguns intermediários entre o povo e o chefe do executivo, bem como foram instituídas outras formas de mediação. Assim, novas relações de poder foram estabelecidas, sobretudo entre o presidente e as forças políticas locais. Nessa relação, a imprensa assumiu papel significativo, uma vez que passou a ser vista pelo governo como uma agência de função pública, devendo servir, portanto, aos seus interesses, especialmente na disseminação de sua ideologia, entre elas, a educativa.

Em Alagoinhas, os indivíduos que estavam à frente dessa imprensa mantinham estreitas relações com as principais forças políticas ou as constituíam. Os laços desses indivíduos com a educação, conforme vimos na quinta seção, também eram muito estreitos. Esse quadro favoreceu, nessa cidade, à incorporação por parte desses representantes, das concepções estadonovistas em relação à educação, e como eram eles que estavam à frente da Escola Normal, colocaram sob sua ingerência parte do processo de formação e atuação das professoras primárias que se formaram e que trabalharam em Alagoinhas naquele período. Maria Feijó foi uma delas.

Escola e Imprensa puseram em prática o projeto de propaganda estatal. Ambas legitimaram e acentuaram o mito criado em torno de Getúlio Vargas ao promover, em parceria, uma série de comemorações que exteriorizou as escolas, os alunos e as professoras e nas quais se reivindicava um novo Brasil, uma nova nação.

Por sua vez, a exteriorização da professora, forçada pelo dever que cumpria no Estado Novo, de “guia-condutora da nação”, conferiu-lhe um novo estatuto. O domínio da fala e da escrita na esfera pública abriu-lhes as portas para outros campos de atuação, principalmente porque a sua condição de divulgadora do conhecimento exigia a apropriação de vários saberes e competências até então negligenciados pelos currículos de sua formação.

Mesmo não tendo a intenção de proporcionar às mulheres uma maior participação na vida pública, ou, ao contrário, mesmo quando a intenção era justamente mantê-las numa condição de submissão, as reformas empreendidas por esse grupo, possibilitaram que elas vivenciassem uma mudança concreta. Essa trajetória foi recuperada nas seções finais dessa dissertação.

Como foi possível examinar a partir da interseção entre história e literatura, as noções que supõe o magistério primário como algo ajustado à mulher, por conta da “vocaçãõ”, do “amor”, da “aptidão”, da “missão”, entre outras características que elas supostamente tinham, e que foram recorrentes tanto no discurso literário quanto histórico, são construções sociais. Foram instituídas, sobretudo, pelas Escolas Normais, para as quais o Estado Novo, contando com a colaboração da Imprensa, definiu normas e condutas.

Não obstante, conforme pudemos verificar, a professora primária internalizou, ao seu modo e de acordo com os seus interesses, as prescrições que lhes foram feitas. Notadamente, pelo campo do ensino primário buscou novas formas de sociabilidades, independência econômica, entre outros benefícios que essa profissão poderia lhe proporcionar, não por “vocaçãõ”, “sacerdócio” ou “ideal”, mas por perceber-se como alguém capaz de regular seu próprio destino e extrapolar a própria esfera da educação, quando os conhecimentos adquiridos através dela já fossem suficientes para fazê-la adentrar novos espaços sociais e neles atuar.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

Manuscritas

Livro de nomeação dos funcionários da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. 1901-1948.
Livro de lançamento de indústrias e profissões da Prefeitura Municipal de Alagoinhas. 1935.
Livro de Termos da Escola Brasilino Viegas. 1942-1943.

Datilogradas

Dados bibliográficos sobre Maria Feijó. Datado de 22 de outubro de 1990. Biblioteca Municipal de Alagoinhas. Sala de periódicos.

Secretaria da Educação e Saúde. Projeto de Decreto-lei que reajusta o Instituto Normal, as Escolas Normais Rurais e dispõe sobre a fiscalização do ensino no Estado. Caixa 3927. Maço 11. APEB.
Dossiê sobre o município de Alagoinhas- 1931. Secretaria de Interior e Justiça. Caixa 3502. maço 393. APEB.

Constituição dos Estados Unidos do Brasil, do ano de 1937. Disponível em:
<www2.camara.gov.br>. Acesso em 15.02.2012.

Relatórios

Relatório Municipal da Prefeitura de Alagoinhas. Exercício de 1938. FIGAM/CENDOMA.
Relatório Municipal da Prefeitura de Alagoinhas. Exercício de 1942. Arquivo Público Municipal
Relatório Municipal da Prefeitura de Alagoinhas. Exercício de 1959. Arquivo Público Municipal
Relatório da Cooperativa de Educação e Cultura – antiga Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas. Exercício de 1941. FIGAM/CENDOMA.
Relatório da Cooperativa de Educação e Cultura – antiga Escola Normal e Ginásio de Alagoinhas. Exercício de 1942. FIGAM/CENDOMA.

Jornais e periódicos

Correio de Alagoinhas, 1929, 1930, 1941, 1942, 1943 e 1944.
Jornal de Alagoinhas, 1938, 1939.
O Popular, 1939.
Nossos dias, 1935.
O Paládio. Santo Antônio de Jesus, 1942, 1947.
Voz da mocidade, 1939.
Revista Única, 1929.
Revista Educarte, 1993
O Alarma, 1932
Revista dominó, 1939
O Momento, 1945
O Nordeste, 1948-1950
O Colegial, 1941
Revista A Bahia Litero-Científica Ilustrada e Esportiva, 1941

Arquivo CPDOC/FGV

Arquivo de Gustavo Capanema Filho - Série, Ministro da Educação e Saúde. Subséries: Assuntos administrativos (f); Educação e cultura (g); Saúde e serviço social (h); Assuntos políticos (i); Correspondências (c); e Produção intelectual (pi).

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1938. Vol. 1 – FGV/CPDOC.

Obras de Maria Feijó

NEVES, Maria Feijó de Souza. *Bahia de todos os meus sonhos*. Rio de Janeiro. Edição Particular, 1966.

_____. *Alecrim do tabuleiro*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1972.

_____. *Canto que veio*. Rio de Janeiro: [s.n], 1974.

_____. *Pelos caminhos da vida de uma professora primária*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1978.

_____. *Vitrails de Sonhos*. Rio de Janeiro, Editora Max: 1985.

_____. *O pensionato: paraíso das moças*. Rio de Janeiro: Editora Max, 1988.

_____. *Beduíno do Sonho* (Sonetos e Poesias outras). Rio de Janeiro: Editora Max, 1992.

_____. Discurso proferido na Academia Brasileira de Trova, no Rio de Janeiro, no dia 29 de maio de 1972, por ocasião de sua posse na cadeira n.º14, de Castro Alves. Apresentação da escritora feita por Álvaro Faria.

Poemas de Maria Feijó

1. “As lágrimas que eu...”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 16 de janeiro de 1942. Ano 41, n. 2.033.

2. “Se fosse tu”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 30 de janeiro de 1942. Ano 41, n. 2.035.

3. “Nuvem que passa”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 06 de junho de 1942. Ano 41, n. 2.051.

4. “O Piano”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 31 de julho de 1942. Ano 41, n. 2.058.A

5. “Inútil Consolação”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 13 de novembro de 1942. Ano 41, n. 2.071.

6. “A dor”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 10 de setembro de 1945. Ano 44, n. 2.177.

7. “Amanhecer na roça”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 07 de novembro de 1945. Ano 44, n. 2.184.

8. “Solidão”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 23 de novembro de 1945. Ano 44, n. 2.186

9. “Papai Noel”. *O Paládio*. Santo Antônio de Jesus, 16 de janeiro de 1951. Ano 50, n. 2.363.

Obras literárias diversas

ANDRADE, Mário de. *Amar: verbo intransitivo. Idílio*. 16ª ed. Rio de Janeiro: Villa Rica, editoras reunidas LTDA, 1995.

CAMINHA, Adolfo. *A Normalista*. São Paulo. Martin Claret, 2007.

QUEIROZ, Raquel. *As três Marias*. 25ª Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

QUEIROZ, Rachel de. *O Quinze*. 72 ed. São Paulo: Arx, 2002.

RAMOS, Graciliano. *S. Bernardo*. 84ª ed. -Ed. Revista. Rio de Janeiro: Record, 2007.

Memórias

BARROS, Salomão de. *Vultos e Feitos do Município de Alagoinhas*. Salvador: Artes Gráficas e Ind. LTDA, 1979

CUNHA, Joanita da. *Traços de ontem*. Belo Horizonte: Graphilivros Editores, 1987.

RAMOS, Haydée Lina de Amorim. *História de minhas andanças*. Alagoinhas, Imprensa independente. 2009.

Discursos:

ARAGÃO, Antonio Ferrão Moniz de. *Mensagem apresentada à Assembléia Geral Legislativa do Estado da Bahia*. Bahia: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

Decretos e leis

Decreto 5.078, de 01 de agosto de 1927

Decreto 7.210, de 20 de janeiro de 1931

Decreto 8.225, de 27 de dezembro de 1932

Decreto 8.498, de 21 de junho de 1933

Decreto 9.623, de 31 de julho de 1935

Decreto 9.463, de 20 de abril de 1935

Decreto-Lei 8.530, de 02 de janeiro de 1946

Lei de nº 2.122, de 06 de agosto de 1928

Lei de nº 243, de 29 de outubro de 1935

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, Nara; FERREIRA, Luiz Otávio. “Modernização. políticas públicas e sistema de gênero no Brasil: educação e profissionalização feminina entre as décadas de 1920 e 1940”. *Cadernos Pagu*. n. 27. Campinas, Jul./Dez. 2006.

BATISTA, Eliana Evangelista. *Entre práticas pedagógicas e representações literárias: o imaginário de emancipação da professora primária na obra de Maria Feijó (1930-1950)*. Monografia de Conclusão de Curso. UNEB, 2009.

BESSE, Susan. *Modernizando as desigualdades: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil (1914-1940)*. São Paulo. Edusp, 1999.

BEZERRA, Carlos Eduardo. “Poder, Violência e Exclusão nos romances *A Normalista* e *Bom-Criolo* de Adolfo Caminha. *Anais do XIX Encontro Regional de História: Poder, Violência e Exclusão*. Anpuh/SP-USP. Setembro de 2008.

BOMENY, Helena Maria Bousquer. *Os intelectuais da educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

_____. “Três decretos e um Ministério: a propósito da educação no Estado Novo”. In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p. Disponibilizado em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. “A ilusão biográfica”. In: *Usos e abusos da história oral*. Org: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

BOAVENTURA, Edivaldo. *A volta de Góes Calmom*. Academia de Letras da Bahia. Disponível em: <www.academiadeletrasdabahia.org.br/artigos/goes.html>. Acesso em 15.02.2012.

BRANDÃO, Ruth. BRANCO, Lúcia Castelo. *A Mulher Escrita*. Rio de Janeiro: Casa-Maria Editorial: LTC- Livros Técnicos e Científicos. Ed., 1989.

BRANDÃO, Daniela. SANTOS, Maria José de Oliveira. ALVES, Ivya. *Antologia de escritoras baianas. Resgate de textos de escritoras baianas do século XX: percurso intelectual, estudo da produção*. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística do Instituto de Letras da UFBA. Site on line <<http://www.escritorasbaianas.ufba.br/feijo>>.

BURKE, Peter. *A fabricação do rei*. A construção da imagem pública de Luis XIV. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

BRUCK, Mozahir Salomão. *A denúncia da ilusão biográfica em Mário Claudio e Rui Castro*. Tese de doutorado. Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Literatura e Língua Portuguesa. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_BrukMS_1.pdf>. Acesso em 26.01.2012.

CANDIDO, Antônio[et al]. *A personagem de ficção*. 7ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1985.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Estado Novo: novas histórias”. In: Marcos César(org). *Historiografia brasileira em perspectiva*. São Paulo: Contexto, 1998.

_____. “Propaganda política e controle dos meios de comunicação”. In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p. Disponibilizado em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>.

CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937/1945)*. Rio de Janeiro - São Paulo: Difel, 1976.

_____. *A República Nova (1930/1937)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: O imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, S.A; 1990.

_____. “História e Literatura”. *Topoi*. Rio de Janeiro, nº 01.

_____. “O mundo como representação”. *Estudos Avançados*, São Paulo, nº 11 (5), p. 173-191, 1991.

COSTA, Verônica Albino Viana. *Entre imagens e palavras: Educação e Nacionalismo no Estado Novo (1937/1945)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

DAVIS, Natallie Zemon. *O retorno de Martin Guerre*. Tradução /Denise Bottamann. Rio de Janeiro: Paz e Guerra, 1987.

DOURADO, Autran. “Personagem, composição, Estrutura”. In: *Uma poética de Romance: matéria de carpintaria*. Ed. Revista e ampliada pelo autor. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEZEMONE, Marcus . “Legislação Social e apropriação camponesa: Vargas e os movimentos rurais”. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 21, nº 42, julho-dezembro de 2008.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. “A magia da sobrevivência: patuás, cuttês e sururucas”. In: *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1995.

DULLES, John W.F. *O comunismo no Brasil, 1935-1945: repressão em meio ao cataclismo mundial*. Trad. Raul de Sá Barbosa. RJ: Nova Fronteira, 1985.

FALCÃO, João. *O Partido Comunista que eu conheci: 20 anos de clandestinidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1988.

FERREIRA, Laís Mônica Reis. *Educação e Assistência Social: as estratégias de inserção da Ação Integralista Brasileira nas camadas populares da Bahia em O Imparcial (1933-1937)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia. 2006.

FREITAG, Bárbara. *Escola, Estado e Sociedade*. 4 ed. Rev. São Paulo: Moraes, 1980.

GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo, Ideologia e Propaganda Política: a legitimação do Estado Autoritário perante as classes subalternas*. São Paulo. Ed. Loyola, 1982.

GIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. *História da educação brasileira*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as idéias de um moleiro perseguido pela inquisição*. Trad. de Maria Betânia Amoroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

GOMES, Ângela de Castro. “O redescobrimto do Brasil”. In: *Repensando o Estado Novo*. Organizadora: Dulce Pandolfi. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999. 345 p. Disponibilizado em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

HUNT, Lynn. “Introdução. In: *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

KRAMER, Loyd S. “Literatura, crítica e imaginação histórica: o desafio literário de Hayden White e Dominick LaCrapa. In: HUNT, Lynn. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: a trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. “Usos da biografia”. In: *Usos e abusos da história oral*, Org: Marieta de Moraes Ferreira e Janaína Amado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2001.

LIMA, Déborah Kelman de. “*O banquete espiritual da instrução*” - *Ginásio da Bahia*, Salvador: 1895-1942. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2003.

LIMA, Marta Maria Leone. *Ingresso das mulheres no magistério da Bahia: o resgate de uma história*. Tese de doutorado. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Educação. 2006.

LIMA, Keite Maria Santos do Nascimento. *Entre a ferrovia e o comércio: urbanização e vida urbana em Alagoinhas (1868/1929)*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal Bahia. Salvador, 2010.

LOURO, Guacira Lopes. “Mulheres na sala de aula”. In: *História das mulheres no Brasil*. / Mary Del Priori (org). 8. ed. - São Paulo: Contexto, 2006.

LUZ, José Augusto Ramos da. *Um olhar sobre a educação na Bahia: a salvação pelo ensino primário*. Tese de Doutorado – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. 2009.

MARQUES, Anderson. “Artigo de Maria Feijó”. *Periódico Socialista*, 06 de fevereiro de 2003. Sala de Periódico da Biblioteca Municipal. Dossiê de Maria Feijó.

MENEZES, Jaci Ferreira Maria Ferraz de. *Educação na Bahia - Coletânea de textos*. (org). *Projeto Memória da Educação na Bahia*. Salvador: Ed. da UNEB, 2001.

MARIANI, Maria Clara. “Educação e Ciências Sociais: o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Educacionais. In: SCHWARTZMAN, Simon. (org). *Universidades e Instituições científicas no Rio de Janeiro*. Brasília: CNPq, 1982.

MOREIRA, Raimundo Nonato Pereira. “No rastro de Miranda: convite a uma investigação histórica sobre a trajetória de Antonio Maciel Bonfim”. In: SILVA, Paulo Santos.(Org.) *Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória*. Salvador: Quarteto, 2010.

MORAES, Dênis de; VIANA, Francisco. *Prestes: lutas e autocríticas*. Petrópolis: Vozes, 1982.

MORAES, Moisés Leal. *Urbanização, trabalhadores e seus interlocutores no Legislativo Municipal: Alagoinhas – Bahia, 1948- 1964* . Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. Universidade do Estado da Bahia, Campus V - Santo Antônio de Jesus, 2011.

OLIVEIRA, Hildérico Pinheiro de. *Ementário da Legislação Educacional baiana no período republicano 1889-1983*. Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia. Instituto de estudos e pesquisas em ciência, educação e cultura Anísio Teixeira. Salvador, 1985.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro. Zahar. Editores. 1982.

PACHECO, Ana Júlia Pinto. “Educação Física feminina: uma abordagem de gênero sobre as décadas de 1930 e 1940. In: *Revista de Educação Física/UEM* 9(1): 45-52, 1998.

PAIXÃO, Carlos Nássaro Araújo da. *Traços da cidade de Alagoinhas: memória, política e impasses da modernização (1930/1949)*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em História Regional e Local. UNEB. 2009.

PANDOLFI, Dulce Chaves (org.). *Repensando Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PERROT, Michele. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*; tradução de Denis Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

PESAVENTO, Sandra Jathay. *História & História Cultural*. 2 ed. 1 reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREZ, Gilmar Ferrari. *A formação sociológica das normalistas nas décadas de 20 e 30*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. UNICAMP. 2002. Disponível na Biblioteca virtual da Universidade. Acesso em 18.11.2011.

RODRIGUES, Sérgio. *Elza, a garota: a história da jovem comunista que o partido matou*. Rio de Janeiro: nova fronteira. 2009.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias de. *Os impasses da estratégia: os comunistas, o antifascismo e a revolução burguesa no Brasil (1936-1948)*. São Paulo: Annablume, 2009.

SCOTT, Joan. “História das mulheres”. In: *A escrita da história; novas perspectivas*. (org) Peter Burke. Tradução Magda Lopes. – São Paulo: Editora UNESP, 1992.

_____. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. Recife, *S.O.S CORPO*, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SCHWARTZMAN, Simon. et.al. *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1984.

_____. *Estado Novo, um Auto-Retrato*. Brasília, FGV/CPDOC/FGV. Editora Universidade de Brasília, 1983.

SILVA, Paulo Santos. *A volta do jogo democrático: Bahia, 1945*. Salvador: Assembléia Legislativa, 1992.

_____.(Org.) *Desarquivamento e narrativas: História, Literatura e Memória*. Salvador: Quarteto, 2010.

_____. *Âncoras de tradição: lutas políticas, intelectuais e produção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. 2ª reimpressão. Salvador: EDUFBA, 2011.

ROCHA, João Augusto de Lima. *Anísio em movimento: a vida e as lutas de Anísio Teixeira pela escola pública e pela cultura no Brasil*. Salvador: Fundação Anísio Teixeira, 1992.

SOUZA, Ione Celeste de. *Garotas tricolores, deusas fardadas: as normalistas em Feira de Santana, 1925 a 1945*. São Paulo: EDUC, 2001.

WAACK, William. *Camaradas: nos arquivos de Moscou: a história secreta da Revolução Brasileira de 1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. “Entre quatro paredes”. *Revista História da Biblioteca Nacional*. Ano 3. n. 35. Agosto de 2008.

VAZ, Aline Choucair. *A escola em tempos de festa: poder, cultura e práticas educativas no Estado Novo (1937-1945)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2006. Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/portalmineiro>>. Acesso em: 17.12.2010.

VELLOSO, Mônica Pimenta. *Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo*. Rio de Janeiro, CPDOC, 1987.

VIANA, Verônica Albino. *Entre imagens e palavras: Educação e Nacionalismo no Estado Novo (1937/1945)*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

VIEIRA, Claudia Andrade. *Mulheres de elite em movimento por direitos políticos: o caso de Edith Mendes de Gama e Abreu*. Dissertação de Mestrado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

VIANA FILHO, Luís. *Anísio Teixeira: a polêmica da educação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.